

SUMÁRIO

Apresentação

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.....pág. 07-10

Dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Luís Antonio Barone.....pág. 11-60

O trabalho em grupo e o trabalho de campo: um pesquisador em busca da visão poliocular

Henrique Carmona Duval.....pág. 61-70

A relevância do diário de campo na busca da compreensão da relação entre assentados de reforma agrária, a terra e o meio ambiente

Tatiana de Oliveira.....pág. 71-76

O diário de campo no acompanhamento e na apreensão de vivências nos assentamentos

Henrique Carmona Duval.....pág. 77-90

Pesquisa de campo, caderno de campo: o inesgotável “apreender” o rural

Daniel Tadeu do Amaral.....pág. 91-104

Reverendo o clientelismo político num assentamento de reforma agrária: da camisa de força à dialética do controle

Luís Antonio Barone.....pág. 105-120

A trajetória da cana no assentamento Monte Alegre

Eliana Aparecida Stetter.....pág. 121-130

A cana nos assentamentos rurais: o vai e vem no mesmo cenário

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Marcos Augusto Paladini dos Santos.....pág. 131-146

A proposta de educação do campo das escolas rurais de Araraquara/SP: destaque na construção da qualidade de vida

Valéria Aparecida de Bastos

Tatiana de Oliveira.....pág. 147-166

As guardiãs da religião

Marluse Castro Maciel.....pág.167-174

O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo de vida dos sem terra

Sidiney Alves Costa.....pág. 175-194

Ligas Camponesas no sul da Paraíba: memórias

Thelma Maria Grisi Veloso

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker.....pág. 195-209

APRESENTAÇÃO

Este número de Retratos de Assentamentos expressa uma longa trajetória: mais de dezoito anos de aprendizagem e de pesquisas incansáveis num esforço de compreensão do fenômeno que marcou a passagem do século no Brasil. Novos atores criaram novos espaços no campo e a formação de assentamentos de Reforma Agrária na região agrícola mais modernizada do Estado mais urbanizado do país foi por nós acompanhada com paixão, mas sem a perda do rigor científico. Nesse sentido, transitamos constantemente da realidade específica dos assentamentos para a totalidade histórica que a explica, sem desprezar as singularidades expressivas que despontavam.

No processo não foram só espaços que se transformaram e novos atores sociais que emergiram. Nós, pesquisadores também nos transformamos. Nossa paixão pelo rural despertou nosso olhar para os assentamentos assim que eles começaram a se formar pelo Estado todo. E paulatinamente fomos desenvolvendo aquele olhar compreensivo que se recusa a colocar fenômenos novos em categorias pré-estabelecidas que descaracterizam o sentido histórico dos processos.

Embora os grandes teóricos da Sociologia tenham nos ajudado a penetrar a opacidade presente nos processos humanos, era sempre o nosso olhar e o dos nossos pesquisadores que adequavam nosso conhecimento, ajudando-nos a compreender os sujeitos envolvidos na situação.

Não há como entender estes processos sem um olhar poliocular que dá conta das infinitas relações que integram nossa realidade ao movimento da História. Faz parte dessa realidade a luta pela Reforma Agrária. Essa é a visão científica comprometida com a vida e a justiça social.

Nessa linha formamos inúmeros pesquisadores que avançam hoje em carreiras acadêmicas cujos sucessos são, para nós, gratificantes. Esta produção tem, além dos inquestionáveis indicadores de produtividade acadêmica – mestrados, doutorados, publicações significativas – um valor difícil de ser mensurado e dos mais importantes, o de propiciar retorno social do conhecimento face aos desvios dos tempos presentes.

Este número traz artigos de alguns desses pesquisadores que se tornaram autônomos e outros que ainda estamos formando, mas já apresentam seus textos. Traz ainda, um pouco de nós e de nossas trajetórias.

Finalmente abre-se para duas contribuições preciosas de pesquisadores que trabalharam conosco em alguns momentos, mas estudam outras realidades, o que nos serve de contraponto e enriquece nosso olhar.

O texto de abertura foi construído a seis mãos: Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e Luiz Antônio Barone recuperavam a trajetória dos assentamentos da região de Araraquara desde o utópico projeto do Estado, baseado na cultura de grãos, que esbarrou em dificuldades de toda ordem, até a atual diversificação, rica de soluções criativas, que geram um duro embate com a “invasão” da cana de açúcar levada a cabo pelo poder econômico regional. O texto evoca ainda a questão crucial da educação e nossas incursões pela problemática do meio ambiente, para encerrar com as inovações metodológicas que marcaram nossa trajetória.

O texto a seguir do bolsista Henrique Carmona Duval desvela o nascer de um pesquisador em suas idas e vindas a campo, treinando o olhar para torná-lo compreensivo e poliocular. Tatiana de Oliveira, em *A relevância do diário de campo*, mostra com seus registros e análises preciosas a importância do diário de campo e da leitura do espaço para dar conta de uma realidade complexa como aquela que estamos estudando. Fazendo coro com ela, temos novo texto de Henrique Carmona sobre o diário de campo, no qual o jovem pesquisador mostra como foram importantes esses registros para alargar sua compreensão sobre o rural. Aliás o Diário de Campo é a pedra de toque dos textos dos atuais bolsistas de Iniciação Científica neste balanço do projeto. Através dele o jovem pesquisador Daniel Tadeu do Amaral apreende questões cruciais relativas ao cotidiano dos assentamentos que resgatam “habitus”, consciência ambiental, vivências infinitas, que muitas vezes escapam aos observadores que aplicam a visão urbanocêntrica a essa realidade. Luiz Antônio Barone capta lutas políticas que caracterizam os processos sociais (e suas singularidades nesses novos espaços) enquanto Eliana Aparecida Stetter dedica-se a aprofundar sua compreensão sobre um momento muito particular das lutas entre assentados, induzidas pelo poder local, no interessante artigo *A trajetória da cana no assentamento Monte Alegre*.

Em *A cana nos assentamentos rurais: o vai e vem no mesmo cenário*, Vera L. S. Botta Ferrante e Marcos Augusto Paladini dos Santos desvelam os tortuosos caminhos e os ambíguos atores sociais que promovem entradas e saídas da cana nos assentamentos da região. Recusando-se a uma abordagem meramente econômica dessa indigesta gramínea, buscam as relações complexas que atuam de forma contraditória no processo.

Não poderíamos deixar faltar um texto sobre as novas propostas de Educação do Campo que animam a política local. Sobre o tema escrevem as ex-bolsistas Valéria Aparecida Bastos e Tatiana de Oliveira. Já o texto de Marluse de Castro Maciel, um capítulo de sua dissertação de mestrado, discute a reapropriação conduzida pelas mulheres assentadas de um espaço inicialmente tido como masculino, analisando sua inserção em práticas religiosas que se convertem em relações de sociabilidade.

Finalmente o número que celebra a maioria dos assentamentos da região recebe visitas que comemoram conosco esse momento. Sidiney Alves da Costa dá conta do movimento social mais amplo ao discutir *O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo de vida dos sem terra* e Thelma Grisi Veloso se associa à sua orientadora para mostrar como a memória da luta pela terra pode atravessar décadas: eis que ao estudarem os pequenos produtores rurais de um assentamento de Pitimbu na Paraíba, que recordam sua vitória sobre poderosa destilaria da região vai encontrar a memória das ligas camponesas que marcaram o país nos anos 60.

Sem dúvida: memória, identidade, luta pela terra, alternativas, vivências...Este número de Retratos de Assentamentos desvela momentos expressivos da luta pela Reforma Agrária no país. E desvela ainda muito de nós e de nosso entusiasmo pela busca do conhecimento científico sobre o rural.

Este número marca um novo momento da história da coleção Retratos de Assentamentos, a qual passa à coordenação do Centro Universitário de Araraquara, UNIARA, mais especificamente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. A UNIARA sente-se honrada em estar dando continuidade a esta coleção e em contribuir para a socialização do conhecimento das experiências de assentamentos rurais com pesquisas sérias e comprometidas com os rumos do desenvolvimento local e regional.

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

DEZOITO ANOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: DIFERENTES DIMENSÕES DESTA DIFÍCIL MAIORIDADE

Dulce Consuelo A. Whitaker
Luis Antônio Barone
Vera Lúcia S. Botta Ferrante

A oportunidade de refletir sobre os 18 anos de existência dos Projetos de Assentamentos da região de Araraquara (completados em 2003) parece ser um momento ideal para um balanço dessa realidade complexa, tanto em termos de avaliação das políticas públicas geradoras dos assentamentos, quanto do nível de organização e atividade política dos trabalhadores rurais da região, sem dúvida, os principais artífices desse cenário polêmico e diversificado. Oferece, também, a possibilidade de refazer o percurso de investigação sobre essa temática, que, a rigor, inicia-se mesmo antes da instalação dos primeiros núcleos de assentamentos na Fazenda Monte Alegre (1985), a partir de estudos feitos sobre os movimentos de trabalhadores rurais em sua luta por direitos (Ferrante, 1984 e 1986). Como um trabalho mais sistemático de investigação, a fundação do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (*Nupedor*), em 1988/9, transformou essa reflexão em uma sementeira de novos pesquisadores e uma referência nacional no debate acerca da temática, além de fornecer uma base acadêmica para o acompanhamento continuado dos assentamentos.

Completar 18 anos, para qualquer cidadão brasileiro significa atingir a maioridade. E isso pode constituir-se numa analogia útil para a compreensão do momento vivenciado pelos assentamentos. Não só porque já existe uma geração que cresceu nesses novos espaços sociais, encravados entre os canaviais e laranjais da região, mas também – e acima de tudo – porque essa “maioridade” é atingida exatamente no ano da posse de um presidente da República (Lula – 2003/2006), que sempre teve no tema da Reforma Agrária uma das suas principais bandeiras políticas. A partir disso, a efeméride passa a ter um

significado maior, justificador de uma reflexão desta natureza. Seria, por assim dizer, a “idade da razão” dos assentamentos de reforma agrária? Ou nada de novo desponta no horizonte dessas experiências, que possa indicar uma mudança qualitativa de seu status e desenvolvimento? São questões que merecem um esforço tal qual o pretendido neste artigo.

A questão metodológica

Ao perceber as mediações produzidas pela natureza nas relações sociais que se dão na área rural, tivemos também a percepção de que nossos alunos pesquisadores deveriam superar os obstáculos epistemológicos à compreensão do rural assimilando a metodologia adequada e até criando novas técnicas de pesquisa, o que realmente aconteceu.

O resultado desse mergulho na tentativa de compreender o “camponês por dentro” como quer Rafael Baraona criou uma seqüência de trabalhos de pesquisa – Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado – nos quais técnicas variadas foram implementadas para chegar ao método tal como explicitado no livro *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes* (Whitaker, 2002).

Nesse livro, que inicialmente faz um balanço dos preconceitos contra o homem rural que contaminam as Ciências Humanas, explica-se a origem da nossa metodologia. O impulso inicial estava dado já no início dos anos 80 na tese de doutorado *Ideologia e práticas culturais: o controle ideológico do trabalhador da cana* (Whitaker, 1984), trabalho no qual a coleta de redações escolares permitiu a compreensão de todo processo ideológico de controle de trabalhadores em três diferentes espaços considerados como franjas do rural-urbano, espaços nos quais a dialética entre o rural-urbano se dava de forma diferenciada e cheia de especificidades.

Ao tentar compreender

... a extensão da cultura através do estudo de redações escolares de crianças e adolescentes em três diferentes grupos sociais (...) Whitaker formulou a circunstância de que jamais se poderá estudar agrupamentos humanos sem ouvir seus indivíduos naquilo que mais os representa: sua capacidade de interpretação e descrição de suas vidas, naquele caso, através da literatura de jovens estudantes (D’Incao, 2002).

Obviamente outras técnicas foram utilizadas naquele momento como frutos do campo teórico enfrentado durante a pesquisa. Mas não é sobre aquele momento que pretendemos discorrer.

O que importa situar aqui é como aquele ponto de partida anterior já anunciava a visão poliocular que desenvolveríamos agora sob influência das

Teorias da Complexidade, lendo autores empenhados em construir uma nova ciência, tais como Capra, Prigogine e especialmente Morin que construiu o conceito de “olhar poliocular”¹.

Nossa participação num grande projeto multidisciplinar como o foram os projetos iniciais coordenados pelas professoras Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Sônia Maria Pessoa Pereira Begamasco já indicava caminhos alternativos pelo caráter interdisciplinar que reunia olhares diferenciados (sociólogos, economistas, geógrafos, médicos, etc.). No entanto, o caráter quantitavista do Censo obstaculizava olhares mais compreensivos.

Mas o projeto implicava subprojetos relacionados ao interesse de cada pesquisador e a tradição de estudos culturais e ideológicos marcou então o grupo que estudava Educação, que se destacou da perspectiva externa, à qual o Censo obrigara, para uma perspectiva interna que captava famílias marcadas por trajetórias cheias de rupturas. Essa perspectiva desvelou para nossos bolsistas de Iniciação Científica a insuficiência das técnicas convencionais – úteis sem dúvida para grandes projetos – mas que não conseguem dar conta nem da totalidade e nem das subjetividades envolvidas nos fenômenos humanos.

Na busca de alternativas, construímos roteiros para entrevistas, fizemos anotações em Diários de Campo a partir dos contatos face-a-face com os sujeitos envolvidos, ensaiamos leituras do espaço, o que nos despertou para as riquezas da natureza na relação e colhemos um sem-número de Histórias de Vida. Mas o que prevaleceu foi a experiência de fazer falar as crianças conforme experimento da Tese citada (Whitaker, 1984).

No início dos anos 90, não havia escola nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre. Não tínhamos, portanto, um espaço escolar a partir do qual pudéssemos colher as redações como ocorrera no trabalho anterior (Whitaker, 1984).

Criamos então um instrumento de pesquisa que combinava atividades estimuladoras para os motivos que levam uma criança a escrever. Não tínhamos um espaço escolar, mas estávamos lidando com as crianças num espaço cheio de estímulos, em contato direto com a natureza, marcado por uma sociabilidade que envolvia a riqueza da memória da luta pela terra.

Impossível descrever num texto com tanta amplitude de temas, as marchas e contramarchas que os bolsistas de Iniciação Científica empreenderam para construir esse instrumento que seria a seguir utilizado por essas mesmas pesquisadoras em diferentes Dissertações de Mestrado². A Técnica partia de atividades lúdicas com as crianças. Após explicar aos pais os objetivos da

¹ Ver, por exemplo, Morin (1991).

² Ver, por exemplo, Fiamengue (1997); ver também, Araújo (1996).

experiência, os pesquisadores reuniam as crianças, ligavam o gravador, brincavam de repórter, faziam dramatizações e um sem número de brincadeiras, após o que distribuíam papel e lápis (preto e de cor) para que desenhassem e/ou escrevessem,

O instrumento aplicado aos quatro núcleos então existentes nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre mostrou ser eficiente, não somente na produção de dados, como também no aprofundamento da compreensão do que é ser criança nos novos espaços em construção (Whitaker, 2002).

Especialmente a coleta de desenhos, que abriria o caminho para utilização das artes plásticas, foi uma das técnicas mais produtivas para estabelecer essa compreensão do que é ser criança e de como a criança representa com carinho aquele espaço novo, para ela colorido e cheio de borboletas, contrariamente ao senso comum que os vê como áridos e desprovidos de estética.

Em termos de metodologia produzimos ainda textos de reflexão e normas sobre a transcrição das falas³ preocupados que estávamos com a questão do preconceito que contamina a ciência sempre que vacilamos em nossa vigilância epistemológica. Refletindo sobre o poder da palavra, e como havia um poeta em nosso grupo, surgiu a idéia de captar e compreender aqueles sujeitos “por dentro” através da poesia.

Alexandre Dantas, já no mestrado, mas sempre integrado ao Nupedor, acabaria fazendo sua dissertação sobre o preconceito que se desenvolve na sociedade urbana contra o homem rural e justamente utilizando a poesia como uma das técnicas para melhor compreendê-lo (Dantas, 1991). Para dar uma idéia da profundidade de seu trabalho, reproduzimos aqui um de seus poemas, construído a partir do momento em que discute as diferentes maneiras como são observados o espaço e o tempo naquela situação,

I

(Há dias de fome.
Há dias de luta.
Há dias de riso.
Mas todos os dias
São dias de terra.)

II

Quando tu derramas teus passos
Sob o sol que arde distâncias,
O faz tão fortemente, resoluto e ousado
Que tuas cores tangenciam

³ Whitaker et alli (2002).

as cores dos Argonautas.
Tu és feito um Argonauta.
Navegas teu corpo,
subjugando intempéries, armadilhas,
labirintos.
Navegas tua alma
para o rumo da tua terra.
Mas tua terra não é só rumo.
Tua terra está fincada
em qualquer tempo verbal.
Tua terra é memória
para além de priscas eras.
Tua terra não é só rumo.

III

(Há dias de sangue.
Há dias de música.
Há dias de anjos.
Mas todos os dias
São dias de terra.)

Assim, a poesia aparece como forma de captar o real, técnica a ser usada obviamente pelo sociólogo-poeta. Não vamos fazer aqui a discussão de quem pode ser sociólogo e poeta ao mesmo tempo, já que sem dúvida a poesia representa o nível mais complexo da linguagem. No entanto, quem já não “cometeu” um poema em toda a sua vida? Se for verdade, como declarou-nos um cortador de cana durante a pesquisa na região dos canaviais que os versos passam voando no ar e de repente pode-se “pegar” alguns⁴, então é possível a qualquer pesquisador meditar sobre as essências daquilo que pretende compreender, e apanhar “no ar” os versos produzidos pela situação.

Da poesia para as artes plásticas foi um pulo. Dois jovens artistas plásticos que fizeram Ciências Sociais na UNESP de Araraquara passaram pelo Nupedor e deixaram preciosas marcas sobre o grupo. Partindo do pressuposto de que desde as primeiras manifestações de arte rupestre (remotos registros da vida humana sobre a Terra) as artes plásticas surgiram como esforço para ampliar a leitura e as representações do espaço, esses dois jovens realizaram desenhos,

⁴ Uma das experiências mais fascinantes da minha carreira de pesquisadora foi ter ouvido essa idéia de um cortador de cana e muitos anos depois encontrá-la em artigo do Professor Ivan Isquierdo, um dos mais famosos neuroquímicos do Brasil, que afirmou estar a poesia permanentemente “flutuando no ar”, o que permite que alguns privilegiados a peguem. Essa coincidência extraordinária está narrada no meu livro *Escolha da Carreira e Globalização*, Editora Moderna, São Paulo, 1997 – 8º capítulo: A Imaginação – nota de uma das autoras.

fizeram quadros e planejaram inúmeras instalações, tendo apresentado seus trabalhos em congressos de Iniciação Científica, abrindo para nós uma ampla gama de possibilidades metodológicas. É claro que o uso das artes plásticas ainda significa uma pequena abertura na direção de uma melhor compreensão do que seja essa técnica no futuro. Philippe Ariés desenvolveu parte de suas teorias sobre as transformações no conceito de infância, observando quadros e esculturas (Áries, 1981). Mas já encontrou prontas as obras que se propôs a pesquisar. Nossa proposta é um pouco diferente. É de que o pesquisador retrate o real com a técnica que seja capaz de utilizar, seja ela um poema, uma instalação ou um desenho. E que depois construa seu texto científico, ampliando e traduzindo com palavras aquilo que captou. Já se faz isso com fotografias, por exemplo. E já se conseguiu fazer com desenhos realizados pelos próprios sujeitos pesquisados, como na dissertação de Fiamengue aqui citada (Fiamengue, 1997). É claro que muitas controvérsias animaram nosso Grupo quando discutimos a maneira como poderíamos utilizar essas técnicas, controvérsias que não vamos reproduzir aqui.

Consideramos mais eficaz dar um exemplo de como o bolsista Vanderlei Ribeiro, após contemplar um monjolo, projetou uma instalação para expressar a autonomia conseguida pelos assentados em relação ao tempo de que desfrutam no assentamento.

O pesquisador, informado de que o monjolo havia sido feito para pilar arroz, mas estava sendo utilizado para espantar pacas e lontras que vinham do rio para se alimentar (estragando as plantações), escreveu em seu Diário de Campo

Este pilão e as palavras ditas pelo Miro me inspiraram um trabalho artístico sobre o tempo, não tão constante como o do relógio, pois o monjolo obedece ao ritmo das águas da mina. O barulho produzido ecoava ao seu redor, como que dizendo aos bichos: olha, é tempo dos homens (Caderno de Campo, janeiro de 1998).

O projeto de instalação seria de um monjolo a ser movimentado pelas pessoas, de forma que o som e o silêncio e a fala de Miro (que informou sobre as lontras e pacas) estaria nele transcrita. O nome da instalação seria “Tempo das águas: a liberdade do olhar do assentado”.

A partir dessa instalação o pesquisador faria seu texto, chamando atenção para a interação profunda que se estabeleceu entre o pólo pesquisador e o sujeito pesquisado, descrevendo suas práticas e sua interação com a natureza, avisando por exemplo os animais para não se aproximarem (ao invés de matá-los com veneno como fazemos na cidade).

Para todos esses pesquisadores o uso do Diário de Campo foi fundamental. Esta técnica, que deveríamos chamar Cadernos de Campo, tem sido o instrumento através do qual estamos conseguindo que bolsistas de Iniciação Científica adquiram as posturas e atitudes que poderão defini-los como Pesquisadores. As anotações que fazem em suas idas a campo tornaram-se tão essenciais que muitos deles foram capazes de escrever textos reflexivos sobre o tema: alguns mostraram, através de recortes de suas anotações como foram transformando suas formas de entender o rural; outros foram capazes de expressar a ampliação da visão sociológica que obtiveram no esforço de registrar tudo o que viam; um deles trabalhou com a idéia da memória do pesquisador se fortalecendo através da releitura dos seus escritos.

O Diário de Campo foi considerado ainda pelo seu caráter quase lúdico – como de quem realiza a tarefa escolar - enquanto bolsistas interessados no estudo do meio-ambiente perceberam nele grandes possibilidades de abordagem descritiva e compreensiva do sistema. Tivemos ainda textos sobre Caderno de Campo ilustrados com poesias, desenhos, pintura e descrições de instalações.

As possibilidades do uso desse instrumento são infinitas e não caberiam num artigo que se propõe fazer um balanço da “maioridade” dos assentamentos. Encerro, portanto, com um trecho que escrevi sobre os Cadernos de Campo no livro sobre Sociologia Rural acima citado,

Revisando esses textos, recordo com emoção, o quanto esses Diários de Campo auxiliaram nosso grupo de pesquisas em Educação na compreensão de como se re-constroi a diversidade agrícola, as representações na memória e a própria integridade destes sujeitos sofridos – hoje novos atores sociais – nas relações que estabelecem entre eles e com a natureza, nestes novos espaços sociais.

A difícil luta pela reforma agrária na região

Integrante da conhecida “Califórnia Brasileira” (e também, vez por outra, chamada de “Flórida Paulista”, também devido ao seu dinamismo econômico), a região de Araraquara (nordeste do Estado de São Paulo) geralmente é citada como exemplo de pleno desenvolvimento agropecuário. Exatamente por isso, o debate sobre a reforma agrária e projetos de assentamentos nessa grande área de São Paulo sempre foi truncado e mal compreendido. Aliás, o recurso à propalada riqueza rural paulista sempre foi o argumento político mais importante, à época do Congresso Constituinte (1987-1988), na justificativa da exclusão de qualquer área do Estado das políticas de redistribuição de terras.

De fato, os anos 1980 chegam para a grande região nordeste de São Paulo com o reconhecimento de sua pujança econômica e da existência de um mercado consumidor bastante rico. A implantação do PRÓ-ÁLCOOL, em 1975,

só estimulou a indústria sucro-alcooleira ali baseada, fazendo crescer de forma acentuadíssima a área plantada de cana, bem como o número de postos de trabalho junto a essa atividade econômica. Ao lado da cultura da cana, um outro Complexo Agroindustrial se consolidava na região, explorando a produção de citros (*in natura* e sucos). O crescimento dessas culturas também é grande, se bem que menor que o setor canavieiro (Gebara & Baccarin, 1984, pp. 4-5). Essas duas atividades, juntas, ainda dão o tônus do desenvolvimento econômico regional e formam o pilar de sustentação desta “Califórnia Brasileira”, título que só envaidece os privilegiados moradores desse rico interior paulista.

Porém, ao lado da riqueza ostentada pela região, outro cenário crítico foi desenhado pelas forças do mercado capitalista. Intensifica-se nesse mesmo período a exploração da mão-de-obra rural, outrora moradora na zona rural, vivendo sob o regime de colonato. Durante as décadas de 1960 e 1970 esse regime de trabalho se dissolve, com os colonos, em sua maioria, se mudando para a zona urbana, ocupando as periferias das cidades maiores ou as pequenas cidades, transformadas, em poucos anos, em cidades-dormitórios⁵.

Esses ex-colonos, agora trabalhando como assalariados temporários nas colheitas de citros e corte da cana, serão uma das bases da categoria dos trabalhadores volantes ou “bóias-frias”. Além dos ex-colonos, a região, tornada pólo atrator de mão-de-obra, recebe levas de trabalhadores rurais de vários estados (Minas, Paraná e Estados da Região Nordeste do país). Essa gama de ex-colonos e migrantes, pouco assistidos em suas carências, irão se acumulando ao redor dos canaviais e pomares. Do ponto de vista trabalhista, pouca ou nenhuma assistência têm, tanto que, até a greve de 1984, salvo raras exceções, o registro em carteira não era praticado. O próprio vínculo empregatício, quando existente, se dava não com o usineiro ou o proprietário da lavoura, mas com um agenciador de mão-de-obra (o empreiteiro ou “gato”) ⁶.

No período imediatamente anterior às mobilizações dos anos 1980, durante a entressafra das principais culturas, esses bóias-frias buscavam sua sobrevivência em outras atividades agrícolas (capina, colheita de algodão, plantio de mudas de cana) ou partiam para atividades na zona urbana - sempre como mão-de-obra desqualificada. É nesse momento que se agudizam as condições

⁵ Uma descrição interessante dessas cidades-dormitórios - sobretudo Guariba e Barrinha - está em Dancini, Eliane A. *Tempo, memórias e utopias: cortadores de cana em Guariba e Barrinha*. (Dissertação de Mestrado), São Paulo: PUC, 1989.

⁶Embora pode-se constatar melhoras nas condições de trabalho dos assalariados rurais, desde os anos 1980 até a virada do milênio, a subalternidade dessa categoria sempre a relega a uma existência trabalhista instável. Após anos de luta dos sindicatos da região pelo registro em carteira, novas modalidades de exploração como que repõem a provisoriedade desses trabalhadores, como o caso das cooperativas de mão-de-obra. Cf. Finardi, J. A. *O movimento sindical paulista entre divisões e dilemas*. (Dissertação de Mestrado) Unesp: FCL-Araraquara, maio/2000.

de vida desses trabalhadores que vêm bastante reduzidos os seus proventos, além do desemprego ser, no mais das vezes, inevitável.

As características dessa categoria, pouco reconhecida até o início dos anos 1980, passaram a ocupar algum espaço a partir exatamente de estudos acadêmicos pioneiros (D’Incao, 1975), bem como por inserções na mídia que objetivavam justamente a valorização do desenvolvimento econômico da agricultura regional, aparentemente isenta de maiores problemas sociais. Tanto a cobertura jornalística (de tom apologético) quanto a análise acadêmica de teor mais crítico, no entanto, não souberam prever a trágica irrupção desses trabalhadores na arena política nacional.

Pressionados pelas péssimas condições de vida e trabalho, os bóias-frias deflagraram um ciclo de mobilizações notável, que teria a cidade-dormitório de Guariba como seu epicentro. As greves dos “bóias-frias”, que se espalharam por dezenas de municípios (atingindo até outros Estados), se não apontaram diretamente para o assentamento de trabalhadores rurais em terras da região, demonstraram um potencial de luta desse segmento laboral que, até então, a própria pesquisa acadêmica duvidava (D’Incao, 1975). Esses acontecimentos de 1984/5 lançam por terra a idílica imagem de um contexto rural rico e pacífico. A partir de então, o histórico de luta e organização dos bóias-frias, apesar de altos e baixos, não seria mais negligenciado (D’Incao, 1985; Ferrante, 1992; Barone, 1996).

Tal publicização provoca, como efeito acadêmico colateral, a recuperação do histórico de luta e resistência da categoria dos assalariados rurais que tinha suas origens nas mobilizações de trabalhadores rurais do início da década de 1960, época da fundação dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Ferrante, 1992). Duramente atingidos pela política de outorga do regime militar, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ficou imobilizado em sua estrutura, embora vez por outra “pipocassem” pequenas mobilizações das “turmas” no campo.

Nesse ínterim, no tocante à relação entre a luta dos assalariados – no geral por melhores condições de trabalho – e a reivindicação por terra, registra-se, antes mesmo da primeira greve de Guariba (1984), a mobilização dos funcionários da falida Usina Tamoio (Araraquara) em 1983, momento no qual, que pela primeira vez, propôs-se a distribuição de terras para os trabalhadores rurais (Ferrante, 1984).

A política de assentamentos rurais desenvolvida nessa região do Estado, objeto mais diretamente estudado neste trabalho, será também uma resposta estatal ao potencial de organização e contestação dos bóias-frias. Sua singularidade, no entanto, deve-se a um entrecruzamento bastante particular da mobilização dos trabalhadores rurais e das conjunturas políticas, tanto no âmbito do governo estadual quanto do governo federal. Trata-se de um campo específico

das políticas públicas, no qual um jogo de forças sociais irá, direta ou indiretamente, determinar ações no sentido de assentar famílias de ex-bóias-frias em meio a propriedades empresariais das mais produtivas do país.

Pode-se afirmar que a terra passa a compor o conjunto das necessidades dos trabalhadores rurais em três níveis: 1) reivindicada explicitamente pelos tradicionais sem-terras (posseiros, parceiros, ex-arrendatários, etc.); 2) não reivindicada explicitamente nas greves dos bóias-frias; e 3) incorporada pelo Estado como necessidade de reprodução dos trabalhadores. Refletindo sobre a postura do assalariado rural frente à reforma agrária, não se pode deixar de considerar as mobilizações, pontuais mas cada vez menos intermitentes, dessa categoria no sentido da conquista da terra, *“como meio de garantir a sua subsistência, como estratégia de sobrevivência, uma vez que nem o Estado, nem o capital fornecem estas garantias”* (Ferrante & Moraes, 1988, p. 47).

Mas, não apenas as motivações materiais estão em jogo. Segundo o líder sindical que mais interferiu no processo de constituição dos assentamentos na região conhecida como “Califórnia brasileira”, o que move o trabalhador *“não é o puramente econômico; é o desejo de independência: um negócio de raiz”* (Barone, 1996). A luta pelos assentamentos na região em questão, entrecruzamento das necessidades materiais e das aspirações culturais dos bóias-frias teve um impulso decisivo no ano de 1984.

Como resposta aos conflitos de Guariba (e toda a região), a Secretaria do Estado das Relações do Trabalho apresentou, em outubro de 1984, um plano batizado de “Propostas de políticas emergenciais para o desemprego sazonal dos bóias-frias”, que previa o cultivo de áreas ociosas, públicas e particulares, durante o período da entressafra. A implantação desse plano iniciou-se no final de 1984, mais ou menos na época do início da safra agrícola de verão, em cinco municípios do Estado: Penápolis, Brotas, Ipaçu, Paraguaçu Paulista e Rincão (Folha de São Paulo, 05/12/84). Mais conhecido como “Programa Bóia-Fria”, esse plano foi uma das origens institucionais do projeto de assentamento na Fazenda Monte Alegre, sobretudo a partir de discussões no município de Rincão, na região dos conflitos. A partir de 1985 – e na esteira de um novo governo federal (o primeiro civil, em mais de vinte anos) – o governo paulista dá início ao seu programa de assentamentos rurais, contrapartida do Plano Nacional de Reforma Agrária. Derivado desta iniciativa, o chamado “Programa de valorização de terras públicas”, foi outro componente da origem dos primeiros assentamentos instalados na “Califórnia Brasileira”.

Os assentamentos na “Califórnia Brasileira”

Segundo dados publicados em 1995 pelo Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, mais de 77% dos assentados nos primeiros núcleos do

Projeto de Assentamento Monte Alegre era de assalariados rurais (Ferrante & Bergamasco, 1995, p. 22). A presença maciça de ex-bóias-frias nesse projeto é patente, apontando para os liames entre os acontecimentos de Guariba e região nos anos de 1984/1985 e a política de assentamentos rurais promovida, no caso, pelo governo estadual. A constituição dos assentamentos rurais na região, portanto, é mais um capítulo da luta dos bóias-frias da região, sendo que os primeiros núcleos do P.A. Monte Alegre estão diretamente ligados às greves dos assalariados rurais.

Ainda em 1984, o CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal da Fundação Faria Lima) já discutia o “Programa Bóia-Fria” com o STR/Araraquara –importante núcleo organizador dos bóias-frias. Este sindicato, então, promoveu uma campanha que objetivava mobilizar trabalhadores desempregados para o assentamento. Com o *slogan* “Trabalhador que estiver desempregado, procure o sindicato”, foram cadastradas cerca de 200 famílias. A ação conjunta do STR e do CEPAM buscou apoio institucional para a demanda por terra, encontrando-o principalmente junto ao IAF (Instituto de Assuntos Fundiários)⁷.

Estes agentes elaboraram um documento contendo o anteprojeto agrícola do futuro assentamento que funcionaria como solicitação legal, ao firmar-se em disposições da política pública do Governo do Estado. Aprovado no início de 1985, o documento cita a região como sendo *palco de movimentos reivindicatórios de trabalhadores rurais volantes, consubstanciando-se em área de graves conflitos sociais*. A partir disso, reivindica-se uma área de 1.200 hectares no Horto de Silvânia⁸ (a fazenda Monte Alegre), sendo reclamadas duas providências imediatas: a) passar para o IAF a administração dessa área e b) demarcar e cercar os limites entre o assentamento e o horto. O IAF assumiria a responsabilidade de coordenar a atividade produtiva das famílias cuja seleção seria feita pelo sindicato.

Num jogo de marchas e contra-marchas, sindicato, CEPAM e IAF buscaram sustentação a essa proposta. Dentro da própria Secretaria da Agricultura, os administradores da CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora) se colocaram contrários à liberação da área, prejudicando as negociações. Ao lado dessa ação eminentemente institucional, porém, um grupo de trabalhadores, liderados pelo sindicato, tenta, em 04 de julho de 1985, ocupar

⁷ O IAF foi extinto, sendo incorporado pelo que hoje é a Fundação ITESP. Cf. Barone, L.A. Assistência técnica aos assentamentos de Reforma Agrária: da política reativa ao vazio de projeto. *Retratos de Assentamentos*. n° 8, 2000.

⁸ O horto de Silvânia, também chamado de Fazenda Monte Alegre tem suas terras distribuídas por 3 municípios da região: Matão, Araraquara, Motuca (distrito de Araraquara emancipado na década de 1990).

as terras. As vinte e cinco famílias que participaram dessa ocupação foram despejadas logo a seguir. Esta ação, embora frustrada, teve a importância de confirmar uma disposição de luta por parte dos cadastrados pelo sindicato. Poucos dias depois, esses trabalhadores, que acabaram por se alojar no sindicato, voltaram à área pretendida com um outro grupo, desta feita para tomar posse da terra de forma definitiva.

É interessante notar como a tensão social gerada pelo desencadear das greves dos bóias-frias é inteligentemente manipulada pelo sindicato de Araraquara em sua pressão sobre o Poder Público. Conforme avaliado por Maria Edy F. Chonchol (1985), a habilidade da direção sindical é grande, ao *mover-se no contexto das duas políticas do Estado (o Programa Bóia-Fria e a política de assentamentos), provenientes de Secretarias diferentes (Secretaria das Relações do Trabalho e Secretaria da Agricultura)*.

Aproveitando a mesma maré que levou à instalação do primeiro núcleo, em 04/10/85 é assentado um segundo grupo de trabalhadores, que tinham como referência maior de origem a cidade de Sertãozinho, de onde partiu sua principal parcela. Com o apoio de políticos da cidade, sobretudo do PMDB (partido que governava o Estado à época), esse grupo iniciou sua trajetória em direção à terra em 1985, acampando no horto da fazenda Guarani, imóvel de propriedade da FEPASA, no município de Pradópolis. Despejados desse local, os trabalhadores mantiveram o acampamento na beira da rodovia que liga Pradópolis a Jaboticabal durante cerca de dois meses. Negociando com esses políticos de Sertãozinho e com o STR de Araraquara, o governo estadual transfere esses sem-terras para uma nova área na fazenda Monte Alegre. É o início do núcleo II.

Essa mobilização, sobretudo o acampamento realizado à beira da rodovia citada (pela qual trafegavam os caminhões de Guariba que levavam bóias-frias para a usina São Martinho) foi fundamental para despertar a atenção e o interesse de outros assalariados rurais pela questão da reforma agrária. A idéia de ocupar uma área, passou a ser discutida mais intensamente pelos trabalhadores de Guariba.

A efervescência política do momento, que tinha os bóias-frias de Guariba como um foco bastante ativo, também colocava nos meios de comunicação a reforma agrária como uma prioridade da “Nova República”. Então, mais um grupo de trabalhadores – este praticamente todo de Guariba – mobiliza-se para ser assentado. Contando com apoios locais (como o prefeito municipal e o presidente do STR de Guariba), o grupo peregrinou ao menos duas vezes para a capital, tendo audiências com o governador e com o candidato do então PDS ao governo do Estado (Paulo Maluf). Não conseguiram nada com isso, mas não se desmobilizaram e partiram para a ocupação, revelando tanto a disposição

de luta dos trabalhadores, bem como seu distanciamento do governo estadual e do próprio STR de Guariba⁹.

Por outro lado, os trabalhadores que se reuniam no STR de Araraquara tiveram mais sorte, já que essa entidade, juntamente com o IAF (a partir de 1986, elevado ao *status* de Secretaria de Estado), coordenou a seleção de um grupo deles para o assentamento em mais uma gleba da fazenda Monte Alegre. Essa seleção foi oficial, sendo o núcleo III o único que não se originou diretamente da mobilização de bóias-frias, mas a partir de uma iniciativa das instâncias públicas. As trajetórias desses dois grupos distintos, com percursos e dificuldades diferenciadas se cruzaram em maio daquele ano, quando cerca de 60 famílias de Guariba acampam na chamada “área da loba”, dentro da fazenda Monte Alegre. Essa área, porém, já estava sendo preparada para o assentamento daquele que seria o núcleo III do projeto de assentamento oficial.

Pressionados tanto pela CAIC quanto pela SEAF (Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, denominação de então do antigo IAF) esses trabalhadores foram transferidos para o viveiro do horto, onde permaneceram durante praticamente seis meses até se transferirem definitivamente para uma área na fronteira leste da Monte Alegre, onde se instalou o núcleo IV do projeto de assentamento rural daquela fazenda. Antes disso, em agosto de 1986, dezoito famílias foram assentadas na “área da loba”, constituindo-se, assim, o terceiro núcleo de assentamento rural naquele imóvel público.

Nos anos seguintes, o fluxo de entrada na terra naquela área pública não se esgotou, embora nenhum novo núcleo fosse instalado na fazenda Monte Alegre durante o governo do sucessor de Franco Montoro, Orestes Quércia (PMDB, 1987/1990). Vários grupos de sem-terra (basicamente oriundos do segmento assalariado rural regional) acamparam na Monte Alegre nos anos seguintes. Alguns foram absorvidos pelos quatro núcleos lá instalados, outros foram transferidos para o assentamento Bela Vista do Chibarro, projeto implementado pela INCRA no mesmo município de Araraquara. Apenas um dos grupos, que acampava no interior da Monte Alegre desde 1988 foi assentado numa área nova, dando origem ao núcleo V daquele Projeto de Assentamento, com 32 lotes agrícolas instalados entre 1991 e 1992.

O Projeto Monte Alegre sofreria, no entanto, a sua maior ampliação durante o primeiro governo de Mário Covas (1995-1998). Ainda basicamente constituídos por ex-assalariados rurais da região, serão instalados ali o núcleo VI (o maior dos núcleos deste P.A., com 88 lotes) e uma nova parte do núcleo III, também muito maior que os demais. Além da ampliação, estes novos núcleos

⁹ A trajetória do STR de Guariba e de seu presidente, José de Fátima é um capítulo interessante da organização e luta da classe trabalhadora rural paulista. Cf. Barone, 1996.

têm uma configuração territorial diferenciada, sem agrovilas centralizadas (todos os assentados moram em seus lotes de produção), mas com uma área comunitária onde foram construídos uma escola e um centro comunitário. Na mesma época - e fruto do mesmo grupo de trabalhadores que acampou durante anos na área da Monte Alegre – foi instalado pelo ITESP um núcleo isolado de assentamento, no Horto Florestal de Bueno de Andrade (na mesma região do município de Araraquara). Esta área, com as mesmas características legais da Monte Alegre, recebeu um excedente de famílias que não encontraram lugar na Monte Alegre, cujas terras já estariam totalmente ocupadas por assentados. Segue abaixo um quadro atualizado da configuração destes assentamentos:

QUADRO I -Distribuição de lotes e famílias por núcleo e município - P.As. Monte Alegre e Bueno/ITESP

Núcleo	Município	Lotes	Famílias
M.A. I	Motuca	49	49
M.A. II	Motuca	62	62
M.A. III	Matão/Araraquara	Araraquara - 57 Matão – 19	Araraquara - 81 Matão – 19
M.A. IV	Motuca	49	49
M.A. V	Motuca	34	34
M.A. VI	Araraquara	88	88
H. BUENO (apêndice do P.A. M. Alegre).	Araraquara	31	31

Fonte: ITESP/Séc. Saúde (DIR-Araraquara).

Assentamento em terras da usina?

Se o conjunto que contou com os primeiros assentamentos na região (Monte Alegre/Horto de Bueno de Andrade) foi fruto de uma política estadual de reforma agrária e ocupou áreas públicas, nessa mesma conjuntura de retorno a um governo civil no país, um projeto de assentamento será implantado em terras pertencentes a uma usina de açúcar, tipo de empreendimento que hegemoniza a economia regional. Diferentemente dos núcleos do Monte Alegre (e Horto de Bueno), o Projeto de Assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado no município de Araraquara, é originário de uma desapropriação de terras da Usina Tamoio, ocorrida em 1989, ainda no bojo do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

A Usina Tamoio tem uma importância histórica singular na região, chegando a ser, nos anos 50, a maior fabricante de açúcar do Brasil (falava-se, na época, que a Usina Tamoio tinha a maior moenda de cana do mundo). Como uma seção da Tamoio, a Bela Vista seguiu de maneira paralela sua ascensão e decadência. Nos anos 1970, a Tamoio já vivia uma situação crítica, o que pode

ser exemplificado pela sua não participação no Pró-Álcool, programa governamental que impulsionou a agroindústria canavieira em todo o país.

A história da luta pela terra na Usina Tamoio tem início em 1983, quando da decretação da falência da empresa. Nessa ocasião, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araraquara lidera um grupo de empregados em sua reivindicação por desapropriação da área e assentamento dos trabalhadores como forma de ressarcimento das dívidas trabalhistas. À época, tal reivindicação não foi contemplada: numa disputa com outras entidades sindicais (como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação), o STR perde seu espaço no movimento e os trabalhadores optam por indenizações em dinheiro.

No entanto, o pedido de desapropriação, à época enviado ao INCRA, é retomado pelo STR numa nova conjuntura política do país, a da transição democrática e da vigência do Plano Nacional de Reforma Agrária (governo José Sarney, 1985-1989). A questão da Usina Tamoio volta à baila no final da década de 1980. Em 1988, como forma de pressionar pela desapropriação de uma parcela da Usina Tamoio, o STR começa a chamar famílias cadastradas pela entidade para ocuparem a Bela Vista. Vários grupos de trabalhadores (da própria região e de fora) entram na Bela Vista, até que - em dezembro de 1989 - é assinada a desapropriação dessa seção da Usina Tamoio. Vários grupos de trabalhadores rurais entraram na Bela Vista durante os anos iniciais do projeto (1988/89-1992), perfazendo um total aproximado de 180 famílias moradoras no P.A. Esta diversidade de grupos e de origens regionais (muito mais acentuada do que no caso dos núcleos do Monte Alegre), será geradora de divisões políticas bastante demarcadas nos primeiros anos do projeto. Seu desenvolvimento, porém, terá na problemática integração ao sistema produtivo da cana-de-açúcar o maior pólo de conflito, de uma certa maneira fechando um ciclo de contradições sociais que tem justamente na economia sucro-alcooleira seu principal eixo.

Os modos de vida dos assentados da região

Tentar definir os assentados em bloco, como uma categoria social homogênea, enfrenta dificuldades conceituais não pequenas, sobretudo no confronto quase que cotidiano com dados da realidade empírica dessas experiências. Sua inserção econômica, periférica e estranha à estrutura econômica dominante na região, não permite decalcarmos uma identidade de classe definitiva, razão pela qual a própria existência empírica desses sujeitos sociais foi muitas vezes negada ou incompreendida. Oriundos, em sua maioria, diretamente de uma situação de proletarização - para muitos estudiosos, sina irreversível de qualquer categoria de trabalhadores rurais - sua classificação como “agricultores familiares” também deve ser vista com reticências. A

intervenção estatal, realidade permanente para esses trabalhadores é um elemento complicador desta discussão.

O assentado, assim, surge num primeiro momento como um produto direto da ação do estado, tendo sua identidade moldada por projetos que lhe são, em muito, alheios. A resistência dos trabalhadores e suas famílias às imposições estatais constituem-se, portanto, numa pista importante na tentativa de constituição de uma identidade própria para esta nova categoria de trabalhadores. Suas estratégias frente às sempre muito ineficientes iniciativas oficiais compõem um quadro complexo de recuperação de traços do camponês tradicional acrescido de inovações sociais e políticas que a trajetória de cada trabalhador, cada família ou grupo mais ou menos organizado vai desenhando no confronto com a realidade sempre muito difícil da vida num assentamento rural. Conflitos e cooperações se sucedem, transformando os assentamentos em verdadeiros laboratórios sociais, enquanto urdem sua integração ao contexto regional.

Um estudo sociológico desses novos espaços sociais constituídos a partir da instalação dos projetos de assentamentos na região deve focar distintas esferas da ação social dos assentados. As pesquisas realizadas nessas quase duas décadas de atividade do Nupedor acabaram por desenvolver uma perspectiva centrada na noção de modos de vida, cuja principal característica é ser multidimensional, dando conta de uma gama de situações e relações que a investigação continuada revelou. Os modos de vida, ricas tramas empíricas de relações que os trabalhadores assentados mantêm entre si como também com os distintos agentes sociais com os quais se defrontam, na busca de permanecer na terra e garantir sua integração social e política no entorno, significam uma maneira não absolutizada de compreender o sentido complexo desta categoria de trabalhadores rurais.

Códigos tradicionais e estratégias familiares

Na investigação levada a cabo a fim de se conhecer mais sobre a sociabilidade e os modos de vida dessas populações, destaca-se a hipótese desses trabalhadores buscarem, em sua tentativa de reorganizar suas vidas, o recurso ao denominado modelo cultural camponês, algo fortemente enraizado em sua mentalidade, mesmo que estes já tivessem vivido a experiência da proletarização (alguns até mesmo há décadas). Pode-se falar, então, da "economia moral" desses trabalhadores, que orientaria suas ações e a maneira como constituem suas relações, como um modelo racional de conduta, compreensão e reconhecimento¹⁰. A reciprocidade "horizontal", preconizada como regra pelos códigos morais do trabalhador rural, pode construir uma rede de

¹⁰ Cf. Barone, 1996.

relações funcionais na permanência dessas famílias na terra.

Essas “redes familiares” estão disseminadas em todos os núcleos, sendo por vezes perturbadas quando em contato com uma lógica diferente a dos mediadores - técnicos do governo e dirigentes sindicais - provocando sérias conseqüências no processo organizativo interno dos P.A.s. Num exemplo bastante eloqüente dessa recuperação da sociabilidade tradicional como estratégia de desenvolvimento, o núcleo IV do P.A. Monte Alegre potencializou sua organização interna através desse “modelo camponês”, tendendo a sobrepor a ordem familiar - e sua teia de relações - a todos os espaços de sociabilidade e subordinando a esta até mesmo o regime de trabalho em grupo.

Sob o olhar burocrático dos órgãos públicos, a dinâmica familiar que penetra em todos os interstícios da sociabilidade no assentamento é por demais discreta, não configurando – no mais das vezes – nenhum grupo formal. O ITESP, órgão público promotor da experiência de assentamento na Monte Alegre, não leva em conta nos seus planos essa estrutura tão absorvente. Porém, a prática cotidiana dos técnicos desse órgão não pode deixar de levar em consideração os grupos domésticos (alguns tornados arqui-inimigos da ação estatal). A discrição, então, não esconde a influência das famílias mais organizadas. E, no caso do núcleo IV, a influência é muito grande: a família vai se impondo e aumentando sua força.

Assim, os técnicos respeitam as iniciativas dos grupos familiares, bastante autônomos em relação a eles. Se desde os primeiros tempos existem divergências entre a opinião dos agrônomos e a dos assentados do núcleo IV, como na recusa de mudar-se para a área determinada para ser agrovila, a família extensa que lidera os trabalhadores nesse assentamento tem por várias vezes feito valer sua vontade diante das imposições estatais.

A liderança, não explícita, mas eficaz, desse grupo familiar no núcleo IV aparece como de importância fundamental para o desenvolvimento social do P.A. A partir de uma rede familiar ampliada, esses trabalhadores irão lograr uma maior capacidade de permanência na terra, justamente nos primeiros anos de assentamento, momento em que a evasão foi, no conjunto do Monte Alegre, bastante acentuada. Através da instituição do compadrio, que se dá mediante as cerimônias religiosas católicas (casamentos, batizados e crismas), reforçam-se laços familiares já existentes (como entre tios e demais parentes cognatos), como também se estendem esses laços para outros (aos então chamados parentes fictícios), amplificando a rede familiar. Curiosamente, verificou-se no núcleo IV que os homens levam muito em consideração esta questão aparentemente restrita ao universo feminino, o que, além de revelar uma forte religiosidade e apego aos valores tradicionais, mostra que o compadrio é uma importante referência nos domínios do trabalho, dos negócios e da associação política.

A reciprocidade de molde tradicional se manifesta, no entanto, de maneira ambígua entre os compadres, sendo observado que essas relações obedecem a critérios melindrosos. A recusa em atender ou apoiar alguém indicado por um compadre pode ser considerada uma “desfeita”, mudando o rumo da relação. Assim é que as relações calcadas a partir do parentesco, sobretudo o cognato e o fictício, se por um lado podem estabilizar os grupos assentados, por outro, quando entram em “curto-circuito” - (ou seja, quando compadres e parentes se desentendem - o prejuízo é exponencialmente maior.

No núcleo I, onde reside a maior família do projeto Monte Alegre, a pesquisa observou que a interferência de agentes externos dividiu o grupo de parentesco, afastando os compadres e gerando graves desavenças. Assim é que as inimizades e disputas foram justamente entre compadres. Pelo fato de um deles ser aliado do Sindicato de Araraquara, entidade que a potencial “família líder” desse núcleo fazia oposição, o mesmo se lhes tornou um desafeto. A crise entre os compadres não teve um desfecho tranqüilo: certa feita a esposa do compadre inimigo foi esfaqueada por um dos membros da “família líder”. A divisão política advinda do exterior do âmbito doméstico (alinhamento ou não ao sindicato) levou à quebra das regras de conduta baseadas nos códigos morais. Se a soma de forças necessária para vencer as dificuldades na terra é contemplada pelo estabelecimento da instituição do compadrio – vetor da reciprocidade horizontal preconizada pelos códigos morais – a análise dos exemplos concretos dessas relações revela o equilíbrio instável desse constructo social.

Se a economia moral dos trabalhadores rurais impõe um jogo de solidariedade horizontal (entre iguais), tendo por base o grupo de parentesco, os assentados põem a nu, também, através da maneira de se relacionarem com agentes sociais de fora do assentamento, a reciprocidade com o desigual, tecendo alianças ou cobrando comportamentos dentro da lógica da patronagem/clientela. Assim é que os técnicos do ITESP acumulam experiências, as mais diversas, nesse sentido. Por vezes eles são aliados, recebendo agrados na expectativa de retribuir, como representantes do Poder Público Estadual, com algum privilégio ou vantagem. O contrário também é comum, colocando o agente oficial na qualidade de inimigo, por ser “mais amigo” de algum rival, ou simplesmente por não corresponder às expectativas dos assentados. É nesse contexto que muitos agrônomos reclamam de uma postura “excessivamente paternalista” que eles não querem ter, mas que os assentados lhes cobram.

Submerge, assim, uma proclamada consciência política dos trabalhadores sem-terra, no imenso oceano da economia moral. Pode-se falar mesmo da operação de duas lógicas na organização dos projetos de assentamentos. A primeira, a dos técnicos, obedeceria à racionalidade moderna, operando através dos imperativos da impessoalidade e do contrato comercial. A segunda, a dos

assentados, ratificaria os “códigos de re-conhecimento social” (Barone, 1996), decalcados de uma economia moral que orienta os trabalhadores em suas ações.

Sociabilidade política e modos de vida

Mas não apenas a tradição, que pode fazer supor uma repetição do passado é um elemento importante na constituição desse novo espaço social. A análise das ações dos assentados, em sua busca por inserção social, econômica e política no entorno, revela também um tanto de inovação. A invenção é, por assim dizer, cotidiana nessa situação de assentamento. A remissão a códigos e valores ditos tradicionais surge, então, como uma forma de representar, compreender e enfrentar os não pequenos obstáculos dessa travessia.

Contudo, o convívio entre esses trabalhadores apresenta desafios que parecem estar fora do alcance dos modelos tradicionais que a pesquisa do Nupedor testou em várias situações. O estudo das relações políticas nos assentamentos tem sido exemplar no levantamento de pistas sobre o esforço inovador dos trabalhadores assentados. Um histórico de conflitos internos – geralmente avaliados como indicador de incompatibilidade com as exigências da gestão autônoma desses territórios – revela, numa observação mais acurada, justamente o contrário: os passos decisivos dessa população no sentido de conquistar sua emancipação política, através de um jogo específico no campo do poder (Bourdieu, 1989), mesmo que no território restrito de um Projeto de Assentamento.

Para essa análise, o assentamento Bela Vista é particularmente interessante. Isso porque o histórico desse projeto tem, como característica marcante, uma ausência de conflitos no período de ocupação das terras (Rosin, 1997), seguida, após a instalação das famílias, de um período bastante turbulento de conflitos internos entre diversos grupos. Para esses trabalhadores, a dramática reconstrução de suas vidas num novo território terá no campo da organização política uma esfera rica em tensões e conflitos.

O espaço social do assentamento será pontuado por esses conflitos que – ao longo dos anos – marcarão decisivamente suas relações políticas internas. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente – no processo de sua integração ao contexto regional – tais se apresentarão, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes do próprio assentamento – o que resultará numa dinâmica política singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo. Os conflitos, então, podem ser compreendidos a partir da operação de racionalidades distintas, orientando as estratégias dos assentados para melhorar suas posições no interior desse campo específico.

A dinâmica das assembleias indica fragilidade no tocante a um certo processo de deliberação, muitas vezes dependente de agentes externos ao

assentamento (presidente do sindicato, técnicos do ITESP, agentes da CPT). Porém, a constituição do campo político no assentamento terá, nos mecanismos de instituição dos coordenadores internos - bem como no encaminhamento de suas gestões - um indicador muito preciso de seu desenvolvimento. Os distintos grupos que foram assentados na Bela Vista sempre estiveram, de alguma maneira, representados nas disputas políticas internas - seja na eleição de representantes, seja nas organizações associativas internas. Isso mesmo após uma certa absorção e aparente homogeneização sob influência do Sindicato. Por outro lado, a atuação das lideranças dos grupos nem sempre buscou atender aos interesses dos seus agregados, sendo comum às reclamações de iniciativas políticas com fins exclusivamente pessoais.

Um certo tipo de desautorização, bastante comum no encaminhamento de decisões coletivas no assentamento, será - por sua vez - instrumento de crítica a uma ou outra liderança. Além de incentivarem um certo padrão de comportamento individualista, tais desobediências também enfraquecerão o conjunto dos trabalhadores em suas deliberações e prejudicarão as lideranças envolvidas nessas pendengas, podendo ser importante fator na sucessão das coordenações internas. Por outro lado, diante do verdadeiro *imbróglia* institucional e de encaminhamento dos projetos por parte dos órgãos oficiais, tal desobediência, por vezes, pode ser encarada como recusa de aceitar as imposições - de conseqüências claudicantes - do Estado.

A presença ativa das lideranças do grupo de Promissão, nos primeiros anos após sua chegada, irá determinar uma concorrência política que terá, como um dos epicentros, a disputa pelo posto de coordenador do assentamento. Assessorados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), esses trabalhadores irão reagir ao estigma forjado quando de sua chegada não desejada competindo, primeiro no campo das organizações associativas (a concorrência entre Cooperativa - montada pelas lideranças próximas ao Sindicato - e as Associações, geradas a partir do trabalho da CPT) e depois - entre 1993 e 1994 - vencendo as eleições para a coordenação interna do P.A..

A administração da COAPRA (Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores Rurais de Araraquara) - que terá sob sua responsabilidade um parque de máquinas grande e uma extensa área para prestar serviços na Bela Vista - acaba por exigir bastante dos líderes mais capacitados do grupo identificado com o Sindicato, absorvendo-os nas divergências que eclodiram já ao final do seu primeiro ano de atividades (safra agrícola de 1991/92). Enquanto isso, com uma parcela menor de serviços e recebendo intensivo acompanhamento do agrônomo da CPT, o único trator do grupo dissidente (Associação Canaã de Chico Mendes) não gerará grandes conflitos, ao menos em seu primeiro ano de trabalho.

As eleições municipais de 1992 também influenciarão essa aparente supremacia do chamado grupo de Promissão. O apoio dado pela CPT ao presidente do Sindicato, que era o candidato do PT à Prefeitura de Araraquara, facilitou as relações políticas entre os grupos rivais.

A guinada na direção do assentamento, privilegiando o grupo de liderança assessorado pela CPT, não ocorreu, portanto, de uma maneira especialmente conflituosa. Neste aspecto, o jogo no campo político no período inicial do P.A. encaminhou-se em relativa tranquilidade, sobretudo no tocante à oposição entre o grupo do Sindicato e o grupo dissidente apoiado pela CPT. As afinidades entre as propostas de organização patrocinadas pelo DAF/ITESP e pela CPT, agências de mediação atuando na racionalização do campo da organização da produção, sem dúvida, explicam essa sucessão pacífica.

Novos eixos de tensão política irão determinar conflitos mais sérios, ao mesmo tempo que as agências de mediação – CPT de uma parte e Sindicato de outra – se esforçarão para manter sua disputa política ativa, mas sem explícitas manifestações de hostilidade. O endurecimento do conflito interno terá a replantação da cultura da cana-de-açúcar naquela área como foco principal. Estará sob responsabilidade de um grupo de trabalhadores, identificados com a Associação Independente, essa iniciativa polêmica no assentamento.

A trajetória dos trabalhadores que formaram a Associação Independente explica, em muito, essa posição fortemente contrária aos agentes do Estado e “pró-cana”. Parte deles era do grupo de Promissão, cuja chegada foi bastante hostilizada pelos agentes do DAF/ITESP local, sobretudo devido ao alinhamento político entre este órgão e o Sindicato. Outros trabalhadores da Associação Independente foram inicialmente integrantes da COAPRA, cuja dificuldade em levar a cabo os serviços de preparo do solo no ano agrícola 1991/92 acabou por prejudicá-los. O descontentamento desses produtores provinha do *imbróglio* financeiro no qual foram lançados, ao tomarem empréstimo dos bancos sem poderem concluir as necessárias tarefas para a produção.

A Associação Independente transforma-se, então, na oposição mais sistemática à atuação das lideranças estabelecidas no assentamento, bem como aos principais agentes externos que lá exercem alguma influência (Sindicato, ITESP/DAF e CPT). Sua participação na Comissão Interna dura pouco tempo, indispondo os "independentes" com todos os outros integrantes da Comissão. Os motivos mais concretos dessa "briga", bem como sua dinâmica no espaço social do assentamento, explicam a fragmentação interna que permanece até hoje na Bela Vista. Verifica-se, aí, a racionalidade dos agentes na busca de superarem as dificuldades na esfera da produção. A maneira como essa estratégia se desenvolverá, no contexto dos “recursos” políticos e econômicos “disponíveis” (Giddens, 1989) será geradora de mais conflitos.

Com relação ao apoio da Associação Independente à replantação do

cultivo de cana-de-açúcar na Bela Vista, seu principal líder sempre argumenta que este "projeto" garantiu "emprego para a população do assentamento" e que o objetivo final da Associação é trabalhar para a industrialização da cana no interior do assentamento. Entre 1999 e 2001, este grupo conseguirá recursos para implantar, de forma extensiva, a cultura da cana na Bela Vista. É digno de nota que, nessa época, a Associação Independente trouxe para trabalhar no plantio de cana no assentamento tratores e implementos da usina que firmou contratos com os assentados, caracterizando – ao menos para os adversários desse grupo – o arrendamento das terras da Bela Vista à Usina.

Apesar de uma certa agressividade verbal, nenhum conflito com vítima aconteceu nesses anos iniciais do assentamento, quando se observa apenas a dinâmica de suas disputas políticas. Nesse campo, o conflito se sucede aos acordos e aos momentos de contemporização. A eleição de alguns coordenadores, embora sempre em meio a disputas acirradas, teve esse efeito pacificador. Isso foi particularmente notável no caso de Geraldo Stravatti, eleito em 1991 e reeleito em 1992. Esse assentado, embora não contasse com a participação do grupo de Promissão em sua eleição – num claro movimento político de boicote – atravessou dois mandatos mantendo boa relação com os dissidentes.

O primeiro coordenador do grupo de Promissão eleito também exerceu dois mandatos (1993/1994 e 1994/1995) com relativa tranquilidade. Foi em sua gestão que se formou a Comissão Interna, caixa de ressonância dos conflitos políticos internos e verdadeiro fórum de decisão no assentamento. Assim, em meio aos conflitos recorrentes na Bela Vista, constata-se um comportamento que atua de forma a negar o caminho da hostilidade, é a presença dos que, em suas próprias palavras, "*não querem briga*". Embora tal definição caiba para muitos daqueles que não participam ativamente do campo político, alguns dos líderes que exerceram representação no assentamento adotaram esse estilo mais conciliador.

O campo de disputas constituído pelos grupos identificados tanto com o Sindicato quanto com a CPT (este, muitas vezes confundido com o grupo de Promissão) ou com a Associação Independente, será produzido pelos – e produto dos – discursos que suas lideranças proferem. Nesse aspecto, o desenvolvimento das lideranças e seus respectivos posicionamentos, refletem diretamente a disputa pelo "poder simbólico", do qual fala Bourdieu.

Fazer parte dos "*que estavam aprendendo a lutar*", ou dos que "*são compromissados com o assentamento e a reforma agrária*", ou ainda dos que são "*socialistas*" e enfrentam o poder e a influência dos que "*distorcem todo o processo da reforma agrária*", expressões utilizadas pelos assentados, em depoimentos colhidos, são características auto-identificadas que pontuam as falas das lideranças, elementos da consciência discursiva mobilizadora de

forças sociais, através "*da legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia*" (Bourdieu, 1989, p. 15).

Para além da produção dos discursos sobre si e sobre os outros, sem dúvida um elemento importante na racionalidade imprimida pelos agentes em suas disputas políticas, uma certa postura diante da imposição - ou tentativa de imposição - de regras, pode levar ao que D'Incao e Roy (1995) chamam de círculo de *invalidações recíproca*, outro elemento notável na ação das lideranças que dinamizam o campo político no assentamento. As recorrentes desautorizações de decisões tidas como "coletivas", se às vezes enfraquecem os fóruns de deliberação, em outras ocasiões reforçam a posição de determinados líderes ou grupos. Foi assim em todo processo que legitimou a Associação Independente e suas lideranças. Ser contra a expulsão de trabalhadores ou ser a favor dos que plantaram cana – sempre numa atitude oposta às deliberações da Comissão de entidades do assentamento – foram iniciativas executadas a partir de um cálculo político bastante racional e eficaz. Essa racionalidade prática, de caráter estratégico, muitas vezes é avaliada negativamente (vista como “irracional”) pelos estudiosos e técnicos.

Porém, a não colaboração com a comunidade, mais especificamente a desautorização de decisões coletivas, se é um motivo constante de brigas no interior do assentamento, o é justamente porque, muitas vezes, se inscreve no campo das disputas políticas, contrapondo líderes e grupos em busca de legitimação. Até quando existem atitudes individuais refratárias a decisões no assentamento, tais comportamentos podem significar uma tomada de posição claramente racional contra o desacerto institucional que representa a política de assentamento perpetrada pelo INCRA e pelo ITESP. O conflito põe em evidência a tensão sobre a qual as relações sociais serão construídas. Mesmo a inimizade ou a guerra, já o disse Simmel. Este clássico propõe a superação da dicotomia simplista entre *conflito* e *harmonia*, já que o primeiro *é um modo de conseguir algum tipo de unidade* (Simmel: 1986, p.122). A busca de legitimidade ou *reconhecimento* (Bourdieu, 1989) também aponta para o conflito como ingrediente da dinâmica de disputa de um certo tipo de capital cuja posse, ou não, posicionará os agentes no campo e direcionará suas lutas. Mais do que “brigas”, os assentados e suas organizações de base experimentam o duro aprendizado das relações políticas democráticas.

As alternativas econômicas nos assentamentos: entre a diversificação agrícola e a monocultura canavieira

A trajetória produtiva dos assentamentos na região de Araraquara oscila entre a produção de grãos nos anos iniciais, uma busca por diversificação agrícola - que vai da fruticultura a algumas experiências isoladas de produção orgânica – chegando a uma mal resolvida – política e juridicamente – integração ao

complexo agroindustrial sucro-alcooleiro.

Estimulada pelo órgão técnico que presta assistência aos P.A.s no Estado (DAF/ITESP) a cultura de grãos – notadamente o milho – é a primeira a ser desenvolvida pelos produtores assentados em larga escala. Durante os primeiros anos, tanto no Monte Alegre quanto na Bela Vista, essa produção foi praticamente exclusiva. Ressalta-se que, apesar de alardeados resultados recordes, tal iniciativa, num médio prazo, levou à estagnação e à inadimplência dos assentados.

No Monte Alegre, nos primeiros anos agrícolas enfrentados pelas famílias ali assentadas (1985-1986), o DAF/ITESP, com a anuência da liderança sindical que encabeçou a luta desses trabalhadores, impôs a produção coletiva de grãos (arroz, amendoim e milho). Essa estratégia, racional do ponto de vista técnico, redundou em desavenças entre os trabalhadores – e destes com os técnicos – o que prejudicou o planejamento econômico e alternativo de arranjos produtivos que privilegiassem as expectativas dos assentados. Além disso, um cronograma de investimento truncado – como no caso da correção do solo – só levou a uma queda brusca da produtividade e, conseqüentemente, à inadimplência dos assentados junto aos agentes financeiros que assistiam aos P.A.s.

Em poucos anos, essa situação cria uma expectativa nos trabalhadores em relação a uma proposta de plantio de cana-de-açúcar no assentamento, em parceria com uma usina do município de Motuca (Stetter, 2000). Patrocinado pelo prefeito dessa cidade, o “consórcio para plantio de cana”, embora dividisse as opiniões neste P.A., sofreu forte resistência por parte das lideranças ligadas ao sindicato e também do ITESP. Desde esse episódio, em 1993, a cana entrará e sairá de cena pelos próximos 10 anos, até o ITESP, enfim, regularizar, entre 2002/2003, a produção de culturas agroindústrias nos P.A.s instalados pelo governo estadual. Na prática, uma vitória dos patrocinadores da cana no Monte Alegre.

As questões que acompanharam a polêmica da implantação da cultura da cana nos assentamentos também repercutirão na apreciação acadêmica do fato. Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistem em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana seria mais um episódio do *natimorto processo da integração dos assentamentos na região* (Pinassi e Queda, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, insistindo na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos em suas diferenciações – e não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista – o “consórcio” deve ser compreendido como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local e a inserção nos

sistemas produtivos regionais: mediações que têm que ser pensadas de uma perspectiva multidimensional e não unicamente por uma determinação econômica.

No final de 1993, o então Prefeito do Município de Motuca lança na grande imprensa e nos meios de comunicação locais, o discurso de que levaria à redenção o assentamento da Fazenda Monte Alegre denominado por ele de “*favela rural*”, através de um consórcio entre assentados e a usina açucareira Santa Luiza Ltda para o plantio da cana-de-açúcar. Críticas a esta opinião estigmatizadora, explicitadas em documento organizado por um grupo de assentados afirmando que o “*plantio de cana é uma proposta de usineiros e não de um prefeito que deseja resolver os problemas do homem do campo*” provocaram divisões entre os próprios assentados, os técnicos do DAF e demais agentes ligados ao P.A. Monte Alegre, criando-se um campo de disputas no qual o prefeito, revestido da figura de bom patrão, procura isentar-se de maiores responsabilidades.

O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assenta-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não é discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados pelo consórcio, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar, cultura que, comprovadamente, não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção. Nos 4 hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão.

Entretanto, o exame das peças constitutivas do consórcio nos põe diante de um quadro, no qual a liberdade e autonomia são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de assalariamento. Poderes e controles a esquadrihar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”. A Usina deveria formar turmas para o plantio e posteriormente para o cultivo dos canaviais, utilizando exclusivamente mão-de-obra dos assentados, recrutando, de imediato, um trabalhador por família consorciada e admitindo-o como seu funcionário. Sob os benefícios sociais anunciados como vantagens do vínculo empregatício, configura-se a perspectiva de ser efetivado o consórcio, voltando o assentado à condição de proletário rural.

Tal proposta foi duramente criticada pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) e pelo próprio INCRA, especialmente pelas ambigüidades acenadas na perspectiva do assentado ser consorciado. A Usina, ao enunciar, dentre os benefícios de cessão de parte da área do assentamento à plantação de cana, o fornecimento de meio litro de leite de soja por dia para cada criança, além de 30 toneladas de bagaço

auto-hidrolizado, a manutenção permanente das estradas de acessos aos assentamentos, o controle de erosão dos solos e sua recuperação através da aplicação de calcário, adubos e vinhaça, tenta realimentar as expectativas dos assentados de ter, na condição de consorciados, um “bom patrão”. O documento oficial que define as cláusulas do consórcio colocava como possibilidade a “redenção dos assentamentos”, sendo aventada a possibilidade da Usina ocupar o papel do Estado na administração dos assentamentos contraposta à perspectiva dos assentados perderem suas terras em curto prazo face à aceitação de tal arrendamento, hipótese defendida pelos críticos do consórcio.

Em meados de 95, a usina reaparece no núcleo da Fazenda Monte Alegre com uma proposta de consórcio modificada, o qual estipulava 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior. Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do DAF, no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos, caso a parceria se efetivasse. A parceria começa a ganhar mais adeptos. Um projeto piloto para plantio de cana-de-açúcar é apresentado, supondo a constituição de uma cooperativa que deveria ser credenciada como responsável para conduzir as mediações entre os trabalhadores e a iniciativa privada, com a garantia de parceria, na fiscalização com o DAF.

O projeto piloto pressupunha que a cooperativa, sob supervisão do DAF teria poder de livre negociação com empresas do setor sucro-alcooleiro. Condições são definidas: utilização máxima de 50% do lote agrícola de cada participante, responsabilidade da Usina para os serviços de mecanização, preparo de solo, calagem, adubação e sulcamento, operações de plantio feitas pelos trabalhadores com utilização de mão-de-obra familiar, serviços de carregamento e transporte contratados pela cooperativa.

Em princípio, os termos do projeto piloto pareciam respeitar a autonomia dos assentados, harmonizando interesses dos produtores, dos órgãos técnicos, dos sindicatos. A previsão de avaliações intermediárias do processo, com a participação dos diretamente envolvidos parece dar a este segundo ato de entrada da cana nos assentamentos, um caráter mais coletivo, que estava absolutamente ausente das formas e papéis previstos no primeiro consórcio.

Apesar do crescimento do número de famílias interessadas – de 70 a 80% – em aderir ao plano piloto e à parceria com a usina, as condições de sua operacionalização sob comando de uma cooperativa frustraram-se, pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por outros para suas vidas. Paralelamente, a entrega de 140 títulos de uso da terra para as famílias assentadas em outubro de 1995, cerimônia pautada por muitas falas de garantias de autonomia e de permanência da terra parecia a própria expressão dos paradoxos que se fazem presentes no modo de vida

dos assentamentos. Paradoxos reveladores de que idealizações não correspondem ao que é posto em prática nos assentamentos, nem implicam no atendimento às necessidades de reprodução social dos assentados (Ferrante e Santos, 2003).

Em um jogo de expectativas, idealizações e irrealizações, estratégias familiares para se viver melhor na terra aparecem no mesmo cenário em que a cana ganha espaço crescente. Expressões de clientelismo por parte do poder local se contrapõem a outras tentativas de uma nova cultura política. A tramitação do projeto de plantio de cana-de-açúcar no Monte Alegre encontrou empecilhos para sua implantação, especialmente pelas controvérsias da operacionalização da proposta e, mais diretamente, pelo fato do prefeito “bom patrão” – principal agente deste processo – ter mudado de cenário político, transferindo-se para a cidade de Matão a fim de disputar as eleições municipais de 1996.

Contrariamente ao ocorrido no Monte Alegre, onde a entrada da cana por meio de um consórcio é expressão nítida da vontade política do prefeito e agentes do poder local de se apropriarem deste espaço social produzido pelo assentamento de centenas de famílias, no P.A. Bela Vista, durante esse mesmo período, dois trabalhadores resolveram por em prática um acordo que fizeram com a Usina Zanin e começaram a transportar para o assentamento mudas de cana-de-açúcar para plantá-las em seus respectivos lotes (novembro 1994). Acusados de traidores da reforma agrária conseguem provocar uma reação de consenso: as demais famílias se unem e, além da troca de ameaças e agressões, as mudas plantadas são arrancadas. Os assentados invadem o escritório do DAF, exigindo a presença de um representante do INCRA para intermediar o impasse. Audiências públicas sob direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara movimentam a sociedade civil. O conflito ganha espaço na imprensa. O INCRA posiciona-se contrariamente ao cultivo da cana-de-açúcar, nos módulos agrícolas do assentamento e ameaça de expulsão os que fossem contrários a tais regras.

No discurso do INCRA à época, objetivos da reforma agrária e plantação de cana tinham incompatibilidades congênicas. A promotoria pública intercede como mediadora do conflito e os 2 trabalhadores taxados de vilões são novamente incorporados à comunidade. Aparentemente, sem conotações políticas, a cana sai de cena. Como se sua passagem pelas terras do Bela Vista do Chibarro tivesse sido um ato infrator individual. A questão, aparentemente encerrada, reaparece em 1997, nutrindo-se do altíssimo grau de inadimplência dos assentados – provocado pela mesma crise da cultura de grãos – e patrocinada por um grupo organizado de assentados, ganhou imediata adesão de um grande número de agricultores, conforme relatado acima.

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de

matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constitui em uma sombra a nublar, não necessariamente provocando tempestades, a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Diversificação que se fazia presente especialmente no núcleo de assentamento da Fazenda Monte Alegre. A reordenação da produção, com conseqüente tendência à pluriatividade no qual chegou a ganhar espaço significativo a fruticultura combina-se à experiência que acenavam com a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas como parte das estratégias de permanência na terra.

Entram nesse processo estratégias utilizadas para correção do solo, combate às pragas, manejo dos recursos com auxílio de agricultura alternativa. Estratégias criadas e recriadas, com freqüência, como parte de arranjos familiares. Assentados ainda que em pequeno número, recorrem a materiais orgânicos e animais, sem a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química para potencializar o rendimento da produção. A diversificação de estratégias utilizadas na preparação do solo pelos assentados, desde o calcário para solos mais pobres, como foi o caso de um assentado que precisou adicionar à terra 7 toneladas de calcário em seu lote até a utilização de formas naturais (adubo verde e adubo orgânico) para fertilizar a terra chegaram a configurar estratégias outras de sustentabilidade. Estratégias que parecem se esvaziar ou perder progressivamente o fôlego com a revigorada nova entrada da cana.

No recente quadro de gestão municipal (2001-2004), a proposta do “consórcio” entre a Usina Santa Luiza (de Motuca) e o projeto de assentamento Monte Alegre, já debatida no ano de 1993 volta à pauta, exatamente através do prefeito, ele mesmo ex-funcionário da usina. De um lado, a voracidade do agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais; de outro, os assentados reduzem o espaço reservado ao pasto para as vacas leiteiras, aos pomares de frutas, como reação ao próprio cercamento das usinas. Ou então começam a trabalhar fora - como motorista e em outras atividades não agrícolas - para não ceder à pressão da cana e continuarem na terra.

No outro espaço, o assentamento Bela Vista do Chibarro, numa articulação entre uma usina de Araraquara e um grupo de assentados inicia em 1997/8 o cultivo da cana-de-açúcar em parte do seu território. Apesar do INCRA ter se mantido na posição contrária, refutando especialmente as formas de subordinação impostas pela agroindústria à pequena produção, a cana segue seu itinerário, nenhuma ação enérgica ou consistente é levada adiante para mudar esta trajetória, além dos lamentos - ouvidos aqui e acolá - que parecem recriar estigmas da incapacidade dos assentados de terem outro destino (Baú, 2002).

Indiferentemente aos lamentos e aos estudos, a pressão das usinas segue sua marcha, através de políticos locais, como prefeitos e vereadores ligados a tais empresas e de deputados eleitos pela região que tentam levar o INCRA a rever sua postura permitindo o plantio da cana nos lotes dos assentados. Sem participar diretamente deste vai e vem que tem contornos políticos, os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam progressivamente a aderir à cana, justificando sua “opção” pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra, pela expectativa de ter um rendimento fixo proveniente da cana necessário ao sustento da família. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

O INCRA, apesar de continuar, em princípio contrário ao plantio da cana, parece assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria recente (24/10/2002) (re)estabelece parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justifica a portaria que acaba por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos” (Portaria ITESP nº 075-24/10/02).

Mantém-se o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 ha, estipula-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deverá ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permita a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que está, de fato, ocorrendo. Há manifestações de resistência, agravados no caso das queimadas.

A polêmica é recesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados. Na avaliação do prefeito, *a crítica situação dos assentados não é culpa da falta de investimentos dos governos (estadual, municipal), mas de ingerência da própria FERAESP e, em alguns casos, dos próprios assentados* (Folha de São Paulo, 13/10/2002). O movimento sindical, em princípio afastado desta disputa, volta a entrar em cena, estimulando

audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

No outro espaço – assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA – há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras há quase 5 anos. Denúncia encaminhada pelo ITESP ao INCRA, o qual permanece como ator coadjuvante, sem deixar explícito qual será seu papel. Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço um pequeno grupo ainda resiste, dentre as 176 famílias, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. “*A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e de moradia*” é o desabafo de um assentado que tem procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma postura comandada pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, uma perspectiva que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola e na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições (Ferrante e Santos, 2003).

Como divisores de água, a queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrihado por outros saberes e poderes.

Além do embate simbólico, a (re)introdução da cultura da cana na Bela Vista divide os assentados e cria uma possibilidade de confronto com trabalhadores sem-terra que há anos acampam na região. Buscando legitimar sua luta, ao mesmo tempo que condenando os assentados que estariam demonstrando pouca preocupação com a “reforma agrária”, um grupo liderado pela FERAESP ameaça ocupar os lotes com cana, símbolo de uma produção anti-social, anti-reforma agrária. A luta pela terra, nas terras dos canaviais, prossegue.

Na relação com o meio ambiente, novas perspectivas

A questão do meio ambiente nos veio através da questão da cultura, conceito crucial dos nossos enfoques desde os primeiros momentos desses 18 anos de estudos. Mas essa questão não surgiu de imediato. Sabíamos que a cultura traz embutida em si, como eixo crucial dos modos de vida camponeses, o manejo do meio ambiente, ou seja, as práticas que permitiram lidar com a natureza de forma a preservá-la para dela continuar vivendo. De início, no entanto, estávamos tão envolvidos em compreender os novos atores sociais que se formavam naquele novo espaço que prestávamos atenção à natureza apenas como cenário da situação. Conforme nos lembra Rafael Baraona, é preciso compreender os camponeses “por dentro” para não correr o risco de vê-los apenas como números e porcentagens de dados burocratizados que mais os escondem do que revelam (Baraona, 1994).

Para conseguir compreendê-los por dentro, assimilando o significado doloroso das rupturas sofridas e o significado heróico de suas lutas, colhemos histórias de vida daqueles homens e mulheres, os mais receptivos que narravam sem dificuldades suas memórias.

Publicamos em 1995 um nº de Retratos de Assentamentos que chamamos *Autoretratos*. Os artigos ali escritos desvelam diferentes maneiras de expressão da memória: memória de luta, memória da terra, memória masculina x memória feminina, e evidenciam o quanto nos preocupava as questões relativas à luta política, à construção da identidade e ao processo de trabalho (Whitaker e Fiamengue, 1995).

Enquanto estudávamos os processos de trabalho, ora na criação do bicho-da-seda, ora na produção da farinha de mandioca, ora na criação de animais, ora nos plantios variados, foi nos chamando atenção a relação dessas famílias com a natureza e um dado fundamental emergiu vagarosamente da situação.

Em terras que haviam sido devastadas pela monocultura de eucalipto (caso da Fazenda Monte Alegre que fora Horto da FEPASA, a qual utilizava a madeira para seus dormentes) os assentados estavam realizando o milagre de fazer ressurgir a diversidade agrícola. Por conta das alternativas que tiveram que buscar para sobreviver (já que o plantio de grãos, objetivo inicial desses projetos não dera certo face à pobreza do solo e à falta de apoio do Governo do Estado) um sem número de variedades de produtos haviam sido plantados, animais de pequeno porte estavam sendo criados, tanques para criação de peixes e/ou rãs haviam sido construídos e árvores nativas eram replantadas a partir da consciência ambiental que os animava em maior ou menor grau, dependendo da experiência de cada um.

Descobrimos então que não é possível pensar relações sociais na zona rural sem a mediação da natureza, o que torna tais relações infinitamente mais

complexas do que se pensa. Esse talvez seja o maior obstáculo epistemológico à compreensão do homem rural.

Assim, quando passamos a observar a natureza em reconstrução compreendemos que uma nova metodologia se fazia necessária para compreender esse “outro” do homem urbano, que tem sido alvo de preconceitos a partir de tudo o que é urbano: cidade, mídia, literatura¹¹ e a própria ciência. Fruto dessas observações procuramos em livro voltado às questões metodológicas emergentes¹² denunciar as armadilhas do preconceito, descrever as técnicas por nós utilizadas para superação dos preconceitos e apontar para a questão da reconstrução da diversidade agrícola naqueles espaços (Whitaker, 2002).

Note-se que não estamos falando em reconstrução da biodiversidade, pois uma vez destruído um ecossistema, fica comprometida toda biodiversidade, cuja complexidade é impossível de restaurar. O que registramos foi o estabelecimento de sistemas de produção agrícolas e criação que articulavam várias práticas, fazendo renascer a diversidade própria da vida rural tradicional e que a monocultura do complexo agroindustrial eliminou. Diversidade que é, sem dúvida, ameaçada se a produção de cana, em cena e em alta no presente, reproduzir o sistema de poderes e controles das usinas.

A trama das relações sociais e as tensões na integração dos assentamentos no contexto local: atores, conjunturas e políticas municipais

Para os pesquisadores que insistem na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos em suas complexidades, as relações envolvendo poder local e a inserção nos sistemas produtivos regionais têm que ser pensadas de uma perspectiva multidimensional e não unicamente por determinações de uma lógica econômica.

No tocante ao planejamento público das intervenções pró-desenvolvimento rural no Brasil, somente a partir da segunda metade da década de 1990 é que tal enfoque ganha importância decisiva. Segundo analistas da temática, o fundamental nessa nova tendência é *a mudança de prioridade do enfoque produtivista-reducionista para o enfoque da sustentabilidade, um conceito holístico, cuja abrangência envolve os condicionantes ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, dentre outros* (Flores e Macedo: 1999, p. 43).

Quando essa discussão se volta para a realidade dos assentamentos rurais, podemos citar que há anos a questão da descentralização das experiências de assentamentos vem se apresentando como problemática para os órgãos oficiais

¹¹ Para os preconceitos contra o rural na literatura ver: Dantas, A. *Uma Tentativa de compreensão do homem rural: diferentes olhares*. (Dissertação de Mestrado) UNESP – Araraquara, 1995.

¹² Whitaker, D.C.A. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Letras a Margem, 2002

gestores da reforma agrária. Esse processo, ainda incipiente e incerto, faz aumentar a importância das Prefeituras no desenvolvimento de ações institucionais nos P.A.s. Em abril de 1999, já no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, é apresentado o documento *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural - Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*^{*}, base das iniciativas federais no tocante à questão da produção familiar como um todo e dos assentamentos rurais em especial, já que preconiza, em sua apresentação, a *reformulação da reforma agrária*. Buscando estabelecer uma linha de continuidade desde as ações do governo Itamar Franco, o documento cita a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, como um passo primeiro na direção de uma política completa para o setor. Sobre o PRONAF, ressalta-se que sua viabilização no âmbito municipal cobra a organização de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, fórum cujas atribuições foram aperfeiçoadas nas diretrizes do *Novo Mundo Rural*.

Reconhecendo que o desenvolvimento de uma política pública para os projetos de assentamentos envolve uma série de dificuldades relativas aos órgãos responsáveis pelos mesmos, aos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios) e à problemática mais eminentemente política da reforma agrária, qual seja, a forte pressão da mobilização popular e de diversas organizações não governamentais, o *Novo Mundo Rural* apresentou como premissas o objetivo do desenvolvimento local e a articulação de todas as instâncias do poder público para a sua consecução.

A proposta federal reforçaria a importância da base local para o desenvolvimento sustentável dos P.A.s, propondo linhas de investimentos (via PRONAF), parcerias (termo, a partir de então, substituto do pouco eficiente e burocrático "convênio") e, acima de tudo, uma série de medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e suportar a difícil trajetória de consolidação dos assentamentos. Deste ponto de vista, a visível ineficiência e descontrole das políticas de investimento nos P.A.s poderia ser superada.

Nota-se que essa nova abordagem queria dotar o espaço municipal e microrregional de uma capacidade de decisão e monitoramento até então inexistente. Com relação aos casos estudados – conforme veremos a seguir – esse foco decisório local se prende a um debate cujos agentes privilegiados não são exatamente os agricultores familiares assentados. Como exemplo do quanto

* Este documento será referido no corpo deste trabalho, apenas como *Novo Mundo Rural*, aliás, maneira pela qual ele ficou amplamente conhecido.

de deliberação cabia ao âmbito local até então, cita-se a existência apenas das comissões de seleção municipal, uma simples etapa do processo burocrático de inclusão/exclusão de famílias nos P.A.s.

O enfoque local dado pelo *Novo Mundo Rural* levou a um minucioso detalhamento de ações a serem desenvolvidas localmente, muito maiores do que as iniciativas de responsabilidade do governo estadual (esfera de Poder promotora de Projetos de Assentamentos). Se a mudança de governo nas eleições de 2002 fez caducar a vigência do documento citado acima, o mesmo não se pode dizer dos termos aos quais ele se refere no tocante à estratégia para o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

A participação do poder público municipal é bastante diferenciada. Como municípios maiores e, portanto, mais autônomos em relação ao complexo canavieiro, Araraquara e Matão desenvolvem políticas diversas com relação aos assentamentos da região. Em sua história recente, enquanto lideranças políticas de Matão sempre cultivaram uma base eleitoral sólida nos núcleos do Monte Alegre, o poder público municipal de Araraquara nunca se dedicou a qualquer projeto mais conseqüente nos assentamentos, mesmo sendo o município com o maior número de famílias assentadas. A presença de políticos em períodos eleitorais pode ser avaliada em uma rede de clientelismos e de expressões da cultura da dádiva (Chonchol e D'Incao, 1989).

No caso de Matão, o atual prefeito (gestão 2001-2004) conta com apoiadores nos núcleos III e VI do Monte Alegre e já patrocinou, em sua gestão anterior (nos anos 80), um projeto de plantio de soja nos assentamentos, visando o abastecimento de uma usina de leite de soja da Prefeitura. Esta proposta voltou a circular neste P.A., desde a nova posse desse agente político. Tal Prefeitura, sobretudo devido ao grande número de matonenses que foram assentados no Monte Alegre, sempre foi uma referência positiva na opinião dos moradores deste P.A. O reconduzido prefeito, uma liderança de caráter populista do PMDB, embora apresente uma proposta para os assentados, não se esforça para adequar a atuação de sua gestão às normativas propugnadas pelo governo federal.

Ressalta-se, no entanto, que a proposta do prefeito de Matão – em que pese sua importância política no debate regional – não garante um mercado adequadamente dimensionando sequer para as 19 famílias que estão assentadas no território matonense do P.A. Monte Alegre. Segundo um agrônomo da Secretaria da Agricultura de Araraquara, pouco mais de 5 lotes agrícolas produziram toda a soja necessária para o projeto da chamada “vaca mecânica” do referido município, em seu projeto atual.

A situação da Prefeitura de Araraquara é, de todas, a mais complexa. Depois de seguidas administrações que pouco ou nada intervieram no debate acerca dos rumos da reforma agrária regional, a posição política do município

acena para mudanças com o início da nova gestão (2001/2004). O prefeito eleito em 2000, uma jovem liderança de esquerda fortemente comprometida com a temática da reforma agrária, se vê diante do desafio de atuar nesse delicado contexto dos P.A.s. De uma política de clientela bastante ineficaz desenvolvida ao longo de anos - exclusivamente voltada para o projeto Bela Vista do Chibarro, - e tendo como promotores, no mais das vezes, lideranças de pouca expressão, como secretários municipais e vereadores (Ferrante e Barone, 1997/98), o poder público municipal de Araraquara encontra-se diante do desafio de interferir nos assentamentos para além das obrigações legais já consagradas, mas, a princípio, sem uma proposta econômica tão clara quanto as patrocinadas pelas Prefeituras de Motuca (plantio de cana) e Matão (plantio de soja).

Neste contexto, as propostas apresentadas pelo governo federal vão ganhar mais realidade, já que a elaboração de programas municipais para o desenvolvimento das experiências de assentamentos, sua gestão e objetivos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar têm, na orientação da Prefeitura de Araraquara, em termos gerais, o mesmo caráter que o proposto no documento *Novo Mundo Rural*.

O principal desafio da nova administração de Araraquara, nessa área, passa a ser – segundo os agentes diretamente responsáveis por ela – o desenvolvimento de um plano de gestão dos P.A.s, articulando os diferentes órgãos que atuam nos projetos e buscando soluções para uma série de problemas que os assentados enfrentam. Dentre estes, destaca-se a viabilização de uma alternativa econômica para a proposta de consórcio com as usinas. Desafios que têm ficado no campo da retórica, em que pese os projetos que buscam atender as demandas de escoamento da produção de hortifruticultura dos assentados.

Do ponto de vista de uma mudança no status da participação política dos assentados nos espaços de poder local, também os dilemas vividos pela administração “democrática-popular” de Araraquara são paradigmáticos. A decantada descentralização das decisões sobre a Reforma Agrária tem sido apontada, com muita frequência, como parte do jogo de rearranjos institucionais para dificultar, senão imobilizar, o desenvolvimento dos projetos de assentamentos rurais (Barros e Ferreira, 1997). A situação pode se modificar? Os assentados podem inverter os atributos de passividade a eles impostos pelo modelo estatal de assentamentos rurais?

A referência enfática à maior participação – presente nas metas fixadas pela Prefeitura de Araraquara a partir de 2001 – modifica a concepção do assentado como um desenraizado (Neves, 1997) que deveria ser modelado segundo uma determinada lógica da burocracia estatal? Questões que nos remetem ao exame de como os assentados se movimentam diante das novas metas do poder local para os assentamentos.

Impasses, divergências, retórica vazia, estes são os atributos de um

balanço possível da ação pública municipal frente aos assentamentos. Da parte da população assentada, a recorrência a práticas clientelistas marca os limites dessa possível nova cultura política. A isso, no entanto, soma-se um *boom* participativo desses trabalhadores – até com maior consistência que outros segmentos populares do município – nos vários fóruns implantados pela administração de esquerda. Os destinos dos assentamentos ainda oscilam entre a fórmula da dádiva e a emancipação política dos atores que dinamizam esse espaço social.

Uma difícil intervenção do poder municipal nos assentamentos partiria da percepção de que os agentes institucionais responsáveis pelos P.A.s (ITESP e INCRA) necessitavam de alguma orientação que partisse da Prefeitura, no tocante ao planejamento das iniciativas nos assentamentos. Além disso, a carência de agências dos próprios assentados, voltadas para a interlocução com o poder público, levou os responsáveis pela ação municipal nos P.A.s a priorizar o estímulo à organização comunitária. A partir da Lei Federal 9.790/99, que institui as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a Prefeitura de Araraquara incentiva a formação de dois centros comunitários: o Centro de Desenvolvimento Comunitário (CDC) Bela Vista do Chibarro, em maio de 2001 e o Centro de Desenvolvimento e Integração Rural (CEDIR), abrangendo os moradores dos P.A.s Monte Alegre e Bueno de Andrade em junho do mesmo ano.

Baseado em uma orientação do governo federal (ainda na gestão de FHC), através do Programa Comunidade Solidária, o objetivo das OSCIPs é a organização comunitária com vistas ao estabelecimento de "parcerias" com órgãos públicos e privados para o desenvolvimento local. "*Já existe todo um arcabouço legal para viabilizar nossa proposta de organização popular voltada para o desenvolvimento dos assentamentos*", esclareceu o agente da Prefeitura responsável pela iniciativa. A prioridade das duas organizações recém fundadas é a mobilização comunitária voltada para o desenvolvimento de atividades sócio-educativas, estabelecendo-se, de imediato, uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Se os centros comunitários podem representar um passo importante na superação do isolamento e desarticulação das populações assentadas, pouco ou nada investem sobre os principais dilemas dos P.A.s da região, as possíveis alternativas à proposta das usinas. Como estratégia de longo prazo, sem dúvida, tais iniciativas são importantes: além de reunir os grupos dissidentes no P.A. Bela Vista, a fundação do CEDIR (P.A.s Monte Alegre e Bueno de Andrade) contou com a participação do prefeito de Motuca, uma demonstração de "*solidariedade*" e de "*possibilidade de trabalho conjunto*", ainda segundo o coordenador de Araraquara. Sobre este segundo aspecto, cita-se também o esforço comum das P.M.s de Araraquara, Motuca e Matão na constituição de

um "consórcio intermunicipal" (outro instrumento previsto no *Novo Mundo Rural*) voltado à gestão de uma patrulha de máquinas para a conservação de estradas rurais, doada pelo governo estadual. Nessa oportunidade, os representantes dos três municípios que dividem os assentamentos foram unânimes em apresentar a necessidade de obras nos P.A.s da região.

A atuação "militante" desse agente ligado à Secretária de Desenvolvimento Econômico de Araraquara, após essa etapa organizativa, volta-se para a questão da produção agropecuária nos assentamentos. Concomitantemente, a Prefeitura de Araraquara procura incentivar a mobilização da população assentada, incluindo-a de forma específica num projeto de "orçamento participativo", considerado, pela administração petista, como sua principal marca de governo. Os limites dessa experiência, no entanto, revelam-se desde cedo, já que a capacidade de intervenção municipal está bem aquém das demandas levantadas. Particularmente nos assentamentos, as reivindicações do "orçamento participativo" priorizam obras nos núcleos de agrovilas, como equipamentos públicos ordinários (redes de água e esgoto, instalações de atendimento à saúde, etc.), pouco ou nada focando a atuação da Prefeitura no campo da produção econômica, com exceção feita às propostas de incentivo a grupos de mulheres, voltados à produção artesanal.

A evolução dessa gestão, que se pretendia inovadora com relação aos P.A.s, tem revelado pouca criatividade na área do planejamento econômico. Além do acima citado, é digno de nota o esforço para viabilizar o escoamento da produção hortifruticultora dos assentamentos, através de uma feira de produtores e de um projeto destinado à venda direta de frutas da estação. A grande novidade deste último período – que coincide com a gestão do PT no governo federal – é justamente a incorporação, por parte do governo municipal, da política de apoio à produção familiar (o que em outras regiões está sendo gerido pela CONAB). Dessa forma, a Prefeitura contaria com o mesmo plano de compra antecipada de gêneros alimentícios – uma forma de garantir o financiamento da produção assentada – com vistas à introdução de produtos agrícolas dos assentamentos na merenda escolar. No presente momento, esta é uma proposta que começa a ser posta em prática nas duas escolas que põem em ação o projeto Escola do Campo.

Curiosamente, nessa esfera de preocupações, as demais prefeituras da região parecem também ter consolidado alternativas, sempre e acima de tudo no plano da retórica. Enquanto Motuca está às voltas com a introdução "racional" da cultura canavieira no P.A. Monte Alegre, a prefeitura de Matão – que sempre demonstrou maior presença nesse mesmo assentamento – volta à iniciativa, através de um convênio com a Embrapa e o ITESP, buscando desenvolver um projeto piloto de produção leiteira. São iniciativas que revelam, também, uma certa ansiedade dos agentes políticos num ano de concorrência eleitoral (2004).

Se uma tentativa de modificar a situação econômica dos assentamentos tem se revelado bastante limitada – sobretudo frente à avassaladora onda desencadeada pela integração ao complexo sucro-alcooleiro – e a alteração da sociabilidade política dos assentados, em suas relações com o poder público continua uma incógnita, ora pendendo para inovações, ora recriando a velha dependência clientelista, no campo educacional pode-se constatar uma série de ações com real capacidade transformadora da parte da Prefeitura de Araraquara.

Dentre tais ações, cabe destacar as iniciativas referidas à ampliação e à redefinição do projeto político-pedagógico das escolas dos assentamentos. No assentamento Bela Vista do Chibarro, a escola passou a atender alunos da 5^o a 8^o série, foram implantados curso de alfabetização de adultos, cursinhos populares, pré-vestibulares, cujos rumos nos permitem inserir na presente investigação a questão dos jovens e o futuro dos assentamentos.

Além disso, o projeto Educação do Campo, o qual tem fortes ligações com a proposta político-pedagógico do MST foi inserido no assentamento Bela Vista do Chibarro e em um núcleo da Fazenda Monte Alegre, elemento que será objeto de acompanhamento continuado ao longo da pesquisa. O projeto Escola do Campo, prática que já tem considerável experiência no sul do país começou a ser discutida em Araraquara em 2001, sendo parcialmente concluída sua concepção em janeiro de 2002. Avaliada como uma proposta educacional diferenciada, com conseqüências concretas para o viver dos assentamentos rurais, propõe em suas diretrizes a valorização da cultura local, a priorização do resgate da identidade do assentado, a importância de sua integração com o meio ambiente. Para executar tais diretrizes os professores deverão criar metodologias visando uma articulação entre os diferentes tipos de cultura e a preservação da diversidade cultural (Whitaker, 1992). Metodologias que devem se prestar à superação de preconceitos e estranhamento à cultura rural expressos na visão *urbanocêntrica* da educação e que serão investigados na observação da prática pedagógica cotidiana dos professores: “*tudo o que possa dar condições para que a cultura rural se valorize e o assentado se sinta bem como agricultor*” (depoimento do ex-coordenador de atividades agro-indústriais da Prefeitura Municipal de Araraquara).

Em um outro patamar, pode-se dizer, no caso do assentamento Bela Vista do Chibarro que a escola vem progressivamente ocupando o lugar de aglutinação de interesses comunitários especialmente face ao esvaziamento das experiências de cooperativas e associações. Na escola são realizadas as reuniões do Centro de Desenvolvimento Comunitário, do Programa de Saúde Familiar, do Orçamento Participativo, assim como a mesma sediou o I Seminário Estadual de Educação do Campo.

A Diretora, liderança legitimada pela comunidade identificada com a luta dos assentados, por ela representada como um “plano de Deus para sua vida”

vem tentando construir junto à comunidade um plano de gestão cidadã da escola, a partir de reuniões com pais, professores, alunos que não vêm encontrar necessariamente respaldo nos órgãos técnicos gestores dos projetos.

A participação dos assentados no contexto local tem revelado, neste aspecto cultural/educacional, as mais promissoras conquistas em termos de integração cidadã, como um jovem assentado que se formou em Pedagogia (UNESP/Araraquara) e está lecionando na escola do assentamento, contribuindo também na construção da proposta pedagógica de educação do campo. Evidenciamos também outros jovens que possuem as mesmas aspirações. Cita-se, a propósito, a realização de um cursinho pré-vestibular na Bela Vista, iniciativa que está pondo – ainda que em número reduzido – moradores dos assentamentos para estudar nas instituições de ensino superior de Araraquara.

O movimento da educação do campo

Nossas preocupações iniciais, ao pesquisar assentamentos de Reforma Agrária, eram relativas à reconstrução dos dados culturais esfacelados pelas inúmeras rupturas de que haviam sido vítimas esses novos sujeitos e sobre o processo de re-socialização que elaboravam ainda sob as barracas de plástico negro dos acampamentos nos quais aguardavam o assentamento definitivo.

Ora, se falávamos em socialização já estávamos refletindo sobre educação no sentido amplo do conceito¹³.

Para que se compreenda como encarávamos esse processo é preciso lembrar que um acampamento de sem-terra, no qual se organiza uma ocupação, ou se aguarda um assentamento, não é, como pensa o senso comum o lócus do caos ou da desordem. Muito ao contrário, nossas pesquisas mostram a força da organização nesses acampamentos: tempo de luta, mas também tempo de formação de comissões sobre os mais variados temas e funções do grupo e entre eles obviamente aquela comissão de mães que já anuncia um grupo de educação. Em nossos primeiros relatórios ao CNPq, já escrevíamos sobre o caráter pedagógico da luta pela terra e sobre o seu desdobramento em todas as atividades do acampamento. Sobre os assentados do Estado de São Paulo, já escrevíamos no início dos anos 90

Tendo passado pela situação de acampados, a maioria desses grupos desenvolveu um tipo de luta organizada e pacífica, durante a qual aprenderam e ensinaram dados preciosos para resistência e conquista, uma verdadeira “pedagogia da luta” (Whitaker, 1993).

¹³ Ver, por exemplo, Brandão (1995).

Havia, portanto um processo de educação informal atravessando todos os grupos etários e que acompanharíamos durante todos esses anos – processo através do qual reconstruíram suas vidas, re-elaboraram suas identidades, construíram um novo espaço, enfim reconstruíram aquela cultura estilhaçada pelas rupturas de suas tumultuadas trajetórias de vida anteriores ao assentamento.

O foco era, portanto, cultural. Mas o fato de prepararmos um Grande Censo com o apoio do CNPq, da UNESP e da FINEP dentro de um projeto multidisciplinar coordenado pelas professoras Sônia Bergamasco e Vera L. S. Botta Ferrante ensejou-nos oportunidade de colher dados objetivos sobre educação formal para mais de 3.000 famílias. As respostas obtidas para as questões de educação escolar que integravam o Censo e atingiram o Estado inteiro nos permitiram descobertas importantes sobre aspirações à educação para populações rurais.

Para que se compreenda bem o que nos revelaram esses dados é preciso lembrar que durante muito tempo se proclamou no Brasil que famílias rurais não valorizavam a educação escolar. Numa versão escolar do “crime à brasileira”, transformava-se a vítima em réu. Ou seja, criava-se um processo ideológico através do qual culpava-se o homem rural por não adquirir a instrução formal que o Estado – no caso brasileiro – nunca se interessou em fornecer-lhe. Nos anos 70 alguns trabalhos importantes na área de Sociologia Rural e da Educação tentaram demolir essas crenças que contaminavam pesquisas relativas ao mundo rural.¹⁴

Estávamos agora diante de um universo estimulante para testar a hipótese da valorização da escola via aspirações por educação escolar. Não estávamos lidando com casos específicos. Os assentamentos do Estado de São Paulo contêm representações expressivas do rural das mais diversas regiões do país e o questionário utilizado pelo Censo possuía vários campos que cobriam desde a luta pela terra até as características mais importantes do novo modo de vida. A questão da escola aparecia num campo específico com várias perguntas sobre Educação Formal e Informal.

Os resultados foram informatizados e a interpretação foi feita por D.I.R.A.’s¹⁵, o que permitiu levar em conta diferenças no grau de modernização da agricultura como variável condicionadora de alguns resultados. E com relação a essa “circunstância”, os resultados foram surpreendentes. Não importava o grau de modernização da agricultura na DIRA considerada, não importavam diferenças nas trajetórias do grupo nele assentado ou o grau de politização da luta anterior do grupo, as maiores porcentagens das respostas dadas às questões

¹⁴ Ver, por exemplo, Demartini (1979); Martins (1976); Whitaker (1984).

¹⁵ D.I.R.A. – Divisão Regional Agrícola do Estado de São Paulo.

que direta ou indiretamente mediam aspirações por educação sinalizavam sempre para grande valorização da escola. Embora tais porcentagens pudessem variar de uma DIRA para outra, tais variações não eram significativas e nunca apontavam para negação de aspirações por educação. A valorização da escola e as aspirações por educação formal para os filhos se expressou: na questão dos horários para escola (desde que tivessem escola, a maioria esmagadora abriria mão da ajuda dos filhos na lavoura ou em casa); na questão da época do ano em que os filhos deveriam ir à escola (desde que lhes fosse oferecida a escola não importava o momento de freqüentá-la já que o importante era ter a escola); e na extensão desejada por estas populações para seus filhos (quando ultrapassaram o padrão de “1^a. a 4^a. série” que caracterizava a escola da zona rural assinalando “escolas até oitava série” e reivindicando ainda escolas técnicas para seus filhos).

Com efeito, em artigo publicado em 1997 enfatizava-se:

Mas o momento da pesquisa no qual nossos assentados puderam revelar toda a força das suas aspirações por escolarização foi quando responderam à questão sobre o número de anos que gostariam que os filhos despendessem na escola. Revelaram aí toda a contradição entre as aspirações subjetivas e as condições objetiva (conforme teorizado por Bourdieu) que enfrentam, em suas trajetórias de luta, pela não exclusão neste mundo cruel, que teima em negá-los enquanto sujeitos participantes. A esmagadora maioria não se contenta com aquela escola que desejaria ver instalada nos assentamentos, escola com oito anos de duração e que objetivamente considera possível. Aspiram para seus filhos, tanto para os meninos como para as meninas, uma escolaridade prolongada muito para além da escola fundamental, aquela que, sabem muito bem, a maioria nunca vai alcançar, o que não os impede de sonharem, assinalando sempre a alternativa que aponta para estudos muito além da escolaridade de oito anos fundamentais (Whitaker, 1997).

Esses dados, relativos à questão de gêneros foram básicos também para artigo sobre meninas na zona rural, publicado pelo Caderno Cedes n ° 56, no qual se lida com a questão da aspiração à educação escolar numa perspectiva de gêneros. Dele extraímos o seguinte trecho, referido às questões do Censo aqui considerado,

Importa registrar que, na perspectiva dos gêneros, todas as questões relativas à escolarização foram colocadas com alternativas para meninas e meninos. O surpreendente é que, em todas as situações consideradas, interrogados sobre a idade

até a qual os pais queriam que os filhos estudassem, não houve diferença significativa entre aspirações escolares para meninos e meninas. Não houve diferença, também, em relação ao tipo de escola desejado e sobre as expectativas que alimentam com referência a estudos para filhos e filhas (Whitaker, 2002).

Nesses anos, portanto, temos nos debruçado sobre a questão das aspirações por educação e sobre as conquistas por eles realizadas nos assentamentos próximos a Araraquara. A Fazenda Bela Vista viu formar-se em terras de assentamento uma escola modelo, verdadeiro centro comunitário. Dissertações várias foram escritas sobre preconceitos na escola (Araújo, 1996), a transição das crianças da 4ª série para a 5ª série nas escolas da cidade (Brancaleone, 2002), sobre o processo de trabalho e educação (Andrade, 1995), sobre a juventude nos assentamentos, suas aspirações e conquistas (Machado, 1997).

Em relação à juventude e suas aspirações é preciso que se registre a criação do primeiro cursinho comunitário da zona rural no Brasil, freqüentado por jovens assentados que terminaram o ensino médio e cuja força das aspirações os faz caminhar na escuridão da noite, após um dia de trabalho intenso para preparar-se para a Universidade. Sobre o trabalho lá desenvolvido, por conta dos nossos projetos de investigação sobre assentamentos leia-se, o artigo sobre Orientação para Vestibular levado a cabo por Whitaker e Onofre durante o ano de 2002 no assentamento da Fazenda Bela Vista. (Whitaker e Onofre, 2002)

Como desdobramento desse trabalho teremos no ano de 2004 uma formalização desse projeto, numa espécie de pesquisa-ação que ajudará os jovens na questão do vestibular.

Assim, desde aqueles momentos de acampamento, quando a escola era um sonho ainda mais remoto do que a terra, temos acompanhado o florescimento das aspirações por educação que, esbarrando embora em condições objetivas adversas, não param de renascer e já deram frutos preciosos. No momento, já estamos analisando muitos desses frutos. Por exemplo, no assentamento Bela Vista do Chibarro, a escola vem progressivamente ocupando lugar de aglutinação de interesses comunitários, especialmente face ao esvaziamento das experiências de cooperativas e associações.

Na escola são realizadas as reuniões do Centro de Desenvolvimento Comunitário, do Programa de Saúde Familiar, do Orçamento Participativo. O local sediou ainda o I Seminário Estadual de Educação do Campo, um espaço para divulgar experiências e direcionar ações no Estado.

Os desdobramentos do projeto pedagógico da escola, assim como a análise das experiências dos jovens rurais, do ponto de vista de sua participação no projeto familiar, do seu processo de socialização e de encaminhamento profissional

– elementos fundamentais para o futuro dos assentados – serão eixos analíticos privilegiados na continuidade de nossas pesquisas.

Temos observado que adolescentes rurais que permanecem no sistema escolar e aspiram escolas técnicas nem por isso se desligam afetivamente da terra e dos projetos de assentamento, carregando essa ambigüidade rural urbana como parte da sua identidade.

Investigar essa verdadeira “incógnita sociológica” – o jovem rural – significa absorver tensões bastante específicas frente ao dilema de ficar no assentamento (projeto da agricultura familiar) ou “sair” do local para trabalhar em empregos urbanos ou na militância.

Este é um dos caminhos que já estamos percorrendo no que se refere aos estudos sobre Educação Escolar nos Assentamentos da Região de Araraquara.

Por uma conclusão: a maioria na difícil “idade da razão”

Um balanço desses 18 anos de instalação dos assentamentos nessa região coloca algumas questões em aberto, no tocante das alternativas econômicas dessas unidades rurais. Por outro lado, demonstra uma série de desacertos que provêm do encaminhamento (ou da falta dele) estatal. O verdadeiro vazio de projeto por parte do Estado não deve ser encarado apenas como uma opção política em prol da agricultura empresarial, mas acima de tudo uma impossibilidade prática dos agentes envolvidos no processo de assentamento (técnicos, lideranças políticas, mas também pesquisadores e demais mediadores) em desenvolver parcerias estratégicas em favor dos P.A.s. No mais das vezes, assiste-se a um jogo de inculpação mútua, envolvendo ITESP, INCRA, Prefeituras (e seus agentes) e líderes dos trabalhadores.

Com relação à questão da geração de trabalho e renda, os assentamentos acabam cumprindo sim uma função alternativa, mesmo que seja através da associação com o complexo sucro-alcooleiro. Observando-se mais a miúdo, registra-se inúmeras alternativas familiares para permanecer na terra, algumas das quais contam com apoio oficial, como os mecanismos de escoamento da produção hortifrutigranjeira dos assentamentos promovidos pelas Prefeituras locais (notadamente a de Araraquara no último período). Há projetos em estudo – como também em início de implantação – que podem potencializar essas alternativas econômicas, caso da incorporação da produção assentada na merenda municipal de Araraquara e a parceria ITESP – EMBRAPA e P.M. de Matão para melhoria da produção leiteira.

Uma decantada proposta de agricultura orgânica, ventilada pela P.M. de Araraquara, não se materializou em larga escala. Nesse aspecto, apenas formou-se uma associação de produtores orgânicos, da qual participam alguns assentados e, mesmo assim, sem necessariamente desenvolverem cultivos orgânicos em

seus lotes. O próprio ITESP incorporou essa preocupação “agro-ecológico”, através de cursos de capacitação aos seus técnicos, mas isso ainda é muito pouco. Existe, portanto, o reconhecimento da questão da agricultura orgânica, da perspectiva de uma outra tecnologia, mas que demanda ainda muito para decolar. Com relação a essa questão, o problema do desencontro acima mencionado, é patente, prevalecendo uma postura de “quem é o dono da iniciativa” ao invés de um espírito de colaboração entre agentes institucionais.

Por outro lado, a própria representação política dos assentados se mostra incerta e esvaziada. FERAESP (representada pelo sindicato de Araraquara) e MST (cuja atuação na região é fraca e intermitente) não dialogam acerca dos problemas da população assentada, alimentando uma disputa política que só importa às suas estruturas e não exatamente ao desenvolvimento das famílias assentadas. Esse vazio pretende ser ocupado por políticos locais (notadamente de Araraquara e Matão), com orientação mais ou menos de esquerda, mas que têm revelado uma enorme distância do cotidiano e das necessidades dos assentados.

Nesse aspecto, destaca-se cada vez mais a participação política das mulheres assentadas. Nota-se, porém, que apesar de um esforço para problematizar as questões mais estruturais dos P.A.s, através de discussões sobre alternativas econômicas, tem-se de fato um aumento quantitativo da presença feminina nos fóruns de discussão, através sobretudo dos diferentes organismos que atuam nessa questão. Essa é, sem dúvida, uma área que tem demonstrado bastante progresso na atual gestão municipal de Araraquara (não sendo, portanto, restrita ao espaço dos assentamentos).

A luta das mulheres assentadas tem distintas facetas (Ferrante e Barone, 1997/1998), destacando-se, do ponto de vista político, o fato delas serem vistas desde os primeiros momentos como intermediárias na interlocução com o poder local, porque eram elas que partiam dos assentamentos e apresentavam reivindicações às prefeituras. Percebe-se, também, no programa de Orçamento Participativo em Araraquara, que os delegados dos assentamentos são basicamente mulheres. Tal situação tem significado o fortalecimento da discussão das mulheres nos assentamentos, ou seja, a delegada que é escolhida para o OP tem espaço para discutir, nos assentamentos, a situação das mulheres? Nas relações, nas formas atuais de ação dos grupos assentados, as mulheres aparecem muito, mas com uma duvidosa consciência de gênero.

Do ponto de vista das alternativas econômicas houve, ao longo dessa história, várias iniciativas de grupos de mulheres que tentaram desenvolver projetos de cunho produtivo (horta, fábrica de doces, confecção de roupas, etc.). Infelizmente, foram todos esvaziados e abandonados. No entanto, percebe-se a presença forte da mulher nessa área, mesmo agora, na feira do produtor em Araraquara, onde as mulheres estão atuando como vendedoras da produção dos assentamentos.

Na maioria dos assentamentos, chega-se coincidentemente ao que podemos chamar de “*idade da razão*” da democracia brasileira, com um governo liderado pelo maior partido de esquerda do país (governo Lula, 2003-2006). As imensas dificuldades para se alterar o terrível quadro de desagregação social e bloqueio ao desenvolvimento repercutem na falta de grandes iniciativas para os assentamentos. Um desejado aprofundamento da valorização da agricultura familiar, via assentamentos de reforma agrária, ainda é apenas uma expectativa, talvez uma nova idealização.

Considerando a perspectiva que tem orientado as preocupações da equipe de pesquisadores que acompanha esses projetos desde o início, a articulação de forças sociais e políticas, a partir do âmbito local, surge como uma necessidade para se romper “por dentro” o bloqueio ao desenvolvimento dos P.A.s (como de resto todos os setores econômicos e sociais). Uma agenda de desenvolvimento para os assentamentos deve ser “local”. Isso não significa que outras esferas governamentais possam se ausentar, mas a geração dessa agenda pressupõe o envolvimento dos agentes que vivenciam cotidianamente os constrangimentos e as possibilidades da realidade empírica dos assentamentos.

Tal preocupação pode ter no segmento da juventude seu principal alvo. Os assentados estão envelhecendo e, aí, a questão do futuro dos assentamentos passa pela existência de um projeto familiar de ficar na terra, de uma estratégia familiar para a continuidade e aprofundamento da experiência produtiva agropecuária.

Deve haver um investimento nesses jovens, que querem estudar sim, mas com a contrapartida deles devolverem isso para a comunidade de origem, nos assentamentos. Hoje, de fato, há pouquíssima aposta nos jovens assentados, um dilema real, com grande potencial para o desenvolvimento desses P.A.s, mas que não tem despertado a atenção dos planejadores. Nesse aspecto, como em outros, a interação e colaboração de todos os agentes envolvidos com os órgãos técnicos e com a comunidade assentada, é fundamental. De tal dever, não devemos fugir, especialmente nós, pesquisadores – que podemos ajudar no desenvolvimento de uma visão mais clara da realidade, que não seja só do ponto de vista das hipóteses, da ciência isenta, mas com a preocupação de ver os anseios e as possibilidades que o campo “reformado” apresenta.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, E. A. de. **Processo de Trabalho, espaço e sociabilidade: A sericultura no Assentamento de Reforma Agrária do Horto de Silvânia – Araraquara – São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 1997.

ARAÚJO, R. A. **Os "Pés Vermelhos" e a Proposta de Agrupamento da Escola Rural**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação. UFSCAR – São Carlos, 1996.

ARIÉS, P. **Historia Social da Criança e da Família**. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

BARAONA, Rafael. **Um Campesino por Dentro**. IV Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 1994

BARONE, L. A. **Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp – Araraquara – SP, 1996.

_____. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso dos bóias-frias de Guariba. In: **Retratos de Assentamentos**, ano V, no. 7, FCL/UNESP, Araraquara, 1999.

_____. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. In: **Retratos de Assentamentos**, ano VI, no. 8, FCL/UNESP, Araraquara, 2000.

_____. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. Tese de Doutorado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 2002.

BARROS, E. e FERREIRA, B. Descentralização e novos arranjos institucionais para agilizar o processo de reforma agrária. Novos? **Caderno de Ciências e Tecnologia**. Brasília, v. 14, n° 2, 1997.

BAÚ, Cristina H.R. **Pequenos produtores de cana-de-açúcar na região de Araraquara: uma estratégia de produção de sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp – Araraquara – SP, 2002.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1992.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANCALEONI, A. P.L. **Do Rural ao Urbano: o processo de adaptação de alunos moradores de um assentamento rural à escola urbana**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Psicologia. FFCL/USP - Ribeirão Preto, 2002.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. São Paulo, Brasiliense, 1995

CHONCHOL, M. E. F. **O assentamento horto de Silvânia: resposta ao programa bóia-fria na região de Araraquara** (relatório de pesquisa), Paris/FRA, 1985.

_____ e D'INCAO, M. C., “Génesse d'une politique et gestion locale: des familles bóias-frias renouent avec la terra dans l'état de São Paulo”. **Cahier du Brésil contemporain**, no. 7. Paris, 1989.

DANCINI, Eliane Amábile. **Tempo, memórias e utopias: cortadores de cana em Guariba e Barrinha** (Dissertação de Mestrado), São Paulo: PUC, 1989.

DANTAS, A. **Uma Tentativa de compreensão do homem rural: diferentes olhares**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 1995.

DEMARTINI, Z. B. F. **Observações sociológicas sobre um tema controverso: população rural e educação em São Paulo – 1979**. Tese de Doutorado. USP - São Paulo.

D'INCAO, Maria C. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. “O movimento de Guariba; o papel acelerador da crise econômica”. **Revista Política e Administração**, vol. 1, no. 2, Rio de Janeiro: FESP, 1985.

_____ e BOTELHO, M. R. Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. In: SADER, E. (org.) **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

_____ e ROY, G. **Nós, Cidadãos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERRANTE, V. L. S. B. “Tamoio: olha! Tem nó na cana!”. **Revista Perspectivas**. Vol. 7, São Paulo: UNESP, 1984.

_____. Bóias-frias em greve: a coletivização dos espaços de luta. In. **Anais do XI Encontro Nacional da PIPSA**. Unesp/Botucatu: 1986, p. 488-513.

_____ e SILVA, M. A. M. “A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo das forças sociais no campo”. **Revista Perspectiva**, vol. 11, São Paulo: UNESP, 1988.

_____. **A Chama Verde dos Canaviais**. Tese de Livre-Docência. FCL/UNESP, Araraquara, 1992.

_____ e BERGAMASCO, S.M.P.P. (org.) **Censo de Assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. NUPEDOR, CPEA, Pós-Graduação em Sociologia/FCL/Unesp, Araraquara, 1995. 488p.

_____ e BARONE, A.L. Homens e Mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um modo de vida. **Revista Perspectiva**. vol. 20/21, EdUNESP, SP, 1997/98.

_____ e Santos, M. P. A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões. **Anais Congresso SOBER**, 2003.

FIAMENGUE, E. C. **Entre o Espaço vivido e o Espaço Sonhado**: Imagens da infância num Assentamento de Trabalhadores Rurais. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp – Araraquara – SP, 1997.

FINARDI, João A. **O movimento sindical paulista entre divisões e dilemas**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 2000.

FLORES, M. X. e MACEDO, M. C. Novos Rumos de Desenvolvimento Rural. In: AGUIAR, D.R.D. e PINHO, J.B. (eds). **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Foz do Iguaçu, SOBER, 1999.

GEBARA, J. J. e BACCARIN, J. G. Proálcool: ocupação do solo, emprego agrícola e estrutura agrária na região de Ribeirão Preto (SP). Relatório do **Projeto Proálcool e agricultura regional: efeitos gerais e sobre a mão-de-obra**, PNPE/IPEA, 1984.

GIDDENS, A. **A constituição da Sociedade**, São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARTINS, J. S. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. São Paulo, Hucitec, 1976

MORIN, E. **O Método volume VI**. Publicações Europa América, Portugal, 1991.

NEVES, D.P. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas**, Niterói, EdUFF,1997.

PINASSI M.O. e QUEDA, O. Consórcio canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais? **Revista Reforma Agrária**, no. 2, vol. 23, Campinas:ABRA, 1993.

ROSIM, L. H. **Nas Terras da Usina, o fazer-se de um assentamento**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp – Araraquara – SP,1997.

SIMMEL, G. **Sociologia**, 1, Madrid: Alianz Editorial,1986.

STETER, E. A. **A cultura da cana em assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 2000.

WHITAKER, D. C. A. **Ideologia e Práticas Culturais: o controle ideológico dos trabalhadores da cana**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. USP – São Paulo, 1992.

_____. O rural-urbano e a escola brasileira. **Travessia**: Revista do migrante, ano V, nº 12, 1992.

_____. **Escolha da Carreira e Globalização**, Editora Moderna, São Paulo, 1997.

_____. Ruralidade e Aspirações por Educação Escolar. In **Colloquium** – volume I, número 1 – Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação – UNOESTE – Presidente Prudente – S.P. 1997.

_____. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Letras a Margem (Apoio CNPq), Presidente Venceslau, 2002.

_____. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. **Caderno Cedes**. n ° 56, 2002, pp 7-22.

O TRABALHO EM GRUPO E O TRABALHO DE CAMPO: UM PESQUISADOR EM BUSCA DA VISÃO POLIOCULAR

Henrique Carmona Duval*

Durante o tempo de existência do Nupedor, momentos diferentes foram registrados pelos pesquisadores como retratos de uma realidade que se transforma rapidamente, tal como é a dinâmica do espaço que observamos em nossa pesquisa. Com tanto tempo de vida e experiências presenciadas, o trabalho do grupo foi enriquecido pela participação de pesquisadores de diversas formações que passaram por ele – sociólogos, pedagogos, economistas, artistas, ecólogos, geógrafos, agrônomos, entre outros – os quais contribuíram muito para alcançar uma compreensão mais próxima da complexa realidade dos assentamentos dada à diversidade de paradigmas científicos. Além disso, facilitaram para que o grupo desenvolvesse novas e alternativas técnicas de coleta de dados. A bagagem que o grupo adquiriu propicia aos pesquisadores de hoje uma visão dialética que transforma seus olhares individuais para uma perspectiva mais abrangente com relação ao tema no momento que participam da pesquisa.

Descobrimos que compreender e explicar um assentamento não é tarefa apenas do campo teórico da pesquisa, porém essa parte deve fornecer um suporte ao pesquisador ir a campo e comprovar empiricamente as situações que permeiam um assentamento. Para tanto, ao longo de tantos anos constantemente em transformação, nosso grupo sempre foi a campo em busca de uma intimidade maior com as famílias assentadas. É lá no cotidiano delas que se pode captar alguns elementos que explicam o sucesso, a inserção, a viabilidade ou não do assentamento (ou pelo menos daquelas famílias que se visita) no lugar onde está e com as pessoas que o habitam. Num longo tempo de pesquisa, de construções e reconstruções, o grupo que tem buscado a investigação em sua multidimensionalidade¹ desenvolveu técnicas qualitativas para acompanhar os assentamentos.

* Bolsista de Iniciação Científica no projeto “Inserção de Assentamentos Rurais às Economias Regionais: indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente. Araraquara e o Pontal do Paranapanema-SP”.

¹ O projeto Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo coordenado pelas professoras Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Sônia Maria Pereira Pessoa Bergamasco foi a primeira pesquisa desenvolvida em caráter multi-campi da UNESP.

Desta maneira, o estudante que realize pesquisa sobre reforma agrária e assentamentos não pode se enclausurar em livros e bibliotecas. Antes (e depois), o **trabalho de campo** é necessário para se adentrar o universo a ser investigado. É ele que vai dar pistas de qual é a situação atual no assentamento que se visita. Uma leitura sobre o determinado assentamento pode dar dicas valiosas, mas pode também ser frágil para explicá-lo se não houver continuidade na coleta de dados. Isso porque a paisagem pode metamorfosear-se num curto espaço de tempo, às vezes em função da economia regional, da valorização ou excesso de demanda para um produto determinado de acordo com a região, como a cana-de-açúcar no nosso exemplo, ou mesmo com mudanças de famílias que desistem de viver no assentamento. Para não conceitualizar ou teorizar o objeto de pesquisa com seus eventuais preconceitos (WHITAKER, 2002). Contra o rural, o pesquisador deve antes relatar o que vê nas idas a campo num **diário de campo**, um registro pessoal que o faça identificar o valor de cada fala, cada gesto ou atitude do homem que cultiva a terra. Assim poderá perceber como ele viu o assentado no momento que esteve lá, já que o pesquisador geralmente é da cidade e se integra a um padrão urbano de representações sobre o rural. Deste modo seus registros e comentários podem auxiliá-lo na percepção de preconceitos.

O diário de campo é o modo de coletar informações que o Nupedor prioriza para os bolsistas desenvolverem seus projetos. Com ele coexistem ainda técnicas de pesquisa de diversas áreas do conhecimento, entre as quais etnográfica, sociológica, artística, etc. É a partir do enfoque de cada pesquisador do grupo que o trabalho de campo vai tomar forma e sentido, mesmo contendo algumas obrigações por parte dos pesquisadores para com o grupo - por exemplo acordar cedo em finais de semana, busca por acontecimentos de grande impacto, estar atento e integrado às situações com os assentados e outros colegas, registrar os momentos que julgar relevantes para a pesquisa e debatê-los em grupo - é um instrumento que possibilita certa liberdade e autonomia dos pesquisadores investigarem as várias “portas de entrada” para a pesquisa nos complexos (Ferrante, 1999) assentamentos. Um bom indicador disso são as inúmeras dissertações e teses de pesquisadores ligados em algum momento ao grupo, as quais abrangem grande diversidade de temas (e deles se expandem). A diversificação de temas, dos enfoques que cada pesquisador dá dentro do mesmo grande tema (assentamentos), demonstra que o grupo atingiu riqueza de compreensão do todo. A análise sobre a reforma agrária se expandiu e abrangeu o conhecimento de muitas famílias em vários assentamentos, que nos forneceram os mais valiosos dados da pesquisa devidamente documentados².

² Em relatórios, no Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, Retratos de Assentamentos, livros, artigos, teses e dissertações, entre outras publicações.

As visitas a campo constituem um complexo exercício de conhecer a realidade do assentamento. Elas passam por um planejamento em reuniões do grupo, para determinarmos alguns objetivos da visita, antes de irmos bem cedinho aos lotes. Cedinho porque geralmente as pessoas no assentamento acordam na madrugada e as coisas já estão acontecendo desde então. Nos esforçamos para acompanhar o movimento deles que acordam antes do sol nascer para trabalhar. Ao chegar verificamos que, enquanto ainda estamos com sono, eles já fizeram muitas coisas em seus canteiros e currais. É uma hora boa para colher verduras, tirar o leite, fora que eles sabem o quanto ainda precisam fazer ao longo do dia para cuidar e se sustentarem num pedaço de terra que tem em média seis alqueires. A visita continua entre conversas e caminhadas pelos lotes e não implica necessariamente que o pesquisador trabalhe apenas com questionários e entrevistas diretivas como coleta de dados. Mais importante, na nossa perspectiva, é ouvir o que o assentado tem a dizer e não apenas induzi-lo a falar. Costumamos fazer visitas com regularidade a determinadas famílias (aquelas que estão sempre motivadas a conversar conosco) para conhecê-las mais profundamente e também visitando uma nova a cada vez que vamos lá, para com elas colher histórias de vida e dados dessa história nos dias de hoje. Essa é a “ida a campo”, ir ao assentamento fazer uma visita.

Assim, foi a partir desse contato que conhecemos melhor os assentados, as estratégias familiares, observando de forma localizada alguns pontos do assentamento. Há famílias que visitamos regularmente e somos cobrados a aparecer porque já constituímos uma relação de amizade com elas, freqüentemente convidada para almoçar, o que torna a pesquisa muito mais agradável e abrangente. Abrangente porque quando sentamos à mesa com uma família assentada, além de conversar, estamos saboreando o fruto de seu trabalho, testemunhando sua qualidade de vida ao ver seus conhecimentos e carinho pelo alimento. Através do contato, observamos o quanto é necessária a constante coleta de dados por parte dos pesquisadores que querem entender o dinamismo das situações que se passam num assentamento. Dificilmente as teorias passadas são aplicáveis ou explicam a atual situação, elas apenas norteiam³.

A luta pela terra, as histórias de vida, as situações submetidas pelas diversas agroindústrias e pelo poder público se encontram em vários pontos da vida de homens assentados pela reforma agrária, mas ainda assim percebemos que sempre existem especificidades a descobrir em cada assentamento. Primeiro por que as condições da terra e do clima não permitem serem iguais; segundo que cada assentamento se constitui numa diversidade de usos e costumes

³ Assim, o cardápio do almoço pode também metamorfosear-se em função da família optar por não mais criar galinhas, pelos custos que isso gera no momento.

diferentes devido ao fluxo migratório e as fragmentações culturais que sofreram com isso. Eles vêm de vários pontos do Brasil, em muitos casos já passaram por tantas outras localidades (e de ambas trazem algumas práticas específicas do lugar), ainda são selecionados para morarem juntos no assentamento que se estabelece. Em terceiro, acredito sofrerem forte influência da região econômica onde estão, dos tipos de indústria e mercado que os rodeiam imediatamente e que também se diferem umas das outras. Percebemos que sempre há dificuldades se quiserem financiamento, pois terão que cultivar o que o Estado ou o mercado regional desejam, geralmente grãos. Visto o reduzido número de assentados que pegam linhas de crédito, também devido a dívidas de financiamentos anteriores, nós acreditamos que eles recusam quando podem os modelos propostos pelo Estado. Sempre presente, na região de Araraquara, os complexos agroindustriais (da cana-de-açúcar principalmente) insistem no uso das terras dos assentamentos. Por uma questão financeira seduzem os assentados a fazerem parcerias com usinas, ameaçando a reforma agrária com sua influência e arrendamento de terras.

O trabalho de campo ainda vai exigir outros esforços para o pesquisador que busca entender o que acontece nas idas a campo. De uma ida a campo repleta de observações, com interesses em aspectos específicos desta realidade para explicá-la posteriormente, nasce o conhecimento ligado ao cotidiano dessa família assentada que se visita. Dependendo dos caminhos que as conversas tomam é que surgem falas (do assentado) que indicam graus de sociabilidade com o meio exterior, relacionamento com prefeituras, órgãos do governo, integração ao meio econômico, espírito de luta e respeito para com, entre outras coisas, a natureza. Além dessas, o contato íntimo (regular) com a família revela relações internas da mesma, os modos de pensar e agir cooperado com familiares, vizinhos, o significado de seus trabalhos com a terra e tudo o mais que possuem nela - plantações, criações, plantas e animais nativos, sistemas industriais “primitivos”(de menor escala), como barracões onde se faz farinha de mandioca, beneficiamento de arroz. O registro dessas falas se faz necessário para a obtenção de dados empíricos para a pesquisa e é aqui que entra a liberdade do pesquisador de fazê-lo a sua maneira, de registrar aquilo que viu e sentiu para que possa entender e recordar as situações presenciadas posteriormente. Cada pesquisador tem seu jeito de fazer essa coleta, como demonstrado no livro sobre metodologia em sociologia rural da professora Dulce Whitaker, portanto cada um de nós desenvolveu uma maneira de documentar o que vê nas idas a campo, um exercício precioso em nossas formações.

No meu caso foi se transformando ao longo do tempo em que participo do grupo. No começo eu não sabia direito o que falar com os assentados e buscava registrar tudo muito rapidamente para não perder nada no momento

que estava vivenciando a situação. Percebi que poderia constranger a pessoa por só ficar escrevendo e não olhando para seus olhos nas conversas, ou mesmo quando eu colocava um gravador para ela falar. Logo fui moldando técnicas que me possibilitaram ficar mais a vontade para entrar na casa de uma família assentada e simplesmente conversar com as pessoas, a fim de registrar passagens indicativas da vida no assentamento para a pesquisa. Desta maneira percebo outras coisas no momento, a própria emoção do homem ao falar do seu trabalho (esse olhar nos olhos que transmite a confiança mútua e cria um elo maior, um querer saber mais que um relato, mas a história e vivência do outro). Olhar que chega mais perto dele, de como ele sente as coisas, como trabalha e como vai em busca de respostas das questões que tem. Aproximação tal que eu tenha possibilidade dele se abrir sobre sua vivência, não apenas seu relato, mas seu saber nato sobre a natureza, de trabalhar a vida de forma despretensiosa (em muitos casos), que faz porque tem que fazer ou, nasceu para fazer aquilo.

Nas idas a campo optei por, primeiramente, ficar mais atento para aprender com os assentados seus conhecimentos sobre a terra e a sociedade. Não me preocupo mais em anotar tanto na hora das conversas, mas anotar algumas frases-chave e eventualmente fazer desenhos que me ajudem a recordar o que foi conversado, ativando posteriormente a memória do momento presenciado. Não implicou em abandono às outras técnicas (como o gravador), mas utilizá-las em momentos oportunos. Para obter dados organizados que exprimem a ida a campo achei que ao chegar em casa do assentamento deveria começar outra etapa do trabalho de campo, que é uma descrição mais densa dos fatos ocorridos naquela visita num **caderno de campo**, baseado nas anotações do diário de campo e no rememorar do que aconteceu, o que foi dito. Essa tarefa pode ser feita logo após o retorno, se possível, pois ainda estamos com a energia do assentamento em nós, “com o pó da terra no corpo” e as situações mais frescas em nossas mentes, ficando mais fácil recorrer à memória. Entretanto as situações presenciadas no assentamento para sempre estarão em nossa história de pesquisadores, a qualquer hora poderemos rememorar-las e novamente voltar a registrá-las, o que é muito enriquecedor para a compreensão do real.

O interessante de se trabalhar em grupo é que vamos a campo juntos vivenciar um dia no lote de um assentamento. Cada pesquisador tem um tipo de sensibilidade e também uma obrigação para com as teorias (que o forma pesquisador de assentamentos). Os vários pesquisadores que vão a campo trarão ao grupo investigações variadas sob o mesmo tema, o viver daquela família assentada. Nas conversas descobrimos muitas coisas não só destes dias específicos, mas de seus cotidianos naquele espaço. Se um agrônomo vai a campo fará uma investigação relacionada à análise do solo por exemplo; um

sociólogo verifica, entre outras coisas, o grau de sociabilidade dos assentados após lutar pela terra; e um economista pode ver suas relações com a economia regional, suas estratégias de inserção. Porém cada indivíduo pensa e age também por fora de teorias, tem sensibilidades diferentes para os diversos assuntos, portanto não podemos ir com olhares apenas teóricos, mas como seres humanos. O enfoque no assunto ao qual o pesquisador vai prender sua concentração e coleta de dados vai depender do que ele se propõe investigar na sua pesquisa (abertura para uma grande variedade de temas e áreas do conhecimento). Isso não deve impedi-lo de aprender a refletir com os colegas sobre outros aspectos da realidade.

Essa é, de fato, uma grande vantagem de trabalhar em grupo, no sentido de transformar pesquisadores, pois a compreensão do assentamento é fruto do trabalho de um grupo que caminha junto no campo (teórico e físico, abstrato e concreto), que documenta um momento na vida daquelas famílias e que sabemos estar em constante transformação. Daí a necessidade de um trabalho de campo regular e a longo prazo como é o caso deste grupo. Já existe todo um banco de dados do Nupedor que está à disposição dos pesquisadores do grupo. Quando vamos a campo, já ambientados na pesquisa, cada um tem um diário e escreve coisas diferentes a partir da mesma experiência compartilhada. Em conversas e **reuniões**⁴ podemos também compartilhar os dados coletados nos diários, acrescentando elementos que passaram sem muita atenção pelos colegas, ou mesmo completar um dado que ficou em dúvida para registrar. Assim vamos montando o caleidoscópio das nossas informações. O enfoque dos colegas é quase sempre outro, para a mesma situação surgem dados e interpretações diferentes que, se discutidas e confirmadas, podem dar conta da realidade complexa de uma situação que parecia tão simples... Numa passagem do texto de Elis Cristina Fiamengue sobre metodologia fica bem claro o benefício dialético do trabalho de campo em grupo:

*No trabalho em equipe o questionamento das verdades estabelecidas é contínuo, o que provoca um enriquecimento teórico e metodológico expressivo. O debate estimula a criatividade e elaboração de idéias reflexivas*⁵.

A compreensão da complexidade do real e a evolução dialética acontecem a cada passagem da pesquisa, que forma pesquisadores para as mais variadas

⁴ É a última etapa do trabalho de campo que começou com o planejamento e com a ida a campo. É também a primeira, na medida que planejamos nas reuniões aspectos que iremos investigar nas futuras idas a campo.

⁵ Fiamengue apud Whitaker, 2002.

áreas do conhecimento. Existem saltos qualitativos dos estudos que são desenvolvidos no interior dos projetos do Nupedor nas suas mais variadas técnicas e temas propostos pelas pesquisadoras que coordenam o núcleo. Cada pesquisador que se forma deixa sua marca documentada na história dele e também as ganha, pelo menos no que diz respeito às técnicas de coleta, de criar um instrumento que possibilite a ele escrever sobre seu objeto de pesquisa e de auto-avaliação a cada ida a campo e a cada reunião com o grupo. Essa história poderá sempre ser consultada por novos pesquisadores que entram para o trabalho no grupo, renovando-o. Hoje nos encontramos desenvolvendo o projeto “Inserção de Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Regionais: indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente. Araraquara e o Pontal de Paranapanema-SP”.

Este projeto e sua continuidade são de fundamental importância para o aprofundamento da análise dos assentamentos. A discussão voltou-se neste momento para questões que indicam busca por paz e subsistência, enfocando também os conflitos existentes e a sustentabilidade para os assentamentos: o assentamento pode ser considerado uma propriedade viável distribuída pelo Estado nesta região; com isso as famílias assentadas ganham autonomia e qualidade de vida; têm perspectivas de permanecer a longo prazo na terra preservando o meio ambiente? Ao querer descobrir o que integra mais os assentados ao meio descobrimos que a alimentação, a saúde, a educação e o trabalho são alguns eixos que podemos explorar para analisar o proposto. Algumas constatações que até agora decorrem do trabalho de campo são: integração ao meio ambiente em grande parte dos assentados, visto suas práticas agrícolas; preocupações que eles têm em seus filhos continuarem a batalhar pelo espaço conquistado e trabalhar no campo, tendo assim mais qualidade de vida do que nas cidades (opinião construída pelo viver deles na cidade antes de irem para o assentamento); dificuldades em se emanciparem frente a uma economia movida por monoculturas; e fragmentações entre assentados em torno das possibilidades de êxito, geradas a partir do envolvimento deles com as diversas instituições públicas ou privadas que atuam nos assentamentos.

A educação do campo, que visa a valoração da vida no campo e sua cultura, ensina conteúdos escolares com situações dos seus cotidianos, já é realidade e contribui para melhor aprendizagem dos conteúdos escolares por parte dos jovens. Através da agricultura familiar para subsistência, da alimentação decorrente e do próprio cotidiano no meio rural, eles obtêm melhor condicionamento físico e imunológico para doenças (principalmente para as crianças em idade de crescimento), embora não contem com informações científicas e preventivas para isso. O tipo da agricultura praticada por muitos deles resulta na diversificação da alimentação e do uso do solo, é um fator de melhoramento deles (da alimentação e do solo). É constante a presença da

consciência ambiental que renasce nos trabalhadores que retornam à terra, vindos de lugares muito mais violentos como periferias de cidades ou precários como acampamentos.

No entanto, dificuldades existentes em função da economia regional e do próprio planejamento e atuação estatal impossibilitam os assentados de praticarem essa consciência. Constatamos que hoje muitos estão plantando cana para o complexo agroindustrial da região no assentamento, utilizando todo aparato químico-mecânico das monoculturas e com isso deixando em segundo plano a agricultura familiar nos lotes. Perdem parte da diversificação de culturas, prática que aos poucos melhora a qualidade do solo e resulta na diversificação da alimentação, que o assentamento trouxe ao espaço antes homogêneo pela monocultura. Os padrões de consumo urbanos invadem violentamente o assentamento: dessa maneira deixam de trabalhar na terra arrendando-a e ainda trabalham nas cidades. Seus filhos também têm que trabalhar fora para aumentar a renda familiar, estudar na cidade, fazem supermercado para suprir o que não é plantado no assentamento. A continuidade do enfoque analítico-metodológico que o grupo atingiu vai compreender o que é qualidade de vida nos assentamentos, não apenas pela produtividade e prosperidade material que eles podem alcançar. É a constatação de que existem assentados que exercem práticas ecológica e socialmente corretas se possível (sem arrendar o lote mesmo com todas as dificuldades), trabalhando na terra juntamente com sua família. Se esta tranquilidade vivida por eles trás benefícios à natureza, e conseqüentemente aos homens, estão num caminho que todos aspiram praticar para preservar o planeta e a vida, mas não realizam no presente.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, P. **O Desencantamento do Mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

D'INCAO, M. C. e ROY, G. **Nós, Cidadãos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos Rurais: Um olhar sobre o difícil Caminho de constituição de um novo modo de vida. In: FERRANTE, V. L. S. B. (org.) **Retratos de Assentamentos**. Ano I, nº 1, FCL, Unesp, Araraquara, 1994.

FERRANTE, V. L. S. B. Itinerário de Pesquisa em Assentamentos Rurais: Inesgotável Aventura Sociológica. In: FERRANTE, V. L. S. B. (org.) **Retratos de Assentamentos**. Ano V, nº 7, FCL, Unesp, Araraquara, 1999.

MORIN, E. **O Método**. Volume VI. Portugal: Publicações Europa – América, 1991.

WHITAKER, D. C. A. e FIAMENGUE, E. C. Assentamentos de Reforma Agrária: Uma Possibilidade de Diversidade Agrícola. In: FERRANTE, V. L. S. B. (org.) **Retratos de Assentamentos**. Ano VI, nº 8, FCL, Unesp, Araraquara, 2000.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, SP: Letras a Margem, 2002.

A RELEVÂNCIA DO DIÁRIO DE CAMPO NA BUSCA DA COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA, A TERRA E O MEIO AMBIENTE

Tatiana de Oliveira*

“A ciência começa a estar em condições de descrever a criatividade da natureza, e o tempo, hoje, é também o tempo que não fala mais de solidão, mas sim da aliança do homem com a natureza que ele descreve”.

(As leis do Caos – Ilya Prigogine)

Com a minha participação no Projeto Auxílio-Integrado, intitulado “Inserção dos Assentamentos de Reforma Agrária às economias regionais / indicadores de qualidade de vida e integração ao meio ambiente: Araraquara-SP”, a partir de 2000, obtive a oportunidade de desenvolver um trabalho abrangente de pesquisa, que viria futuramente alterar minhas visões e meus conceitos sobre os assentamentos. Adentrar a esfera “micro” dos assentamentos e desses *novos atores sociais* (Whitaker e Fiamengue, 1995), onde as relações evidenciavam-se amplamente, exige de todo pesquisador uma postura que vise enfrentar em si próprio e em geral o desconhecimento e os preconceitos em relação ao rural.

Por isso a busca da compreensão da realidade em que estão inseridos os assentamentos é tarefa que se coloca como impossível sem a superação dos obstáculos epistemológicos que fazem parte da relação do rural-urbano no caso brasileiro. Assim, para Whitaker

Nossa primeira tarefa é portanto desvelar esses preconceitos. Tais preconceitos derivam da dominação do rural pelo urbano, a partir da emergência do capitalismo enquanto sistema econômico que privilegia a industrialização, engendrando uma ideologia urbano industrial, na qual se cria a figura do outro – aquele que impediria o avanço do industrialismo e como tal representaria o atraso (Whitaker, 2002, p.20).

* Ex-bolsista de Iniciação Científica no projeto “Inserção de Assentamentos Rurais às Economias Regionais: indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente. Araraquara-SP”.

Compreender os assentamentos conservando o respeito a este *outro* sem julgá-lo ou caricaturizá-lo, tem nos colocado em constante debate com esses preconceitos, uma vez que temos buscado compreender, a partir de visões múltiplas, a complexidade dos assentamentos, captada através do acompanhamento da dinâmica de organização deste espaço, da valorização das histórias de vida dos assentados e da análise de suas práticas desenvolvidas.

Neste sentido, captar processos e sua complexidade tem sido nosso grande desafio e aperfeiçoar técnicas para isso, tornou-se nossa grande tarefa. Assim, ganhou destaque neste trabalho o uso do Diário de Campo, técnica há muitos anos utilizada e aperfeiçoada pelo nosso grupo¹. Este instrumento metodológico de pesquisa, associado a uma perspectiva crítica (embasamento teórico), tem nos proporcionado uma profunda visão sobre este *outro* e sua relação com meio, nos permitindo romper com as visões economicistas e *urbanocêntricas* que freqüentemente cercam as avaliações dos projetos de reforma agrária.

As atividades de campo, sem dúvida alguma, têm poderosa importância dentro de uma pesquisa na zona rural. São delas que retiramos os dados que embasam nossas descobertas, não podendo desprezar sua *capacidade integradora*, pois à medida que somos testemunhas das práticas e das histórias dos assentados, assumimos uma outra perspectiva de observação das relações e dos fenômenos ocorridos em seu espaço.

Porém, observar essas relações nas atividades de campo e não transformá-las em dados, em nada adianta para uma pesquisa. Por isso, para não perdermos as informações cruciais, temos investido muito nos registros em Diário de Campo.

O Diário de Campo, através dessas densas descrições que são realizadas quando fazemos a leitura do espaço, desenvolve o exercício de acessar as informações que ficam guardadas, favorecendo a capacidade de rememorar os acontecimentos vividos nas atividades de campo. Sem esses registros seria impossível captar, por exemplo, os dados sobre a forma como estão organizados os lotes, as características da produção e como ela se desenvolve. E seria ainda mais difícil captar a força das práticas culturais destes agricultores assentados que vivem um maior contato com a natureza e, portanto, estabelecem relações de alta complexidade.

Para Morin “*é impossível isolar o ser vivo de seu ecossistema, o indivíduo de sua sociedade, o sujeito de seu objeto*”, assim o Diário de Campo, nessa forçosa busca pela compreensão dos assentamentos e de seus sujeitos, tem sido um valioso instrumento para captarmos as relações entre os assentados e a natureza.

Quando iniciei os meus registros pessoais no diário de campo, logo busquei tentar fugir da lógica *urbanocêntrica* que marca a ciência e as visões em

¹ Ver Whitaker, 2002.

geral sobre a sociedade, e que retrata de maneira preconceituosa o rural e seus sujeitos. Assim, foi impossível meus registros não trazerem fortes marcas da relação entre os assentados e a natureza, tendo como destaque a diversidade agrícola, a recuperação ambiental das áreas de reforma agrária e o compromisso com o meio ambiente de muitos assentados.

Observemos esses trechos do Diário de Campo:

É impressionante como o lote do Sr. Belontaine, apesar de todas as dificuldades em relação à falta de incentivos, é diversificado. Encontrei mandioca de mesa, banana maçã e nanica, vários tipos de abóbora, feijão carioquinha e gandu, quiabo, milho, limão, maracujá, mamão, urucun, manga coquinho e espada, goiaba vermelha e branca, abacate, acerola, pitanga, café, laranja, mexirica ponkan, cana caiana, nhame, jambolão. Além dos diferentes peixes dos tanques, dos diferentes galos de raças muito procuradas (como o galo japonês) e das galinhas caipiras (Diário de Campo, 07/07/2001).

Ao registrar o que via no lote através de lembretes que depois foram mais bem transcritos, foi possível registrar como este assentado da Monte Alegre busca diversificar seu lote, mesmo com as dificuldades econômicas (como foi enfatizado), resgatando inclusive espécies de galos esquecidas e valorizando o consumo da galinha caipira.

Acompanhemos agora um outro assentado da Fazenda Bela Vista do Chibarro:

O Sr. Elias pôde nos mostrar como está organizada sua produção orgânica. Na horta há adubação verde principalmente através do plantio de mamona, do capim napiê e das leguminosas (como os vários tipos de feijão). Há também o uso de cobertura morta como a palha de arroz, de milho e de cana e as 'tradicionais' cascas de frutas (...) utiliza também os chamados quebra-ventos naturais como os girassóis e a mamona que servem para impedir que o vento traga pragas e insetos prejudiciais ao plantio. Tem-se também o costume de plantar flores entre os canteiros para atrair os insetos que podem depositar ovos, que se tornam lagartas e atacam as verduras. Chama a atenção o composto orgânico (...) que é realmente natural, não recebendo incrementos de origem animal como o usual esterco, utiliza-se o bagaço de cana, palhas diversas e o EM-8². Todos esses elementos

² Composto fornecido pela Fundação Mokiti Okada que dá assistência sobre agricultura alternativa.

são colocados acima do solo e fechados em uma caixa de telhas (...) a ação dos microorganismos no composto é tão intensa que a temperatura eleva-se muito, chegando a aquecer, até ficar vermelho, um cabo de ferro (quando introduzido no composto) (...) após a proliferação dos microorganismos é que o composto, já esfriado, vai para os canteiros para aumentar a produtividade da terra (Diário de Campo, 19/05/2001).

É o Sr. Elias que produz suas próprias mudas para evitar as sementes preparadas. Noto o enorme carinho que este assentado tem por aquela parte do lote, bem como sua satisfação de falar da horta e de consumir um produto 'mais puro' (Diário de Campo, 19/05/2001).

O Sr. Elias foi um dos primeiros assentados a se aproximar da Fundação Mokiti Okada e a desenvolver seus ensinamentos sobre agricultura natural. É importante destacar como foi possível, de maneira detalhada, captar as diferentes técnicas que este assentado utiliza em sua horta de produção natural, como o uso de cobertura morta e de adubação verde, o processo de preparo do adubo natural e a preferência por mudas agroecológicas.

Atitudes e práticas como estas tem sido a forma que este assentado encontrou para desenvolver práticas agrícolas que trouxe consigo de seu passado em Minas Gerais, não abrindo mão de uma alimentação mais saudável. Além disso, a saúde do solo é beneficiada, pois sem a necessidade de introduzir adubos e fertilizantes químicos, este assentado foge da prática convencional que submete o solo à dependência dos insumos. Com isso, surgem solos e alimentos mais saudáveis em decorrência de uma melhor relação com o meio ambiente.

Ao registrar, através do Diário de Campo, o carinho que o Sr. Elias tem pela sua produção natural, pudemos apreender uma outra dimensão desta relação com o meio ambiente caracterizada pela interação sentimental com o meio que está sendo cuidado. Boff (1999) ao descrever a importância do *cuidado* como forma de alterar a relação com a natureza diz que:

“O cuidado não se opõe ao trabalho mas lhe confere uma totalidade diferente. Pelo cuidado não vemos a natureza e tudo que nela existe como objetos. A relação não é sujeito-objeto mas sujeito-sujeito (...) A relação não é de domínio sobre, mas de convivência. Não é pura intervenção, mas é interação e comunhão” (p. 95).

Assim, vejamos como este outro casal de assentados busca desenvolver este mesmo tipo de interação:

No lote é possível encontrar a horta com salsinha, cebolinha, coentro, tomate cereja, berinjela, pimentão, buchas, na entrada do lote uma bonita plantação de mandioca, ao redor da casa mamão, abacaxi, bananeiras, acerolas, canas entre outros produtos. Estes são assentados que de maneira artesanal produzem farinha e polvilho de mandioca (...). A mandioca é descascada, lavada, triturada, assada, peneirada totalmente manualmente, em uma estrutura construída por D. Ana e o Sr. Severino. Os restos desse processo servem para alimentar as galinhas (Diário de Campo, 25/06/2002).

O reaproveitamento de produtos do lote apresenta-se como forma de integrar as diferentes ações desenvolvidas na produção. Fazer, dos “resíduos” da produção de farinha, alimentos para as galinhas, não é somente uma forma de economizar mas também uma maneira de reciclar energia e beneficiar o meio ambiente. A diversidade mais uma vez aparece mostrando que a Fazenda Monte Alegre, espaço anteriormente utilizado para o plantio da monocultura do eucalipto, recebe agora, através do trabalho dos assentados, uma outra vitalidade.

O manejo voltado para a reconstrução da diversidade também ajuda a recuperar o solo desgastado pelo plantio da monocultura da cana-de-açúcar no assentamento Bela Vista. Vejamos este trecho do diário de Campo:

O Sr. Antônio nos mostrou a área do plantio de café, demonstrando como se colhe. Ao ser perguntado se há somente café no lote, ele nos disse: de tudo tem que ter um pouquinho, porque pra gente que tem pouca terra, não pode plantar uma coisa só; o milho agora está com preço caindo, imagine se eu tivesse só milho plantado no lote? (18/05/2003).

Este assentado demonstra que, mesmo com a força excludente do modelo agro-exportador de cana-de-açúcar que cerca os assentamentos da região de Araraquara, o papel da diversidade é múltiplo. Pois práticas agrícolas tendem a se multiplicar nos assentamentos se apresentando como alternativas para uma melhor qualidade de vida, não somente no âmbito de uma alimentação mais saudável, mas também da articulação com os mercados regionais.

Todos esses aspectos refletem um caráter intrínseco de resistência *no* campo, dando à luta pela reforma agrária uma outra dimensão bastante complementar. Combatendo a força excludente do modelo agro-exportador de cana-de-açúcar, essas práticas agrícolas que se multiplicam nos assentamentos evidenciam uma persistência na busca de alternativas para uma melhor qualidade de vida. Essa intensa luta contra a exclusão social demonstra que há uma forte resistência do campo acontecendo, indicando que visões que anunciam o

aniquilamento do campo brasileiro precisam ser revistas.

Tendo os dados e as impressões registradas no imprescindível Caderno de Campo e aprofundando a compreensão sobre o abundante quadro de elementos que se revelavam a nós por meio das teorias, em especial as que buscam compreender o rural e seus sujeitos³, temos desenvolvido uma perspectiva analítica que aos poucos vai se tornando científica, pois visa driblar o senso comum. O que vem nos movendo, portanto, *é o desejo de ocultar o menos possível* a complexidade do real (Morin, 1993).

Contudo, o Diário de Campo tem sido fundamental nesta busca pela compreensão da complexidade encontrada nos assentamentos de reforma agrária. Sem este instrumento e a *vigilância epistemológica* sugerida por Bourdieu, seria impossível fazer as profundas leituras do espaço e as análises desses dados que temos feito na tentativa de desvendar as relações entre os assentados e a natureza.

Referências bibliográficas:

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar:** ética do ser humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PESSI-PATERNAK, Guita. **Do Caos à Inteligência Artificial:** *quando os cientistas se interrogam*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

WHITAKER, Dulce C. A. e FIAMENGUE, Elis. *Memória da terra: as rupturas e as novas possibilidades*. In: **Retratos de Assentamento:** Auto-Retratos de Assentamentos, nº 2, NUPEDOR, UNESP, Araraquara, 1995.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural:** Questões Metodológicas Emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras A Margem, 2002.

³ Aqui vale destacar a ampla produção teórica que possui o Nupedor, através de livros e de seus *Retratos* e das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas por seus pesquisadores.

O DIÁRIO DE CAMPO NO ACOMPANHAMENTO E NA APREENSÃO DE VIVÊNCIAS NOS ASSENTAMENTOS

Henrique Carmona Duval*

A estrada, a caminho do Monte Alegre, passa entre as terras da usina que estão em volta do assentamento. Desta vez uma grande área fora colhida e até esta hora conseguia-se ver longe no horizonte, por todos os lados. De repente, chegamos numa área onde a cana ainda estava grande, de forma que só conseguíamos ver a estrada a nossa frente já que ela cobria a visão do horizonte.

Trecho do diário de campo do dia
14/09/2002.

Como forma de coletar dados para a pesquisa, os bolsistas do Nupedor fazem constantes visitas aos assentamentos pesquisados. Essas visitas fazem parte do trabalho de campo, trabalho que envolve, entre outras tarefas, produzir um diário de campo. O que é o diário e o que ele me possibilitou compreender é o que tentarei expor nesse texto.

É um caderno em branco que nos acompanha e completamos a partir das situações que observamos, o que nem sempre compreendemos corretamente. Os registros são feitos a partir da sensibilidade de cada pesquisador ao conhecer e conversar com uma família. Assim, cada um terá um tipo de registro, os quais somados enriquecem nossas análises. Não seguimos um roteiro nas visitas. As conversas versam conforme os assentados refletem sobre as suas vivências, e assim entramos no campo de apreensão do que ele quer nos relatar: a lógica de sobrevivência de cada um lá dentro. Se vamos a um assentado específico buscar determinada informação pode ser que tenhamos um roteiro de perguntas a fazer, para nos informar sobre, porém geralmente conhecemos a família, as histórias de vida, suas estratégias de permanecer na terra e ouvimos o que eles têm a nos dizer, de aspectos positivos a negativos da vida deles nos assentamentos.

* Bolsista de Iniciação Científica no projeto “Inserção de Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Regionais: indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente. Araraquara e o Pontal do Paranapanema-SP”.

Por isso nosso registro não tem caráter quantitativo, buscamos compreender lógicas individuais de vida que cada pessoa adquire ao viver.

No diário registramos todas as passagens das idas a campo, de impressões nossas a falas dos assentados, que no momento em que ocorrem julgamos indicativas para nos ajudar a compreender as especificidades da vida das famílias nos assentamentos. Os registros são o guia para o rememorar as situações presenciadas. Nos colocam, em nossos imaginários, novamente à frente das famílias nos lotes, momento que apreendemos sobre o conhecimento que eles possuem através da observação de como eles fazem para conciliar a natureza deles com seu meio de sobrevivência. Após reler os diários, cada bolsista pode enxergar obstáculos que ele mesmo tem para compreender o meio rural. Mudar suas posturas e avaliações nas situações com as quais não soube lidar corretamente, com perspectivas de melhorá-las, é um exercício que auxilia muito na compreensão do real em sua complexidade.

Isso acontece muito em função do rememorar a situação. A ida a campo é rica em informações: a cada passagem temos a impressão de conhecer mais um aspecto do real digno de registro e quando vamos ler o que escrevemos no momento, é a oportunidade de repensar sobre o aspecto que observamos e registramos, corrigindo algumas possíveis falsas representações que existiam antes. É um instrumento de pesquisa que aprimora nossos olhares para futuras idas a campo, pois tivemos uma lição ao fazer a tarefa do diário, o que possibilitará coletar dados mais significativos nas próximas porque completam ou desfazem nossas primeiras, segundas e outras impressões, aprofundando-as dialeticamente.

Após algumas visitas aos lotes de produção e muita conversa com os assentados, observa-se que seus meios de sobrevivência dependem muito do que é determinado pelos poderes locais e pela economia regional. Por isso resolvi expor neste texto, a partir dos registros feitos no diário de campo, como foi o processo de legalização do plantio de cana-de-açúcar em parceria entre assentados e uma usina, que se apresentou como uma alternativa de viabilizar a vida nos lotes. Por ser um processo muito complexo, que mexe na estrutura do assentamento todo, causa inúmeros desdobramentos ainda duvidosos para o futuro deles. O assentamento em questão é o da fazenda Monte Alegre, implementado e fiscalizado pelo ITESP. Ele se encontra numa tríplice divisa de municípios, entre os municípios de Araraquara, Matão e Motuca.

Através das idas a campo e dos devidos registros no diário, obtive algumas informações de como foi realizado o movimento pró-cana neste período (de regulamentação) e de como as opiniões dos assentados foram mudando com relação à proposta que enfim se concretizou, na medida que os serviços da usina foram realizados nos lotes. O acompanhamento se deu, principalmente, no lote de produção de um assentado que é representante de um grupo que aderiu à proposta, o lote do Sr. Sidnei Belintani, e também em outros lotes.

Visitamos o lote desse algumas vezes antes, quando a parceria era uma proposta, e no período que os serviços foram feitos nós aproveitamos para idas mais constantes, visando acompanhar todas as fases do plantio. É importante ressaltar que os depoimentos fornecidos por esse assentado dizem respeito não apenas a preocupações unicamente dele, mas de interesse de todo o assentamento. Preocupações sobre aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais que foram tocados pela alternativa, como veremos ao longo do texto. É necessário em alguns momentos transcrever longos trechos do diário, pois é nele que está registrado meu acompanhamento e a minha reflexão sobre a parceria.

Este primeiro registro vem de uma visita a uma assentada que é agente de saúde local, um pouco antes da parceria ser autorizada:

Sobre a proposta de se plantar cana ela falou que em metade do lote teria um bom retorno financeiro, com maior garantia, que reduz os gastos da prefeitura com o assentamento. A prefeitura de Motuca e o ITESP estimam com a cana renda de R\$900,00 mensais mais ou menos. Disse que a Usina Santa Luiza (do qual o prefeito de Motuca foi funcionário) teria 100 famílias assentadas no município de Motuca (núcleos 1, 2, 4 e 5) que vão plantar se a proposta for liberada - ela disse que seriam metade dos lotes já que nos quatro núcleos vivem 200 famílias mais ou menos

(Diário de campo – 22/06/2002)

A fala dela indica bons olhos para a proposta pelo retorno financeiro garantido, repetindo uma inquietação que freqüentemente ouvimos no assentamento. Muitos deles se preocupam em não ser um peso para as prefeituras, no que toca aos investimentos públicos. Ou seja, anseiam a independência financeira. Esta fala também demonstra que muitas famílias aderem de longe à parceria, apenas uma usina fecharia contrato com 50% de famílias nos quatro lotes pertencentes a Motuca (prefeitura intermediária da proposta). A esta altura, de tanto ouvir esta e vários outros assentados dizerem que seria uma boa alternativa para o momento (de alguns chegava a ser um apelo), achávamos a proposta viável desde que o contrato vigorasse seus cinco anos rendendo o estimado, em metade de cada lote e que o dinheiro ganho servisse para investir na outra metade como alguns assentados nos falaram. Também sempre acreditamos que os assentados, em sua maioria, não fossem querer queimadas no assentamento. Mesmo assim a proposta não significava independência financeira. Apenas concordo que o contrato poderia estimular a produção nos lotes, mas os assentados corriam risco de se acomodar plantando cana depois de cinco anos e não parar mais.

O Sr. Belintani, que esteve atuando para que a proposta se viabilizasse, foi quem nos esclareceu de muitas questões que envolveram a regulamentação,

bem como de todo o processo. Em idas a campo, anteriores aos contratos, ele falava de seu envolvimento com pessoas do sindicato, da prefeitura de Motuca e com assentados que já se interessavam ou não pela proposta, que em seu lote eram realizadas reuniões porque essas pessoas vinham a ele “negociar” o pedido de regulamentação da cana.

Sobre a cana, Sr. Belintani disse ser um dos pais da proposta de se plantar cana no Monte Alegre e que se fosse hoje ele não abria a boca para defendê-la. Depois de se envolver com todas as lideranças, até com o governador Alckmin, para viabilizar o plantio de cana, ele diz que a proposta corre o risco de não favorecer os assentados e nem o meio ambiente (Diário de campo – 14/09/2002).

Depois que ele batalhou ferrenhamente com lideranças, apertou a mão do governador e falou no ouvido dele que precisavam plantar cana no assentamento Monte Alegre, ele viu, já bem antes dos plantios começarem, que a proposta poderia não contemplar peculiaridades dos produtores assentados. Muito menos em preservar o meio ambiente, sua maior preocupação.

Os primeiros porque os usineiros têm suas terras e mais outras já arrendadas, então a cana dos assentados pode ser desvalorizada, pois eles não têm tanto espaço e infraestrutura para a cana render igual. Suja a imagem dos assentados e da Reforma Agrária porque o assentado vai arrendar metade de suas terras para usineiros, não irão trabalhar nela como deveriam, às vezes nem na colheita. Disse que muitos assentados pegam o cheque e vão beber no bar (...) falando sobre o arrendamento. Então, os outros pensam: para que Reforma Agrária? Para que tanta terra para Reforma Agrária se eles preferem deixar 50% nas mãos do usineiro?

O meio ambiente é outro que vai sofrer, pois, além de todos insumos químicos e o fato de ser monocultura, existe o problema da queimada. Segundo o Sr. Belintani, o espaço para cana será 50% do lote, 3 alqueires mais ou menos. Acaba ficando próximo de outras culturas, criações, casas, barracões, mata nativa. As queimadas podem passar para estes lugares, prejudicando vizinhos, animais, acabando com a área de preservação, além de todos os problemas respiratórios (Idem).

As próximas idas ao seu lote só vieram confirmar o que ele queria nos dizer antes. Passado algum tempo, depois que os assentados assinaram o contrato com a usina, e mesmo alerta para a produção menos agressiva à natureza (pois

ele queria o corte da cana sem queimadas), seu aviso constou como observação no contrato e não como cláusula obrigatória do mesmo.

Se a cana for cortada crua a palha fica na terra segurando umidade, protegendo do sol e se decompõe, servindo de alimento a vários microorganismos que animam a vida no solo, que ajudam na sua oxigenação. Sem oxigenação o solo se torna infértil, pois é compactado e duro. Sr. Belintani conseguiu que fosse escrito nos contratos com a usina que “se opõe à queimada devido possíveis danos ambientais, culturas e criações de vizinhos”, e mais algumas razões (cana crua agüenta mais no transporte sem perder sacarina(?)) (Diário de campo – 30/03/2003).

Este trecho mostra a importância de trabalhar com o diário de campo e entender melhor as situações. Aqui pude compreender sua consciência e preocupação ambiental e com a sociabilidade (ele se opõe às queimadas). Mas ao mesmo tempo não compreendi toda a sua lógica, por não entender a diferença do valor monetário da cana colhida crua para a queimada. O diário de campo me possibilitou registrar preocupações deste assentado com relação a uma alternativa à qual muitos outros também aderiram, mesmo a maioria deles não percebendo algumas possíveis desvantagens para o assentamento, devidas às queimadas e outras com relação a vizinhos, animais, área de preservação, dependência da agroindústria e desvalorização da cana produzida nos lotes. O diário me possibilitou perceber também que não é a sacarina que se perde com a queimada, mas a sacarose, por isso coloquei o ponto de interrogação já que ele me falou na hora, mas a quantidade de informações foi tanta no momento que eu não ouvi direito e tive dúvidas para registrá-las corretamente, corrigindo-a posteriormente. Mas com certeza pude compreender a informação ao reler o diário. Sua reivindicação que deveria ser obrigatória (não poder queimar) foi apenas uma recomendação nos contratos, por total desinteresse da usina e da prefeitura em zelar pelos assentados e pelo meio ambiente. Ele completou:

Se a cana for vendida para o exterior, o fato dela ser produzida sem queimada melhorará a imagem da usina, primeiro porque é produzida em terras de Reforma Agrária e também devido a selos ecológicos necessários para entrar em vários mercados (Sr. Belintani – 30/03/2003).

Ou seja, a cana produzida no assentamento poderia ter outro valor. Nesta mesma ida a campo descobrimos como é que o contrato estabelecia o plantio nos lotes e como está sendo executado no lote dele.

A cana poderá ser plantada em metade do lote durante cinco anos (7 hectares no caso dele) com direito na primeira safra, na preparação da terra, a calcário para corrigir acidez, algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo e para abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida e veneno para formigas e ainda as mudas. O transporte e pesagem também são a cargo da usina (Diário de Campo – 30/03/2003).

O diário de campo possibilita desvendar aspectos comuns entre os assentados que estamos sempre em contato, entre os quais aspectos negativos da vida que estão submetidos ao serem assentados naquele espaço. Esta passagem indica um problema comum entre os assentados do Monte Alegre, que é a destoca ainda por fazer em muitas áreas dos lotes. Já ouvimos de outras pessoas que este serviço já deveria ter sido feito (pelo ITESP) antes deles morarem e trabalharem no local, pois com os tocos de eucalipto ainda no solo algumas áreas dos lotes ficam inutilizadas para produção. Além disso, eles são o foco de cupins que estão por toda parte. Mesmo destocando a área do cultivo de cana, esse e outros serviços da usina não têm sido bem feitos em muitos lotes e poderão implicar em prejuízo para os assentados.

Na destoca no lote do Sr. Belintani os tocos saíram muito bem, mas o trator desmanchou as curvas de nível que ele tinha feito e sem as curvas todo calcário que jogar na terra para corrigi-la vai descer com a água. (...) O mata-mato que disseram ter jogado um monte não matou as baquearas, o cupinicida e o veneno para formigas estão sendo aplicados com bombas costais depois que a cana está plantada, o que não resolve o problema dos ataques à cultura. Segundo o Sr. Belintani os venenos deveriam ser passados com máquinas e depois que abre o sulco, como é feito nas usinas, para que o combate se dê lá onde estão os cupins e as formigas. Da forma como estão aplicando (depois de plantar as mudas), tanto o cupinicida como os venenos para formiga não garantem um efetivo combate a essas pragas, que dominam aquele espaço, durante os cinco anos do contrato dos assentados com usineiros (Idem).

Ele disse que tem ouvido de outros assentados que em seus lotes os serviços feitos pela usina também são mal executados. Em outro lote, as ruas de cana foram feitas da parte alta para a parte baixa, enquanto deveria acompanhar o nível de inclinação da terra para não perder nutrientes.

Continuando a visita e registrando as passagens, compreendi como o contrato estabelecia o pagamento dos serviços da usina, e compreendi também

o que ele acha dos mesmos (feitos por apenas uma frente de trabalho: um trator e um grupo de trabalhadores). Surgem opiniões do assentado a partir de constatações dele com relação a este modelo de serviço já prestado pela usina, como veremos nesta passagem do diário:

Todos esses serviços (chamada “produção facilitada”) são oferecidos apenas na primeira safra (de 18 meses) e pagos 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira (descontadas na tonelagem), embora nessas duas últimas os assentados já não contarão com os serviços feitos pela usina. (...) O trato e o corte serão feitos pelas famílias. Neste primeiro contrato, 37 famílias estão participando. Em 7 lotes mais ou menos os trabalhos de plantio já haviam começado, nuns outros apenas destocaram, mas o maior problema é que a época certa de plantio seria no máximo até fevereiro, para render mais. Enquanto mais demoram, aumenta a possibilidade de uma baixa produção. A usina colocou a disposição dos assentados apenas uma frente de trabalho para as 37 famílias, que estão subdivididas em dois grupos: 27 dos mais próximos da usina (territorial e amigavelmente), onde os trabalhos já começaram, e 10 dos mais “distantes”, que é o grupo do Sr. Belintani. Ele acha que o certo era ter duas frentes de trabalho, uma para cada grupo, para que os serviços da usina e o plantio fossem feitos em todos os lotes juntos (...) e todos colherem “a mesma cana”, pois espera produtividade menor de quem plantar mais tarde. Ele chega a sugerir para assentados amigos que não assinaram até agora que só façam em setembro/outubro, época mais apropriada para a cultura. O grupo que planta com ele definiu que os trabalhos nos lotes, principalmente de colheita, serão feitos em mutirão, cada dia eles vão ao lote de um assentado trabalhar (Idem).

Essa ida a campo (do dia 30/03/2003) é repleta de informações sobre o contrato. A próxima passagem indica a avaliação do processo por parte do Sr. Belintani após algumas etapas:

Disse que trouxeram calcário para ele, 13 toneladas, mas que nem pesaram na frente de alguém do ITESP ou um representante do assentamento para conferir (comum nos outros lotes), quando o certo é o ITESP saber o que e quanto está entrando no assentamento para produção. O veneno para o mato também não surtiu efeito e é caro segundo ele. Está na verdade faltando garantias para uma boa safra e eventual lucro dos assentados enquanto os lucros da usina estão garantidos. Ele vê ainda o

risco de alguns assentados não terem dinheiro nem com a cana, ficarem devedores da usina (...) devido aos atrasos no tempo certo de plantio, insumos de baixa qualidade, sem o devido registro e garantias de procedência, fora serviços mal feitos como a destoca que estragou as curvas de contenção de nível e frentes de trabalho dividida em tempos diferentes. A usina quer cana o ano todo, por isso acaba plantando em tempos diferentes e agora escolhe em qual lote quer colher em determinada época, fato que irá prejudicar os assentados que plantarem nas piores épocas deixando uns grupos melhores que outros na expectativa de uma boa safra.

Obs.- Ele disse que para começar o plantio de cana na terra da fazenda Monte Alegre, deveriam (os assentados e o ITESP) sugerir a preparação dela um ano antes com o plantio de soja ou feijão, para uma melhor produção, mas não houve nem uma análise química no solo para saber quanto de calcário é necessário para corrigi-lo. O calcário colocado foi medido como se fossem as terras da usina (Idem).

Na avaliação dele ocorre abandono do Estado na administração dos contratos, na análise do papel do ITESP, e tudo está como a usina quer. Reivindicações que partem dos assentados e que dizem respeito ao espaço de moradia deles não são atendidas. Alguns assentados, principalmente do grupo dele que plantou mais tarde, correm o risco de terem as piores safras devido ao tempo de plantio e aos serviços mal feitos. As terras da fazenda Monte Alegre são extremamente desgastadas pela monocultura de eucaliptos anterior ao assentamento, enquanto as da usina não têm a mesma acidez. Os lucros da usina não se dão apenas na tonelagem da cana. Ela já está ganhando, pois o assentamento fica a menos de dez quilômetros de suas terras, havendo economia no transporte. Um contrato que aparentemente oferece estabilidade financeira aos assentados poderá não ajudá-los no trabalho e na permanência na terra, mas deixá-los sob o comando dos usineiros.

Ele disse que a maioria dos assentados não está vendo a impossibilidade de lucro deles com a cana: “eles só querem plantar, no dia de assinar (o contrato com a usina) muitos falavam: -Eu vim aqui para assinar”. Quando Sr. Belintani queria falar sobre garantias dos assentados para uma boa colheita, por exemplo, cobrar da usina e do ITESP uma análise do solo para descobrir quanto de calcário é necessário, plantar na época certa, frentes de trabalho para isso, ninguém queria saber. (...) A produção facilitada (com serviços da usina pagas em parcelas) é só para o primeiro ano, nos outros o assentado terá que pagar na hora. E se na primeira colheita der cana fina,

de pouca tonelagem, como o assentado terá dinheiro para aplicar com tudo que precisa nos outros plantios?

Emílio Fortes (prefeito de Motuca) foi quem trouxe Geraldo Alckmin para a região e foi da boca do Sr. Belintani que eles ouviram um dos apelos para a cana ser plantada no Monte Alegre. Assim começaram indícios de aceitação do Estado para o arrendamento de terras de assentamento para produção usineira. Sr. Belintani sempre achou que Motuca fizesse coisas em favor dos assentados. Um exemplo era o trator que a prefeitura adquiriu “para os assentados”, através da secretaria de agricultura, pelo qual a hora de trabalho custava 10 reais até pouquíssimo tempo atrás (final de 2002). O preço mais barato hoje é 15 reais (Matão), R\$ 22 (CEDIR) e Motuca foi para R\$30 (logo após a cana ser legalizada) (Idem).

Foi assim que percebi o descaso e o jogo político do poder público aos assentamentos e a dominação exercida pelo poder econômico regional sobre o município. Ao mesmo tempo em que o ITESP e demais prefeituras se abstinham da administração da parceria, percebemos também o abandono de benfeitorias dos mesmos no que eles se dispuseram, como não fiscalizar os contratos, serviços e insumos da usina para a produção no assentamento. Além disso, a hora de um trator da prefeitura de Motuca que atende os pequenos produtores triplicou de preço pouco depois da mesma conseguir, através de seu empenho político, legalizar a parceria (o que já é motivo de muitos desentendimentos entre eles). Percebe-se, pela fala do assentado, que após a primeira colheita se pagará 50% dos serviços da usina e o dinheiro restante servirá para pagar insumos da segunda safra, que não serão feitos pela usina e nem parcelados como na primeira. Terão que pagar na hora, mas se o lucro não for suficiente para isso, dificilmente terão condições de organizar seus canaviais para as outras safras do contrato, talvez até se endividando.

Após estas constatações sobre o contrato e dos serviços efetuados até aqui, ao voltarmos ao Sr. Belintani vimos ele trabalhar com seus filhos também na cana dos usineiros, assim como em outras atividades que esperam realizar no lote. Observamos que as descobertas sobre o contrato não param de surgir de outras formas, o que foi nos esclarecendo sobre o caso na medida que voltávamos lá. Descobrimos, por exemplo, que os assentados ainda não têm uma cópia do contrato com eles. Eles ainda não portam o documento que assinaram e o plantio já está feito. Se, por ventura, o contrato prejudique os assentados de alguma maneira, eles só terão conhecimento quando não se der mais para voltar atrás. Outra constatação é a preocupação deste assentado com o rendimento da cana, ele e os filhos não param de trabalhar e até colocam investimento por fora para garantir boa produção:

Chegamos e ele estava, com o filho André, jogando veneno nas formigas no espaço de cana para a usina. Ele já começou a nos mostrar os maus serviços prestados pela usina no seu lote: O cupinicida que aplicaram não adiantou (olhando entre as ruas de cana só se via as casas dos cupins, que parecem areia que brota da terra), quanto às formigas os usineiros disseram ter um pessoal especializado para acabar com elas, mas elas já estão acabando com as primeiras pontas da cana que estão surgindo. O trator da usina foi refazer as curvas de nível que tinha desfeito, porém as ruas não acompanham as curvas, resultando num “bico” (pedaço de terra que não acompanha a rua de cana) que deveria sobrar nas margens da plantação, mas sobrou no meio e trará algum prejuízo na hora da pesagem. Sr. Belintani disse que quando o trator precisar fazer serviço lá de novo terá que passar por cima de algumas ruas para manobrar, estragando mais um bom pedaço da sua cana. As ruas feitas erradas são comuns em alguns lotes e diminuirão substancialmente a produção em alguns casos. (...) Ainda não combateram os cupins e formigas que já estão atacando o canavial e, pior, dificilmente possibilitarão que esta cana chegue forte nos terceiro e quarto cortes (o contrato é de cinco anos). (...) Jogam um veneno caro, que será cobrado na tonelagem, mas só por cima. Sobre colocar veneno por conta como ele e o filho fazem, disse: “Temos que fazer isso se quisermos garantir produtividade um pouco maior”. Ele acha que passando veneno a cada 60 dias, como a usina tem feito, não resolve o problema, por isso ele acrescenta gastos de sua parte (Diário de campo – 26/04/2003)

Há uma visível melhora na minha compreensão nesta visita comparando com as outras idas, no que se refere à maneira que eles estão aplicando veneno, do que está sendo feito pela usina e do que o assentado esperava com o contrato. Enquanto o contrato não estava assinado o assentado não imaginava que haveria tantos problemas na hora de plantar a cana, ele acreditava que os serviços prestados seriam pensados sobre os cinco anos que vigora a parceria.

Explicou também que o primeiro corte é capaz de render boa produção, no entanto para os outros cortes já duvida que conseguirá manter a tonelagem. Os serviços da usina (motomecanização, tratorista, mudas e produtos para controle de pragas e doenças) são apenas para o primeiro plantio, depois os problemas com a lavoura são do assentado. Mas se a cana vai render até cinco cortes como ela vai crescer forte nas futuras safras (considerando os maus serviços da usina) e render a

mesma tonelagem em todas? A primeira cana tem que ser muito bem cuidada para as outras não ficarem comprometidas, mas já sofrem ataque de formigas e cupins (Diário de campo – 26/04/2003).

Suas expectativas de obter boa renda com a cana já mudaram muito. Ele não espera mais da usina um serviço nesta primeira safra que garanta o cuidado na produção para os cinco anos do contrato, como deveria ser. A tranquilidade que o contrato sugeria com produção facilitada em metade do lote e em parcerias com vizinhos também não existe mais. Principalmente no que se refere aos danos ambientais nos lotes e nas áreas de preservação do assentamento.

Ele disse: “Os usineiros e prefeituras não estão nem aí para os assentados. Quando conseguem o que querem virão as costas para nós“. Acredita que “no fundo, tem uma política”. Essa afirmação surgiu quando falávamos das frentes de trabalho para plantar a cana. O pessoal do núcleo 1 (cerca de 27 lotes) recebeu tratamento e plantio antes porque a usina disponibilizou só uma frente de trabalho e eles estão mais próximos à usina, por isso ficaram mais próximos da época boa de plantio. Já a segunda leva, cerca de 10 lotes (...) ficaram para depois – o certo seria a usina disponibilizar duas frentes e todos começarem juntos – e indicam expectativas de obter menor produção. No núcleo 1, além de serem mais velhos no assentamento, existem pessoas “apadrinhadas” da usina, que já trabalharam lá ou têm filhos que trabalham (Idem).

Finalmente completamos a informação sobre as frentes de trabalho. Em todas essas idas a campo, nas quais observamos e registramos o caso da cana, a cada passagem percebíamos de outra forma o que os assentados estavam nos falando. Neste caso, o que foi mudando em suas expectativas e o que virou preocupação com plantio para a usina. Os acontecimentos que continuam a ocorrer no processo são compreendidos no âmbito das representações deles já coletadas e melhoradas. Antes não havia depoimentos que apontassem apadrinhamento de alguns assentados, apenas que um dos grupos seria prejudicado por plantar mais tarde a cana. O próximo trecho do diário mostra algumas reflexões minhas sobre o abandono dos demais órgãos em relação aos assentados, de atividades que não foram feitas para assistir a produção no assentamento, o que ouvi ao longo das idas a campo não apenas no lote do Sr. Belintani.

O ITESP, que deveria fiscalizar as atividades e os insumos que entram no assentamento, e neste caso juntamente com técnicos da usina ajudar na orientação técnica, não vem cumprindo sua função. Até há um mal estar dos assentados com relação à atuação do órgão neste caso tão complexo, da sua discussão à implementação e agora na sua vigência, inclusive no que diz respeito a cada contrato assinado pelos assentados. (...) Pode-se dizer que governo e usina têm posturas muito parecidas, que o público e o privado realmente se confundem no Brasil em função do poder econômico, prejudicando os pequenos. Ainda mais com grandes proprietários que aglomeram monoculturas por onde querem, inclusive em terras de Reforma Agrária, dando a tônica de como se estará utilizando os espaços e os homens (Idem).

O último trecho do diário que apresento, para finalizar, é apenas um comentário de um outro assentado que há muito tempo anseia criar peixes em seu lote. Ele esperou cinco anos para obter autorização do ITESP e construir os tanques. Neste tempo, ele tentou outras alternativas de produção, passou por muitas decepções e nervosismo porque não eram culturas que ele sabe ou queria produzir. Isso é muito comum na vida das famílias assentadas, o fato de não conseguirem produzir o que querem nos lotes por inúmeros motivos, do estado do solo que recebem para morar ao incentivo financeiro concedido (vontade do mercado financeiro), principalmente. Observamos freqüentemente que o estresse vivido por eles devido à impossibilidade de fazer o que querem em seus lotes (expressão da dominação do poder econômico regional) resultam em desentendimentos familiares, entre vizinhos e técnicos, muitos deles já foram internados com diversos problemas agravados pela vida no assentamento repleta de lutas entre os diversos atores presentes. Muitos desistem de morar lá por causa das condições que vivem. Ele fala: “Quantas outras que não a cana o governo poderia apoiar no assentamento?”. A fala do assentado desvenda muitas incertezas que temos com relação à vontade de viabilização de um assentamento numa região dominada pelo complexo agroindustrial da cana.

Com ajuda do diário de campo fui, aos poucos, esclarecendo o que alguns assentados esperam da parceria com a usina, na medida que eles também aos poucos descobriram possíveis conseqüências do mesmo através do movimento do processo. Não são apenas registros dessa “nova” alternativa que nos levam analisar a parceria, mas de muitos aspectos que observamos na ida a campo que nos falam da vida no assentamento. É um instrumento que passo a passo enriquece nossa análise de dados coletados diretamente com quem pode fornecê-los, incluindo-se os assentados, as instituições privadas, públicas e prefeituras. Sobre o que está mudando na vida no assentamento, possibilita aos bolsistas

escreverem sobre suas experiências como pesquisadores e realizar inúmeras reflexões. Através desses dados, analisamos as condições através das quais o assentamento foi invadido pela cana, aquela que não é para subsistência das criações, mas que pode mudar o rumo da Reforma Agrária na região e de centenas de famílias.

Referências bibliográficas:

DANTAS, A. **Uma tentativa de compreensão do homem rural:** Diferentes olhares. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL-UNESP, Araraquara, 1997.

MALINOWSKY, B.K. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** In: Os Pensadores, Vol. 21, São Paulo: Editora Abril, 1984.

MORIN, E. **O Método II.** A vida da vida. Publicações Europa-América, Portugal, 1980.

STETTER, E. A. **A Cana nos Assentamentos Rurais:** Presença indigesta ou personagem convidada? (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL –UNESP, Araraquara, 2000.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural.** Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

PESQUISA DE CAMPO, CADERNO DE CAMPO: O INESGOTÁVEL “APREENDER” O RURAL

Daniel Tadeu do Amaral*

A intenção ao escrever este artigo é de certa forma estabelecer alguns paralelos sobre o trabalho que realizo no Nupedor desde meu ingresso nesse núcleo de pesquisa.

O aprendizado foi intenso, fruto de uma oportunidade única de vivenciar dois aspectos valiosos para um bom desenvolvimento e amadurecimento científico: pesquisa de campo e trabalho em grupo. Claro que estes aspectos, só, não seriam suficientes sem boa dose de preparação metodológica e aprendizado teórico. Sem estes dois últimos, todo o esforço de compreensão esbarraria na frouxidão de falta de eixo e de prumo teórico adequado.

O trilhar da ciência se faz por aproximações sucessivas, e de antemão ter noção de que podemos cair no erro, na má compreensão, e que mesmo tendo ciência disto podemos a qualquer momento termos nossas “vistas turvas” (Morin, 1986), por algum tipo de preconceito (Whitaker, 2002). Serve de alerta a nossa “vigilância epistemológica”, ainda mais quando o objeto de estudo se apresenta no meio rural, um lugar onde o espaço - tempo, apresenta diferenças significativas em relação à cidade, e ao modo de vida urbano.

Desta maneira uma adequada formação do pesquisador é parte essencial deste processo, uma vez que, na maioria dos casos, nascemos e crescemos dentro dos limites da cidade, do urbano, onde o conhecimento da realidade do campo advém muito mais dos livros do que da prática.

Ainda no primeiro ano de pesquisa, com a devida orientação, tivemos a preocupação de procurar captar, dentro do assentamento, a relação entre o assentado e o meio em que vive tendo em vista o espaço como expressão material, resultado do trabalho social, e que para organizar o espaço, o homem utiliza suas forças corporais e mentais a partir do trabalho. E este processo de transformação e modificação deste espaço, que leva a uma natureza humanizada (Santos, 1992), estaria de que maneira pautado pelo respeito à natureza, e pela

* Bolsista de Iniciação Científica no projeto “Inserção de Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Regionais: Indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente. Araraquara e o Pontal Paranapanema-SP”

preocupação sistêmica com o meio ambiente? Ou como seria o perfil destes “novos atores sociais” (Ferrante, 1988) com uma identidade ainda em construção? E seus anseios, dificuldades e estratégias de inserção comercial e social?

Lembro-me com clareza de minhas primeiras idas a campo e o quanto minha impressão sobre o assentamento foi pouco a pouco se modificando e ganhando novos contornos, mais “coloridos”, mais interessantes. De início, talvez por excesso de inquietude “imberbe”, só conseguia ver os problemas, as dificuldades pelos quais passavam, e queria de alguma forma levar algo e contribuir de alguma forma. E não sabia ao certo o que poderia fazer e se poderia contribuir.

Tentava forjar em mim muito mais um agente político, um militante da causa do que um pesquisador atento por conhecer esta realidade “densa e mutável” (Ferrante, 1988) e por construir aos poucos uma base mais sólida de compreensão. Mas as diversas reuniões e discussões fizeram “apaziguar a alma” e criar condições mais propícias para acima de tudo aprender com os assentados, educar meu ouvido e me fazer “muito mais ouvir do que falar”.

Um exemplo deste “aprender com os assentados” pode ser observado numa passagem do diário de campo, assim descrito:

Olhando uma parreira de uva, plantada próxima à casa de Sr. Severino, notei que na base da parreira tinha algumas botinas velhas colocadas lá. E brincando perguntei a ele se aquilo era uma “plantação de botina”. Sorrindo me disse: - Não ali onde ela está plantada (a parreira) recebe muito sol e a botina é uma maneira que eu criei para segurar a umidade na base da parreira. Notei que as botinas estavam úmidas e realmente serviam de proteção (Caderno de Campo – 18/05/2002).

Aparentemente de uma situação casual, este fato serve para ilustrar os muitos saberes dos assentados, e o farto uso da criatividade. Uma vez que para trabalhar a terra, sem o acesso a estruturas mais adequadas (acesso a crédito viável, apoio técnico, e as devidas correções estruturais como correção do solo e destoca), este tipo de comportamento passa a ser condição para existência e para sua permanência na terra.

Referências ao uso de alternativas não convencionais ao trato da terra, como o descrito anteriormente, pode, para efeito de caracterização ser colocado como prática constante nos assentamentos. E para situar melhor esta afirmação seria interessante recorrer a fatores internos, e a algumas “falas” dos assentados.

As queixas referentes ao ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo), e o desamparo do apoio técnico fazem-se presentes na maioria das falas dos assentados. A omissão do governo em sinalizar com uma política

clara para os projetos de reforma agrária quer seja na forma de crédito agrícola e renegociação de dívidas, quer seja em políticas públicas de porte para o pequeno agricultor; alimentam este panorama e justificam as reclamações.

Abaixo, segue-se a fala de um assentado registrada num trecho do diário de campo.

O ITESP é um dos principais culpados pelos problemas do assentamento, e o problema vem muito mais do ITESP para baixo do que do ITESP para cima. Por exemplo, a destoca (retirada dos tocos de eucalipto que estavam no solo) era responsabilidade do ITESP, e nunca foi feita direito, tem gente com o lote comprometido por causa da quantidade de tocos. O número de técnicos é pouco para cobrir todos os assentamentos, a análise do solo não é feita há anos (Sr. Belintani, Caderno de Campo –16/11/2002).

Em outro relato esta imagem é reforçada e ganha maior relevância pelo fato do problema afetar diretamente a viabilidade do trabalho no lote em questão.

No lote de Sr. João o problema da destoca mal executada é ainda mais visível, cerca de cinco hectares do terreno está comprometida pela quantidade de tocos de eucaliptos presentes. Como tem mão de obra 'excedente' (moram em 13 no lote – duas famílias; a sua, e a de sua filha casada) seus filhos são obrigados a buscar trabalho fora do lote, seja prestando serviço a outros assentados, seja trabalhando como mão de obra volante na safra e colheita da laranja (Caderno de Campo – 07/06/2003).

Os problemas com o endividamento apresentam-se também como constantes. Os custeios (Pronaf) adquiridos, na grande maioria dos casos, dificilmente são saldados. A principal fonte de críticas dos assentados repousa no tempo necessário para maturação destes investimentos e conseqüente retorno, bem como o tempo de carência estreito.

Senhor Agrício, morador do núcleo seis, comentando o crédito agrícola certa vez mencionou:

O problema do crédito é que se você não consegue pagar, não pega mais nada...fica com o nome sujo, inadimplente, eu mesmo não vou pegar porque se pegar sei que não vou pagar no tempo certo. Só para preparar a terra dependendo do custeio, não sobra nada para o resto ((Sr. Agrício, Caderno de Campo – 14/06/2002).

Desta forma a situação é pouco a pouco costurada, cedendo espaço para investidas entendidas pelos assentados como “alentadoras”, como o caso da proposta de parceria com agroindústrias dentro de projetos de reforma agrária, e a sinergia estabelecida entre poder público e setores econômicos tradicionais da região (Usinas). A exemplo disso vemos o caso da Prefeitura de Motuca, agente mediador da proposta de consócio da cana entre assentados e Usinas.

A busca pela inclusão social, e definitivo abandono da difícil condição pela qual passaram por quase toda vida, consubstancia-se dentro do assentamento pelo imperativo da melhora econômica, do sucesso almejado, da certeza de segurança e da estabilidade familiar. Assim quando se analisa um assentamento, jamais as trajetórias e percursos pelos quais passaram seus personagens (assentados) pode ser ignorada; é ela que ilumina certas práticas entendidas como estratégias de permanência na terra.

Um exemplo disso nos é dado pelo Sr. Severino, morador do núcleo três e natural de Pernambuco, que veio para São Paulo ainda moço, e trabalhou de diversas formas e em diversos lugares, embora quase sempre no meio rural – de onde provém seu registro de aposentadoria. Em seu lote é característica a presença de culturas típicas do lugar de origem. E assim foi descrita a impressão sobre o lote:

Sr. Severino é casado com D. Ana, e vieram para o estado de São Paulo há mais de trinta anos – estão no assentamento há oito anos (...) e o que mais impressiona é o fato de Sr. Severino ter feito de seu lote extensão de culturas típicas do nordeste. Sua principal remuneração vem da venda da farinha de mandioca que produz artesanalmente, no forno por ele construído (...) além da farinha de mandioca, planta abacaxi, tem pés de caju, e outras frutas do norte (Caderno de Campo – 18/05/2002).

Desta realidade configurada por determinadas impossibilidades (já relatadas anteriormente), o assentado, como sujeito e agente de possibilidades, subverte e forja maneiras de subsistir e trabalhar a terra. Alheio muitas vezes, ao estereótipo idealizado do que seria uma reforma agrária “ideal”, ou de qual o melhor perfil para estes atores.

E quando analisamos este universo percebemos que suas trajetórias, suas histórias, exercem papel central quando se procura compreender o processo de reforma agrária de uma maneira contextualizada. Exercício esse que necessariamente passa pelo resgate da memória do assentado, e não menos, da história do lugar.

Ao entrevistarmos os assentados e nas constantes visitas aos lotes, sempre se pode perceber a forte presença da preocupação ambiental, como o

grupo posteriormente nomeou: “consciência ambiental dos assentados”; não colocada de forma homogênea e unânime, mas extremamente perceptível. Um exemplo disso pode ser visto na fala do Sr. Agrício:

Perguntado sobre produção orgânica, Sr Agrício nos relatou: - Olha tudo que eu produzo aqui no lote pode-se dizer que é natural não uso agrotóxico para quase nada, eu não gosto de agrotóxico. Os pés de café não receberam nada de agrotóxico e eu prefiro assim. Sabe a gente mora aqui no lote; e se não faz bem pra terra usar agrotóxicos imagina para gente (Sr. Agrício, Caderno de Campo – 18/05/2002).

Ou ainda o Sr. Belintani comentando sobre seu lote em outro momento nos relatou:

Aqui meu terreno faz limite com uma área de preservação ambiental, tem cabeceira de nascente, corre um riacho, nestes lugares é que os animais silvestres se abrigam, se alimentam (...) e dentro do assentamento na lei tinha que ter 20% de área de preservação ambiental e mexer nisso aqui é crime isso tem que ficar intocável e é por isso que não pode haver queimada da cana dentro do assentamento, já imaginou se o fogo pega numa área dessas (Sr. Belintani, Caderno de Campo - 12/03/2003).

Estes pequenos exemplos servem de indicativo a muitos comentários referentes ao solo. Da necessidade de rotatividade de cultivos, à presença de animais silvestres dentro dos assentamentos, ou então a manutenção dos recursos hídricos.

Num comentário extraído do Caderno de Campo expõe-se:

Sr. Agrício fez questão de nos mostrar o rio que passa no limite de seu lote e contou-nos da intenção de comprar uma bomba para irrigar a parte mais baixa do lote mas salientou que quer comprar uma bomba não muito grande (pequena potência) para usar de vez em quando e não afetar o volume de água do rio (Caderno de Campo – 18/05/2002).

Pode-se supor que estas situações apreendidas no assentamento encontram paralelo com o lugar e com a história física do lugar. Tendo em vista o lugar como ponto geográfico, sujeito a mudanças de significação, graças ao movimento social (a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas) - (Santos, 1992). E entre lugar e localização (feixe de forças

sociais se exercendo em um lugar) no caso do Monte Alegre, e de seu espaço físico, pode-se dizer que apresenta significativas modificações, que condicionam certas práticas e servem de suporte a determinados comportamentos.

A fazenda de Monte Alegre, antes de se tornar assentamento, pertencia ao Estado. Durante mais de quarenta anos em suas terras foi feito o cultivo de eucalipto, primeiramente para produzir madeira para o sustento da Estrada de Ferro Araraquara e posteriormente, já sob a coordenação da C.A I.C. (Companhia Agrícola e Imobiliária Colonizadora), com a concessão para indústrias do ramo de papel e celulose.

Como consequência direta de mais de 40 anos de cultivo de eucalipto, o terreno da fazenda Monte Alegre apresenta baixa fertilidade, problemas crônicos relacionados à acidez do solo, e incidência considerável de predadores como formigas e cupins, resultantes do período submetido à monocultura e da destoca mal executada no terreno.

Este exemplo nítido dos malefícios causados pelo péssimo uso da terra impôs seríssimas restrições aos projetos executados pelos assentados, e a necessidade de resgate de nutrientes do solo contribuiu para despertar à preocupação ambiental e a busca de horizontes mais amenos no que se refere a práticas agrícolas predatórias.

Neste caso a relação entre o que foi no passado, e o uso que foi feito ao solo, criaram a necessidade de se buscar, dentro dos lotes, práticas que possam pouco a pouco melhorar a qualidade da terra. Comparativamente, no assentamento 'Bela Vista', embora este também tenha servido a monocultura do café e da cana, pode-se dizer que os efeitos danosos ao solo apresentam-se de forma menos expressiva do que no assentamento Monte Alegre.

Dessa maneira, os problemas relacionados à acidez da terra e a necessidade de resgate de nutrientes do terreno, numa situação de escassos recursos financeiros por parte dos assentados, impossibilitam o uso massivo de técnicas agrícolas convencionais como: inseticidas, cupinidas, adubos químicos, e calcário para correção do ph do solo.

Criam-se então outras estratégias, baseadas em cultivos rotativos e uso de matéria orgânica, produzidas dentro do lote, para que se possa melhorar a condição do solo. Práticas estas que se enquadra melhor com o perfil dos agentes, e pode ser entendida, como fruto do *hábitus* dos assentados, e também como uma prática que resgata elementos do cultivo tradicional.

Um outro aspecto relacionado a isto e extremamente relevante no que concerne ao cotidiano dos assentamentos, é o entendimento da *multifuncionalidade* dos lotes.

O conceito de *multifuncionalidade* da terra não é novo e conta com reconhecimento particularmente referente à segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável (Agenda 21, capítulo 14). Em março de 1998 a

OECD, organização que reúne os países mais ricos do mundo, declarou que além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e contribuir para a viabilidade sócio-econômica em várias áreas rurais. Portanto é agricultura multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos.

Neste ponto a experiência de conhecer “de perto” um assentamento cria condições de se estabelecer que em nenhum outro modelo agrícola a idéia sui generis do conceito de multifuncionalidade pode contemplar tantas atribuições como num projeto de reforma agrária. Agricultura familiar atrelada à função social, distribuição de renda, função ambiental e preservação do solo; e autoconsumo relacionado a segurança alimentar. Representando um verdadeiro “oásis” de diversidade em uma região dominada pela monocultura da cana e da laranja.

Um exemplo disso pode ser observado no Caderno de Campo, extraído trecho da visita ao lote de Sr João Santa Fé, assentado morador do Núcleo 1,

No lote de Sr. João St Fé, eles produzem frutas como limão, manga, que é comercializado, noutra área do lote tinha feijão ‘lab lab’ plantado – que não é comestível, mas é um adubo verde que é incorporado ao solo. É muito bom para a correção do solo pois a raiz desse feijão fixa nitrogênio no solo. Eles querem plantar soja nesse espaço, depois de um ano do feijão. Vendem o que produzem para a cidade de Monte Alto. No lote de moradia (agrovila) tem agricultura de subsistência: arroz, milho, feijão, horta, frutas (laranja jaca, e já teve melancia). E nos relatou que quase tudo que consomem para uso próprio sai do lote (Caderno de Campo - 22/06/2002).

Esta passagem exemplifica bem a rede sistêmica dinamizada entre lote de produção e moradia, cultura de subsistência e de produção, e do uso de práticas naturais para melhoria do solo.

Porém, quando se apresentam questões relacionadas a conceitos como de multifuncionalidade e de preservação ambiental, esbarra-se por um lado nos limites impostos pela necessidade de se viabilizar economicamente o lote, e por outro, no perigoso abismo das generalizações.

Quando o modelo de crédito agrícola e das políticas públicas (no caso dos assentamentos – quase ausente em âmbito federal) indica a necessidade de retornos rápidos e grande produtividade, tendo em vista que as políticas públicas têm profundo efeito sobre qual o modelo de agricultura que se adota,

sinaliza-se um hiato produtivo que leva a maioria dos assentados da região a fazer uso de alternativas não agrícolas, tanto para subsistir quanto para investimentos dentro do lote. Ou então a adesão maciça de assentados a propostas de consórcio agrícola – (como no caso da cana) – com usinas da região.

Sendo assim, parte do itinerário de muitas famílias integra a necessidade de emprego de algum, ou alguns familiares na cidade. A venda da força de trabalho na safra da cana e laranja, e do imprescindível uso da aposentadoria para pagar despesas com remédios, roupas, condução, e até benfeitorias internas; e a aceitação de propostas entendidas como “única solução”, como no caso do consórcio da cana.

O outro aspecto relevante, segundo o que vimos e vivenciamos dentro desta realidade “extremamente mutável” dos assentamentos, nos alerta para o perigo em fazer uso de generalizações. Às vezes dentro de um mesmo núcleo convivem situações muito precárias, com outras mais estruturadas. Assentados com uma preocupação ambiental apuradíssima, entre outros pouco preocupados com, por exemplo, à dosagem de remédios aplicados à criação, ou então, com o destino do lixo de embalagens tóxicas.

Nota-se que neste contínuo processo de viabilizar a vida dentro do lote, novos aspectos modificam a dinâmica dos assentamentos, apresentando outros elementos, e a todo o momento reconfigurando suas dinâmicas internas. Dentre estes aspectos tem se tornado cada vez mais relevante o papel do poder público local, e a “reciclada” proposta de parceria com agroindústrias dentro dos projetos de reforma agrária.

Como mencionado, na ausência de políticas mais viáveis e claras de âmbito nacional, e do sistemático desaparelhamento e esvaziamento dos órgãos competentes (ITESP/INCRA) pelos projetos de reforma agrária, vêm crescendo a demanda dos assentados por políticas públicas municipais que contemplem suas necessidades básicas. Assim, reivindicam: transporte, saneamento, escolas, melhorias nas estradas de acesso, postos de saúde, e projetos que integrem social e economicamente os assentamentos à região.

Os assentamentos abrangidos pela pesquisa estão contidos em alguns municípios da microrregião de Araraquara. O assentamento ‘Bela Vista’ situa-se inteiramente sob âmbito de Araraquara, já o assentamento Monte Alegre estende seus limites com as cidades de Araraquara, Motuca e Matão. O que configura uma atuação em alguns casos de políticas municipais distintas para um mesmo assentamento (no caso; os da fazenda Monte Alegre).

Um bom exemplo disso é a atual situação dos assentamentos da Monte Alegre, em que uma proposta da prefeitura de Motuca configurou significativas modificações na realidade deste assentamento.

Desde a eleição de Emílio Fortes (Prefeito de Motuca) foi criada, como dito anteriormente, uma sinergia entre municipalidade e a iniciativa privada,

configurada pelo tradicional setor sucroalcooleiro, no sentido de viabilizar parcerias entre assentados e usinas. Estas investidas das agroindústrias para com os assentamentos já haviam sido tentadas anteriormente, ocasionando tensões internas, desavenças e inclusive expulsões dos lotes. Isto porque estas iniciativas esbarravam na objeção legal, por parte do DAF (posteriormente integrado ao ITESP) e INCRA de se estabelecer qualquer vínculo de natureza semelhante a arrendamentos ou consórcio dentro de projetos de reforma agrária. Também em boa parte devido à ação contrária do sindicato rural de Araraquara somada com a não aceitação unânime dos assentados em aderir a parcerias com usinas.

Porém, como o espaço está sujeito ao movimento dialético do todo social, e as mudanças nas dinâmicas de forças trazem novas significações, esta cláusula proibitiva foi revista e modificada, como resultado direto de pressões políticas e do uso da representatividade e demanda organizada dos assentados – que passaram a aceitar e a requisitar modificações na legislação do ITESP.

Em Diário Oficial do Estado nº 112, de 25 de outubro de 2002 a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo divulga a portaria 75, contendo cinco artigos e derivativos que visam estabelecer permissão e limites para práticas associativas entre assentamentos e agroindústrias.

Esta medida legal apresentou-se como um divisor de águas na história dos assentamentos da região. Ao longo da década passada várias foram as tentativas de se estabelecer parcerias entre assentados e usinas, e o processo de resistência à proposta perdurou por mais de dez anos. E na ausência de outras propostas por parte do ITESP, e pela própria demanda dos assentados em aderir ao consórcio com usinas, foi firmado em caráter legal a permissão para estas associações.

Em março de 2003, após a assinatura do contrato com a destilaria Santa Luiza, localizada no município de Motuca, a primeira turma de assentados recebe o maquinário da usina em seus lotes para correção e preparo do lote e plantio das mudas de cana.

Um importante aspecto notado, nas entrevistas colhidas, foi à maneira como o idéia de parceria veio a ser incorporada nos discursos dos assentados como única alternativa de aumento de renda ou ainda como “alternativa alentadora”. E como a presença da cana veio a ser relatada.

Em uma visita anterior à concretização da proposta colhemos os seguintes relatos: Sr. Amarildo, morador do núcleo dois, nos disse:

A idéia da cana não é ruim para o assentado. Com essa renda o assentado pode investir em outra parte do lote (...)com a parceria dá para tirar mais de R\$ 300,00 por mês e isso vai ajudar muito assentado que está em situação ruim (Sr. Amarildo, Caderno de Campo – 11/05/2001).

No mesmo dia em conversa com Sr. Cleonildo , perguntado sobre os malefícios da cana; veio a nos relatar:

Eu sou a favor da produção da cana, se houvesse produção da cana a vida no assentamento seria melhor (...) e é melhor com a cana do que a terra descoberta, a cana protege a terra da chuva, do sol, da acidez (Sr. Cleonildo, Caderno de Campo – 11/05/2001).

Posteriormente à concretização da proposta em conversa com Sr Belintani, que foi um dos defensores da proposta, nos relatou.

Olha, eu defendi a cana porque acreditava que poderia ser bom para o assentamento, mas se hoje se eu pudesse apagar a idéia da cana (...) eu apagava, porque tão fazendo mal uso dela, tem a queimada que não pode acontecer, e não esta tendo fiscalização por parte do ITESP (...) tudo que tiver no contrato vai ter que ser pago e eles (usina) não estão fazendo do jeito certo estão passando em cima do contrato (Sr. Belintani, Caderno de Campo – 26/04/2003)

Esta última fala demonstra os sinais de preocupação dos assentados com a concretização da parceria. Tendo em vista que qualquer problema no plantio, como uso de calcário para correção do solo sem haver a medição da tonelagem aplicada, o uso “diluído” (insuficiente) de formicidas e cupinicidas, ou então a demora para o plantio (um pouco tarde observando-se a época das chuvas), poderia comprometer a produtividade e conseqüentemente o retorno planejado com a venda da safra.

E como se trata de um contrato de cinco anos, qualquer problema criado no início do plantio pode comprometer não somente a produtividade e conseqüente ganho, como também deixar os assentados, no que tange as obrigadoriedades do contrato, numa situação ainda mais difícil do que aquela na qual se encontram atualmente.

Nos assentamentos da fazenda Monte Alegre existe hoje a intenção declarada de 211 famílias em aderir ao consórcio da cana. Oficialmente, um primeiro grupo já iniciou o plantio da cana. Ao todo são 37 famílias, divididas entre os núcleos três e seis (10 famílias) e o núcleo um (27 famílias), de onde pudemos verificar a maneira como está sendo conduzida a parceria.

Na integra, o projeto prevê cinco safras, tendo a primeira safra 18 meses entre o plantio e a colheita, nas demais entre o plantio e a colheita passar-se-iam 12 meses. Nesta primeira safra a usina entraria com o preparo da terra, com o uso de corretivos ao solo e venenos para formigas e cupins, o uso do

maquinário para fazer a destoca e as “ruas”. O plantio e tratos diários ficam por conta dos assentados, organizados por turmas. A partir da colheita das safras começam então a ser pago o serviço realizado pela usina, e da segunda safra em diante todo o serviço é feito pelo assentado.

Um aspecto relevante da forma como foi feita a parceria, foi a objeção de parte de alguns assentados em não aceitar a tradicional prática da queima da cana para colheita. No pré-contrato, ao qual tivemos acesso, verificamos que a exigência de não haver queimada estava colocada somente como observação no final do contrato, e não como pensavam alguns assentados, como cláusula proibitiva.

Logo a garantia de não haver a prática da queimada em assentamentos não pode ser estabelecida. Neste sentido, alguns assentados vêm se articulando com o Sindicato Rural de Araraquara – tradicional opositor ao consórcio – no sentido de reivindicar algum tipo de proibição para esta prática, senão a proibição do próprio consórcio. A prática da queima da palha da cana é um expediente utilizado para facilitar a colheita da cana e em grande medida utilizada pelas usinas em seus domínios, tendo em vista a dimensão da área plantada, e o sistema de colheita, baseado na motomecanização e no uso de mão obra subempregada. Portanto faz parte da lógica de ganhos crescentes e redução dos custos diminuir o tempo gasto com o serviço de colheita, e a redução do ônus causado por um tempo de colheita maior (caso não haja a queima da cana). Porém, quando tratamos de assentamentos de reforma agrária, a prática da queima da palha da cana, além do incalculável prejuízo ecológico, fere a própria legislação que de um lado admite a parceria, e de outro não permite a queimada. O antagonismo maior apresenta-se então uma vez que esta que prática vem ocorrendo há algum tempo no assentamento Bela Vista, e ao que tudo indica pode vir a ocorrer no assentamento Monte Alegre.

Entendamos que, quando pensamos em sistemas sustentáveis, partimos não erroneamente da idéia da pequena propriedade de agricultura familiar, em que a diversidade e o manejo de várias culturas é extremamente necessário para viabilizar a vida no lote. Neste caso, a queima da cana pode prejudicar os outros 50% do lote, que segundo a norma deve ser destinado ao plantio de outras culturas. Sem contar no risco de o fogo “vazar” e atingir outros lotes bem como danificar ou destruir a própria residência do agricultor, que em sua grande maioria moram no lote de produção.

Portanto o desenrolar destes fatos sugere de um lado elementos que possibilitam verificar que existe um descontentamento por uma parcela dos assentados na maneira como está sendo conduzida a parceria. Cabe aos órgãos competentes pela administração dos assentamentos um maior rigor em relação ao que compete a cada parte, e a garantia do respeito às objeções estabelecidas

como por exemplo, o caso das queimadas. E por outro lado sinaliza a crescente importância das políticas públicas locais na dinâmica dos assentamentos.

Cabe ainda ressaltar que o fato do consórcio ter sido aceito e estabelecido sob forma de portaria, por parte do ITESP, deixa em aberto a possibilidade, se necessário, da anulação desta prática associativa. Isso desde que se assumam para com os assentamentos a devida responsabilidade, que só será efetivada com a criação de possibilidades econômicas viáveis, e reais condições de melhora de vida. Ou seja, medidas concretas no sentido de minimizar as dificuldades nos projetos de assentamento.

Referências bibliográficas:

AGENDA 21, CAPÍTULO 14, 03/1998.

BAÚ, C. H. R. Relações de Produção da Cana de Açúcar no Assentamento da fazenda Bela Vista do Chibarra. In: **Retratos de Assentamento**. n °08, Seção Gráfica – FCL/CAr, 2000.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CORDEIRO, A .; PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. **Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro, 1996 mimeo.

DANTAS, A. O Homem Rural no Assentamento de Reforma Agrária. In: **Retratos de Assentamento**. n ° 06, Seção Gráfica – FCL/ CAr, 1998.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. N °205, vol.112, 25/10/2002.

FERRANTE, V. L. S. B. e SILVA, M. A. M. **A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo**. São Paulo: Edunesp, v. 11, 1988.

GUIA METODOLÓGICO “DIAGNÓSTICOS DE SISTEMAS AGRÁRIOS”. Brasília: INCRA/FAO, s/d.

MORIN, E. **O Método**. Volume IV. Lisboa: Publicações Europa América, 1991.

ITESP. Retrato da Terra. n °1 ao n °10. **Cadernos do ITESP**. 1995-2001.

ROSIM, L. H. A Luta pela Terra: A Vontade do Estado e o Querer dos Trabalhadores. In: **Retratos de Assentamento**. n °06, Seção Gráfica FCL/CAR, 1998.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992

SOARES, A.C. A Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: **Proposta**. n° 87, Dezembro/Feveiro de 2000/2001.

SZMRECSANTYI, T. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil**: (1930 – 1975). São Paulo: Hucitec, 1979.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**. Questões Metodológicas Emergentes. Presidente Venceslau: Letra a Margem, 2002.

REVENDO O CLIENTELISMO POLÍTICO NUM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: DA CAMISA-DE-FORÇA À DIALÉTICA DO CONTROLE

Luís Antonio Barone*

Apresentação: o tema e o contexto

Este trabalho, extrato de uma longa investigação sobre os modos de vida das populações assentadas, analisa as complexas relações travadas entre lideranças de trabalhadores rurais assentados e agentes políticos institucionais, no período de instalação de um Projeto de Assentamento (P.A.) no município de Araraquara (SP). A pesquisa privilegiou o estudo dessa dinâmica de "integração de sistema" (Giddens, 1989), num único assentamento - o P.A. Bela Vista do Chibarro - procurando identificar o "jogo das racionalidades sociais" disputado entre as lideranças assentadas e os agentes políticos locais (Barone, 2002). A prática clientelista, recorrente na história política brasileira, terá lugar de destaque nessa situação, mobilizando ambos os pólos da relação.

O objetivo deste artigo é lançar alguma luz sobre a reiterada (e controvertida) opinião de que os processos de descentralização da reforma agrária levam inevitavelmente ao controle oligárquico dos assentamentos. Respeitando-se as limitações deste trabalho – notadamente as que dizem respeito à metodologia qualitativa utilizada – e não levando as conclusões aqui ensaiadas para além do que se possa deduzir da realidade em estudo (como por exemplo, na suposição de que é possível a transferência do processo de arrecadação/desapropriação de terras para o controle da esfera municipal/local de poder), a observação continuada desses trabalhadores assentados em suas relações com o poder local não aponta para nenhuma espécie de “camisa-de-força”, a conter a livre manifestação política dessa população.

A instalação de vários projetos de assentamentos rurais (tanto pelo governo federal quanto pelo estadual) na microrregião de Araraquara é um elemento revelador da contradição social gerada pelo modelo de desenvolvimento

* Professor Assistente Doutor do Departamento de Planejamento, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)/UNESP - Presidente Prudente/SP.

da agricultura implementado ali nas últimas décadas. Ressalva-se que, no contexto regional em questão, a execução de uma política de assentamentos não alterou de forma notável a economia ou a distribuição demográfica da população. Essa política constituiu-se, antes, numa reação governamental às crescentes pressões exercidas pela categoria dos assalariados rurais, face aos percalços da modernização excludente levada a cabo pelas agroindústrias citrícola e sucroalcooleira (Ferrante e Silva, 1988).

Mas, se não ocorrem alterações políticas e econômicas notáveis, a presença desse novo espaço social, instalado em meio aos pomares e canaviais, vai exigir dos vários quadros políticos (municipais e regionais) novas estratégias, no sentido de incorporá-lo às suas bases eleitorais - sobretudo por parte daqueles agentes filiados a partidos de alguma forma comprometidos com a política de reforma agrária executada no país durante um período de 15 anos (1985-2000), quer os da situação, como o PMDB ou PSDB, quer os da oposição, como o PT ou o PC do B¹.

Mais do que qualquer projeto dessas siglas, no entanto, a capacidade dos agrupamentos políticos em reunir apoios nos assentamentos estará sempre numa relação tensa e complementar com o jogo levado a cabo pelos agentes internos, na definição das posições e estratégias no nascente campo político do P.A.. A especificidade desses Assentamentos, então, movimentará de forma particular as instituições políticas regionais (Poder Público, partidos e entidades sindicais), no sentido de incorporar esses novos espaços à dinâmica do campo político já constituído.

A área empírica em estudo, um assentamento habitado por cerca de 200 famílias, é fruto da desapropriação de parcela das terras de uma agroindústria outrora muito destacada. A Usina Tamoio teve uma importância histórica singular na região, chegando a ser, nos anos de 1950, a maior fabricante de açúcar do Brasil (Caires, 1993). Como uma seção da Tamoio, a Bela Vista seguiu de maneira paralela sua ascensão e decadência. Nos anos 1970, a Tamoio já vivia uma situação crítica - o que pode ser exemplificado pela sua não participação no Pró-Álcool, programa governamental que impulsionou a agroindústria canavieira em todo o país. No início da década de 1980, a Usina Tamoio deixa de operar, devido a dificuldades financeiras.

A história da luta pela terra na Usina Tamoio tem início em 1983, quando do anúncio da falência da empresa. Na época, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araraquara lidera um grupo de empregados em sua reivindicação por desapropriação da área e assentamento dos trabalhadores, como forma de ressarcimento das dívidas trabalhistas. Nesse momento, tal reivindicação não foi contemplada: numa disputa com outras entidades sindicais

¹ Em levantamento realizado no P.A. Bela Vista, foi informada a adesão a sete siglas partidárias: PT, PSDB, PMDB, PRONA, PC do B, PV e PMN (Cf. Barone, 2002, p. 160).

(como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação), o STR perde seu espaço no movimento e os trabalhadores optam por indenizações em dinheiro (Ferrante, 1984).

A atuação do STR, no entanto, só crescerá em importância desde então. O pedido de desapropriação, à época enviado ao INCRA, é retomado pelo STR nos anos seguintes e, numa nova conjuntura política do país - a da transição democrática e da vigência do Plano Nacional de Reforma Agrária (governo José Sarney, 1985-1989) - a questão da Tamoio volta à baila. Em 1988, como forma de pressionar pela desapropriação de uma parcela da Usina Tamoio, o STR começa a chamar famílias cadastradas pela entidade para ocuparem a Bela Vista. Vários grupos de trabalhadores (da própria região e de fora) entram na Bela Vista, até que - em dezembro de 1989 - é assinada a desapropriação dessa seção da Usina Tamoio.

Uma grande dificuldade de organização dos trabalhadores assentados, algo comum no contexto da reforma agrária, têm um histórico singular na Bela Vista. Convive-se, desde o início do projeto, com grupos dissidentes. A origem regional das famílias é, de certa forma, um dos marcadores dessa diferença. Mais especificamente, a adesão política ao Sindicato dos Empregados Rurais (o antigo STR, da mobilização de 1983) ou ao MST - responsável pela organização de um grupo de trabalhadores de outra região que, mais tarde, foi assentado na Bela Vista - é o fundamento dessa divergência de caráter regional (Rosim, 1997; Barone, 2002).

Com o passar dos anos, o grau de sucesso na lavoura acabou se impondo como o principal elemento da diferenciação interna. Assim, enquanto alguns assentados diversificaram sua produção agrícola - partindo dos grãos (principalmente milho), até chegarem à fruticultura e à cafeicultura - outras não tiveram esse desenvolvimento, chegando, pouco mais de 10 anos depois, a uma delicada situação de ceder suas terras para que uma usina do município plante cana (Barone, 2002). Esses e outros problemas na gestão interna do P.A. vão opondo lideranças e grupos de assentados, criando um contexto político especialmente conflitivo.

A dança dos políticos

A presença de agentes políticos institucionais no cenário do assentamento Bela Vista, se já é percebida mesmo antes da instalação definitiva do P.A. (nos anos de 1988 e 1989), será bastante ostensiva a partir de 1990 - ano da realização de eleições para a Assembléia Legislativa e o governo do Estado, bem como para o Congresso Federal. Nesse período, através dos militantes do Sindicato e da Comissão Pastoral da Terra (CPT)², vários candidatos visitam a Bela Vista. A partir daí, a eleição de deputados da região aproximará algumas lideranças locais desses representantes, cuja atuação passará a ser relativamente constante, embora às vezes bastante polêmica.

² Uma equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT) desenvolveu trabalhos de assessoria e formação junto aos agricultores assentados na Bela Vista, no período de 1990 a 1995. Sua atuação sempre esteve mais ou menos próxima ao Sindicato de Araraquara (Barone, 2002).

Nesse sentido, o fato do Projeto de Assentamento ser de competência do governo federal, a quem os assentados recorrerão freqüentemente, servirá para que o deputado federal eleito pela região em 1990 (Marcelo Barbieri, PMDB) possa estabelecer vínculos com os assentados. Por outro lado, esse quadro partidário também estará próximo ao governo estadual na época (PMDB), o que só melhorará sua posição de mediador junto à população assentada. Isso será notável já no ano de 1991 quando, através da intermediação desse representante, a Bela Vista receberá um financiamento para investimento na compra de máquinas (tratores e implementos).

A partir dessa primeira e importante intervenção na dinâmica organizativa do assentamento, a trajetória desse político junto aos seus "eleitores" da Bela Vista, no entanto, sofrerá drásticas mudanças, sobretudo em função das disputas ocorridas no campo político interno do P.A.. O que se observa, portanto, é que - muito mais do que um controle sobre essa base eleitoral - o deputado de vários mandatos será, muitas vezes, instrumentalizado pelos concorrentes à hegemonia na direção política do assentamento, ora estando próximo de um grupo, ora se distanciando deste para servir aos objetivos de outro.

Segundo Henri Mendras, na sua análise das comunidades camponesas tradicionais, essa relação de concorrência e combinação entre clientelas locais e grupamentos políticos da sociedade envolvente é um fenômeno recorrente (1978, p. 123). Porém, a singularidade do caso aqui estudado se manifesta na rápida mudança dessas afinidades, numa quase sobreposição dos interesses internos dos grupos assentados - embora estes sempre relacionados ao contexto abrangente - aos interesses políticos dos partidos regionais.

A observação de campo constatou que, no caso desse agente político, sua estratégia estará sempre privilegiando o grupo de assentados que ocupa a posição de comando na organização interna do assentamento. Assim é que um distanciamento em relação às lideranças do Sindicato, aprofundada ao longo dos anos, será concomitante à sua aproximação ao grupo que encabeçará a Comissão Interna - instância representativa maior dos assentados. A relação clientelista desenvolvida junto aos líderes da Comissão lhe valerá importantes apoiadores nas eleições de 1994 (para um novo mandato na Câmara Federal) e de 1996 (para sua tentativa de eleger-se prefeito de Araraquara).

“O pessoal do escritório (político) do Marcelo está sempre à nossa disposição”, esclareceu certa vez Adiel, então representante da Bela Vista na Comissão Estadual de Assentados (anos de 1993 a 1997). Se esse tipo de afinidade política, mais pessoal que partidária, é própria da comunidade rural tradicional, o

certo é que um eficiente mecanismo de cooptação foi levada a cabo por essa elite política local - a partir de 1993, composta também pelo recém-eleito prefeito de Araraquara e por um deputado estadual da região (ambos do PMDB).

No entanto, a partir dos conflitos internos no P.A., envolvendo uma polêmica proposta de implantação da cultura da cana-de-açúcar na Bela Vista, a apreciação feita por essa mesma liderança muda radicalmente:

“O Marcelo Barbieri para mim acabou, depois dele trair a confiança da gente e praticamente enterrar o assentamento com esse plantio de cana. O Marcelo não tem mais, para mim acabou... não tem! Acho que o no Marcelo não dá para confiar porque é uma pessoa que joga, que chuta para todo lado... aí, não tem condição” (Depoimento de Adiel, ex-representante na Comissão Estadual de Assentados, março/2002).

A atuação do deputado inscrever-se-á, então, no mesmo processo tenso de divisão interna que tem marcado a Bela Vista nos últimos anos. Nos depoimentos gravados no assentamento, é recorrente a menção de manifestações dele, em Brasília, "apoiando o plantio de cana". A pesquisa recolheu, de fato, um ofício endereçado ao presidente do INCRA, datado de setembro de 1997 e no qual o deputado peemedebista cobra uma "avaliação mais isenta" do órgão, no tocante à "validade de se plantar cana-de-açúcar nos assentamentos". Mesmo reconhecendo a existência de "controvérsias entre os assentados", ele não se nega a "interceder em favor dos assentados (...) que reivindicam o direito de plantar cana-de-açúcar em parte do módulo".

Cita-se, porém, que alterações ocorridas nas agremiações partidárias de Araraquara (uma mudança no campo político do entorno, portanto) incidirá, de forma mais ou menos direta, no posicionamento das lideranças da Bela Vista. Ao mesmo tempo em que o deputado mais influente no assentamento troca de base, apoiando o grupo de assentados "pró-cana"³, alguns de seus correligionários na cidade irão trocar de partido. Com a mudança do partido que governa o Estado, em 1995, o PMDB perderá muito de seus quadros, tanto para o PSDB - partido do governador Mário Covas (1995-1998 e 1999-2002) - quanto para partidos coligados a este, como o PPS (que esteve na base de sustentação de Covas durante seu primeiro governo).

³ As dificuldades no desenvolvimento da produção de grãos, ênfase dos primeiros anos no P.A., levou um grupo de assentados a re-implantarem a cultura da cana-de-açúcar na Bela Vista. Através de uma Associação própria (Associação Independente) e em parceria com uma usina da região, esse grupo dividiu politicamente a Bela Vista, entre os pró e os contra o plantio de cana (Cf. Barone, 2002).

Essa dança dos políticos locais, comandada pelo poder oriundo do governo estadual, levará a novas preferências partidárias no assentamento. Tais preferências, no entanto, serão, na verdade, pelos mesmos agentes políticos, agora em outros partidos. Reproduz-se, então, o comportamento típico da clientela política - tanto nos quadros políticos da cidade, quanto nas lideranças assentadas. Eco do distante coronelismo, os quadros políticos da região tentarão manter fechados os seus novos "*currais*", na reprodução de uma racionalidade política tradicional, agora atualizada num contexto mais moderno.

Campos políticos e dialética do controle

As influências do campo político do entorno incidem, então, na Bela Vista. Porém, esse campo externo, como esclarece Pierre Bourdieu, exercerá "*um efeito de refração*" sobre o espaço social em constituição no assentamento. Nele, ainda de acordo com o sociólogo francês, "é preciso conhecer as leis específicas de seu funcionamento (seu coeficiente de refração, isto é, seu grau de autonomia)" (1996: p. 61). As complexas e singulares relações travadas entre lideranças assentadas e mediadores políticos obedecem à lógica dessa incidência bastante refratada da conjuntura política regional no campo político interno. A racionalidade dos agentes buscará, então, adequar suas estratégias aos recursos políticos disponíveis nesse contexto.

A mediação exercida pelo Sindicato de Araraquara, neste aspecto, é reveladora dessa complexidade. Tendo uma estrutura política fortemente centralizada na pessoa de seu presidente, o que será recurso utilizado por este em suas incursões nas disputas eleitorais e partidárias no município, a entidade que mais se destaca no processo de organização dos sem-terra da região terá um comportamento, frente aos diferentes partidos locais e suas lideranças, muito ligado à posição individual de seu líder principal.

Curiosamente, a estratégia dessa liderança a disporá, com relativa facilidade, ao apoio de distintos quadros políticos. Originariamente filiado ao antigo PCB, Élio Neves conta com uma trajetória sindical que começa muito cedo (sendo, inclusive, filho de um antigo presidente do Sindicato), com sua marcante participação no já referido movimento dos trabalhadores da falida Usina Tamoio. Como dirigente regional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), terá um papel de destaque no ciclo de greves dos assalariados rurais ligados às culturas da cana e da laranja, a partir de 1984, até liderar uma dissidência de sindicatos regionais, que formará a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) - da qual se tornou seu presidente, em 1989⁴.

⁴ Cf. Alves, 1991; Ferrante, 1992; Ferrante e Barone, 1995.

O apoio dado pelo PCB aos governos estaduais de André Franco Montoro (1983/1986) e Orestes Quércia (1987-1990), ambos do PMDB, facilitou de alguma forma a reivindicação por terra mediada por Élio Neves. Assim é que, já em 1985, grupos de trabalhadores rurais começam a ser assentados numa área pública (Horto Monte Alegre) na base territorial do Sindicato de Araraquara. Da mesma forma, as ligações partidárias do dirigente sindical local com quadros em postos de destaque no INCRA, durante o governo José Sarney (1985/1989), foram responsáveis, em grande medida, pelas negociações que garantiram a desapropriação das terras onde se instalaria o P.A. Bela Vista do Chibarro.

Essa posição política indiretamente governista levará a que vários candidatos transitem livremente, tanto no Sindicato quanto nos assentamentos nesse período. Políticos não apenas da base de sustentação dos governos do PMDB buscarão apoio do líder sindical e votos em sua base de filiados. Através de uma aproximação cada vez maior à CUT (central sindical hegemônica por quadros petistas), o sindicalista também participará das campanhas de vários agentes políticos do PT, partido no qual acabará por filiar-se em 1991.

A partir de 1990, com o PCB já convertido em PPS, começa a haver um distanciamento de várias lideranças sindicais da antiga agremiação comunista. Como nunca houvesse privilegiado ostensivamente sua identidade partidária, Élio Neves estará numa situação bastante confortável para negociar com agentes políticos de diferentes partidos: na época, o PPS não estava na base de sustentação do governo federal (Fernando Collor, 1990/1992) e mantinha relações pontuais com o governo estadual (Antonio Fleury Filho, do PMDB, 1991/1994). Em 1992, o dirigente sindical já estará filiado ao PT e disputará sua primeira eleição municipal.

Essa flexibilidade política permitirá, resguardado o reconhecimento do carisma do seu principal dirigente, que vários filiados e diretores do sindicato manifestem preferência por distintos partidos (além do PT, a pesquisa apurou líderes sindicais ligados ao PCdoB, PMDB e PSDB). No entanto, é realmente singular que, nas duas vezes em que Élio Neves disputou eleições (uma como candidato a prefeito de Araraquara e outra como candidato a vice), o sindicalista contou com o apoio de todos os diretores do Sindicato, mesmo daqueles trabalhadores filiados a outros partidos, independente de existir uma coligação entre as diferentes legendas. Por outro lado, mas ainda como um registro curioso, muitos dos dissidentes da liderança exercida pelo Sindicato na Bela Vista serão filiados ou simpatizantes do PT, partido que conta com Élio Neves em seus quadros desde 1992.

Assim, do ponto de vista estritamente partidário, as disputas no campo político do assentamento oporá, vez por outra, lideranças ligadas ao mesmo partido político. Se lideranças partidárias da cidade estarão participando, de alguma forma, da disputa entre petistas no assentamento, essa participação

será subordinada em muito à conjuntura interna da Bela Vista, cujo campo político funcionará sempre como um prisma refrator. Essa capacidade dos assentados de atuar sobre o campo político mais abrangente revela aspectos da “*dialética do controle*”, conforme apresentada por Giddens (1989).

Clientelismo e integração de sistema

Na discussão sobre as relações entre agentes políticos externos e as lideranças no assentamento, sem dúvida a participação do Poder Público Municipal (Prefeitura e Câmara de Vereadores) tem um papel de destaque. Isso porque os agentes políticos das sucessivas administrações municipais estarão em posição privilegiada para intervir no campo político do assentamento - através de um contato mais direto e freqüente com a população, provocado pelas demandas normais desta em relação à Prefeitura.

Essa posição privilegiada será reveladora exemplar das negociações políticas entre as partes. As práticas clientelistas, já referidas acima, estarão evidenciadas no próprio cotidiano do assentamento, destacando-se, sobretudo, na área da assistência social. A busca, de prefeitos e vereadores, em consolidar grupos de apoiadores na Bela Vista será, por sua vez, um importante recurso nas disputas de lideranças do assentamento. Esse capital político, habilmente manipulado por esse ou aquele assentado, melhorará sua posição no campo político interno, sendo um componente importante no jogo das racionalidades sociais em operação nessa esfera.

Os sucessivos prefeitos de Araraquara, no período abrangido por esta análise (1989-2000), terão atuações distintas no que tange ao assentamento Bela Vista. Essa diferença parece relacionada ao grau de comprometimento dos respectivos partidos com a questão da reforma agrária, mas sofre, também, uma forte influência do comportamento pessoal do ocupante do Executivo Municipal. Assim é que, ao longo do período de pesquisa no assentamento, observou-se um maior distanciamento do prefeito Waldemar De Santi (político filiado ao PDS/PPB, partidos claramente direitistas), que governou Araraquara de 1988 a 1992 e de 1997 a 2000⁵, em comparação ao prefeito Roberto Massafera, do PMDB (1993-1996). Esse distanciamento político do prefeito pepebista, no entanto, não impedirá que obras importantes tenham sido realizadas pelo INCRA com o apoio da Prefeitura, justamente nos dois governos do prefeito pepebista (como a instalação de dois poços artesianos para fornecimento de água nos lotes).

Por outro lado, a iniciativa política do prefeito filiado ao PMDB (1993 - 1996) foi bastante profícua em termos de arregimentar uma clientela eleitoral

⁵ Na verdade, esse político já havia ocupado anteriormente (década de 1970) a Prefeitura de Araraquara, correspondendo essas datas ao seu segundo e terceiro governos, respectivamente.

na Bela Vista. Sua participação no espaço social do assentamento privilegiou algumas lideranças, notadamente aquelas ligadas à Comissão Interna, mantendo-as bastante ativas. A sucessão municipal de 1996-97, no entanto, conquanto mudasse o grupo político na direção da Prefeitura de Araraquara, acabou por enfraquecer essas lideranças, fazendo-as abandonar (ao menos temporariamente) a disputa no campo político da Bela Vista.

A própria dinâmica da Comissão Interna foi bastante influenciada pela política desenvolvida pelo Executivo Municipal, no período 1993-1996. Tal fato pôde ser observado nas discussões sobre a relação entre a Comissão e a Prefeitura ocorridas na Bela Vista, já em 1993 (coincidentalmente, o primeiro ano, tanto da Comissão quanto da gestão peemedebista). Nesse período, a atuação conjunta da Comissão Pastoral da Terra e de políticos do PT deu início a uma mobilização das lideranças do P.A., em favor de reivindicações para a Bela Vista. Uma manobra da Prefeitura, no entanto, esvaziou esse movimento reivindicatório, em favor de uma política de "atendimento direto" por parte do prefeito peemedebista. Tal iniciativa aproximou algumas lideranças assentadas da gestão municipal e afastou, por um longo período, a militância mais à esquerda do P.A..

Num possível balanço da gestão municipal, nos anos 1993/1996, observa-se que - à exceção de uma iniciativa tímida representada por um trator - nenhum programa especial foi desenvolvido pela Prefeitura na Bela Vista. O "atendimento direto" prometido pelo prefeito, por sua vez, ocorreu mediante a atuação das lideranças que mais se aproximaram do político que governava a cidade. Essa intermediação, que escapou da órbita da Comissão Interna, teve início com o coordenador eleito do assentamento (espécie de "prefeito"). Mais tarde, no entanto, ela ficou restrita e praticamente exclusiva a duas pessoas: o representante da Bela Vista na Comissão Estadual de Assentados (Adiel) e a presidente da Associação de Mulheres (Zumira).

A boa relação desses assentados com os políticos da região (ligados à Prefeitura), lhes garantiu bastante legitimidade, sendo freqüentes as referências (tanto boas quanto más) aos dois, por parte de todos os assentados. A liderança exercida nesse período pela dupla Adiel e Zumira foi sustentada, em muito, pelo apoio da Prefeitura. Um grande exemplo do tipo de apoio dado a esses líderes será a coordenação dos trabalhos da chamada "patrulha agrícola" (um trator com os implementos), que o prefeito entregou para uso interno no assentamento. Tamanha é a importância desse recurso material no contexto da Bela Vista que, na gestão seguinte (1997-2000) o novo prefeito delegou a um representante, por ele mesmo indicado, a responsabilidade de administrar o seu uso. No último período de investigação de campo, no início de uma nova gestão - encabeçada pelo PT (2001-2004) - o filho do representante indicado na administração anterior, eleitor de um vereador petista, solicitou que a coordenação dos trabalhos da "patrulha agrícola" ficasse sob sua responsabilidade, tentando manter o controle

do equipamento no círculo de sua família.

Mais esclarecedora ainda, a trajetória de Zumira, uma importante liderança feminina da Bela Vista, dá pistas preciosas sobre essa relação entre os agentes políticos do entorno e o campo político desenvolvido no interior do assentamento. Filha de agricultores minifundistas no município de Mogi Mirim (SP), casou-se com um agricultor que arrendava terras na região, cuja família era da vizinha cidade de Aguai. Através de familiares do marido ("Joaquinzão"), tinham um bom relacionamento com políticos do PMDB da região. Vem daí um primeiro contato com a política, que certamente terá conseqüências em uma etapa posterior de suas vidas.

Após um percurso tortuoso de lutas, em acampamentos organizados pelo MST na região de Promissão/SP (Rosim, 1997), um grupo de 28 famílias - dentre as quais a de Zumira - é assentado em Araraquara. Já na Bela Vista, eles se dedicaram, num primeiro momento, quase que exclusivamente aos trabalhos no lote agrícola. A proximidade cultivada com agentes pastorais da CPT levou Zumira a participar da formação da Associação Feminina "Mulheres Construindo" (1993/1994), da qual seria a primeira e única presidente.

Após um período inicial de atuação bem próxima à orientação da CPT, a diretoria da Associação Feminina é esvaziada, reduzindo-se - em pouco mais de um ano - apenas à sua presidente. Mais do que uma líder de mulheres, então, Zumira será uma liderança com representação na Comissão Interna. Ali, ela terá contato com os agentes da Prefeitura Municipal e, como buscasse desenvolver um tipo de assistencialismo na Bela Vista, passou a ser a mais freqüente mediadora de toda uma série de programas sociais da Prefeitura.

Ao lado de Adiel (inclusive com as famílias desenvolvendo vários trabalhos agrícolas em conjunto), Zumira participará ativamente da Comissão Interna, tendo atuação destacada nos processos de desligamento de assentados, de eletrificação dos lotes e na discussão sobre o plantio de cana. Sua proximidade com o prefeito Roberto Massafera e o deputado estadual Dimas Ramalho (ambos do PMDB e, depois, do PPS) lhe garantiu um grande capital político no assentamento.

Essa atuação, longe de estar restrita às questões de gestão do P.A., revela um componente bastante clientelista. Ao lado do orgulho exibido por participar das obras de eletrificação dos lotes, Zumira se gaba de ter conseguido:

“...fazer, contava no dedo, sessenta e cinco aposentadorias. Então, parte do pessoal que aposentou aqui ... eu dei todinha a papelada no nome, sem pedir nada (...) Para estar ajudando, pedir para um médico e outro, até laqueadura foi realizada aqui no assentamento. Tudo através deles: principalmente o Dimas Ramalho (deputado). Eu vivia pedindo mesmo...” (Depoimento de Zumira, ex-presidente da Associação Feminina "Mulheres Trabalhando", março de 2002).

Atuando junto a um vereador do grupo de quadros do PMDB que, mais tarde, deixaria essa agremiação pelo PPS, Zumira será, inclusive, considerada pelos assentados a "*vereadora da Bela Vista*". Após 1996, no entanto, com a troca de prefeito em Araraquara, Zumira e Adiel perderão muito espaço na administração municipal. Limitada em seu acesso privilegiado aos "despenseiros" da Prefeitura, a liderança se retirará do campo político interno. Ela manterá, no entanto, sua prática clientelista no assentamento (como a ajuda nas aposentadorias) e será um importante cabo eleitoral, tanto do deputado estadual citado (nas eleições de 1994 e 1998), quanto do ex-prefeito e do vereador (nas eleições de 2000).

Por uma conclusão: "currais eleitorais" ou integração de sistema?

Se cabe uma resposta à pergunta que dá título a esta conclusão, esta será obviamente "*não*" a um retorno de "currais eleitorais". A ação de quadros políticos no assentamento não faz retornar esse instituto, tão importante na cultura coronelista da República Velha, não havendo sinais de sua reprodução *ipsis literis* nos assentamentos rurais de hoje e, especialmente, no assentamento Bela Vista do Chibarro. A tentativa, porém, de aliciar bases eleitorais no assentamento mediante práticas clientelistas - algo que é, na literatura internacional, característico da sociedade camponesa - foi observada nos vários momentos da pesquisa no P.A..

O mais importante, no entanto, é que a mediação exercida pelos agentes políticos institucionais oficiais, como prefeitos, vereadores ou mesmo a direção sindical, sendo fortemente influenciada pelo clientelismo, tende para o enclausuramento dos demais canais de expressão política, em busca do exclusivismo. Aí, sim, pode-se falar em "curral". Esses intermediários, como aponta MENDRAS, com interesses manipulatórios face ao jogo político maior do qual participam, se condicionam a "servir mais como tela que como meio de comunicação. Ou, em outras palavras, a isolar tanto quanto possível 'seus camponeses' do mundo exterior, da sociedade envolvente..." (1978, p. 123).

Uma racionalidade clientelista - o que Edson Nunes chama de *gramática clientelista da política brasileira* - é funcional, então, na integração do campo político interno da Bela Vista ao entorno regional. Isso não é nada novo. O clientelismo,

se manteve forte no decorrer de períodos democráticos, não definhou durante o período do autoritarismo, não foi extinto pela industrialização e não mostrou sinais de fraqueza no decorrer da abertura política (Nunes, 1997: p. 33).

Como cultura política de fundo no Brasil moderno, atribuir esse adjetivo

especialmente às relações travadas entre os agentes do Poder Público (prefeitos, vereadores e deputados) e as populações assentadas parece não ser de grande valor heurístico, já que essa prática, muitas vezes tida como negativa, perpassa toda a sociedade brasileira.

Mas o que seria, exatamente, o clientelismo? Ainda segundo Nunes, o clientelismo é

um sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses, no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas. As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides ou redes baseados em relações pessoais que repousam em troca generalizada (1997, p. 40).

Desse modo, a colaboração da Prefeitura de Araraquara no esvaziamento da Comissão Interna, durante a gestão Massafra (1993-1996), pode ser entendido como resultado do clientelismo. Essa participação se expressa na intermediação pessoal exercida por duas lideranças do assentamento (Adiel e Zumira), no tocante aos recursos do Poder Público Municipal.

Mas, qual é o comportamento dos assentados face a essa tendência "encurraladora" dos mediadores políticos? As diversas opções políticas dos agricultores da Bela Vista, levantadas pela pesquisa empírica, revelam que esse fechamento tem sido impossível. A intersecção entre o campo político do assentamento (com os líderes e seus agrupamentos em flagrante disputa nos diferentes espaços de gestão e coordenação ali formados) e os quadros políticos da região, se mantém o pano de fundo clientelista, favorece também uma concorrência política bastante livre e "aberta".

Isso não parece ocorrer com as mesmas características em todos os assentamentos rurais. Críticas recentes têm questionado o tipo de estrutura de poder constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), principal agência de organização de agricultores sem-terra e assentados no país (Martins, 2000 e Navarro, 2002). Porém, a pouca atividade do MST na região não permite uma avaliação deste decalcada da pesquisa empírica realizada neste trabalho⁶. A FERAESP (ou, mais especificamente, o Sindicato de Araraquara), como principal agência de mobilização de trabalhadores rurais na região, tem se

⁶ Com relação aos assentados da Bela Vista que manifestam alguma simpatia ao MST (como a diretoria da Associação Independente), o certo é que tal adesão sempre foi mais ideológica que uma adesão formal à essa organização. O MST, no entanto, a partir do final da década de 1990, realizou algumas mobilizações de sem-terras na região - como a ocupação, em 1999, de uma área no município de Matão (esses trabalhadores foram, mais tarde, transferidos para a região de Barretos, mais ao Norte do Estado).

mostrado permeável à atuação de diferentes mediadores no interior dos P.A.s instalados em sua área de influência (caso da Bela Vista do Chibarro).

A absorção do campo político no interior do assentamento - com sua lógica própria, derivada da constituição desse espaço social - ao campo político do entorno, então, apresenta as virtualidades da "*integração de sistema*" da qual fala Giddens (1989). Na absorção das lideranças internas pelos diferentes agentes políticos atuantes no município de Araraquara, observa-se o que esse autor qualifica de "*dialética do controle*"⁷, com os assentados exercendo um certo poder sobre as opções política que o entorno oferece, através da manipulação dos recursos por esse disponibilizado.

Assim é que os assentados, em constante disputa no campo político irão influenciar tomadas de decisão dos agentes políticos institucionais - como a opção pelo apoio ao grupo que plantou cana, por parte do deputado federal peemedebista, ou o projeto (que não vingou) de uma parceria para a Prefeitura plantar nas terras dos assentados em dificuldades, durante a gestão peemedebista (1993-1996). Por outro lado, os recursos postos à disposição dessas lideranças por suas adesões partidárias - como o apoio recebido por Zumira e Adiel nesse mesmo período - são importante capital político para a concorrência no interior do assentamento.

Mais do que uma simples cooptação realizada pelos quadros partidários regionais, esse jogo de reciprocidades é ambíguo, ligando o destino do agente externo ao desempenho do agente interno - através da "*dialética do controle*". Nesse sentido, a idéia de Bourdieu, de uma "*refração*" na influência que um campo hegemônico exerce sobre um campo subordinado parece bastante profícua, determinando, não todos os aspectos dessa relação, mas tão somente uma certa força na constituição de um dado espaço social. As relações observadas entre assentados e políticos locais/regionais aparecem, então, como interdependentes e marcadas por um *quantum* de liberdade de opções que as teorias convencionais geralmente não revelam.

Referências bibliográficas:

ALVES, Francisco José da C. **Modernização da Agricultura e Sindicalismo:** Lutas dos Trabalhadores Assalariados Rurais da Região Canavieira de Ribeirão Preto. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Economia. Campinas: UNICAMP, 1991.

⁷ Mas, todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores. É a isso que chamo de dialética do controle em sistemas sociais. (Giddens, 1989, p. 12)

BARONE, L. Antonio. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. (Tese de Doutorado) Programa de Pós Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 2002.

BOURDIEU, P. **Razões práticas - sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

CAIRES, A. C. R. **Nem tudo era doce no império do açúcar**: vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio - 1917/1969. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 1993.

FERRANTE, Vera L. S. Botta. “Tamoio: olha! Tem nó na cana! In: **Revista Perspectiva**. Vol. 7, São Paulo: UNESP, 1984.

_____. **A chama verde dos canaviais** - uma história das lutas dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo. (Tese de Livre-Docência) Programa de Pós Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 1992.

FERRANTE, V. L. S. Botta e SILVA, Maria A. Moraes. A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo de forças sociais no campo. In: **Revista Perspectiva**. vol. 11, São Paulo: UNESP, 1988.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L. A. Sindicalismo rural Paulista: balanços e contrapontos. In. **Reforma Agrária** - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 1995.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária – O Impossível Diálogo**. S.Paulo: EdUSP, 2000.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. São Paulo: Zahar, 1978.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In Santos, B. S. **Produzir para viver**. R.J: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

NUNES, E. O. **A gramática política do Brasil – Clientelismo e Insulamento Burocrático**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ROSIM, L. H.: **Nas terras da Usina, O Fazer-se de um assentamento**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 1997.

A TRAJETÓRIA DA CANA NO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE

Eliana Aparecida Stetter*

Introdução

Este artigo é parte reflexiva de minha dissertação de mestrado (Stetter,2000) entregue ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, sob a orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, e fruto de minha experiência como membro do grupo de pesquisa (NUPEDOR/FCL/UNESP) que acompanha o movimento de reforma agrária desde a implantação de dois núcleos de assentamentos rurais na região de Araraquara: a fazenda Monte Alegre (1985) composta por 6 núcleos e 382 famílias, localizada entre os municípios de Motuca, Araraquara e o distrito de Bueno de Andrade e cuja administração está sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Motuca e 1 núcleo sob a responsabilidade da Prefeitura de Araraquara. E o Assentamento da Fazenda Bela Vista do Chibarro (1989) com 176 famílias, 45 km próximo de Araraquara administrado pela Prefeitura de Araraquara.

Acompanhei o desenvolvimento dos assentamentos rurais especificamente no assentamento da Fazenda Monte Alegre e optei em recortar do seu contexto geral um momento particular em que se buscou através de uma proposta de consórcio entre Usina Açucareira Santa Luiza Ltda e trabalhadores assentados, a tentativa de inserção do complexo canavieiro no interior desses projetos de reforma agrária.

A intenção de estudar o consórcio e seus desdobramentos se deve ao fato de ser esta parceria uma expressão concreta das ambigüidades constitutivas dos assentamentos. Por um lado, por negar a viabilidade do assentamento em termos econômicos e de auto-suficiência enquanto forma de produção e, por outro, reafirmar hipoteticamente sua viabilidade, a partir de um novo elemento, o cultivo da cana-de-açúcar nas terras dos assentamentos, apontado como garantia de integração no mercado capitalista.

1992-1995: O primeiro momento do consórcio de cana-de-açúcar

No ano de 1992, o Prefeito do Município de Motuca, Rui Pinotti, lança na grande imprensa e na local, o discurso de que iria levar à redenção, o

*Mestre em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL/Unesp/Araraquara

assentamento da Fazenda Monte Alegre – denominado por ele de favela rural – através de um consórcio entre assentados e a Usina açucareira Santa Luiza Ltda para o plantio de cana-de-açúcar.

A proposta de estreitar relações com a usina alcooleira não era tão ruim aos olhos de muitas famílias assentadas. Mas, o fato de o Prefeito ter atribuído aos trabalhadores assentados a categoria de favelados, acabou por revelar um olhar crítico e preconceituoso em relação ao qual apareceram dúvidas quanto à posição dos técnicos do DAF (Departamento de Assentamentos Fundiários) responsáveis pela gestão dos projetos de assentamentos de Araraquara.

Anos depois, o assentamento Monte Alegre volta a ser palco das discussões sobre o consórcio da cana-de-açúcar envolvendo os técnicos do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo). Questionou-se a postura política do Prefeito de Motuca pelo fato de entrar no cenário dos assentamentos, não como Prefeito, mas como principal interlocutor da Usina Açucareira Santa Luiza Ltda. Seria ele um político aliado dos trabalhadores rurais assentados ou apenas mais um dos inúmeros candidatos da disputa eleitoral municipal que despontava no ano de 1996 na região?

No trabalho de campo realizado, percebemos que existia – em princípio – a adesão em torno de 70% das famílias interessadas em efetuar tal parceria com a usina. A grande maioria acreditava estar a solução dos seus problemas no consórcio proposto para o plantio de cana-de-açúcar. Para os outros 30 %, assim como para o sindicato dos trabalhadores rurais e os técnicos agrônomos do DAF, outras alternativas deveriam ser buscadas para a resolução dos problemas econômicos existentes para as famílias assentadas. O risco dos assentados perderem suas terras para a usina caso firmassem tal parceria, era um dos pontos discutidos entre os mediadores. Afinal, no modelo proposto de arrendamento, não se falava em benefícios diretos ou remuneração ao trabalhador, mas em formas de assistencialismo.

As cláusulas de tal consórcio baseavam-se no plantio de cana-de-açúcar, em forma de arrendamento de 50% dos 16 ha de cada lote, por um período mínimo de 5 anos de concessão à Usina Santa Luiza Ltda. Este projeto envolvia, de um lado: o governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Justiça e da Cidadania, DAF e de outro, a Prefeitura Municipal de Motuca e a Usina Açucareira Santa Luiza Ltda.

A proposta de arrendamento vinha sendo discutida entre os assentados há mais ou menos um ano e meio. Quando do início da proposta, o consórcio contemplava a área total dos lotes, ou seja, a proposta apresentava a ocupação dos lotes comerciais em sua quase totalidade pela cana. Tal proposta, esbarrada pelo SER - Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, DAF - Departamento de Assentamentos Fundiários e pelo próprio Estatuto do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), acrescentava a

perspectiva de vínculo empregatício do chefe da família mediante 1 salário mínimo ao mês e a partir daí, uma série de benefícios sociais diretos, a saber, assistência médica e odontológica à família, reembolso de 50% das despesas farmacêuticas e fornecimento de ½ litro de leite de soja para cada família. Também contemplava benefícios indiretos, ou seja, manutenção das estradas de acesso aos assentamentos, controle e recuperação da erosão do solo através da aplicação de calcário, adubos e vinhaça. Questões que vão ser objeto de reivindicações dos assentados junto ao poder local.

Esta foi a primeira versão do consórcio apresentada em meados de 93 aos assentados. Suscitou muita polêmica, causando preocupações às entidades que atuam diretamente no interior do assentamento. O documento oficial que definia as cláusulas do consórcio colocava como possibilidade a “redenção dos assentamentos”, em face de tal convênio com a Usina. Dentre várias posições, aventava-se a possibilidade da Usina tentar ocupar o papel do Estado na administração dos assentamentos ou a possibilidade dos assentados perderem suas terras em curto prazo face à aceitação de tal arrendamento. Nada era referido sobre o pagamento do arrendamento pela usina, pelo contrário, os termos do consórcio tratam como forma de assalariamento, direto e indireto.

Passado um ano, o projeto de plantio de cana-de-açúcar tramitava entre os órgãos Estaduais e Federais do governo, mas com empecilhos para sua implantação, devido à pressões e controvérsias subjacentes à operacionalização da proposta. Durante o final de 94 e início do ano de 95, acompanhamos os desdobramentos de um projeto que parecia ter sido engavetado.

O Segundo Momento(1995): o consórcio de cana-de-açúcar reaparece no cenário

Em meados de 95, a Usina reaparece com uma proposta de consórcio modificada, propondo 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, retirando todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior. Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do Departamento de Assentamentos Fundiários, no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos caso a parceria se efetivasse.

A intervenção do Sindicato dos trabalhadores rurais e do DAF apoiado em várias discussões com os assentados, se deu em um momento em que houve uma maior aceitação dos assentados pela parceria com a usina Santa Luiza . A intervenção dos órgãos estatais se baseou na tentativa de buscar soluções no sentido de evitar o controle da iniciativa privada sobre os assentamentos.

O Terceiro Momento (2000-2004): mudanças apenas no cenário político: a cana continua

Em 2000, uma outra usina da região, a Zanin, reaparece no cenário do

assentamento Bela Vista do Chibarro e através de negociações com algumas das famílias assentadas inicia o processo de plantio de cana em seu interior. Fato que, provocou protestos das famílias contrárias ao plantio, a intervenção do INCRA, que posteriormente, culminou no afastamento de alguns assentados, motivado pela irregularidade apontada em seu estatuto.

Em relação à Fazenda Monte Alegre, em 2001, o Prefeito Emilio Fortes (PMDB) eleito pela comunidade de Motuca, aparece na imprensa de Araraquara (Jornal Tribuna Imprensa, 2001, p.7) declarando que a Economia Rural é a grande aposta do Município de Motuca . Uma das metas de seu projeto político é o de estabelecer a parceria entre a Usina Açucareira Santa Luiza com o assentamento sob sua responsabilidade administrativa.

Retrata o assentamento Monte Alegre como um “problema” a ser resolvido urgentemente na sua gestão identificando-se assim com o discurso e a agenda do prefeito anterior, Rui Pinotti.

Em sua avaliação, as famílias assentadas não têm renda e dinheiro suficiente para sobreviverem, gerando um aumento na demanda por serviços públicos municipais. A alternativa é a parceria entre a Usina e os assentados.

Diz ele que, “Alguns plantam milho, pequenas culturas de manga, há quem plante limão. Mas é preciso observar os grandes supermercados vendem limão por R\$0,09 o quilo. Eles não tem como sobreviver e a Prefeitura acaba gastando muito para mantê-los, justamente porque eles não tem uma renda”.

“(...) Estamos no meio de uma região onde predominam cana e laranja, por isso desenvolvemos um programa através do qual a Prefeitura faz um investimento para que eles comecem um plantio de cana, a qual será vendida futuramente e criará uma reserva financeira”.

Neste projeto, a Prefeitura e a Usina Santa Luiza Ltda estabeleceriam a parceria com os assentados, sendo a Prefeitura de Motuca responsável pela assessoria e patrulha agrícola, a Usina pelo fornecimento das mudas de cana e os assentados pela liberação da metade dos seis alqueires (145 mil metros quadrados) para o cultivo de cana.

Projeto inusitado, pois, em uma de suas cláusulas re/aparece condições contratuais estranhas aos modelos convencionais de consórcios ou arrendamentos.

“A Usina Santa Luiza participaria do programa concedendo mudas de cana-de-açúcar ao assentamento. Em troca ela receberia, gratuitamente, certa quantidade de cana após a

colheita, comprando o restante dos pequenos produtores”. (...) No total seriam produzidas em torno de 120 mil toneladas de cana. Dentro dos cálculos, cada família teria cerca de R\$ 700,00 de renda por mês”.

Há no discurso oficial a negação “histórica” de viabilização dos assentamentos. Nas entrelinhas, re/aparece os atributos preconceituosos dirigidos às famílias assentadas. O poder público nega que os assentamentos geram rendas para o município, que possuem capacidade de produção para suprir os mercados locais além de serem uma parcela bastante representativa em períodos eleitorais.

Assim, passados 12 anos desde a primeira proposta de consórcio entre assentados e usina para o cultivo da cana na Fazenda Monte Alegre, o poder local volta ao cenário político propondo a mesma sentença: integrar os assentamentos à agroindústria canavieira como forma de resolução dos “problemas” desses trabalhadores.

Nos perguntamos porque tais recorrências? Segundo Tavares, o processo de ocupação de terras produz sérios paradoxos para o espaço social.

(...) um dos paradoxos da colonização de novas terras consiste na produção de um espaço social controlado, no qual também os homens estão sob controle, em meio a novas terras que poderiam supor horizontes sociais largos (Santos:1991, p.75).

No contexto dos assentamentos, o seu controle pelas usinas de açúcar com o consentimento do poder local aparece fortemente vinculado nestas propostas de parcerias demonstrando as faces perversas de tais domínios.

Precisamos, então, olhar de modo cauteloso a complexidade e o caráter antagônico das relações sociais que compõem os assentamentos para não atribuímos à sua história uma dimensão estritamente econômica. Do mesmo modo os assentamentos não podem ser pensados independentemente das trajetórias dos seus sujeitos, levando-nos a afirmar ser equivocado limitarmos-nos a uma visão fragmentada das particularidades das lutas e histórias destes homens e mulheres.

O problema é que as singularidades exigem novos olhares no sentido de ser impossível ignorar a diversidade constitutiva dos assentamentos, nos quais auto-consumo, diversificação de atividades produtivas e até mesmo o assalariamento fora de membros da família como forma de aumentar a renda contam efetivamente. Nos assentamentos, não há como separar a produção do auto-consumo.

Como salienta Ferrante (1998, p.12),

Renda, auto-consumo, venda da força de trabalho não são elementos excludentes, nem se põem a par da região. Faz-se no entanto, indispensável incorporar, na utilização de indicadores, a dimensão tempo. Assim como índices de renda, níveis de consumo, padrões de vida devem ser confrontados no tempo, de modo a não absolutizá-los, há que se ter bem claro que é impossível acompanhar assentamentos sem incorporar o movimento de estratégias da reprodução familiar.

Na realidade, os assentamentos, tem sido considerados como um espaço alternativo contra o desemprego, o aluguel, a miséria, como uma forma de serem supridas necessidades de reprodução social.

Na Atualidade: O Projeto Cana 2002

Mesmo diante das resistências das famílias assentadas da Fazenda Monte Alegre, a ausência de políticas públicas pelo poder local proporcionou a entrada da Usina Santa Luiza Ltda e a concretização da parceria com os assentados para o plantio da cana em seus lotes de produção.

A Prefeitura juntamente com a Casa da Agricultura de Motuca, organizaram o Projeto Cana 2002, modelo único no Estado de São Paulo.

Segundo, o jornal A Tribuna Imprensa: 2004, p.9, o projeto cana 2002 conseguiu a adesão contratual de 80 famílias para o plantio de cana sendo que 37 fizeram contrato em 2002 cuja colheita e o primeiro pagamento estão previstos para maio de 2004.

As cláusulas do contrato aponta a continuidade da relação clientelista e abusiva por parte da usina nesta parceria:

“O produtor que ajudar no plantio da cana de seu vizinho ou outro assentado qualquer terá pontos anotados pelo supervisor da Usina, que acompanha todo o processo de plantio. Esses pontos, no final, serão somados e convertidos em tonelada/cana, reduzindo a dívida do assentado com a agroindústria nos três primeiros anos do plantio da cana-de-açúcar. A Usina Santa Luzia realizou um investimento de R\$ 2 milhões no preparo do solo, com insumos e mudas, esse valor será pago nesses três primeiros anos”.

Segundo cálculos, “117 famílias utilizam uma área de 695 hectares para plantar a cana-de-açúcar, ou seja, uma média de 52 mil toneladas/cana e uma renda bruta de R\$ 2 milhões de reais. Cada família envolvida no projeto deverá receber, mais ou menos, R\$ 17 mil reais brutos na primeira colheita de cana”.

Assim, as faltas de apoio agrícola entre as esferas de poder – municipal, estadual e federal – impelem os assentados a se renderem a propostas de rentabilidades questionáveis.

Entretanto, não defendemos a submissão dos trabalhadores a tais parcerias, como se estes fossem sujeitos passivos no processo. A existência de uma divisão entre o querer e o não querer de parte das famílias assentadas, a preservação de metade dos lotes para a liberdade de produção, a produção diversificada comercializadas nas feiras das cidades, vêm demonstrar a existência de fortes traços de resistência e de confiança na estabilidade na terra.

Fato que acena para um movimento novo nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre: como será a estruturação das famílias após esta parceria? Vão “sair do vermelho”?; vão deixar a condição de ser um “problema” para o município?; ficarão “dotados” financeiramente?; vão deixar de dar “despesas” para o município? Antigas desqualificações ainda presentes nos discursos do poder local que podem aventar ou não novos rumos para os assentamentos.

Conclusão

Ao estudar o consórcio entre a usina Santa Luiza Ltda e os assentados da Fazenda Monte Alegre, para o plantio de cana em seus lotes de produção, pude entender que, a tendência arbitrária e a expressão do querer dos usineiros contidos nesta proposta de parceria com os trabalhadores rurais vêm nos alertar que mesmo sem apresentar termos de produtividade/rentabilidade, parâmetros comparativos com o ciclo produtivo dos complexos, os assentamentos são pontos de inflexão para o poder local.

Ao estabelecer a figura do bom patrão junto aos assentados, a usina tentou estabelecer uma inexistente relação de igualdade, reveladora do uso de um mecanismo ideológico de inversão, baseado em um suposto interesse comum, que na verdade, vem demonstrar o inevitável interesse de controle e domínio político-econômico sobre os assentados e as terras da Fazenda Monte Alegre.

A perspectiva de auto-suficiência familiar (em meados de 1992), levou a primeira proposta de consórcio da cana a ser engavetado pelo poder local de Motuca. Os assentados, naquele momento optaram por outras estratégias produtivas: a fruticultura desenvolvida na formação de pomares de diferenciadas frutas tropicais, tais como, mangas, tangerinas, amoras, etc..., a plantação de diferentes grãos, a sericicultura, a horticultura entre outros.

As possibilidades de diversificação pelos assentados – no primeiro momento - fortaleceram a recusa ao primeiro projeto de intervenção proposto pelo Prefeito Rui Pinotti, de plantio da cana, projeto este contrário a prática da agricultura familiar.

Atualmente, o fato de parte das famílias aderirem ao novo modelo de contrato com a agroindústria vem fortalecer a urgência da necessidade de

construção pelo poder local, de um espaço público de tomada de decisões democráticas que respondam às reais necessidades desta comunidade: acesso aos direitos mínimos de moradia, saneamento básico, a créditos bancários mais acessíveis, enfim, a programas que viabilizem o desenvolvimento sustentável do grupo.

Ao contrário do que temos visto, as brechas abertas pelo poder local nos assentamentos rurais, tem permitido a entrada de grupos economicamente dominantes na região que tendem a pensar o sucesso desses projetos exclusivamente em termos materiais desconsiderando as diversidades sócio-culturais dos moradores destas áreas.

Tais fatores políticos aliados às peculiaridades da região em que tais assentamentos rurais se inserem, são questões que devem ser considerados. Segundo Ferrante e Barone (2003, p.162),

Em comparação com inúmeros outros projetos , tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizadas pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros, além da presença intensa da avicultura. A maior parte das terras agriculturáveis da região está cultivada com cana- e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Apesar de tal estrutura regional, a política de reforma agrária que defendemos, não deve ser a expressão de relações de poder ou ser conduzida como forma de especulação e valorização de novas fronteiras agrícolas. Os representantes do poder local precisam acautelar-se das estratégias que prevêm a unidade – monocultura – preservando a diversidade produtiva tão reconhecidamente possível no interior dos assentamentos rurais.

Referências bibliográficas:

BAÚ, C.H.R. **Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP):** uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, abril de 2001.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais e Agricultura Regional:** contrapontos e ambigüidades. XIV Congresso Mundial de Sociologia, Montreal, Canadá, 1988.

FERRANTE, V.L.S.B e BARONE, L.A. Assentamentos Rurais e Poder Local: os rumos da descentralização da Reforma Agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M. (Orgs). Dinâmicas Familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas:FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA, São Paulo:INCRA, 2003.

JORNAL TRIBUNA IMPRESSA, Economia Rural é Aposta de Motuca. Araraquara, Caderno: Região, 24 jan. 2001.

_____ Famílias Assentadas Iniciam Plantio de Cana. Araraquara, Caderno: Região, 06 mar. 2004.

STETTER, E.A. A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada? (um estudo nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro). (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, maio de 2000.

SANTOS, J.V.T. As Novas Terras como Forma de Dominação. In: Revista Lua Nova, Revista de Cultura e Política, CEDEC, São Paulo, No.23, Março/1991.

NEVES, D.P. **Assentamento Rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói – RJ: EDUFF, 1997.

A CANA NOS ASSENTAMENTO RURAIS: O VAI E VEM NO MESMO CENÁRIO

Vera Lúcia Silveira Botta FERRANTE*
Marcos Augusto Paladini dos SANTOS**

Introdução – a título de contextualização

Os assentamentos instalados na região de Araraquara comportam especificidades decorrentes da própria estrutura produtiva regional. O alto nível de capitalização das lavouras de cana-de-açúcar e laranja, atividades agrícolas absolutamente predominantes, nos complexos agroindustriais criam um cenário que determina, em muito, o complexo processo de luta pela terra, do qual são protagonistas principais os bóias-frias, vítimas de uma superexploração do trabalho e do desemprego estrutural que a mecanização do corte de cana vem causando nos últimos anos (Ferrante, 1992).

Segundo dados do Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, 66,5% dos assentados nestes núcleos vieram da condição de assalariados rurais, bóias-frias das lavouras de cana e laranja (Ferrante & Bergamasco, 1995). Entre os vários núcleos, a maior frequência de ex-bóias-frias ocorre nos núcleos IV e III da Fazenda Monte Alegre, onde 90% e 83% dos agricultores assentados, respectivamente, foram assalariados rurais; a seguir, encontra-se o núcleo I do mesmo assentamento, com 71% de frequência e o núcleo II, este com 65% de ex-assalariados rurais. No projeto Bela Vista do Chibarro, 50% dos assentados vieram do assalariamento rural (Ferrante & Bergamasco, 1995). Neste último projeto, a participação de trabalhadores com passado de agricultor é bem maior, dado que se explica pelo fato de a Bela Vista ter recebido vários grupos de trabalhadores oriundos de outras regiões do Estado de São Paulo, onde a proletarianização não é tão intensa e até de outros estados, como Minas Gerais e Paraná.

A busca de recriar as condições de vida e trabalho num espaço novo e, muitas vezes, numa ocupação diferenciada é importante fator no processo de constituição da identidade social dos assentados. Estes trabalhadores, na sua maioria fugindo do assalariamento, da carestia das cidades-dormitório, vindos,

* Pesquisadora e Coordenadora do Curso de Pós-Graduação da UNIARA – Universidade de Araraquara

** Engenheiro Agrônomo, Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação ITESP.

em boa medida, das primeiras experiências de greve dos bóias-frias – ocorrências violentamente reprimidas nos anos de 1984 e 1985 – percorreram diferentes trajetórias até sua definitiva instalação nesses projetos.

A forma de organização e a maneira de se encaminhar o processo que os levou até a condição de assentados varia desde um processo de seleção realizado pela Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF) e INCRA, até a ocupação seguida de algum conflito, com pouca ou quase nenhuma orientação das entidades de mediação mais conhecidas no processo de luta pela terra. Destaca-se, nesse processo, a atuação do sindicato de Araraquara, um sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) que em 1989 lidera o movimento de criação da Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP), tornando-se Sindicato dos Empregados Rurais, cuja trajetória - rompimento com o modelo da CONTAG e liderança no processo de demanda por terra na região - é uma síntese da complexa realidade vivida pelos agentes sociais no campo paulista.

Retratos de Assentamentos: histórias e tempos diferenciados.

Fazenda Monte Alegre: ocupações negociadas em terras públicas

O primeiro núcleo de assentamento da região de Araraquara foi instalado em julho de 1985 numa área da Fazenda Monte Alegre, um horto de propriedade da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), à época administrado pela Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC). O sindicato de Araraquara encabeçou o movimento que reuniu trabalhadores de cidades da região.

Após várias rodadas de negociação com o governo estadual, os trabalhadores decidiram ocupar uma área na Monte Alegre. Mesmo tendo um despejo negociado, a pressão surtiu resultado: após algumas semanas de acampamento em uma área anexa à sede do sindicato, 708 dos 1.200 ha reivindicados pelos sem-terras foram cedidos, procedendo-se ao assentamento de 32 famílias. Esse núcleo teve seus primeiros momentos acompanhados por várias entidades (universidade, partidos, sindicatos), mas, no decorrer do processo de organização interna, muitos agentes externos se afastaram. Conflitos com os agrônomos do Estado e com a direção do STR de Araraquara fazem parte da trajetória deste núcleo.

Ainda em 1985, outro grupo de trabalhadores rurais, a maioria de Sertãozinho, ocupa o horto Guarani também de propriedade da FEPASA, no município de Pradópolis. Após despejo policial, o grupo acampou durante cerca de dois meses no acostamento da rodovia que liga Pradópolis a Jaboticabal. O impasse foi resolvido com a liberação de mais uma área na Fazenda Monte Alegre, para onde foram essas famílias cadastradas regularmente no núcleo II. O sindicato de Araraquara participou da organização desse grupo para a

mobilização em Pradópolis, juntamente com políticos do município de Sertãozinho.

Em 1986, a SEAF preparou um processo de recrutamento e seleção de trabalhadores para ingressar num terceiro núcleo a ser instalado na Monte Alegre. Enquanto se encaminhava esse processo, em maio desse mesmo ano, 62 famílias, vindas em sua maioria de Guariba (centro das greves de 1984), ocuparam a área que seria destinada aos selecionados. O impasse foi resolvido com a transferência dos ocupantes para outra gleba da mesma fazenda. Em agosto, 20 famílias oriundas do processo de seleção oficial foram assentadas em 566 ha, formando o núcleo III.

O núcleo IV, montado a partir da ocupação de 62 famílias de Guariba, foi oficializado em novembro de 1986 e apenas 22 famílias permaneceram até essa data. Esse grupo pouco contato teve com o sindicato de Araraquara. Reunidos num primeiro momento no STR de Guariba, os trabalhadores tiveram o apoio da prefeitura daquela localidade para concluir a ocupação em maio de 1986. Distantes da direção sindical, os assentados do núcleo IV se mantiveram alheios aos principais conflitos que envolveram assentados, sindicato e técnicos.

Desde finais de 1988, um outro grupo se mantinha acampado no interior da Fazenda Monte Alegre. Por meio de negociação com o Estado, esses trabalhadores não foram despejados. Enquanto alguns deixaram o acampamento, outros engrossaram o movimento, sobretudo em 1991, quando uma outra ocupação realizada na Usina Tamoio (município de Araraquara) foi realizada. Em outubro desse ano, uma área foi oficialmente cedida para instalação do núcleo V do projeto Monte Alegre, com 32 famílias participantes.

Em maio de 1997, 250 famílias ocuparam uma sexta área da Fazenda Monte Alegre, e após novas negociações dos trabalhadores rurais com o governo estadual, esta foi liberada para implantação do assentamento, sendo procedida a inscrição/cadastramento destas famílias e em setembro deste mesmo ano, foram assentadas 179 famílias, sendo 88 famílias nesta sexta área (núcleo VI), 02 famílias no núcleo I, 24 famílias no núcleo II, 53 famílias no núcleo III e 12 famílias no núcleo IV, todos da Fazenda Monte Alegre.

No mês de setembro de 1998, nova ocupação é realizada na Fazenda Monte Alegre por 27 famílias de trabalhadores rurais na área da sede (escritório central), administrada pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo, CODASP. Após o processo de inscrição/cadastramento destas famílias, em novembro do mesmo ano, 19 foram assentadas nesta área (Horto de Silvânia).

As outras 08 famílias ocuparam uma área de 94 ha, localizada no perímetro do núcleo VI, área esta cedida pelo governo do estado a um consórcio intermunicipal de nove prefeituras da região (dentre elas, Araraquara, Matão, Motuca), no período ainda que a Fazenda Monte Alegre era administrada pela

CODASP, para o plantio de soja que seria utilizada na produção do leite de soja, a ser fornecido na merenda escolar dos municípios consorciados.

O plantio de soja na área foi suspenso em 1999 e, a partir desta data, as famílias aguardaram a “devolução” da área ao governo do estado, o que ocorreu em janeiro de 2002. Em junho deste ano, as famílias foram oficialmente assentadas pela Fundação ITESP, não restando mais áreas da antiga Fazenda Monte Alegre, pois toda ela já estava transformada em Projeto de Assentamento.

A configuração atual do Projeto de Assentamento Monte Alegre é composta da seguinte forma:

Assentamento	Nº de Famílias	Município
Monte Alegre - I	49	Motuca
Monte Alegre - II	62	Motuca
Monte Alegre - III	57	Araraquara
Monte Alegre - III	19	Matão
Monte Alegre – IV	49	Motuca
Monte Alegre - V	34	Motuca
Monte Alegre – VI	96	Araraquara
Bueno de Andrada	31	Araraquara
Horto de Silvânia	19	Matão
Total	416	
Fonte: Fundação ITESP – 2.002.		

Bela Vista do Chibarro: o assentamento nas terras da usina.

Em 1982, a Usina Tamoio, uma das maiores da região, vai à falência e fecha suas portas. Tem início um longo processo de disputas judiciais de caráter trabalhista, no qual os empregados reivindicavam o recebimento de salários atrasados e encargos devidos. Durante esse movimento, chegou-se a cogitar na cessão de terras da usina para pagamento dos trabalhadores. Iniciou-se um demorado processo de desapropriação das terras da empresa. O esvaziamento da luta fez que a quase totalidade dos trabalhadores da Tamoio trocasse a possibilidade de ter uma gleba de terra por uma indenização em dinheiro. Mais tarde, em 1984, um grupo de sem-terras vindos da região de Campinas ocupa uma área da usina, sendo despejados com violência.

Somente em 1988, por intermédio do STR de Araraquara, começam a chegar novos trabalhadores que vão ocupando as casas da Colônia Bela Vista do Chibarro, uma das maiores da usina. Em 1989, com o adiantar do processo de desapropriação, vários grupos de trabalhadores – sempre orientados pelo sindicato de Araraquara – se juntam aos primeiros ocupantes, numa estratégia de pressionar a decretação da desapropriação, o que ocorreu nesse mesmo ano. Das 79 famílias que ocupavam a Bela Vista quando o INCRA concluiu a

desapropriação, apenas 14 eram de antigos funcionários da Usina Tamoio.

Até 1991, o INCRA procedeu à seleção e ao assentamento de mais famílias até completar o número de lotes a preencher (no total, 166, sendo incluídas, no final da década de 90, outras famílias pela subdivisão de lotes e transformação em lotes pararural de menor área, chegando assim a 176 famílias).

Em 1990, no entanto, a transferência de um grupo de 29 famílias de uma outra área de conflito em Promissão (SP) gerou conflitos entre os assentados e o órgão federal. Esse grupo, que foi organizado pelo Movimento dos trabalhadores Sem-Terras (MST) foi estigmatizado por motivos políticos, já que o sindicato de Araraquara e o MST rivalizavam no campo da organização de trabalhadores para a conquista de áreas para assentamentos. A disputa entre os assentados ligados ao sindicato e os trabalhadores vindos de Promissão, que contavam com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dá o tom à dinâmica política na Bela Vista, pelo menos nos primeiros tempos.

Conflitos é que não faltaram nesta trajetória, provocados por protestos por causa da vinda das famílias de Promissão, dos critérios de implantação do módulo rural, do rompimento do grupo vindo de fora com as 75 famílias pioneiras. Conflitos cujos desdobramentos levaram à várias propostas de cooperativas e de associações, à disputas entre o Sindicato e a CPT, que teve presença marcante na vida deste assentamento até cerca de 1994. Conflitos expressos em protestos contra o INCRA, órgão gestor deste assentamento (Rosim, 1998; Maciel, 2002; Barone, 2002). Conflitos reavivados por muitas disputas internas que acabam por influenciar na questão central da presente discussão, que tem a proposta de analisar o movimento da entrada e saída da cana neste 2 núcleos diversos de assentamentos rurais ao longo dos últimos 10 anos. Claramente, a cana em si mesma não será analisada como expressão de uma política perversa ou benéfica, mas como um elemento que pode expressar, de maneira exemplar, a necessidade de serem os assentamentos rurais, processos sociais complexos acompanhados em seu movimento, sem a preocupação de enquadrá-los a categorias analíticas fechadas ou de avaliá-los por atributos de positividade ou de negatividade.

Temos, sem dúvidas, razões para nos convencer de que uma abordagem meramente econômica da presença da cana nos distintos momentos da trajetória dos assentamentos empobreceria a compreensão deste movimento pleno de contradições.

A representação do entrar e sair de cena nos permite retratar as novas e velhas roupagens revestidas pela cana como atos de um complexo modo de vida que não tem desfechos ou prognósticos pré-fixados. Independentemente da diversidade de rumos dos 2 núcleos, a presença da cana, comum a ambos é o foco escolhido para se discutir as relações dos assentamentos com a dinâmica local/regional.

Primeiro Ato

A primeira entrada: os dilemas da Proposta de um consórcio de cana-de-açúcar

Há dez anos atrás, a proposta de um consórcio de cana, envolvendo o poder local, uma usina próxima e órgãos do Estado, trouxe desdobramentos e divisores de águas. Questões que reaparecem em outros momentos, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra.

Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistem em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana seria mais um episódio do “natimorto processo da integração dos assentamentos na região” (Pinassi e Queda, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, insistindo na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos, em suas diferenciações, não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista, o consórcio tem que ser compreendido como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local, inserção regional, mediações que têm que ser pensadas da perspectiva político social, não unicamente por uma determinação econômica.

A explicação da entrada da cana como fator de se evitar a falência dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre vinha carregada de raciocínios economicistas, aparentemente desvinculados da forte interferência do poder local (Stetter, 2000).

Os atores principais deste primeiro ato.

No final de 1992, o então Prefeito do Município de Motuca lança na grande imprensa e nos meios de comunicação locais, o discurso de que iria levar à redenção o assentamento da Fazenda Monte Alegre denominado por ele de “favela rural”, através de um consórcio entre assentados e a usina açucareira Santa Luiza Ltda para o plantio da cana-de-açúcar.

Críticas a este estigma explicitadas em documento organizado por um grupo de assentados, no qual diziam que o “plantio de cana é uma proposta de usineiros e não de um prefeito que deseja resolver os problemas do homem do campo” provocaram divisões entre os próprios produtores, os técnicos do DAF, criando-se um campo de disputas, no qual o prefeito, revestido da figura de bom patrão procura isentar-se de maiores responsabilidades.

O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assenta-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não é discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados pelo consórcio, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar, cultura que, comprovadamente, não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção. Nos 4 hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão.

Entretanto, o exame das peças constitutivas do consórcio nos põe diante de um quadro, no qual a liberdade e autonomia são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de assalariamento. Poderes e controles a esquadrihar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”.

A Usina deveria formar turmas para o plantio e posteriormente para o cultivo dos canaviais, utilizando exclusivamente mão-de-obra dos assentados, recrutando, de imediato, um trabalhador por família consorciada e admitindo-o como seu funcionário. Sob os benefícios sociais anunciados como vantagens do vínculo empregatício, configura-se a perspectiva de ser efetivado o consórcio, voltando o assentado à condição de proletário rural.

Tal proposta foi duramente criticada pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) e pelo próprio INCRA, especialmente pelas ambigüidades acenadas na perspectiva do assentado ser consorciado.

A Usina, ao enunciar, dentre os benefícios de cessão de parte da área do assentamento à plantação de cana, o fornecimento de meio litro de leite de soja, por criança, por dia, além de 30 toneladas de bagaço auto-hidrolizado, assim como a manutenção permanente das estradas de acessos aos assentamentos, controle de erosão dos solos e sua recuperação através da aplicação de calcário, adubos e vinhaça, tenta realimentar as expectativas dos assentados de ter, na condição de consorciados, um “bom patrão”. O documento oficial que define as cláusulas do consórcio colocava como possibilidade a “redenção dos assentamentos”, sendo aventada a possibilidade da Usina ocupar o papel do Estado na administração dos assentamentos contraposta à perspectiva dos assentados perderem suas terras a curto prazo face à aceitação de tal arrendamento, hipótese defendida pelos críticos do consórcio.

A tramitação do projeto de plantio de cana-de-açúcar encontrou empecilhos para sua implantação, especialmente pelas controvérsias da operacionalização da proposta e, mais diretamente, pelo fato do prefeito bom patrão ter mudado de cenário político.

Segundo Ato

O Consórcio de Cana-de-açúcar no palco institucional.

Em meados de 95, a usina reaparece no núcleo da Fazenda Monte Alegre com uma proposta de consórcio modificada, o qual estipulava 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior.

Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do DAF, no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos, caso a parceria se efetivasse. A parceria começa a ganhar mais adeptos. Um projeto piloto para plantio de cana-de-açúcar é apresentado, supondo a constituição de uma cooperativa que deveria ser credenciada como responsável para conduzir as mediações entre os trabalhadores e a iniciativa privada, com a garantia de parceria, na fiscalização com o DAF.

O projeto piloto pressupunha que a cooperativa, sob supervisão do DAF teria poder de livre negociação com empresas do setor sucro-alcooleiro. Condições são definidas: utilização máxima de 50% do lote agrícola de cada participante, responsabilidade da Usina para os serviços de mecanização, preparo de solo, calagem, adubação e sulcamento, operações de plantio feitas pelos trabalhadores com utilização de mão-de-obra familiar, serviços de carregamento e transporte contratados pela cooperativa.

Em princípio, os termos do projeto piloto pareciam respeitar a autonomia dos assentados, harmonizando interesses dos produtores, dos órgãos técnicos, dos sindicatos. A previsão de avaliações intermediárias do processo, com a participação dos diretamente envolvidos parecem dar a este segundo ato de entrada da cana nos assentamentos, um caráter mais coletivo, que estava absolutamente ausente das formas e papéis previstos no primeiro consórcio.

Apesar do crescimento do número de famílias interessadas - de 70 a 80% - em aderir ao plano piloto e à parceria com a usina, as condições de sua operacionalização sob comando de uma cooperativa frustraram-se, pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forçados por outros para suas vidas. Paralelamente, a entrega de 140 títulos de uso da terra para as famílias assentadas em outubro de 1995, cerimônia pautada por muitas falas de garantias de autonomia e de permanência da terra parecia a própria expressão dos paradoxos que se fazem presentes no modo de vida dos assentamentos. Paradoxos reveladores de que idealizações não correspondem ao que é posto em prática nos assentamentos nem implicam no atendimento às necessidades de reprodução social dos assentados.

Em um jogo de expectativas, idealizações e irrealizações, estratégias familiares para se viver melhor na terra aparecem no mesmo cenário em que a cana ganha espaço crescente. Expressões de clientelismo por parte do poder

local se contrapõem a outras tentativas de uma nova cultura política.

Há mudanças igualmente no cenário produtivo. Os dois projetos de assentamentos rurais tiveram em seus anos iniciais - no caso da Bela Vista e da Monte Alegre – um grande incentivo para o plantio de grãos, milho e soja, arroz respectivamente. Deve-se esclarecer que o incentivo do órgão técnico que é decisivo para a definição da opção do plantio foi em muito determinado pelo tipo de crédito que o banco custeava, exclusivamente para a cultura de grãos. Retrato revelador da ausência de uma clareza com relação a como iniciar projetos de assentamentos, bem como de uma política equivocada para os mesmos.

Quando o assentado decide por só plantar outra cultura, além de não ter facilidades com o banco, ainda é abandonado pela assistência do Estado.

No período de cinco anos, o que aconteceu foram fracassos – expressões de ineficácia – desta estratégia produtiva, levando os assentamentos a um quadro de crise. Abandono dos lotes, evasão e inadimplência começam a ser peças comuns nestes projetos. Provas inequívocas de que os critérios traçados pelo Estado para os projetos de assentamentos rurais são pautados por irrealizações (Neves, 1998). Neste jogo, a cana sai e entra em cena.

Terceiro Ato

A Cana como expressão de Rebelião

Contrariamente ao 1º ato, no qual a entrada da cana, por meio de um consórcio é expressão nítida da vontade política do prefeito e agentes do poder local de se apropriarem deste espaço produzido, no 3º ato, em outro contexto, no mesmo tempo (novembro 1993), dois trabalhadores resolveram por em prática um acordo que fizeram com a Usina Zanin e começaram a transportar para o assentamento mudas de cana-de-açúcar para plantá-las em seus respectivos lotes.

Acusados de traidores da reforma agrária conseguem provocar uma reação de consenso: as demais famílias se unem e, além da troca de ameaças e agressões, as mudas plantadas são arrancadas. Os assentados invadem o escritório do DAF, exigindo a presença de um representante do INCRA para intermediar o impasse. Audiências públicas sob direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, movimentam a sociedade civil. O conflito ganha espaço na imprensa. O INCRA posiciona-se contrariamente ao cultivo da cana-de-açúcar, nos módulos agrícolas do assentamento e ameaça de expulsão os que fossem contrários à tais regras.

No discurso do INCRA à época, objetivos da reforma agrária e plantação de cana tinham incompatibilidades congênicas. A promotoria pública intercede como mediadora do conflito e os 2 trabalhadores taxados de vilões, são novamente incorporados à comunidade. Aparentemente, sem conotações

políticas, a cana sai de cena. Como se sua passagem pelas terras do Bela Vista do Chibarro tivesse sido um ato infrator individual. A questão, aparentemente encerrada, reaparece em 1997, nutrindo-se do altíssimo grau de inadimplência, patrocinada por um grupo organizado de assentados e ganhando imediata adesão de um grande número de agricultores, complicadores a serem analisados no próximo ato.

Quarto Ato

A Cana retoma o espetáculo: que atores entram em cena?

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constitui em uma sombra a nublar, não necessariamente provocando tempestades, a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Diversificação que se fazia presente especialmente no núcleo de assentamento da Fazenda Monte Alegre. A reordenação da produção, com conseqüente tendência à pluriatividade no qual chegou a ganhar espaço significativo a fruticultura combina-se à experiência que acenavam com a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas como parte das estratégias de permanência na terra.

Entram nesse processo estratégias utilizadas para correção do solo, combate às pragas, manejo dos recursos com auxílio de agricultura alternativa. Estratégias criadas e recriadas, com frequência, como parte de arranjos familiares. Assentados ainda que em pequeno número, recorrem a materiais orgânicos e animais, sem a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química para potencializar o rendimento da produção. A diversificação de estratégias utilizadas na preparação do solo pelos assentados – desde o calcário para solos mais pobres, como foi o caso de um assentado que precisou adicionar à terra 7 toneladas de calcário em seu lote até a utilização de formas naturais (adubo verde e adubo orgânico) para fertilizar a terra chegaram a configurar estratégias outras de sustentabilidade. Estratégias que parecem se esvaziar ou perder progressivamente o fôlego com a revigorada nova entrada da cana.

No recente quadro de gestão municipal (2001-2004), a proposta do “consórcio” entre a Usina Santa Luiza (de Motuca) e o projeto de assentamento Monte Alegre, já debatida no ano de 1993 volta à pauta, exatamente através do prefeito, ele mesmo ex-funcionário da usina.

De um lado a voracidade do agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica dos projetos de

assentamentos rurais; de outro, os assentados reduzem o espaço reservado ao pasto para as vacas leiteiras, aos pomares de frutas, como reação ao próprio cercamento das usinas. Ou então começam a trabalhar fora - como motorista e em outras atividades não agrícolas – para não ceder à pressão da cana e continuarem na terra.

No outro espaço, o assentamento Bela Vista do Chibarro, numa articulação entre uma usina de Araraquara e um grupo de assentados, inicia em 1997/8 o cultivo da cana-de-açúcar em parte do seu território. Inicialmente levado adiante por um grupo de 12 assentados que se aproveitam do momento de eleição para representante do assentamento para se fazer presente legalmente no núcleo. O grupo, conhecido por grupo dos 12, conseguiu eleger o líder como representante da comunidade.

Iniciou-se a gestão do grupo pró-cana no assentamento Bela Vista, marcado por conflitos entre lideranças e por poucas expressões de cooperação.

Apesar do INCRA ter se mantido na posição contrária, refutando especialmente as formas de subordinação impostas pela agroindústria à pequena produção, a cana segue seu itinerário, nenhuma ação enérgica ou consistente é levada adiante para mudar esta trajetória, além dos lamentos – ouvidos aqui e acolá – que parecem recriar estigmas da incapacidade dos assentados de terem outro destino (Rosim, 2002).

Discussões do crescimento da cana como reflexo do contexto regional da produção e da falta de políticas públicas para efetivar ações de descentralização da Reforma são feitas da universidade (Rosim; Ferrante; Barone, 2002).

Indiferentemente aos lamentos e aos estudos, a pressão das usinas segue sua marcha, através de políticos locais, como prefeitos e vereadores ligados a tais empresas e de deputados eleitos pela região que tentam levar o INCRA a rever sua postura permitindo o plantio da cana nos lotes dos assentados.

Sem participar diretamente deste vai e vem que tem contornos políticos, os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam a progressivamente a aderir à cana, justificando sua “opção” pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra, pela expectativa de ter um rendimento fixo proveniente da cana necessário ao sustento da família. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

Sem desfechos, a peça tem desdobramentos.

O cenário presente sobrepõe papéis e leva os atores a trocarem roupagens

e se virem diante de novos textos e contextos. Irregularidades? Troca de acusações? O clima de desconfiança e de mútua crítica cresce.

O INCRA, apesar de continuar, em princípio contrário ao plantio da cana, parece assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria recente (24/10/2002) (re)estabelece parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justifica a portaria que acaba por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos”(Portaria ITESP nº 075-24/10/02).

Mantém-se o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 há, estipula-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deverá ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permita a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que está, de fato, ocorrendo. Há manifestações de resistência, agravado no caso das queimadas.

A polêmica é reacesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre - declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados.

Na avaliação do prefeito, “a crítica situação dos assentados não é culpa da falta de investimentos dos governos (estadual, municipal), mas de ingerência da própria FERAESP e, em alguns casos, dos próprios assentados” (Folha de São Paulo – 13/10/2002). O movimento sindical, em princípio afastado desta disputa, volta a entrar em cena, estimulando audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

No outro espaço, no assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras há quase 5 anos. Denúncia encaminhada pelo ITESP ao INCRA, o qual permanece como ator coadjuvante, sem deixar explícito qual será seu papel.

Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço há, dentre as 176 famílias cerca de 50 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. “A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e de moradia” é o desabafo de um assentado que têm procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

Neste mesmo cenário, dívidas acumuladas, pelo fato dos assentados fazerem retiradas antecipadas dos próximos rendimentos da cana das safras futuras, parecem recriar o sistema de vales, expressão de dependências e de subordinação.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma, precedida pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, outra que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola, na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições.

Como divisores de água, a queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa, na fuligem e na fumaça, a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrinhado por outros saberes e poderes.

O movimento da cana repõe, nos atos aqui descritos, sem desfechos trágicos ou soluções milagrosas, problemas que vêm aguçando a produção acadêmica e as instituições voltadas à intervenção diante dos dilemas teórico-práticos postos e repostos pelas experiências de Reforma Agrária.

Referências bibliográficas:

BARONE, Luis Antonio. **Conflito e cooperação:** o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araçuaçu, 2002.

_____ ; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Trajetórias de Assentamentos Rurais: Experiências em Balanço. In. **Revista Perspectiva**. São Paulo: EDUNESP, Volume 17-18, 1995/96.

BARONE, Luis Antonio. Códigos Tradicionais e Estratégias Familiares nos Assentamentos. FERRANTE, V.L.S.B. (Org). **Retratos de Assentamentos – auto-retratos** – Ano II, nº 3, NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, 1995.

BAU, Cristina Helena Rosim. **Pequenos produtores fornecedores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP):** uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/ UNESP-Araraquara, 2001.

BERGAMASCO, Sônia M.P.P. Ontem e Hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. Assentar, Assentados e Assentamentos: Solução ou atenuante? In. **Reforma Agrária**, ABRA: Campinas, n.3, vol.22, set/dez/1992.

FERRANTE, V.L.S.B. Itinerário de Pesquisa em Assentamentos Rurais: Inesgotável aventura sociológica. **Retratos de Assentamentos**. Ano V, nº 7, Nupedor. Seção Gráfica, FCL/UNESP/Araraquara, 1999.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais: Estratégias de recusa ao Modelo Estatal?** XVIII Encontro Nacional da APIPSA – Campina Grande – 1996. (mimeo)

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais, como Celeiros de Cana:** Opção de Desenvolvimento? XXXI Congresso da SOBER – Ilhéus, 1993. (mimeo)

FERRANTE, V.L.S.B. **A Chama verde dos Canaviais.** (Tese de Livre Docência) Programa de Pós-Graduação em Sociologia: FCL/UNESP-Araraquara, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.. Assentamentos Rurais e poder Local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In. **Cahiers des recherches sur le Brésil Contemporain**, França, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B. e BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs.) **Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo** – Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo. Pesquisa Multicamp/UNESP, 1995.

MACIEL, Marluse Castro. **Entre o Céu e a Terra:** Um estudo sobre as religiões no Assentamento Bela Vista do Chibarro Araraquara-SP. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia: FCL/UNESP-Araraquara, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamentos Rurais:** Reforma Agrária em migalhas. Niterói – RJ: EDUFF, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana:** Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

PINASSI, Maria Orlanda; QUEDA, Oriovaldo O. Consórcio Canavieiro: Proposta Inovadora ou Reedição de Práticas Tradicionais. **Revista da Reforma Agrária** – ABRA – vol. 02 nº 23 maio/agosto-1993.

PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – **Diário Oficial do Estado** – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.

DECRETO Nº 47.700 – de 11/03/2003 – **Diário Oficial do Estado**.

ROSIM, Luis Henrique. **Bela Vista do Chibarro:** nas terras da usina, diferenças e identidades na construção de um assentamento. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 1997.

SANTOS, J.V.T. dos. **Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários.** Ciências Sociais Hoje, São Paulo: Editora Vértice, 1991.

SCOPINHO, R.A. e VALARELLI, L. **Modernização e Impactos Sociais.** O caso da agroindústria sucro-alcooleira na região de Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro: Editora FASE, 1995.

SILVA, M.A. de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STETTER, E.A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** (um estudo nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro). Dissertação de Mestrado. FLC-Araraquara-UNESP. 2000.

A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DAS ESCOLAS RURAIS DE ARARAQUARA – SP: DESTAQUE NA CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

Tatiana de Oliveira*
Valéria Aparecida de Bastos**

O presente artigo relata e busca compreender a experiência de construção do projeto político-pedagógico das Escolas do Campo de Araraquara, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação. Neste processo, chama-nos a atenção os desdobramentos da luta por melhores escolas e por melhorias na qualidade da educação que vêm se desenvolvendo nos assentamentos de reforma agrária da região de Araraquara, estudados pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (FCL/Unesp) há cerca de 19 anos.

Sabe-se que no Brasil a consolidação do capitalismo aprofundou, principalmente nas últimas quatro décadas do século passado, o processo de modernização do campo que resultou num amplo impacto social. Entre outras conseqüências, esse processo gerou uma extraordinária migração rural e uma extrema concentração urbana que impulsionou o desemprego e a violência nas cidades.

Todavia, como afirma Fernandes (1999), a modernização da agricultura capitalista ocorreu em detrimento da agricultura familiar, com isso, ao aumentar a produtividade agrícola, principalmente para exportação, aumentou também o desemprego e o número de trabalhadores sem-terra, que engrossaram os movimentos sociais na luta pela terra e pela reforma agrária. Desde a década de oitenta, os conflitos por terra vêm aumentando em todo o território nacional, bem como a efetivação dos assentamentos de reforma agrária, processo que inevitavelmente contribui, juntamente a outros focos de resistências – como os bairros rurais e pequenos sítios e chácaras (Whitaker, 1984) – para discutir e

* Ex-bolsista Iniciação Científica do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural, formação em Ciências Sociais.

** Ex-bolsista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural, formação em Ciências Econômicas e atualmente mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade de São Paulo.

problematizar o senso comum que há tempos vem anunciando que “o rural brasileiro vai desaparecer”¹ (Fernandes, 1999).

Esses elementos da história mais geral podem ser facilmente detectados nas trajetórias dos indivíduos que localmente participaram e continuam participando desse movimento de inclusão social, no qual os assentamentos de trabalhadores rurais ganham destaque, como afirmam Whitaker e Fiamengue (1995, p. 45):

Nossas pesquisas nos assentamentos de Reforma Agrária fazem emergir trajetórias impressionantes, nas quais famílias vagueiam de um Estado para o outro, de uma fazenda para a outra, da condição de sitiante para a de parceiro, e desta para o corte da cana. As variações são inúmeras, mas o processo é sempre marcado pelas rupturas. E mais, a raiz é sempre rural. Vieram todos da terra e, portanto, ir para o assentamento é voltar à terra

No entanto, essas trajetórias *marcadas pelas rupturas*, porém de *raiz sempre rural*, não encontram, em geral, espaço de reconhecimento nas escolas tanto rurais como nas escolas urbanas. Compreender o significado da terra para essas famílias passa pela compreensão de toda uma história familiar de relação com a terra. O termo *raiz* que fornece sentido de relação vital com a terra é puramente verdadeiro, pois essas populações e seus antecessores, após percorrerem vários espaços em diferentes tempos, sempre tiveram com a mesma relação intrínseca.

A fala do Sr. Rocha, um morador do assentamento Monte Alegre expressa essa *raiz* ao discutir em uma das reuniões a proposta de educação das escolas rurais de Araraquara lembrando a seguinte frase: “Você pode desviar a água do rio por um canal, levar para onde quiser, mas sempre terá que retornar ao rio”. Neste sentido, a terra (“rio”) é mais do que um meio de sobrevivência e muitas vezes de alternativa para condições de vida desfavoráveis, pois ao retornar a produção no espaço de terra conquistada o trabalhador assentado assegura também o resgate de sua identidade.

A escola brasileira, como parte do processo que contribui para difundir essa realidade ideológica, está marcada pela visão que apresenta os espaços sócio-urbanos e sócio-rurais de maneira hierarquizada. Vários dados que

¹ Atualmente, essa mesma agricultura familiar desenvolvida em áreas de reforma agrária, já é reconhecida e defendida por organismos internacionais – ONU e Banco Mundial – como modelo de agricultura sustentável com capacidade de produção, integrada ao meio ambiente e que contribui para a inclusão dos pobres de um país (Kolling, Nery e Molina: 1999, p.36).

expressam essa realidade são facilmente encontrados na literatura, em livros didáticos, nos meios de comunicação e em práticas docentes. Ao mencionar como percebe o seu trabalho na escola do assentamento uma professora de educação física relatou-nos:

Para mim é ótimo poder dar aula de educação física debaixo de uma árvore, na sombra, ouvindo o som dos pássaros. Na cidade tem que ser na quadra, debaixo do sol quente, ouvindo os ruídos dos caminhões e os jogos são sempre os de bola: vôlei, futebol, ... Aqui não, a gente faz várias brincadeiras que na cidade parece que estão sendo esquecidas, porque os pais não deixam as crianças brincarem na rua, é perigoso. A gente a cada dia está experimentando uma brincadeira diferente. Mas, por outro lado, temos crianças que não têm televisão, aqui não tem jornal, elas precisam de jornais, revistas, precisam também conhecer a vida, a realidade. Não podem só ficar aqui dentro. Mas também tem crianças que não tem poder aquisitivo para ter televisão (Assentamento Bela Vista, Caderno de Campo, 18/10/2002).

A visão apresentada, apesar de superficialmente levar em conta aspectos do meio em que a escola está inserida e de sua cultura, como sendo positivos, não foge da visão rural/urbano fragmentada. A reprodução do preconceito em relação à criança assentada se reproduz quando seu mundo de conhecimento é medido pelo acesso à televisão. O rural e sua população são vistos aqui como um mundo à parte, fora do comum, ou seja, fora dos parâmetros definidos pela representação urbana, esta sim, a moderna. Desta forma, resta para a população rural o estigma do atraso.

Whitaker (1992) afirma que a escola pública possui três características fundamentais: é urbanocêntrica, voltada para conteúdos que informam e são informados no processo de urbanização; é sóciocêntrica, voltada para o interesse de classes sociais mais abastadas e é etnocêntrica, pois privilegia a cultura relativa ao mundo ocidental em detrimento dos diversificados conteúdos culturais existentes na sociedade. Assim, embora não se possa, como mostra Martins (1978), separar o rural e o urbano, unificados pelo capitalismo, o difícil é reconhecer a força das práticas culturais daqueles que vivem em um maior contato com a natureza, prevalecendo os preconceitos que escamoteiam suas reais identidades.

Em relação à qualidade educacional é fato sabido que o funcionamento da escola, seja ela urbana ou rural, geralmente não é satisfatório. Contudo, em alguns aspectos no meio rural, os problemas são mais preocupantes. Na maioria dos Estados, a escola rural está abandonada e como predomina a concepção unilateral da relação campo/cidade, muitas prefeituras trazem as crianças para

as cidades num trajeto de horas de viagem, por estradas intransitáveis, havendo casos destas serem colocadas em salas separadas das crianças da cidade, reforçando, portanto, a dicotomia presente no imaginário da sociedade (Fernandes, 1999).

Nesse contexto, ao analisar como as escolas dos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre articulam-se a esse cenário, marcado pela exclusão do rural, pudemos encontrar elementos de resistência que comprovam que não é com modelos ou com ideologização que se pode ter um retrato dos assentamentos rurais.

Mediados pelo tema Educação, os(as) assentados(as), a comunidade escolar e o poder local têm estabelecido relações que expressam a construção de um novo espaço de debates e de sociabilidade comunitária, apontando possibilidades de reverter processos de marginalização ao qual a escola rural sempre foi submetida e almejando, a partir dessa luta, tornar possível a melhoria das condições de vida.

A construção coletiva do projeto político-pedagógico das Escolas do Campo de Araraquara: rompendo dicotomias históricas e sociais

*Não basta ter escolas **no** campo; quer-se ajudar a construir escolas **do** campo, ou seja, escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo(I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo).*

A comunidade do assentamento Bela Vista foi a principal propulsora da construção de um projeto político-pedagógico diferenciado para as escolas rurais de Araraquara. A unidade escolar localizada no centro da agrovila, no mesmo prédio do antigo grupo escolar da ex-colônia de trabalhadores da Usina passou por um longo processo de modificações até chegar ao seu modelo atual². Ela possuía apenas as quatro séries iniciais do ensino fundamental, sendo que em 1998 a pedido da Secretaria Estadual de Educação, houve uma tentativa de agrupamento que pretendia unificar as séries, formando assim duas salas bisseriadas. A justificativa da Secretaria era o reduzido número de alunos, não tendo, com isso, necessidade de um vice-diretor para a unidade.

No entanto, com um processo de luta movido pelos pais e pela comunidade, eles conseguiram interromper essa tentativa de agrupamento, mantendo as salas de aula separadas para as quatro séries.

² Para conhecer mais sobre esse histórico ver Brancaleone (2002).

Notamos que essa característica reivindicativa da comunidade sempre esteve vinculada às transformações que a escola passou. Um antigo morador do assentamento expôs sua representação sobre essas transformações:

O processo de implantação do assentamento foi muito doloroso. A escola foi incorporando as mudanças que o assentamento passou, através da nossa reivindicação (Caderno de Campo, 05/06/2001).

Todo esse movimento permanente pela melhoria da escola surtiu efeitos positivos. Em 1997 a atual diretora foi convidada para trabalhar no cargo de vice-direção³, devido à experiência anterior desenvolvida por ela como professora e vice-diretora. Numa entrevista realizada, ela retrata como encontrou a escola:

“Quando cheguei no assentamento Bela Vista me deparei com uma escola que retratava a situação real de uma escola pública rural... à margem... meio abandonada, suja, cheia de mato, com um enorme buraco de lixo... nossa... Quanta coisa a fazer. Junto com as crianças e a comunidade, o sonho e a luta para resgatar a vida, já tão fragilizada, o direito a uma escola alegre, bonita, acolhedora, humana, democrática, solidária e fraterna, com o amor sempre presente, tentando fazer a diferença...” (Entrevista realizada em junho de 2003).

A chegada dessa diretora é um marco reconhecido por todos no assentamento, pois ela contribuiu para impulsionar a participação da comunidade na *vida escolar* e da escola na *vida da comunidade*. Em uma fala sobre a história desse processo a diretora revelou-nos:

Os alunos não gostavam da escola, ela era estranha a eles. Assim, o primeiro passo foi realizar mudanças no aspecto físico da escola, para que ela se tornasse mais atrativa, mais alegre. E assim foi, através de mutirão pintamos, ornamentamos e começamos a desenvolver todo o tipo de atividades que aproximasse as pessoas da escola (Caderno de Campo, 08/05/2002).

Para a atual diretora, o ideal de uma escola passa por um ambiente

³ Depois que a escola foi ampliada com o atendimento de todo o ensino fundamental, a escola deixou de ter um cargo de vice-direção para ter um cargo efetivo de direção.

escolar alegre, onde as pessoas se confraternizam ao mesmo tempo em que aprendem. Influenciada pela pedagogia de Paulo Freire, ela afirma sempre a seguinte frase do autor em reuniões e em encontros sobre a valorização da escola do campo: “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, todos nós nos educamos em comunhão mediatizados pelo mundo”. Sua meta é ver a escola formar pessoas críticas, participativas, autônomas e felizes dentro de uma “comum-unidade”. Vê-se que essa base política e metodológica é incorporada em sua prática administrativa da escola, bem como em cartazes, lembranças entregues em datas especiais, em pequenos textos lidos nas reuniões, entre outros. Na sua atuação, mobilizou a comunidade para reformar a escola, abrindo também espaço para ampliar a participação da mesma na gestão escolar.

Assim, como a escola possuía apenas o ensino de 1ª a 4ª série, para que as crianças e adolescentes pudessem concluir o ensino fundamental e médio tinham necessariamente que se matricular nas escolas da cidade. O debate sobre essa questão originou-se de uma preocupação corrente dos pais, que uma assentada (mãe) assim nos expressou: *As escolas da cidade parecem uma prisão. Aqui não tem problema com violência. Não tem a preocupação deles sofrerem porque vão chegar sujos de terra e serão mal vistos (Caderno de Campo, 08/05/2002).*

Brancaleone (2002) mostra essa inadequação da escola da cidade em relação aos alunos que provém do assentamento:

Por não haver uma preparação para esta mudança, seja na escola rural ou na escola urbana, o processo é permeado por fantasias e medos em relação à cidade e à nova escola, muitas vezes distantes daquilo que efetivamente as crianças encontraram. Tudo isso se reflete em uma grande dificuldade de adaptação e mesmo na recusa ou desmotivação, das crianças em irem para a escola. As reações dos alunos são diversas, passam desde a indisciplina, até a apatia e mesmo o que a escola chama de “alunos fujões”, que são aqueles que vão com o ônibus para a cidade, mas não entram na escola. Todavia, o que se percebe, de uma forma mais homogênea e generalizada, é o fracasso escolar dessas crianças. Os conteúdos transmitidos não possuem qualquer sentido para elas e a aprendizagem é bastante reduzida (p. 190).

Neste contexto, iniciaram-se algumas reivindicações junto ao poder local para ampliação do ensino fundamental, de 5ª a 8ª série, desencadeando na necessidade de municipalizar a escola. Para que isso fosse efetivado, a Secretaria Municipal de Educação exigiu que a escola construísse um projeto que justificasse esse pedido.

Assim, ao alimentar a necessidade de uma proposta pedagógica diferenciada para a escola do assentamento, a diretora junto com a comunidade, entrou com a proposta de construção do projeto político-pedagógico para as escolas rurais de Araraquara na I Conferência Municipal de Educação “Educação para a Cidadania”, realizada pela atual administração da cidade, em 2001. O debate sobre o projeto foi realizado pelo Grupo de Trabalho de Escola Rural no Fórum Municipal de Educação que antecedeu a Conferência. Esta ação foi uma estratégia para garantir melhorias, visto as possibilidades que se abriram com a nova gestão do poder local, que ampliou os espaços de discussão sobre escola do campo.

Esse processo garantiu, como assegura o documento final da Conferência, a implantação, em caráter de urgência, de políticas públicas voltadas para as escolas rurais. Entre essas políticas estavam a municipalização da escola do assentamento Bela Vista (Prof^o Hermínio Pagotto), a implementação de uma proposta pedagógica para as três escolas rurais da cidade e o desenvolvimento de um programa de formação continuada aos educadores(as) do campo.

O grupo de trabalho da escola rural registrou o seguinte argumento na Conferência Municipal na defesa da construção do projeto político-pedagógico:

Hoje buscamos um novo tipo de escola, um novo jeito de educar. Uma escola onde se educa partindo da realidade, onde se ofereça aos alunos à oportunidade de experiências de vida rica, significativas e concretas, onde o professor e o aluno são companheiros e trabalham juntos – aprendendo e ensinando; uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que seja espaço de humanização, socialização e processo de construção de conhecimento e valores necessários para a conquista do exercício pleno da cidadania; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Acreditamos na Educação alicerçada no amor fraterno, palco de estímulo e desenvolvimento da cidadania, onde o educando é reconhecido como sujeito na construção de sua própria história (I Conferência Municipal de Educação de Araraquara – SP, 2001).

A construção desse projeto diferenciado para as escolas rurais incluiu outras duas escolas que atendem pessoas (crianças, jovens e adultos) que residem no campo, uma delas mesmo estando localizada em “perímetro urbano”, atende crianças provenientes do assentamento Monte Alegre, precisamente do

Horto de Bueno de Andrade (distrito de Araraquara) e filhos(as) de pequenos proprietários rurais dessa região e de moradores do distrito. A outra situa-se no núcleo VI do assentamento Monte Alegre.

Após a aprovação da construção do projeto na Conferência iniciaram-se as reuniões para sua elaboração com o acompanhamento de representantes da Secretaria Municipal de Educação. Aos poucos, outros parceiros foram se unindo ao grupo de discussão como membros do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor/UNESP), pesquisadores da USP e UFSCar, da Feraesp, da ONG Brincadeira de Criança, do projeto “Leitura para Sempre” e do coletivo estadual educação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As contribuições deste último foram importantes pelo avanço que estão conquistando na luta pela educação do campo em nível nacional⁴.

Também estavam presentes as professoras de duas escolas (Monte Alegre e Bueno de Andrade), as diretoras das três escolas e, como não poderia faltar, os representantes assentados dos dois assentamentos da cidade. As professoras da escola do assentamento Bela Vista não participaram da construção do projeto, pois a escola seria municipalizada no ano seguinte, 2002, e todas as professoras que lecionavam aquele ano deveriam ser substituídas entrando, por esse motivo, novos(as) professores(as) que passaram no concurso público do município.

Um dos primeiros obstáculos enfrentado foi verificar se na legislação atual do país há aberturas para a construção desse projeto diferenciado, adaptado à realidade do campo. Podemos destacar algumas leis:

1. Na Lei Federal 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Art. 26, tem-se que “...os currículos do ensino fundamental e médio deve ter uma base nacional comum, a ser completada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”; o Art. 28, diz que “...na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação as peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente: I. Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II. Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III. Adequação à natureza do trabalho na zona rural.”;

2. Na Lei Federal 10.172/01 (Plano Nacional de Educação – PNE), “...a

⁴ Ver os Cadernos de Formação (nº 1, 2, 3 e 4) da Coleção Por uma Educação do Campo publicado por representantes da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo (CNBB, MST, UnB, UNESCO e UNICEF).

escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do país... consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade.”;

3. A proposta de Plano Nacional de Educação elaborado pela Sociedade Civil, no II Congresso Nacional de Educação (CONED), faz a seguinte referência “...é diretriz do Ensino Fundamental prever formas mais flexíveis de organização escolar na zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio. Idêntica preocupação deve orientar a educação dos grupos étnicos, como os negros e os indígenas que precisam ter garantia da preservação da identidade e da cultura. Nesse sentido, as experiências pedagógicas acumuladas pelos respectivos movimentos sociais organizados (Movimento Negro, Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Conselho das Nações Indígenas) devem ser contempladas como referências fundamentadoras de propostas pedagógicas específicas”.

Com o aumento da discussão sobre a educação do campo e pressão dos movimentos sociais em âmbito nacional, em 2002 foram promulgadas as Diretrizes Operacionais para as escolas do campo (Resolução do CNE/CEB 1, 2002), as quais complementa, ainda não em sua totalidade, as referências feitas às escolas rurais na LDB. Essa resolução institui os princípios e procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais (Art. 1º e 2º). Essa Resolução, portanto, reforça a necessidade de instituir propostas diferenciadas de educação nestas escolas que valorizem a cultura do homem e da mulher do campo, envolvendo no contexto educacional suas trajetórias, conhecimentos, conquistas, desafios, perspectivas etc.

Ao introduzir a Resolução o relator reconhece “... o modo próprio de vida social e a utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira”. O parágrafo único do Art. 2º refere-se à identidade da escola do campo sendo definida “... pela sua vinculação às questões inerentes à realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país”.

Nela também consta que as escolas do campo têm autonomia na elaboração das suas propostas pedagógicas que devem contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, porém serão avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de

Nível Técnico (Art. 5º, parágrafo único).

O Artigo 7º mostra que é de responsabilidade de cada sistema de ensino a normatização do atendimento escolar do campo, podendo “regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando os diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade”.

Sobre a proposta pedagógica da escola do campo, as Diretrizes Operacionais apresentam que a mesma deve garantir a gestão democrática através de “mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos e os demais setores da sociedade” (Art.10º). Estes mecanismos de gestão devem contribuir diretamente: “I. para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade; II. para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino”(Art.11º).

O Art. 13º refere-se à formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo devendo compor-se de: “I. estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo; II. propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas”⁵.

Assim, depois dessa revisão de leis que (re)afirmam a necessidade de um projeto político-pedagógico diferenciado para as escolas rurais de Araraquara, as discussões que se seguiram deram início à construção do projeto em si, seus objetivos gerais e específicos, a justificativa, a metodologia, etc., que se concretizaram no Projeto “Escola do Campo”, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação.

⁵ Para saber mais sobre os marcos legais de institucionalização de propostas pedagógicas para escolas do campo ver o artigo de Freitas (2004), coordenador municipal da Secretaria de Educação de Araraquara que contribuiu intensamente na construção e efetivação dessa proposta pedagógica local e o Parecer nº 36/2001 apresentado pela relatora Edla de Araújo L. Soares sobre a importância da institucionalização das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (apud Kolling, Cerioli e Caldart, 2002)

Membros do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor/Unesp) puderam acompanhar todo esse processo de construção e contribuir, a partir da metodologia de pesquisa participante, com sugestões e críticas. Assim, destas reuniões foram definidas dez diretrizes gerais constitutivas do projeto. São elas:

1. *Qualidade social da educação;*
2. *Inserção num contexto global;*
3. *Educação voltada para a valorização do trabalho no campo (teoria e prática);*
4. *Democratização do acesso ao conhecimento;*
5. *Gestão Democrática com participação da comunidade na tomada de decisões;*
6. *Criação de espaços, tempos e práticas alternativas de educação;*
7. *Construção de um novo homem e uma nova mulher a partir do resgate da identidade;*
8. *Resistência e luta do homem no campo*
9. *Integração e interação com o meio ambiente e conscientização ecológica;*
10. *Concepção de que a história é construída pelas lutas sociais.*

Nos debates sobre a qualidade social da educação falou-se da necessidade de se construir com os alunos uma consciência crítica e autonomia reflexiva, explorando sua criatividade e oferecendo-lhes bagagem, a partir de experiências vivenciadas na escola e em seu entorno – na comunidade – e de experiências acumuladas historicamente pela ação humana, para serem olhadas criticamente no intuito de procurar solucionar problemas e encontrar novos desafios, podendo também ampliar seus conhecimentos artísticos.

A discussão sobre inserção num contexto global ressaltou o perigo de regionalizar os conteúdos educacionais desenvolvidos em sala de aula, ou seja, trabalhar apenas conteúdos que envolvem valores, modos de vida e história de luta do campo. Argumentou-se a importância de trabalhar as dimensões locais, regionais e globais, valorizando adequadamente as possibilidades de vida no campo. Neste sentido, pode-se avaliar este projeto como uma busca de romper com dicotomias historicamente construídas que envolvem as relações campo/cidade, rural/urbano, moderno/atrasado, entre outras.

As demais discussões das outras diretrizes envolveram a importância de conhecer, resgatar, valorizar e ampliar os conhecimentos técnicos, saberes populares, histórias de vida e valores sociais presentes na constituição da identidade do homem e da mulher que residem no campo. Para isso, destacou-se a necessidade de investir na formação dos professores dessas escolas e de envolver a comunidade na gestão escolar através de órgãos representativos institucionalizados como o Conselho de Escola, Assembléias Comunitárias,

Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Mestres, entre outros, contemplando, portanto, o item 5 das diretrizes gerais.

Contudo, considerando que o projeto político-pedagógico desdobra-se em dois momentos: o momento de sua concepção e o momento de institucionalização e implantação (GADOTTI; 1998, p. 19), em todo esse processo, desde sua apresentação na Conferência Municipal de Educação, ele não teve total aceitação pelos membros envolvidos na construção e efetivação dessa nova proposta pedagógica.

Temos, como exemplos, um ofício (nº 066/2001) e uma carta enviadas ao coordenador municipal do Projeto. No primeiro, educadoras e direção de uma das escolas, solicitam o desligamento do projeto que, segundo elas, é destinado às escolas localizadas nos assentamentos da cidade e não à escola que atende “crianças oriundas das fazendas, chácaras e da população do distrito”. Alegam que possuem “... um projeto intitulado ‘Projeto Viva o Campo’ que visa dar informações básicas de cultivo, preparo da terra, manejo de animais e resgate da auto-estima especificamente elaborado em conjunto com atividades didáticas utilizando temas transversais e partindo da grade curricular a qual obedecemos levando em conta a realidade de nossos alunos e interesse da população que atendemos”.

Na carta, as mesmas apresentam um recurso formal para reafirmar o desligamento do projeto pedagógico que se tentava construir. Após grande pesquisa, elas encontraram 10 motivos legais que indicam que a escola onde trabalham localiza-se em “perímetro urbano” e, com isso, reforçaria o pedido de desvinculação ao Projeto Escola do Campo. Seus argumentos foram:

⇒ *Aqui no distrito de Bueno de Andrada se recolhe IPTU dos moradores (o IPTU só é recolhido em área urbana, em zona rural é ITR – pelo INCRA);*

⇒ *Bueno de Andrade possui Cartório de Registro Civil e Anexos (o cartório não se instala em zona rural somente urbana por lei federal);*

⇒ *O distrito está registrado como área urbana como se pode verificar no xerox que segue anexo e que se lê: Área Urbana – SUP – 292.782,00 m² Lei nº 3.496 de 17 de agosto de 1988 – fixa o perímetro urbano do distrito de Bueno de Andrada;*

⇒ *Existe na entrada do distrito uma sinalização onde se pode ler Perímetro Urbano (também só existe em zona urbana);*

⇒ *Nossos alunos como se pode observar através dos endereços são alguns da zona rural, porém uma boa parte deles é de zona urbana igualando nossa U.E. às EMEF’s “Olga Ferreira Campos” e “Ricardo C. Monteiro” que são de zona urbana e possuem o mesmo tipo de clientela;*

- ⇒ *O comércio recolhe ISS (Imposto Sob Serviço);*
- ⇒ *É distrito porque número de pessoas é reduzido;*
- ⇒ *Não pode haver criação de gado, porcos e aves. Existe uma granja e pela lei da promoção social a família tem dois anos para sua retirada;*
- ⇒ *Existe uma agência de Correio, um posto policial, um posto de saúde;*
- ⇒ *No distrito existe ainda a Sub-Prefeitura.*

Neste ponto podemos levantar uma grande discussão sobre o que é urbano e o que é rural, pois temos aqui uma pequena cidade, com uma quantidade de habitantes insuficientes para caracterizá-la como urbana. Alguns deles, mesmo residindo em “perímetro urbano”, trabalham nas lavouras da região, como o corte da cana de açúcar e a colheita de laranja.

Esse debate foi levantado no I Seminário Nacional Por uma Educação do Campo, realizado em Brasília, em 2002. O Prof. Bernardo Mançano Fernandes, da Unesp de Presidente Prudente, foi uma das pessoas presentes que abordou o tema. No registro feito do Seminário consta que o professor questionou essa “territorialidade”, segundo ele:

A construção de uma educação do campo ultrapassa limites territoriais estabelecidos pelo IBGE relacionados aos limites urbanos e rurais, rompendo assim o que o Instituto estabelece como perímetro urbano. Pequenos municípios são considerados como pertencentes à área urbana, logo não recebem incentivos por aparentemente serem rurais.(...) Procura-se construir um paradigma de educação do campo diferente do paradigma que a coloca como atrasada. Construindo uma nova visão de campo, rompendo cercas geográficas e ideológicas.

Ao fazermos uma revisão das discussões feitas nas reuniões, pudemos observar como as discussões sobre educação da população rural foram elevadas, não se tratou apenas de “dar informações básicas de cultivo, preparo da terra, manejo de animais e resgate da auto-estima”. Na construção do Projeto Escola do Campo discutiu-se qualidade da educação, garantia do acesso ao conhecimento, gestão democrática, a criação de novos tempos, espaços e práticas alternativas de educação, a concepção de que a história é construída pelas lutas sociais, entre outros.

Em meio a essas contradições, percebe-se o quanto é necessário um programa de formação continuada de professores, anteriormente assegurada no documento final da Conferência de Educação, pois como argumenta a diretora

da escola do assentamento Bela Vista num pedido formal de retomada de discussão para a contratação de educadores para ministrarem aulas nas escolas do campo, justificada pela inquietação despertada durante o processo de construção e implantação do projeto político-pedagógico das Escolas do Campo:

Essa questão dos educadores tem nos preocupado muito, tendo em vista alguns resultados negativos aferidos no processo ensino-aprendizagem das crianças assentadas, intensificados pela ação e/ou omissão de professores que não têm envolvimento e comprometimento com a educação e a causa do povo Sem Terra.

Esse programa de formação contribuiria para solucionar outro conflito registrado relacionado ao não pertencimento ao campo manifestado por parte das professoras, pois, muitos se sentiam impossibilitados de fazer com que sua prática pedagógica parta da realidade do aluno sendo que não a conhecem e teriam dificuldade de adequá-la, assim como, de fortalecer suas identidades. Como as professoras da escola do assentamento Bela Vista não participaram da construção do projeto pedagógico, esse programa também ajudaria os novos professores a terem um maior conhecimento da realidade vivida no campo, contribuindo também para discutir e elaborar novas práticas pedagógicas que garantiriam a implantação do projeto, para que o mesmo não ficasse apenas engavetado, ignorando-se toda a luta do seu processo de construção.

Por fim, podemos destacar algumas resistências manifestadas pela comunidade em relação a este projeto político-pedagógico. Uma delas girava em torno da preocupação quanto à mudança da dinâmica dentro da escola, pois alguns estavam desconfiados da nova proposta e questionavam se não era melhor deixar do jeito que está, do que mudar para uma proposta incerta sobre a melhoria da qualidade. Outra envolvia a preocupação quanto ao surgimento de novas lideranças, a partir do novo enfoque desenvolvido pelas escolas, pois elas poderiam entrar em conflito com as antigas lideranças.

Sendo vencidos gradativamente esses obstáculos, ainda não em sua totalidade até os dias atuais, e reafirmando a necessidade de implantação do Projeto no início do ano letivo de 2002, as discussões posteriores permaneceram na maioria das vezes em nível local, ou seja, nas próprias escolas, principalmente na escola localizada no assentamento Bela Vista, onde a direção e membros da comunidade levavam com afinco a implantação do mesmo.

A implantação do Projeto Escola do Campo: novos desafios e perspectivas

Depois de participar das reuniões de elaboração do Projeto “Escola do Campo” nossa equipe de pesquisa do Nupedor pôde acompanhar o

desenvolvimento do mesmo, principalmente, na escola localizada no assentamento Bela Vista. Os professores recém contratados através do concurso público foram aos poucos tendo contato com a nova proposta político-pedagógica. Outros problemas foram surgindo no dia-a-dia, que envolveram a resistência dos professores, a falta de estrutura física da escola, pois não possuía salas de aula suficientes para atender o ensino fundamental completo, os trâmites burocráticos, a falta de funcionários, entre outros. A escola não apenas passava por esta mudança pedagógica, como também pela mudança de sua estrutura curricular, que teria como base os ciclos de formação. Ou seja, a escola passaria a formar o aluno em 9 anos e não mais em 8, pois a criança entraria na escola aos 6 anos de idade.

Com essa nova estrutura a escola passou a ter um total de 3 ciclos de formação que compreendem o ensino fundamental, o ciclo I com as crianças de 6 a 8 anos, o ciclo II as crianças de 9 a 11 e o ciclo III com as crianças de 12 a 14 anos. Cada ciclo possui três turmas estruturadas de acordo idade do aluno. Assim temos, no ciclo I, turmas 1, 2 e 3; no ciclo II, turmas 1, 2, e 3 e no ciclo III turmas 1, 2 e 3. Os alunos com defasagem idade-ciclo seriam adaptados às turmas (apenas em 2003 veio para a escola o professor de progressão continuada para desenvolver o trabalho com as crianças que possuíam essa defasagem).

Nesta escola, as professoras contratadas teriam não só que se adaptar aos ciclos de formação, mas também ao projeto político-pedagógico. Algumas já lecionavam na rede estadual há muitos anos, outras eram recém-formadas no magistério e no ensino superior. Aos poucos, algumas se estreitavam mais e esforçavam-se para modificar suas práticas pedagógicas, outras manifestavam resistências relacionadas não apenas a mudanças de prática educativa como de lecionar no próprio assentamento, naquela comunidade específica, por motivos que envolvem a dificuldade de acesso, de transportes (poucos horários durante o dia), a poeira que nos períodos de seca afetam os aparelhos respiratórios, podendo também causar alergias, entre outros.

As transformações pelas quais a escola passou, em conjunto com o assentamento, evidenciam uma forte luta por educação. Em 2002, a escola passou a ter o ensino fundamental completo – nos moldes da experiência das séries em ciclos. Iniciado em 2001, ampliado em 2002 e em 2003, o período noturno da escola encontra-se em plena atividade. Funcionam duas salas (5^a a 8^a séries e outra para o ensino médio) no modelo de Telecurso 2000, duas salas de alfabetização e uma sala de Cursinho Popular Pré-Vestibular em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Hoje já são em torno de 150 alunos no ensino fundamental e 130 no período noturno. Números estes que se comparados com o início do assentamento demonstram relevante alteração na qualidade de vida vinculada à ampliação do acesso do ensino público que gradativamente melhora sua qualidade.

No assentamento, um outro aspecto inegável e inerente a essas mudanças nos chamou a atenção, o fato da escola aos poucos se constituir como referência para toda a comunidade, tendo sua participação impulsionada por uma proposta de gestão democrática implementada pela direção e apoiada pelos assentados. Um dos moradores, formado em pedagogia⁶, que hoje leciona na escola, expressa essa realidade:

A escola é aglutinadora das pessoas e dos grupos do assentamento, ela é aberta, a comunidade discute os temas da educação e não somente os professores fazem isso (Caderno de Campo, 05/06/2001).

Outra moradora, que reside desde a formação do assentamento e é professora de educação de jovens e adultos na escola, ao comentar a mesma realidade disse-nos em uma reunião de professores:

A escola nunca esteve tão melhor do que ela está hoje. A comunidade defende a escola. Eu nunca vi a comunidade se unir para defender a escola como o assentamento se une e vai se unir quando for preciso (Caderno de Campo, 05/06/2002).

Acompanhando o cotidiano do assentamento, algo que marca a dinâmica da escola é o elevado número de reuniões, oficinas, cursos, campanhas e atividades culturais e esportivas que são desenvolvidas em seu espaço. As reuniões voltadas para as discussões de temas sobre o assentamento são sempre realizadas na escola, tornando essa referência um costume. O constante fluxo de pessoas sejam elas alunos ou não, manifesta uma forte identidade dos assentados com a escola que, ao mesmo tempo, contribui para o fortalecimento comunitário do assentamento, pois integra grupos que possuem diferenciadas opiniões políticas e de produção pra discutirem os rumos da educação e do assentamento como um todo.

Em 2003, as escolas dos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre iniciaram o ano letivo com infra-estrutura nova. Com a extensão de todo o ensino fundamental travou-se uma luta pela ampliação das escolas, que em 2002 já não comportava satisfatoriamente os alunos. Foram muitas reuniões com a Secretaria de Educação, outras situações em que o próprio prefeito recebeu as reivindicações e foram feitos muitos debates nas plenárias do

⁶ Com grande esforço esse morador conseguiu cursar uma faculdade pública e retornar para contribuir no assentamento através da sua profissão.

Orçamento Participativo⁷ para conseguir com que as obras de ampliação e de reformas fossem encaminhadas.

No final do ano de 2002, iniciou as obras de ampliação, um novo prédio adaptado às aulas que seriam ministradas dentro da proposta político-pedagógica. As salas foram planejadas da seguinte forma: uma sala de multi-meios (com TV, vídeo, aparelho de som, um espaço para realização de dinâmica e jogos), uma biblioteca (além de livros, carteiras e lousa), um laboratório de informática (atualmente com 9 computadores, prevê-se instalar mais 5), um laboratório de ciências (relativamente bem equipado) e uma cozinha experimental.

A prefeitura destinou cerca de R\$ 540 mil para a ampliação das escolas dos dois assentamentos. O número de professores também aumentou devido à extensão do ensino fundamental nas duas escolas. Na escola do assentamento Monte Alegre essa extensão está sendo gradativa, ou seja, a cada ano incorpora-se um ano do ciclo, assim em 2002 havia apenas o ciclo I e II, neste ano incorporaria o 1º ano do ciclo III, no ano seguinte, 2003, o 2º ano do mesmo ciclo e em 2004, o 3º e último ano do ensino fundamental.

Numa entrevista concedida à imprensa local o coordenador do Projeto da Secretaria de Educação apresenta os seguintes dados:

Na escola Hermínio Pagotto, no assentamento Bela Vista, o quadro de funcionários antes da municipalização era composto por quatro professores, um diretor e um servente geral, totalizando seis funcionários e uma folha de pagamento de R\$ 4,8 mil reais. Hoje, com a ampliação do ensino de 5ª a 8ª, o número de professores saltou para 15, além de manter um diretor, uma merendeira e três serviços gerais, num gasto mensal de R\$ 11 mil (Tribuna Imprensa, 24 de novembro de 2002).

Com essa nova estrutura os(as) professores(as) planejarão suas aulas nesses diferentes espaços, por exemplo, aula de geografia na cozinha experimental, aula de inglês no laboratório de informática, aula de matemática na sala de multi-meios, aula de ciências na biblioteca, etc. Esses diferentes espaços serão, portanto, utilizados por todas as disciplinas nos 5 dias da semana. Serão também elaboradas aulas em diferentes tempos e espaços alternativos como a horta da escola, os lotes dos assentados, o casarão da antiga colônia da fazenda que deu origem ao assentamento, entre outros.

Neste novo cenário delineiam-se novos desafios e novas perspectivas para melhoria da qualidade da educação oferecida no campo, podendo,

⁷ Mecanismo criado pela atual gestão pública municipal para discutir o orçamento da cidade e aprovar os investimentos.

certamente, aparecer outras resistências por parte de todos os sujeitos que nela estão envolvidos. Caberá à equipe de pesquisadores do Nupedor continuar acompanhando e registrando essas mudanças que surgem nessa nova dinâmica escolar, nesse novo jeito de fazer educação.

Considerações finais...

A perspectiva de vida no campo com toda estrutura e infra-estrutura necessária para o bem estar é uma condição que esses atores sociais estão criando e recriando, pois como afirma Ferrante (1999),

(...) a realidade dos assentamentos constitui processos sociais agrários complexos. Em seu interior realiza-se a construção de um modo de vida, em meio a um conjunto de relações difusas, que vão desde as relações de vizinhança e com a comunidade inclusiva até as relações com a agricultura regional e com o poder local.

Assim, vincular a educação a uma questão social relevante como é hoje a questão agrária é comprometê-la, na teoria e na prática, com a construção de alternativas para a melhoria da qualidade de vida do povo (Fernandes, 1999).

Neste sentido, as experiências que vêm se forjando nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre podem em muito auxiliar os órgãos públicos na construção de políticas públicas educacionais⁸. E ao mesmo tempo fortalece a constatação corrente nas ciências humanas, de que estamos diante de *sujeitos históricos* que nos obrigam a repensar esquemas passados, estes carregados de senso-comum e preconceitos, obstaculizando a compreensão dessa realidade complexa, que é o rural na atualidade. Por isso ainda temos muito que investigar sobre os desdobramentos da questão educacional no e do campo.

Referência bibliográfica:

BRANCALEONE, Ana Paula. **Do rural ao urbano:** o processo de adaptação de alunos moradores de um assentamento rural à escola urbana. 2002. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2002, 219p.

⁸ Como já vem acontecendo, através de visitas de representantes de outras secretarias de educação que a escola do assentamento tem recebido e da apresentação dessa experiência em encontros, seminários, conferência entre outros.

BRASIL. Lei Federal 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB). Brasília: Fundescola, 1999.

BRASIL. MEC. Resolução CNE/CEB 01/2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.**

CONED. **Plano Nacional da Sociedade Civil.** In: Universidade e Sociedade. Ano VIII, nº 15, 1998.

DIDONET, Vital. Lei Federal nº 10.172/2001. **Plano Nacional de Educação** (PNE). Brasília: Plano, 2000.

FERNANDES, Berardo Mançano. Por uma educação do Campo. In. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo.** Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 2.

FERRANTE, Vera L. S.B. Itinerários de Pesquisa em assentamentos rurais: inesgotável aventura sociológica. In: **Retratos de Assentamentos**, ano V, nº 7, 1999.

FREITAS, Alexandre L.M. Escola do Campo: marcos legais. In: **Revista Tempo e Espaço.** Nº 4. Taquaritinga – SP, 2004. ISSN 1677-5430.

GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico da escola cidadã. In. **MEC/SED Salto para o futuro: Construindo a Escola Cidadã, projeto político-pedagógico.** Brasília, 1998, p. 15-22.

JORNAL TRIBUNA IMPRESSA **Projeto valoriza a cultura do campo.** Araraquara, 24 de novembro de 2002.

KOLLING, Edgar J. e MOLINA, Mônica C. **A educação básica e o movimento social do Campo.** Coleção Por uma educação do campo, nº 1. MST. Editora da Universidade de Brasília, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar.** Hucitec, São Paulo, 1978.

ARARAQUARA. **Texto Resolução da Conferência Municipal de Educação.** 2001.

WHITAKER, Dulce C. A. Ideologia e práticas culturais. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1984.

_____ O rural-urbano e a escola brasileira – ensaio de interpretação sociológica. In: **Revista do Migrante**, ano V, nº 12, 1992.

_____ e FIAMENGUE, Elis. Memória da terra: as rupturas e as novas possibilidades. In: **Retratos de Assentamento: Auto-Retratos de Assentamentos**, nº 2, NUPEDOR, UNESP, Araraquara, 1995.

Coleção Por uma Educação do Campo:

KOLLING, Edgar J.; NERY, Israel J. e MOLINA, Mônica C. **A educação básica e o movimento social do Campo**. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 1.

ARROYO, Miguel G. e FERNADES, Bernardo M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. Nº 2.

BENJAMIM, César e CALDART, Roseli S. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Nº 3.

KOLLING, Edgar J.; CALDART, Roseli S. e CERIOLI, Paulo R. (org.s) **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Nº 4.

AS GUARDIÃS DA RELIGIÃO

Marluse Castro Maciel*

Introdução

A base para construção deste projeto, foi a pesquisa realizada durante dissertação de mestrado “Entre o céu e a terra: um estudo sobre as religiões no assentamento Bela Vista – Araraquara – SP, defendida no mês de março de 2003, que trata da inserção das igrejas – principalmente as protestantes pentecostais – nos assentamentos de reforma agrária, ampliando o campo de atuação deste fenômeno religioso para além dos espaços urbanos.

Será possível compreender a religião como elemento de coesão social, sociabilidade e espaço de surgimento de novas lideranças religiosas? Tal questionamento decorre do fruto de que muitas dessas lideranças são originárias de organizações políticas como por exemplo: cooperativa, associações, grupos representativos frente ao poder público, etc.

No bojo das discussões sobre a inserção das religiões no cotidiano dos assentados, foi possível detectar além dos elementos de sociabilidade e coesão social e a presença marcante de lideranças femininas, que muitas vezes renunciam a atuação política dos grupos organizados do assentamento para exercerem atividades estritamente religiosas.

Constatou-se na pesquisa de mestrado que mulheres são as mantenedoras da prática religiosa, embora não ocupem cargos de destaque dentro da igreja como: padres, pastores, cooperadores, exercidos exclusivamente por homens.

Esta pesquisa visa compreender a religião no espaço de assentamentos de reforma agrária, considerando suas diversidades e possibilidades, especialmente no que se refere ao modo de vida das mulheres.

As guardiãs da Religião

Na dissertação de mestrado foi possível verificar, na construção da história do assentamento Bela Vista, que as mulheres tiveram atuação primordial no constante processo de luta, num desempenho contínuo. Nunca houve uma mulher eleita para representante no assentamento, mas sempre acompanhavam os

* Mestre em sociologia pela Unesp – FCL – Araraquara – SP.

homens nas reivindicações, formando as comissões. Segue trecho de uma das líderes do assentamento, relatando o assunto:

*“É, tem a associação que é dos homens, na qual meu marido faz parte e a gente um grupo de mulheres, que é só informalmente, não chegou a registrar. De lá pra cá a gente vem desenvolvendo um trabalho de mais de cinco anos, já vai fazer seis anos. Então tem sido a participação da gente em todos os lugares, na comissão, no trabalho das mulheres, nas conquistas dos assentamentos”.*¹

No início do assentamento, houve reivindicações para que pudessem participar do processo. Hoje, toda família assentada tem direito a dois votos, do homem e da mulher. O trabalho de conscientização e valorização da participação da mulher na política do assentamento também é um dos resultados do trabalho da CPT (Comissão Pastoral da Terra) no assentamento, como mostra o texto de Rosim:

“Das experiências trazidas de outros lugares e desses primeiros momentos de participação organizada, temos o germe que mais adiante dará início à estruturação de uma Associação de Mulheres. É preciso reconhecer que, posteriormente a esse momento, houve todo um trabalho da recém fundada CPT de Araraquara, no sentido de incentivar a criação da Associação. Mas insisto que a participação da mulher, mesmo sem uma organização de representação própria, é constante ao longo de toda luta”. (ROSIM, 1997, p. 171)

Antes isto não acontecia porque as mulheres eram excluídas dos cadastros dos assentamentos, ou seja, elas não podiam ser beneficiárias dos lotes de terra. Os próprios maridos pressionavam para que elas não participassem das reuniões e não assumissem cargos de lideranças. Por este motivo, muitas delas passaram a desenvolver trabalhos nas igrejas, com a permissão de seus familiares.

Mesmo sendo as mantenedoras da organização familiar e da religiosidade, ainda sofrem com os maridos, pois segundo depoimento da Senhora Zulmira, muitos deles não permitem a participação das mulheres no debate político. Talvez até seja por isso que muitas acabam se dedicando à religião, pois é permitido pela família e o que é de Deus não se questiona.

¹ Zulmira, líder do grupo de mulheres do assentamento Bela Vista do Chibarro – Araraquara – SP.

O papel da mulher é marcante na organização da agricultura familiar, pois atende à dupla jornada de trabalho, dedicando-se a terra e aos afazeres domésticos. Em momentos de crise são as mulheres que saem para trabalhar na cidade, muitas vezes, como empregadas domésticas para garantir o sustento do lar, enquanto se espera a produção. Mesmo assim, as mulheres não são tratadas como iguais, elas perdem espaço na participação política, por estarem ligadas às atividades domésticas, como cuidar da casa e dos filhos, havendo muita cobrança por parte dos homens.

É nesse contexto que as mulheres conseguem marcar o seu espaço na participação do assentamento, principalmente porque, segundo FERRANTE e BARONE, 2000, tem crescido o número de mulheres assalariadas fora do assentamento, para complementar a renda familiar.

“A mulher é distribuidora do principal bem que as populações assentadas dispõem: o alimento. Sua capacidade administradora e de ação é inquestionável. A mulher, desde que esteja numa posição de necessidade, assume todas as tarefas de um chefe de família. No entanto, não encontram espaço para terem, no assentamento, reconhecidos seus direitos”. (BARONE e FERRANTE, 2000, p. 17/18)

A limpeza da igreja antes dos cultos e missas é feita pelas mulheres, como se fosse uma extensão do trabalho doméstico. Enquanto limpam, conversam sobre os filhos, família e assuntos corriqueiros. Sentem prazer em realizar essa atividade, pois para elas, estão agradando ao Senhor. Este é um aspecto da sociabilidade destas mulheres que passam a maior parte do tempo em casa, ou na roça. O culto e as atividades voltadas para a igreja não são apenas uma obrigação, mas também uma atividade de lazer prazerosa.

Constata-se também que as lideranças religiosas e mantenedoras das igrejas do assentamento são as mulheres. Com elas o que chamamos de trabalho “leigo” flui com bastante intensidade. Isto aparece no relato da Senhora Maria Barbosa, que sempre participou da comissão das mulheres assentadas e hoje lidera um grupo religioso. Sua participação nesse tipo de projeto cessa quando a religião que apresenta caráter punitivo passa a ter maior relevância sobre sua vida, numa reflexão constante do que é “certo ou errado”.

Atualmente, a participação das mulheres do assentamento em grupos religiosos, em sua maioria, não está voltada para trabalhos referentes à política do assentamento ou dinâmica de produção, mas sim para reuniões estritamente religiosas.

As mulheres se dedicam às igrejas, tanto evangélicas, quanto católica, muitas vezes, porque há promessas de mudanças de conduta de seus maridos.

São as mulheres que realizam grupos de oração e organizam a reza do terço. Num terço na casa de uma das fiéis só compareceram mulheres.

Dentro desta perspectiva, Lowy escreve:

“O apelo ao crescimento pessoal é, por si só, um motivo importante nas conversões ao evangelismo. Não há dúvidas de que um certo tipo de ética puritana pode ter conseqüências na vida cotidiana das famílias pobres: ao proibir bebida, sexo, drogas, jogo e sexo com prostitutas, indivíduos do sexo masculino que ‘renasceram’ podem melhorar sua condição econômica, sua saúde e o relacionamento com sua esposa e filhos de forma significativa”. (LOWY, 1996, p.191)

A Pastoral da Criança também é mantida pelas mulheres, tanto as organizadoras como as mães que levam seus filhos para acompanhamento. Já na missa, há presença dos homens, mas a maioria continua sendo mulheres.

Um exemplo de liderança feminina é a atuação da Senhora Maria Barbosa, ex-militante envolvida nas lutas políticas do assentamento, abandonou esta atividade para dedicar-se exclusivamente à igreja.

A Senhora Maria falou sobre o seu passado, disse que havia sido uma das cabeças do movimento de luta pela terra. Disse também que hoje está em paz. Antes ela brigava muito e Jesus é da paz. A última vez que participou politicamente, segundo ela, foi quando brigou com o gerente do Banco do Brasil. Havia um dinheiro dos assentados que o banco devolveu para São Paulo porque não tinha condições de pagar por falta de funcionários. Ela disse ao gerente que ele fizesse isso com o dono da Cutrale, da Zanin, para ver o que aconteceria. Disse que ele fazia isso porque os assentados eram pobres. De repente, ela percebeu que não era para ela falar aquilo. *“Eu não te mandei lá”.* (Afirma, como se Deus estivesse falando com ela.). Foi a última vez que atuou politicamente. Na mesma semana ela ficou doente e acredita que foi por causa dessa sua atitude, um castigo. Disse também que durante os dois primeiros anos em que se dedicou à igreja sofreu muito. Sentia muita vontade de participar e as pessoas insistiam. *“Mas onde tem briga, Deus não quer que eu esteja”.* Recebeu a missão de pregar, disse que era muito apegada ao sítio, pediu para Deus tirar esse apego dela e ele tirou. Hoje, se desprende do sítio para realizar a sua missão com Deus. Está liderando a organização da Assembléia de Deus Belém na Bela Vista. Mesmo passando a maior parte do tempo na cidade de Araraquara, ela mantém-se como liderança religiosa, sem perder seu vínculo com o assentamento.

A história de vida da Senhora Maria demonstra sua atuação e importância no processo de construção política do assentamento Bela Vista. Hoje, continua exercendo esta liderança no âmbito religioso.

Pelo fato de serem as mulheres responsáveis por estas atividades, de uma maneira ou de outra, toda a família acaba se envolvendo. Tanto na religião católica como nas protestantes, as mulheres não podem participar como líderes formais porque não podem ter cargos como pastoras, presbíteras ou madres que consagrem a eucaristia.

Percebeu-se que há dificuldade para reunir as mulheres em torno de grupos políticos, pois a participação delas nesse meio não é aceita pelos maridos. Já em relação à participação nas igrejas, a aceitação é maior. É como se fosse permitido a elas cuidar das almas da família, cuidar do sagrado. Podem participar de atividades religiosas nas igrejas, mas há muita reclamação se elas deixam de fazer comida ou lavar roupas para participar de reuniões políticas. A falta de importância dada à liderança feminina não está presente apenas na organização política, mas também nas religiões que se fundam na idéia de que o homem detém o poder. Não acreditam que as mulheres são fundamentais na organização dos grupos, sejam eles políticos ou religiosos.

Segundo NUNES, 1994, em sua pesquisa feita sobre a atuação das mulheres num grupo de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) na periferia de São Paulo, a participação nas lutas abre novos horizontes para as mulheres, transformando pacatas donas de casas em ativistas políticas e promotoras de eventos reivindicatórios. Mas trazer a discussão sobre as questões de gênero e sobre o poder das mulheres para dentro da própria casa causa desconforto aos maridos.

Quando participam de grupos eclesiais progressistas, as mulheres, segundo NUNES, 1994, passam a defender o controle de natalidade – e conseqüentemente métodos contraceptivos – não aceitos pelas igrejas, impondo sua própria vontade na estruturação familiar. Isto já não acontece com as mulheres que participam apenas das atividades religiosas como cultos e rezas.

Nunes aborda a questão no trecho a seguir:

“É verdade, como vários estudos já o demonstraram, que as próprias mulheres recorrem à sua condição de mães e esposas para legitimarem suas saídas fora do campo doméstico. É a maneira que encontram para viverem a transgressão e tornarem-na aceitável para si mesmas e para a sociedade que as encerra na maternidade, na casa. Enquanto a participação dos homens nas lutas reivindicativas, nos espaços políticos é ‘natural’, as mulheres devem não só justificá-la como encontrar meios de conciliar suas atribuições no campo doméstico com suas novas atividades fora deste”. (NUNES, 1994, p. 09)

Ao contrário do que acontece na igreja católica tradicional e nas protestantes pentecostais, a Igreja Progressista, que aparece no assentamento

representada pela CPT, incentiva a participação das mulheres nos movimentos organizados reinterpretando seus papéis tradicionais. Ela, não precisa entrar em conflito com o marido porque vai sair de casa para uma reunião, pois o fato de sair também para rezar garante o “direito” de ausentar-se.

NUNES pôde constatar em depoimentos colhidos, que a igreja não fornece espaço para as mulheres descobrirem-se enquanto “mulheres”. Isto ocorre no assentamento, quando assumem o papel de mãe, de cuidar da casa, e, em alguns casos, cuidar da igreja como extensão do trabalho doméstico.

Neste sentido, as religiões no assentamento têm sido uma atividade de participação feminina, aceita pelos homens, mas que não contribui para a construção de estratégias para permanência na terra ou mesmo como política de melhorias de infra-estrutura do assentamento.

Outro fato que perpassa pela questão de gênero é o aumento de mulheres trabalhando na cidade, principalmente na atividade de empregada doméstica, como forma de contribuir para o sustento da família. Mesmo sem discutir este aspecto como uma alternativa na construção de um novo modo de vida em relação à economia familiar, vale ressaltar que o trabalho externo contribui para a construção de uma identidade feminina, pois desloca o poder interno da família que passa ser favorável a ela. *“Isto porque a forma como se desenvolvem as relações familiares e atribuição prioritária das mulheres à esfera doméstica é posta em questão, conduzindo a mudanças no seu cotidiano e nas relações tidas por privadas”*. (NUNES, 1994, p. 12)

Além do Estado, da Igreja, do sistema produtivo, também o marido, o pai e a vizinhança controlam de maneira sutil, mas coercitiva a vida das mulheres. Segundo NUNES, elas são destituídas da possibilidade de participar eficaz e efetivamente no direcionamento das políticas públicas. Com isso, sofrem os efeitos da subordinação social a que estão relegadas. Mais profundo que isso é o fato da religião ser o principal caminho de sua subordinação, implantando o discurso da obediência a Deus, sem articular a sua vida religiosa com a cotidiana.

Referência bibliográfica:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Deuses do povo**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

FERRANTE, Vera L.S.B. e BARONE, Luis A. **Assentamentos Rurais e Poder Local: Os Rumos da Descentralização da Reforma Agrária**. Mimeo. Araraquara, 2002.

_____. **Homens e mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida.** Mimeo. Araraquara, 2000.

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses.** Ed. Vozes. Rio de Janeiro. 1996.

NUNES, Maria José F. R. **Autonomia das Mulheres x Controle da Igreja: Uma equação insolúvel?** XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1994.

ROSIM, Luís Henrique. **Nas Terras da Usina, o fazer-se de um assentamento.** Dissertação de Mestrado. FCL/UNESP. Araraquara-SP, 1997.

O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO MODO DE VIDA DOS SEM TERRA

Sidiney Alves Costa*

“Para Sidália, Dulce, Elis, Sílvia e Petrô,
mulheres que me ensinaram muito do que
sou...”.

A ocupação e o acampamento na luta pela conquista da terra

Uma ocupação de terra realizada coletivamente por um grupo de famílias dá origem a um acampamento de sem-terra. Das várias implicações que tal ação apresenta, uma delas, talvez a mais importante, é que a mesma introduz no cenário social um grupo social que passa a existir e ser focalizados como sem-terra. Tal grupo, antes da ocupação, era praticamente inexistente ou, quando muito, expressava números nas estatísticas de exclusão social.

Com a realização do acampamento, o grupo é alçado, projetado como sem-terra, como demandante de terra de reforma agrária. Seus membros tornam-se ocupantes de terra e atores sociais para uns, invasores e baderneiros para alguns, desestabilizadores do estado de direito e da democracia para outros. Por tudo isso, ainda não conquistam o status de cidadão, mas dão um passo fundamental para reverter a exclusão. A ocupação (e a formação do acampamento) expressa a tentativa de sair da exclusão, sendo realizada por famílias cujos membros nem entram mais nas estatísticas que medem a população economicamente ativa, por várias razões: inexistência do emprego formal; falta da carteira profissional; estar trabalhando há muito tempo sem registro em carteira; não ter mais residência fixa.

A construção do acampamento faz dele um espaço que vai sendo definido coletiva e politicamente, o que envolve a necessidade de “recomposição” do sentido e do poder social que possui a terra/fazenda ocupada. A recomposição do espaço pelo arquiteto é projetiva, isto é:

*o arquiteto transporta uma imagem interiorizada para fora
através de uma representação da mesma e é trazida de volta à*

* Bacharel em ciências sociais pela Unesp/Araraquara, mestre em Educação pela UFSCar e professor da Faculdade Integrada Mirassol/SP.

consideração interna. Nesse vaivém são selecionadas as variáveis, formuladas e resolvidas questões, apresentadas outras e assim sucessivamente; nesse trabalho, sempre se está projetando um “como poderia ser” até chegar a um “como deverá ser” (Sawoya in Espaço interdisciplinar, p. 89).

Toma-se de empréstimo o conceito de recomposição do espaço, mas ao tratar da luta pela terra, não se considera o espaço possível apenas aquele recomposto de maneira projetiva ou gráfica. Fala-se de uma recomposição do espaço que se dá em processo e que altera significativamente o seu sentido, o seu poder social e sua representação legal - a recomposição cotidiana do espaço que envolve as relações dos sem-terra em vias de conquistar a terra e daqueles que já a conquistaram com a sociedade envolvente. Trata-se, assim, de relações reais que contam com mudanças rotineiras, etapas críticas e até mesmo subversivas da idéia de espaço, do espaço real e das conexões político-ideológicas de que o mesmo está impregnado.

Para os sem-terra, esse processo envolve, de um lado, o atual (sem a terra) e o possível (terra conquistada) e, de outro lado, a propriedade improdutiva ocupada (por não cumprir sua função social) e a possibilidade de despejo (por ordem judicial ou violentamente). A ocupação é significativa também pelo fato de dar origem ao acampamento, inaugurar um lugar, uma comunidade de resistência. O lugar denota o espaço como um complexo de relações de localização determinada. Neste sentido, a ocupação além de definir a localização na qual se nasce como sem-terra – uma fazenda ou latifúndio com nome e possivelmente um proprietário real ou fictício; mostra a organização a qual se filia – o MST, dentre as demais que lutam pela terra e pela reforma agrária; e, ao mesmo tempo, torna visível, aos olhos da sociedade, o segmento social ao qual pertencem seus membros – os excluídos que tentam incluir-se.

Contrariamente às idéias de “oba-oba” que as ações de ocupação podem vir a transmitir, nelas, conforme Maria Nobre Damasceno, está presente a dimensão subjetiva, o que não elimina a necessidade dos participantes possuírem maturidade política, fé e esperança:

Os camponeses expressaram sentimentos e condutas repletas de ambigüidade: força e medo, unidade e solidão, certezas e dúvidas, vive a insegurança, mas pratica a solidariedade (...) daí a luta pela conquista da terra transformar-se-á numa questão de vida e morte (Damasceno, 1993, p. 64).

O acampamento, mesmo o de curta duração, promove as primeiras relações de sociabilidade entres seus membros. Citando Simmel, Cetrulo (1999, p. 17-21) afirma que “sociabilidade tem a ver com a maneira como as relações

sociais se dão, ou seja, as formas que elas assumem na prática”. A sociabilidade tem a ver com a relação social cotidiana do indivíduo com outros do grupo social, relação que pode ser de reconhecimento, de identificação ou de estranhamento. Aos poucos, tais relações vão sendo mais bem estruturadas em virtude da possibilidade eminente de haver conflitos, comuns a uma disputa pela terra, porque envolvem questões internas ao espaço delimitado pelos barracos dos acampados e, sobretudo, abarcam questões externas a esse espaço, como o posicionamento dos ambientes que perfazem a sociedade envolvente - meios jurídicos, meios sociais, meios políticos, meios ideológicos etc.

Com efeito, a partir da realização de uma ocupação pelos sem-terra, a sociedade pode negar-lhes ou fornecer-lhes apoio, mas não pode mais ignorar sua existência. E o acampamento, pela natureza mesma de seus processos sociais, permite uma experiência de vida comunitária, que pode incluir a maioria das instâncias da vida social. Da mesma forma, dá configuração às situações específicas de alteridade, de cujo prisma refratam alguns aspectos encobertos das relações sociais. É a partir do acampamento que seus membros (re) constroem seus conhecimentos sobre o mundo e sobre si mesmos.

O acampamento tem também o papel relevante de dar identidade a um grupo específico dentre a parcela significativa dos que lutam pela terra. É o caso dos que lutam pela terra empunhando a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, cujos membros se autodenominam Sem Terra:

Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen é o nome próprio que identifica os sem-terra do MST. A expressão ‘sem-terra’ indica a categoria social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo que não tem terra e que passam a requerê-la como direito. Trata-se de um vocábulo recente nos dicionários de língua portuguesa, uma das conquistas culturais da luta pela terra no Brasil. Mas em seu nome, o Sem Terra, mantém a grafia original de seu nascimento como sujeitos que criaram o MST (Caldart, 2000b, p. 142).

Assim, se o acampamento é uma espécie de rito inicial que classifica um grupo social que luta pela terra como participante da categoria sociológica sem-terra, por sua vez, entrar na luta pela terra por meio do acampamento organizado pelo MST confere a esse grupo de acampados a identidade Sem Terra¹. Nesses termos, o ato de acampar é considerado como uma forma de organizar e espacializar a luta realizada por aqueles que se identificam com o MST. O próprio movimento nasceu da ocupação de terra e a reproduz no processo de

¹ Utilizamos sem-terra para designar os sujeitos que participam da luta pela terra e Sem Terra para os que participam do MST.

luta pela conquista do assentamento de reforma agrária.

Uma ocupação é uma ação que exige organização e mobilização. Relacionamos, a seguir, a preparação de uma ocupação para mostrar sua complexidade:

Etapa preparatória:

- A escolha de uma ou mais áreas da terra a ser ocupada dá início ao processo de ocupação. Esta escolha é feita com base em conhecimentos adquiridos junto a órgãos governamentais sobre a situação da área: dívidas com a União, descumprimento da função social, área pública e outros;
- Encontros de lideranças do movimento com políticos, parlamentares, prefeitos, pastorais, padres, sindicatos e associações diversas, para viabilizar o apoio político, logístico e financeiro;
- O movimento realiza contatos internos com várias de suas lideranças com o objetivo de definir a quantidade, o local e como deve ser a atuação da militância;

Etapa de Conscientização:

- Trabalhos de base são iniciados pela militância com trabalhadores de várias cidades interessados em participar da luta pela conquista da terra. Estes trabalhos consistem em reuniões periódicas nas comunidades com o objetivo de refletir com os interessados sobre o que é luta pela terra e o que é luta pela reforma agrária, os empecilhos e facilitadores da conquista da terra, o tempo médio de conquista, procedimentos para organizar a vida no acampamento. Faz parte desta etapa de conscientização a visita a alguns acampamentos e assentamentos;

Etapa de mobilização:

- Realizadas as etapas anteriores, que podem durar meses, o local e a data da ocupação são definidos e mantidos em sigilo até o momento da ocupação;
- Nas reuniões que antecedem à ocupação, solicita-se que os participantes dessa ocupação reúnam o mínimo de “apetrechos” possível, uma quantidade de lonas para construir os barracos e uma quantidade de alimentos para um período de 20 a 30 dias. Estas provisões e “apetrechos” devem ser embalados e identificados com nome e cidade de origem.
- Neste meio tempo, é providenciado o transporte para os “apetrechos” e pessoas, geralmente pago com a contribuição dos apoios e dos próprios participantes.

Etapa da realização da ocupação:

- Geralmente, mas não necessariamente, de um único local, no dia escolhido, os trabalhadores de várias cidades partem para a ocupação;
- Realizada a ocupação, os trabalhadores começam a organizar seus barracos e tornam pública a ocupação;

Etapas de consolidação da ocupação:

- O sucesso da ocupação depende de pressão política, da posição dos juízes, da disposição dos trabalhadores, da situação da área ocupada;
- Em condições favoráveis para as famílias que ocuparam a área, a fazenda poderá ser decretada *assentamento provisório* ou outras áreas são definidas e negociadas, até ocorrer o processo de desapropriação, seguido do cadastramento das famílias, do estudo topográfico da área, da regularização burocrática até a transformação definitiva em assentamento;
- Decorridos os trâmites legais, a gleba de terra de reforma agrária é dividida em lotes, que são sorteados entre famílias de acordo com um processo de seleção, que conta com a presença de membros dos Governos Estadual e Federal e, em alguns casos, em função da pressão do movimento social, conta com membros do movimento².

Um outro elemento de extrema importância na luta pela terra é o seu significado para os indivíduos. Ao iniciar a luta, os sujeitos geralmente possuem uma experiência passada pessoal ou familiar de ligação com a terra, o que permite que eles confabulem sobre o que desejam fazer com a terra que conquistarão, quando ao mesmo tempo, expressam uma imagem a respeito dela³. No momento de preparação de uma ocupação e durante a fase de acampamento, esta simbolização a respeito da terra pode colidir com a compreensão social e política do espaço. Devido aos sentidos diversos dados à terra, emergem contendas jurídicas sobre a terra, geralmente definida como propriedade privada ou estatal.

A questão jurídica entra como parte do processo de contestação das formas de propriedade descritas acima, sendo fundamental para retomar a noção de direito coletivo. Mas não sem entrar no mérito de tentar definir os acampados para a sociedade como sendo os sujeitos que levantam a bandeira política da reforma agrária, numa perspectiva progressista ou como sujeitos que existem no limite da transgressão do que é considerado legal e legítimo.

Assim, fica claro que a permanência de um acampamento dos que lutam pela conquista da terra não se firmará exclusivamente por uma ligação com a terra, nem mesmo por uma representação da terra ou desejo de conquistá-la, mas sim pela capacidade de seus membros de conduzirem sua ação na direção da conquista de apoio social, político, jurídico e ideológico para a sua causa.

Mesmo sendo provisório, o acampamento é uma forma primária de

² Os dados citados foram buscados na memória deste pesquisador por ocasião de participação de uma ocupação realizada pelo MST na cidade de Iperó/SP, hoje Assentamento Ipanema.

³ No período em que este pesquisador esteve acampado em Iperó/SP ou pesquisando acampamentos e assentamentos da região da Araraquara/SP, relatos desta natureza repetiam-se com intensidade.

espacialidade que fornece aos acampados uma localização e uma idéia sobre os outros e eles mesmos. Por isto, o acampamento serve de embrião do entrelaçamento de novas formas sociais e culturais de viver legitimadas pelos Sem Terra, abrindo caminho para a construção da nova forma de sociabilidade entre os membros que, quanto mais aprofundada, mais mobiliza valores e ações que preservam a humanidade das pessoas.

Com a expectativa de influenciar essas experiências, os militantes do movimento se deslocam de uma ocupação para outra ou de um assentamento para uma ocupação carregando suas experiências por diferentes lugares do território. Com os deslocamentos, os militantes realizam a espacialização do MST, ou seja, buscam recomeçar a luta com novos sujeitos, num constante re-fazer-se da construção do MST.

Visto de uma perspectiva social, a ocupação significa construir uma plataforma de vivência de luta, por meio da qual os sujeitos do MST tentam implantar suas experiências. Visto de uma perspectiva do conflito, a luta traz à tona o invólucro que reveste a propriedade privada da terra na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, denuncia a contradição que há no fato de existir tanta terra sem gente e tanta gente sem-terra.

O caráter de luta de classe existente na sociedade fica patente com a implantação de um acampamento, o que desvela a pseudo-inexistência de tal luta nos tempos atuais. Sua existência fica exposta como a ponta de um *iceberg*, mas só a continuidade da luta permite medir sua dimensão. Isto é, contra a persistência em permanecer acampados, os latifundiários se apressam em mobilizar seus jagunços, a imprensa, o poder judiciário e o poder político para tentar barrar os “baderneiros” que ocupam sua fazenda, desrespeitam o “sagrado” direito de propriedade, “desafiam os poderes constituídos” e “rasgam” a Constituição Federal⁴.

Na verdade, o discurso democrático e a defesa da constituição são os recursos ideológicos da classe dominante para defender a propriedade privada como um direito sagrado, fazendo de seu interesse particular um interesse de toda sociedade – a defesa da democracia e da constituição. Quando na realidade, a constituição submete a propriedade privada aos interesses da sociedade, por meio da função social da terra. O sentido político da luta pela reforma agrária permite, assim, visualizar mais nitidamente o território como *locus* da existência do Estado (no qual se projetam relações de fronteiras dos recursos e fronteiras militares ou políticas) e como *locus* de luta de classe (espaço coletivamente

⁴ Ver matérias que tentam descaracterizar ou vincular preconceitos contra o MST na *Revista Veja* “A esquerda com raiva” (ano 32, 03/06/1998); “A Tática da Baderna” (ano 33, n. 19, 10/05/2000).

selecionado para a vida e sobrevivência de uma parcela social, definido pela questão econômica ou estrutural).

As projeções, as visões e as experiências de luta vão apresentando a complexidade que existe para a conquista da terra. O(s) espaço(s) de luta do acampamento, de fronteira entre o sonho e a realidade vai se tornando baliza de novas mentalidades face ao espaço, numa seqüência de conhecimentos em mutação. Daí em diante, a identidade tradicional de ligação com a terra se encontra com identidade dada pela disputa política, começando a construção de uma nova identidade, que se firmará com a conquista do novo espaço – o assentamento.

Dentro de um acampamento inicia-se uma comunidade, inauguram-se relações em meio às quais os membros e as novas gerações vão estabelecer novos tipos de reconhecimento do mundo e de si mesmo. A solidariedade e a organização no interior do acampamento são exemplos de elementos comuns numa ocupação. Elementos importantes porque fortalecem a forma e a estrutura organizacional dos indivíduos no espaço e no grupo, assim como facilitam a retomada e a reconstrução de novos espaços de socialização.

Por fim, no acampamento, os Sem Terra desenvolvem sua luta a partir de um espaço, mas não se restringem a ele, visto que por meio dele estabelecem formas de interlocução com a sociedade e desvendam os simbolismos ligados ao espaço. Outras formas de interlocução com a sociedade são as marchas, expressivas formas de protestos ou instrumento de ação política. Convém ressaltar que o acampamento passa a modo de encarar e viver a luta pela reforma agrária, bem como começa a contribuir para iniciar a reconstrução cultural dos indivíduos. Afinal, o acampamento é um espaço ocupado, a partir do qual pode vir a ser constituído o assentamento, no qual tanto o MST quanto os assentados tem a intenção de ver implantado seu projeto sociocultural.

O assentamento enquanto espaço de sociabilidade e socialização

O prosseguimento da luta pode levar à conquista do assentamento. Já a oficialização do assentamento é a concretização da conquista do tão sonhado pedaço de terra. Mas, diferentemente do que possa imaginar, a conquista de uma fazenda para a realização de assentamento não se resume à fixação sobre uma área de terra chancelada pelas autoridades e delimitada por uma medida em hectares, apesar de ser tais elementos que simboliza a conquista.

O assentamento é sim um espaço físico, mas extrapola tal condição. Ele serve de suporte para que os indivíduos considerados aptos pelo processo de seleção comecem a estabelecer uma forma e uma estrutura de relação com a terra e, portanto, de seu uso para a produção do alimento e para a construção da morada e do rancho.

A conquista do assentamento define um outro momento do processo de construção da identidade Sem Terra. Por exemplo, quando há a demarcação

das terras, o sorteio e a entrega dos lotes às famílias, o governo passa a negar a estes sujeitos a denominação de sem-terra, pois são considerados assentados rurais em lotes da reforma agrária, ou seja, são com-terra, segundo o governo. Os assentados, no entanto, continuam se autodenominando Sem Terra.

Reconhecer a existência de possibilidade de construção da identidade Sem Terra é, pois, uma tentativa de unir sujeitos com trajetórias diferentes sob uma mesma denominação, tendo como base a participação no processo de luta pela conquista da terra. As diferentes trajetórias e rupturas dos sujeitos que participam desse processo são destacadas pelas autoras Whitaker e Fiamengue, quando afirmam:

Nossas pesquisas nos assentamentos de Reforma Agrária fazem emergir trajetórias impressionantes, nas quais famílias vagueiam de um Estado para outro, de uma fazenda para outra, da condição de sitiante para a de parceiro e desta para o corte da cana. As variações são inúmeras, mas o processo é sempre marcado pelas rupturas. E mais, a raiz é sempre rural. Vieram todos da terra e portanto ir para o assentamento é voltar à terra (Whitaker & Fiamengue, 1995, p. 45).

A definição sociológica dos vários sujeitos que lutam pela terra com a denominação de sem-terra é de fundamental importância para operacionalizar as pesquisas e estudos sobre tais segmentos da população. É também importante para que os mesmos possam concretizar as conquistas necessárias. Isto é, o movimento de luta pela terra é socioterritorial, o que quer dizer que a peleja não se esgota com a conquista do lote no assentamento de reforma agrária. A luta se estende à organização da produção na fração do território conquistado, à organização das pessoas neste território. Assim, como contempla a batalha por conquista de melhorias: estradas, moradias, escolas, creches, eletrificação, financiamento, crédito etc. Enfim, a localização e a denominação dos sujeitos sociais são passos de suma importância para o processo de conquista da cidadania.

A caracterização desse segmento da sociedade também é importante para balizar a reconstrução cultural dos que participam da luta pela terra. As rupturas vividas por estes sujeitos promovem desarticulações culturais ou desenraizamentos. A ida para o assentamento permite romper com a fragmentação cultural, iniciando uma reconstrução cultural. Observe-se como Whitaker trata da mudança no relacionamento do homem com a terra sem que haja total desenraizamento:

Interessante foi observar que nos variados circuitos rural-urbano-rural que marcam essas trajetórias não haviam perdido

definitivamente práticas importantes da cultura rural tradicional e que agora eram capazes de reconstruir uma nova identidade juntando essas matrizes culturais e harmonizando-as com as exigências da nova situação (in Whitaker & Fiamengue, 1995, p. 63).

A vida no acampamento e a própria conquista do assentamento criam espaços necessários à socialização e à discussão das demandas necessárias à reconstrução de uma nova identidade. Marcam o início da possibilidade de retomar os vínculos com o lugar, de criar oportunidades para a família. O “Sr. Otávio”, assentado em Araraquara, região central do Estado de São Paulo, fala sobre as possibilidades que a conquista da terra traz:

Porque a mudança é o seguinte, ...ela não cria raiz ...Então, se a gente ficar mais parado, a gente cria raiz, os filhos cria mais raiz e cria mais, cria mais oportunidade pra família (in Whitaker & Fiamengue, 1995, p. 52).

Na vida das pessoas nem tudo é perdido ou esquecido. O processo de fragmentação cultural pode ser interrompido. Neste instante, os conhecimentos e as informações advindas do confronto entre a vivência antiga e a realidade atual podem ser novamente agregados, formando os elos fundamentais de uma reconstrução cultural, envolvendo novas sociabilidades, renovadas práticas sociais⁵ e outros tipos de socialização⁶. Na tentativa de reconstruir a vida e a identidade no assentamento, os saberes passados são reproduzidos, somados ou modificados, na relação com outros saberes, transformando-se em novos conhecimentos. A conquista e o controle dos espaços sociais de atuação é uma das novas experiências que os assentados enfrentam.

A volta do trabalhador rural à terra do assentamento é idêntica ao retorno da raiz à terra. Segundo Ademar Bogo, poeta do MST, “não devemos desprezar a possibilidade do retorno da raiz à terra”, pois a raiz pode ficar um tempo fora da terra antes de definharem, mas se antes disto encontrar terra fértil ela vinga novamente. E estando na terra uma raiz fica conservada por longo tempo (Bogo, 2000, p. 9).

O movimento de luta pela terra permite um novo (re)enraizar de alguns atributos e valores que diferem seus membros dos demais segmentos sociais,

⁵ As práticas sociais trazem consigo a noção de preparação e formação para viver no ambiente social, reforçando experiências de viver a vida material e cultural em sociedade, revelando, entre outras coisas, os aprendizados que serão ensinados a outros (Costa, 1999).

⁶ A socialização, a exemplo da sociabilidade e da prática social, possibilita a transmissão de idéias, valores e comportamentos. Contudo, a socialização é realizada por um grupo de forma intencional ou não-intencional para que seus membros menores aprendam valores considerados válidos e duradouros.

ou da tentativa de imposição do governo ou de outros grupos sociais. Neste sentido, além de ser o lugar de ter raiz e relações, o assentamento é um espaço social e subjetivo que permite dar início às novas formas de conduzir negociações para a conquista das melhorias e sua utilização pelas famílias no espaço do assentamento.

Por isto, fala-se em “territorialização”, que compreende a conquista da terra como um passo dado para superar uma parte dos desafios que estão por vir. Fala-se também em “espacialidade”, que é a construção ou reprodução de valores, sistema de linguagens e códigos e aspirações proclamadas coletivamente (Fernandes, 1996).

Os Sem Terra formulam linhas políticas que visam atender às dimensões políticas, sociais e culturais, bem como apontam modos de ampliar e redistribuir bens e poderes. No *eixo político*, não isolando a luta pela terra da luta pela reforma agrária, por meio da participação social organizada. No *eixo econômico*, integrando a política de assentamento ao contexto econômico e produtivo mais amplo do país. No *eixo social*, viabilizando socialmente os assentamentos conquistados como espaço fundamental de promoção dos direitos de cidadania. No *eixo cultural*, operando uma retomada das raízes camponesas, em que a solidariedade e o coletivo são especificidades que devem ser consideradas na criação de espaços de divulgação cultural que respeitem e incentivem esses valores⁷.

A ampliação da atuação dos Sem Terra para além da conquista de um pedaço de terra, fez deles lutadores em várias frentes a fim de conquistarem seus próprios direitos de cidadania. A ação em diversas frentes proporcionou ao MST o reconhecimento de movimento social politicamente atuante no cenário nacional. Enquanto movimento social, para organizar suas atividades, o MST cria setores: Setor de Finanças; Setor de Frente de Massas; Setor de Comunicação; Setor de Cultura e Juventude; Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente; Setor de Gênero; Setor de Saúde; Setor de Formação; Setor de Educação etc. Há ainda o coletivo de Relações Internacionais e Direitos Humanos.

Atualmente, o Setor de Educação é um dos principais setores de atividade no MST, fruto da reflexão educacional que está na origem do processo dialético de construção do próprio MST. Isto é, os participantes da luta pela terra que constituíram o MST já tinham preocupações pedagógicas antes da constituição formal do movimento em 1985. Mas foi somente com o desenrolar da luta que foi nascendo uma pedagogia da luta, que recebe o nome de Pedagogia do Movimento Sem Terra ou somente Pedagogia do MST. Tal pedagogia passa a

⁷ Para detalhes ver Costa, S.A. (2000)

ser um meio pelo qual os sujeitos organizam a produção e reprodução das simbolizações, das ideologias, das práticas e das teorias defendidas pelo movimento, fortalecendo certa identificação entre os Sem Terra.

O assentamento marca a incorporação de uma parcela de terra ao território da luta. É uma marca e um reflexo na disputa pela conquista da terra e, muitas vezes, é um solo batizado com lágrimas e sangue. O processo de conquista também tornou possível aos novos atores sociais apropriarem-se desta realidade espacial nova⁸.

Não por acaso, o MST procura imprimir sua linguagem, sua simbologia e suas práticas nas ricas teias de relações naturais e sociais desde o acampamento até a conquista do assentamento, visando socializar um ideário social e político que possibilite enraizar um novo projeto de vida no assentamento conquistado. Tal modo de vida se expressa na formação da identidade Sem Terra e na construção de um projeto sociocultural.

O desenvolvimento da identificação como Sem Terra

De modo geral, a identidade pode ser definida ou se caracteriza pela posição na qual os sujeitos se colocam ou são colocados sob o olhar da sociedade. A identidade de um determinado grupo social resulta, desta forma, tanto da maneira como grupo vê, simboliza e discursa sobre si, quanto da maneira como a sociedade vê, simboliza e discursa sobre o grupo. Contudo, uma análise sociológica da identidade Sem Terra precisa levar em consideração os sujeitos deste processo de formação. Neste sentido, buscaremos compreender quais os elementos que participam da formação da identidade dos sujeitos Sem Terra?

Demonstra-se, com base em Alexandre Dantas (2000, p. 198), que o “processo de luta pela terra” é o componente significativo da identificação dos diferentes personagens da luta pela terra. Com efeito, a identificação como sem-terra ou como Sem Terra - um grupo específico- não é algo que nasceu com os personagens que participam da luta pela terra, mas é uma identidade forjada, produzida nas relações que esse segmento social estabeleceu com a sociedade durante o processo de luta.

Não por acaso, destaca-se, aqui, o acampamento como um espaço político e como um ponto inicial da formação da identidade. Como espaço político, o acampamento inicia a visualização da própria existência destes sujeitos, que antes praticamente estavam excluídos e não existiam aos olhos da sociedade, mas que passaram a existir com a denominação sem-terra.

A ligação com a terra e o desejo de conquistar a terra, manifestos por

⁸Sobre o assentamento como realidade espacial ver Elis C. Fiamengue. *Entre o Espaço Vivido e o Espaço Sonhado: Imagens da Infância num Assentamento de Trabalhadores Rurais* (1997).

meio da realização da ocupação, faz do acampamento o espaço inicial que propicia o início do reconstruir-se dos sujeitos. É na luta pela conquista da terra que os sujeitos, com trajetórias de vidas diversas e significados diferentes para a questão da terra, passam a ser abrigado sob a denominação sociológica de sem-terra ou, como é o caso aqui, com a identidade de Sem Terra.

Maria Teresa Castelo Branco confirma a possibilidade de lutas diferentes e em espaços específicos darem origem a afinidades. Segundo ela, cada ocupação tem sua própria história, muito embora cada vez que uma ocupação seja organizada pelo MST, a luta mais ampla se reproduza e intensifique (Castelo Branco, 2000, p. 13-5). Assim, no caso deste movimento, há um contínuo refazer da história, que adquire sua expressão mais viva com a constituição do acampamento e, posteriormente, com a conquista do assentamento.

Nesse processo, o indivíduo e seu grupo reconstróem o sentido que dão à terra, pois não é mais possível uma aplicação no novo espaço do mesmo modo de viver aprendido em experiências passadas. A reconstrução, muitas vezes, tem como parâmetro as relações construídas no ambiente familiar, acrescidas da aprendizagem adquirida no processo de luta. Esse refazer terá o espaço do assentamento como palco onde a sociabilidade, a socialização, a identidade e as práticas sociais podem ser cristalizadas, ou melhor, possam ser lapidadas. Assim, gradativamente, a reconstrução de uma nova identidade é favorecida no assentamento porque é local de relativa estabilidade, permitindo relações mais duradouras.

A identificação dos sujeitos da luta pela terra é influenciada pelo próprio espaço. Trata-se de assinalar o assentamento como fenômeno que se desenrola no tempo/espaço e, portanto, é suscetível de conhecer variações de intensidade nas relações que ocorrem em uma porção ou outra do espaço. O livro *O Território Negro em Espaço Branco*, de Maria de Lourdes Bandeira (1988) fornece sólida referência dessa influência da territorialidade na formação ou reconstrução da identidade.

Uma identidade com base na territorialidade pode estar amparada em sistemas de significações e de representações que são idênticos ou de reconhecimento mútuo entre os sujeitos que se lançam na mesma luta. No estudo de Bandeira (1988), a base fundamental da territorialidade é a questão étnica, elemento de alteridade. No estudo em tela, reafirma-se como fundamental o próprio processo de luta para a conquista de uma territorialidade.

A territorialidade, enquanto componente e amálgama da tradição rural, permite aos assentados Sem Terra ocuparem-se do todo do espaço e das relações que nele ocorrem, sendo fundamental para recriarem o espaço e o tempo das suas relações sociais e de alteridade. Entende-se, assim, que a identidade é mutável, podendo ser reelaborada e manipulada pelos sujeitos em função das relações de alteridade e de disputa política. A classificação da

experiência anterior se refaz no interior das relações cotidianas atuais, amalgamadas pela solidariedade, pela coesão interna, pelas idéias, pelas místicas, pelas práticas que perpassam a fase de acampamento e a do assentamento.

A entrada dos sem-terra no mundo real e simbólico, próprio da atividade humana, permite aos Sem Terra do MST produzir e comunicar sistema de significações que passa a ser usufruído e transmitido às novas gerações como conhecimento acumulado pelo grupo. E, segundo Maria T. Castelo Branco (2000, p. 26), a transmissão da cultura só ocorre porque as ações humanas cristalizam-se nos instrumentos (condensando operações) e no signo (que as representam). Nestas várias interações sociais, os Sem Terra produzem os símbolos de suas experiências por meio da mística, que envolve os gestos, os sons, os desenhos, os símbolos, a poesia, a música, a linguagem falada e a escrita.

Uma identidade coletiva é produzida a partir de significações elaboradas em suas experiências de luta, quer internamente, quer externamente. Externamente, com as experiências de ações nos espaços institucionais e públicos. Internamente, com organização de certa unidade em torno de determinadas relações sociais, como a sociabilidade e a educação, ou, ainda, com o estímulo de certas manifestações de emoções e de sentimentos coletivos por meio da mística.

Como parte de uma esfera cultural mais ampla, o assentamento, que tem ligação com o MST expressa simbolicamente e praticamente esta ligação. Podemos perceber esta ligação do assentamento com o MST quando nele está presente sua bandeira, o que não implica, também, uma homogeneização cultural.

O Modo de Vida e o projeto sociocultural Sem Terra

O conceito de modo de vida é utilizado por Ferrante (2000, p. 7) para expressar o assentamento como “um espaço de articulação de práticas, valores e tradições, construções de novos laços sociais e mecanismos de decisão política”. O modo de vida tem a ver com a totalidade da vida destes novos atores.

Procura-se demonstrar que a territorialidade emerge como uma referência das mais fundamentais para que os Sem Terra se apropriem do espaço e do tempo, para que os recriem e para que construam seu modo de vida ou seu projeto sociocultural. Apropriar-se do espaço é crucial para os Sem Terra restabelecerem as suas relações com a natureza e entre si. A conquista do assentamento significa o espaço a partir do qual realizaram a atualização do passado na consciência efetiva, essencial para classificar as instituições e os modos de vida entre nossos e deles, uma relação de alteridade fundamental à formação da identidade e, conseqüentemente, à formação de seu projeto sociocultural.

Em outras palavras, o processo de luta dos Sem Terra configura um modo de definir o acesso ao assentamento como requisito para a constituição de uma identidade social diferenciada. E a conquista do assentamento evidencia, conseqüentemente, uma maior possibilidade de construção do projeto que expressa o modo de vida de seus membros, oposto ou diferente daqueles definidos pela classe dominante.

Conforme Castelo Branco, as ações humanas cristalizaram-se nos instrumentos (condensando operações) e no signo (representando-as):

A consciência individual articula pensamento, linguagem, percepção, memória, emoção, motricidade, em construção constante, que só ocorre a partir da ação do sujeito na cadeia da atividade humana na qual está inserido. As significações sociais são refletidas e fixadas na linguagem, o que dá estabilidade à realidade, permitindo generalização e assimilação da experiência de vários indivíduos, de muitas gerações, por meio do sujeito. Portanto, as significações mediatizam o reflexo individual do mundo, refratando o que é vivido. Produzem-se, então, os sentidos pessoais, que se utilizam das significações, mas constituem-se na prática de cada um, construindo-se hierarquias de motivos e valores individuais que (re)significam o mundo (Castelo Branco, 2000, p. 26).

O modo de vida, enquanto forma de produzir a sociabilidade, a socialização e as práticas sociais, nasce quando vários grupos apreendem uma série de valores e habilidades importantes para viver o cotidiano do assentamento e constroem um sistema de relações que são transmitidos às novas gerações do grupo. O modo de vida Sem Terra origina-se, portanto, de um conjunto de ações com as quais os sujeitos apartados da terra passam a lutadores em busca de um pedaço de terra. Neste instante, iniciam um entrelaçamento de novas formas sociais, econômicas e culturais de viver, bem como começam a mobilizar um conjunto de práticas e valores que simbolizaram a pertença ao MST.

Da mesma forma, o modo de vida Sem Terra foi possível depois que o MST expandiu suas atividades e consolidou múltiplas ações, em meios aos quais constrói seu projeto sociocultural. Isto é:

um conjunto articulado de significados que se relacionam com a formação do sem-terra brasileiro enquanto um novo sujeito social (...) à medida que recupera raízes, recria relações e tradições, cultiva valores, inventa e retrabalha símbolos que demonstram os novos laços sociais, e assim faz história” (Caldart, 2000a, p. 23-4).

A partir de sua presença na história, os Sem Terra construíram uma forma de olhar o mundo, uma utopia, que é um reflexo, de um lado, da luta desses trabalhadores e, de outro, uma representação da compreensão sobre o processo de conquista da terra e de organização de suas vidas na terra conquistada.

A música toma parte neste projeto. Nas manifestações culturais dos cantores da reforma agrária, as canções incluem reivindicações e valores que afirmam relações próprias da zona rural, criando um espaço artístico cultural, no qual, segundo Morgado & Silva,

As canções fazem parte de um complexo cultural..., cujas funções educar e identificar são desempenhadas de maneiras diversas, contribuindo para a formação de opinião de seus integrantes, na medida em que interfere nos valores das pessoas e estas sentem-se sensibilizadas pelas causas explícitas em suas letras, provocando reações e tomadas de atitudes em relação a tais causas (Morgado & Silva, 2000, p. 16).

Logo, pela música, os Sem Terra mostram sua preocupação cultural, privilegiando em seu projeto também os aspectos educativos informais. A música está presente em momentos importantes da vida dos Sem Terra, desde uma ocupação, passando pelos momentos de confraternização e estudos, até os momentos solenes. Ela é presença importante na mística. Mística pode ser aqui compreendida como as motivações que impulsionam os assentados a agirem em torno de idéias e de inspirações que valorizem a cultura do meio rural, o coletivo e as transformações necessárias à construção da sociedade sonhada, enriquecendo as ações cotidianas, casando emoções, pensamentos, símbolos, representações, ações, promovendo um sentimento de dignidade, solidariedade e compromisso com os valores fundamentais da vida.

De modo especial, a educação é um componente basilar do projeto sociocultural do MST. Como deve ser a escola que queremos? Como fazer a escola que queremos? São exemplos de questionamentos que conduziram à formulação da Proposta Pedagógica do MST, que retrata ou fixa por meio da linguagem, na forma de síntese, ou princípios, as experiências educacionais realizadas nos assentamentos e acampamentos de todo o Brasil. Isto porque é nos acampamentos e nos assentamentos que os Sem Terra “passam a se constituir como sujeitos sociais da construção de uma proposta de educação vinculada com suas necessidades e os desafios da luta pela Reforma Agrária e pelas transformações mais amplas em nosso país” (Caldart, 1997).

Assim, a proposta de educação do MST vai além da simples escolarização ou das possibilidades que a escola pode oferecer. Abarca um conjunto de outras

ações que são praticamente impossíveis de se realizar no espaço da escola, mas em relação as quais, nem por isto a escola deve estar alheia. Um exemplo clássico é a educação organizativa exigida das crianças e jovens nas caminhadas e marchas ou encontros e congressos.

As condições educacionais dos trabalhadores nos assentamentos, embora não diferindo do analfabetismo nas áreas rurais tradicionais, levaram o movimento a questionar a pretensa neutralidade da ação educacional e a construir uma nova forma de educar. A nova forma de educar expressa, por um lado, o empenho político na busca por assegurar uma escola pública aos acampados e aos assentados da reforma agrária, por outro, revela a disposição prática na formulação e na aplicação de uma proposta educacional que envolva a formação/capacitação dos assentados. Segundo este entendimento:

A formação traz como resultado o SABER, a capacitação traz como resultado o SABER FAZER. No âmbito da consciência, a formação trabalha no máximo com o nível da CONSCIÊNCIA CRÍTICA, ou seja, aquela que tem uma visão ampla e clara do mundo. Já a capacitação opera no âmbito da CONSCIÊNCIA ORGANIZATIVA, ou seja, aquela que é capaz de ir além do saber sobre os problemas, organizando-se coletivamente para resolvê-los (DER, 1992, p. 3).

Esta diferenciação entre consciência crítica e consciência organizativa é uma base da luta pela conquista de uma escola que se ocupe também do processo de capacitação dos Sem Terra, juntamente com a participação na construção cultural da identidade Sem Terra - além das funções de ensinar a ler, a escrever e a contar.

Os Sem terra sentiram, assim, a necessidade de uma escola pública de qualidade na qual o sucesso da escola e o sucesso do assentamento estão diretamente relacionados. Buscam uma escola diferente da mera alfabetização, oferecida em muitas escolas públicas do meio rural, e diversa da educação informal realizada fora da instituição escolar por muitos movimentos sociais de educação. Pela proposta do MST, a instituição escola pública do assentamento passa a ser configurada sob novas bases, é redirecionada para abrigar a educação popular, no sentido de que é esta pensada em função das estratégias de transformações desejadas pelos Sem Terra.

Da mesma forma, nas escolas públicas de assentamentos, nas quais o MST conseguiu uma boa organicidade, os ideais da educação popular são um fundamento básico. Assim, a educação popular, por meio do MST, adentra a escola pública. A escola pública popular defendida pelos educadores do MST não guarda semelhança com a escola oferecida apenas pelo movimento social,

sem a contrapartida do Estado, nem com a escola oferecida exclusivamente pelo Estado, sem a participação da comunidade na condução da escola, ocorrência mais comum mesmo nas escolas conquistadas pelos movimentos populares. Para esses educadores a escola pública é entendida como aquela que deve preservar o direito, mas também o dever, dos assentados de conduzir os interesses sociais, políticos, culturais, pedagógicos e metodológicos da escola. Essa noção de escola pública reside na obrigatoriedade do Estado em fornecer e manter a escola, mas o processo educacional deve ser edificado e conduzido com base nas experiências dos Sem Terra.

O movimento tem retomado, em sua luta pela educação dos assentados, a noção de qualidade da educação, numa tentativa de continuar a luta histórica para acabar com a educação dualista: uma escola para formar a elite e outra para formar os trabalhadores. Luta por um salário digno para os professores, bem como se mantém contra a tentativa de expulsão das crianças do espaço escolar. De igual modo, a escola pública de qualidade é avaliada pela capacidade de potencializar os interesses políticos, teóricos e práticos dos assentados e também pela capacidade de assumir seu papel na construção de um projeto político dos trabalhadores.

A luta do MST, também no campo da educação, é efetuada visando construir uma educação orgânica, no sentido dado pelo sociólogo italiano Antonio Gramsci (1968), ao tratar dos intelectuais e da organização da cultura. Assim, os intelectuais Sem Terra, ou seja, os que participam dos setores de educação do movimento; desenvolvem um importante papel na mudança social que pretende o movimento, eles atuam como criadores e difusores de idéias e práticas educacionais, bem como seus organizadores.

Referências bibliográficas:

BANDEIRA, Maria de L. **O Território Negro em Espaço Branco**. São Paulo: Editora Brasiliense/CNPq, 1988.

BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura**. São Paulo: MST, out. 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000a.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. In GENTILI, Pablo E FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.) **A**

Cidadania Negada política de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires/Argentina : Conclaso; ASDI., setembro, 2000b, p. 125-144.

CASTELO BRANCO, Maria Teresa. **Os jovens "Sem-Terra" Identidades em Movimento.** São Carlos/SP: Universidade Federal de São Carlos, 1999. Tese (Doutorado em Educação).

CERTULO NETO, Francisco. **Sociabilidade e sentimentos a serviço do comércio de mercadorias: o caso Amway.** Tese (Doutorado) - Pós- Graduação em Sociologia, UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 1999.

COSTA, Sidiney A. A militância do movimento negro na formação de professores em Direitos Humanos - Trabalho de aproveitamento da disciplina Práticas Sociais e Processos Educativos - PPGE/UFSCar: São Carlos, 1999 (mimeo).

COSTA, Sidiney A. **Política Social e Educação: uma alternativa do MST.** 23^a Reunião Anual da ANPED. Caxambu/MG, setembro de 2000.

DAMASCENO, Maria Nobre e THERRIEN, Jacques. **Educação e escola no campo.** Campinas/SP: Papirus, 1993.

DANTAS, Alexandre. A poesia como forma de captar o real. In WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau/SP: Editora Letras à Margem/CNPq, 2002.

DER. **Elementos Sobre a MAE - Metodologia de Aprendizagem-ensino.** Braga/RS: Departamento de Educação Rural, outubro de 1992, p. 3, (mimeo.)

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Experiências recentes de reforma agrária no Brasil: A sustentabilidade (re)construída?. In **Retratos de Assentamentos – Cadernos de Pesquisa.** Araraquara: FCL/Unesp, ano VI, n. 08, 2000, p. 7 – 18.

FIAMENGUE, Elis Cristina. **Entre o Espaço Vivido e o Espaço Sonhado: Imagens da Infância num Assentamento de Trabalhadores Rurais**. Araraquara/SP: FCL/UNESP, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

GONÇALVES FILHO, José M. **Olhar e Memória**. In NOVAES, G. *O Olhar*, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MORAES, M. S. de Marcondes. **Escola "Uma Terra de Educar": a proposta educativa dos movimentos sociais no campo**. In *ANPED*. Caxambú/MG, 1997.

MORGADO, Maria Aparecida & Silva, Jocenaide Maria Rossetto. As canções do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST: Educação, Identificação e Cultura. **REVISTA DE EDUCAÇÃO - ONLINE** / Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, v. 9, n. 16, Jul.-Dez. 2000.

MST. Como Fazer a Escola Que Queremos. **Cadernos de Educação**, n. 1, 1992.

MST. O que Queremos com as Escolas de Assentamentos. **Cadernos de Formação n. 18**. São Paulo: MST, 1989.

SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. de. **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 25-64.

WHITAKER, Dulce C. A. & FIAMENGUE, Elis C. (org.). Memórias da terra: as rupturas e as novas possibilidades. In: **Retratos de Assentamentos - Cadernos de Pesquisa**. Araraquara/SP: FCL/UNESP, 1995, ano II, n.2, p. 47-59.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem/CNPq, 2002.

Periódicos:

Revista *Veja* – matéria de capa: “A esquerda com raiva”, de 3 de junho de 1998.

Revista *Veja* – matéria de capa: “A Tática da Baderna”, de 10 de maio de 2000.

LIGAS CAMPONESAS NO SUL DA PARAÍBA: MEMÓRIAS

Thelma Maria Grisi Velôso*
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker**

Introdução

A intenção deste texto é apresentar algumas reflexões, a partir da análise da memória dos pequenos produtores rurais do Assentamento Camucim (Pitimbu/PB) que apresentam, em suas entrevistas, lembranças marcantes sobre dois momentos históricos fundamentais de suas trajetórias: a luta contra a Destilaria Tabu nos anos 70, ponto inicial do nosso interesse pelo assentamento; e as experiências (mais remotas) de participação nas Ligas Camponesas que emergiram constantemente durante suas falas, quando começamos a pesquisar o assentamento. Estas reflexões fazem parte, portanto, de uma pesquisa mais ampla, realizada para elaboração de Tese de Doutorado em Sociologia¹, que teve como objetivo principal analisar as lembranças desses pequenos produtores sobre as experiências de resistência e luta pela terra que vivenciaram, tanto nos anos 60, através da participação na Liga de Alhandra, quanto no final dos anos 70, através da participação no conflito com a Destilaria Tabu. Vale ressaltar que tal conflito resultou na compra da fazenda pelo Estado e na constituição do assentamento, após oito anos de luta –, processo durante o qual esses pequenos produtores sofreram várias arbitrariedades.

O Assentamento Camucim situa-se na microrregião do Litoral Sul da Paraíba, que faz parte da mesorregião da mata ou mesorregião canavieira. Dista 75 Km da capital do estado e 5 Km da sede do município ao qual pertence, Pitimbu. Localiza-se a noroeste deste, estendendo-se sobre um esporão de tabuleiro e sobre a várzea do rio Abiaí. Sua estrutura produtiva caracterizava-se, até 1975, pela predominância da policultura alimentar, associada, em geral, à produção do coco de praia. Nas últimas décadas, a microrregião sofreu forte avanço da plantação de cana-de-açúcar nas áreas de mata, tabuleiro e sobre as lavouras de subsistência (Moreira, 1988). Atualmente, estão assentadas trinta e sete famílias,

* Professora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Doutora em Sociologia.

** Pesquisadora do CNPq junto aos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Educação da UNESP. (Campus de Araraquara). Doutora em Sociologia.

¹ Velôso (2002).

embora residam no Assentamento cerca de setenta e duas. O tamanho dos lotes varia de 0,5 ha a 12 ha e além de cultivarem a terra, os assentados criam alguns animais (aves, bovinos e caprinos) e pescam na baía do rio Abiaí.

A Metodologia Utilizada

Além da observação de campo, através de visitas e conversas informais, foram realizadas quatorze entrevistas de história de vida com os pequenos produtores e mais oito entrevistas semi-estruturadas: três com membros da ex-diretoria da Liga de Alhandra e cinco com alguns dos que assessoraram os pequenos produtores durante o conflito com a Destilaria – dois frades, dois professores universitários e um advogado. Recorreu-se também à imagem (filmes e fotos sobre o conflito) como “detonadora” das lembranças.

A opção por analisar as lembranças dos pequenos produtores rurais de Camucim conduziu o trabalho para o campo da história oral. Nesse sentido, concebemos a memória como processo de recriação das lembranças, através do qual é possível explorar os significados subjetivos da experiência vivida. A memória não pode ser considerada um mero depósito de dados, do qual temos que recuperar as informações, mas uma atividade, um processo em contínua elaboração (Portelli, 2000a). Desse modo, a memória é resultado de criações e recriações dos significados, da seleção das experiências vivenciadas – a memória é seletiva – e da utilização, nesse processo (individual e coletivo), de mecanismos como a imaginação, as fantasias, os desejos. Em linhas gerais, a preocupação nesta pesquisa não foi procurar descobrir o que **realmente aconteceu**, mas como o acontecido era lembrado, rememorado e narrado no momento da entrevista. A perspectiva é aquela assinalada por Portelli (1990, p. 18) na qual os fatos históricos não significam nada, se não considerarmos como eles se expressam na mente das pessoas.

Foi, portanto, a partir dessa concepção que nosso interesse pelo estudo da resistência e luta camponesa, utilizando a história oral, concretizou-se nesta pesquisa, isto é, através de uma preocupação em compreender o significado que essas experiências assumem hoje para quem as viveu e as reconta.

A história oral tem procurado interligar linguagem e história, apoiando-se na primeira como via de acesso à compreensão da memória (Carmo, 1999). Foi a partir dessa concepção que recorreremos à análise do discurso para analisar as entrevistas obtidas na pesquisa de campo. Desse modo, a investigação se realizou a partir de uma perspectiva interdisciplinar, objetivando trazer as contribuições da análise do discurso para o campo das Ciências Sociais e o da História (Carmo, 1997).

Nesta exposição, optamos por situar apenas as lembranças relativas à origem das Ligas, seus objetivos, suas conseqüências, seu final (com o Golpe de 64) e com a participação dos pequenos produtores nesse processo. Vale

sublinhar que enfrentamos duas limitações em Camucim: o fato de o movimento remontar aos anos 60 e muitos atores envolvidos já estarem mortos e a falta de documentação escrita, a qual, segundo os entrevistados, foi totalmente destruída pela repressão. Além disso, dos sete pequenos produtores do sexo masculino entrevistados, apenas três afirmaram sua filiação às Ligas. Quanto às mulheres, embora nenhuma tenha sido associada às Ligas, duas delas foram casadas com pequenos produtores que eram participantes ativos do movimento. Uma, D. L., foi casada com um delegado da Liga de Alhandra que já morreu; e outra, D. Ju., foi casada com um fiscal, de quem está separada e que, atualmente, mora em outro município. Por outro lado, apesar das mulheres não terem sido associadas, como veremos a seguir, elas também participaram do movimento.

A origem das ligas e seus objetivos

Recorrendo à História constatamos que a presença camponesa no Brasil data da época da colonização, tendo se desenvolvido um campesinato que se caracterizaria, inicialmente, pela presença de moradores, lavradores² e posseiros, cuja existência estava vinculada às vicissitudes do sistema canavieiro. Até a abolição da escravatura, essas formas de trabalho conviveram com a escravidão. Com a abolição, a forma de trabalho dominante foi o sistema de *morada*, que se caracterizava por relações de dominação tradicional. Como nos adverte Palmeira (1976, p. 3), tornar-se morador significava estabelecer um **contrato** específico que vinculava o trabalhador a um senhor de engenho particular. Quando o trabalhador se deslocava, procurava a casa de morada, isto é, uma casa que possibilitasse o seu sustento e o da família, determinadas vantagens na propriedade e a abertura de possibilidades de usufruir um sítio³.

Desse modo, existiam os moradores *de condição* e os moradores *foreiros*. Os primeiros tinham o dever de trabalhar para a propriedade. Havia os moradores de condição com sítio e os sem sítio, mas a condição relacionava-se, sobretudo, à obrigatoriedade do trabalho. Eles eram obrigados, além dos dois ou três dias de trabalho gratuito (o cambão), a dar outros dias de trabalho, que variavam de acordo com o calendário agrícola. Na época do corte, quando havia mais necessidade de mão-de-obra, chegavam a dar cinco dias de trabalho. Quando havia remuneração, esta era inferior à quantia paga aos trabalhadores de fora. Já os moradores foreiros, por sua vez, tinham acesso a um sítio (no qual desenvolviam uma agricultura de subsistência), pagavam o foro⁴ anual e,

² Lavradores eram proprietários ou arrendatários de um pedaço de terra onde cultivavam sobretudo a cana-de-açúcar e a forneciam para os engenhos.

³ Sítio: Área de terra da propriedade onde os moradores podiam desenvolver uma agricultura de subsistência.

⁴ Foro: Aluguel anual pago em dinheiro.

muitas vezes, davam alguns dias de trabalho gratuito. Possuíam uma situação almejada por todos.

Com o aprofundamento das relações capitalistas no campo iniciou-se um processo de expropriação e expulsão dos moradores. Após o final da Segunda Guerra Mundial – com a valorização do açúcar no mercado internacional estimulando os proprietários a aumentarem a área de cultivo e de produção – vai ocorrer o processo de expropriação definitiva dos moradores. Nesse período, muitos senhores de engenho que tinham recorrido ao foro voltaram às suas atividades agrícolas ou então receberam das usinas melhores ofertas de renda para sua propriedade, expulsando, assim, os foreiros de suas terras, indenizando-os, ou só lhes dando direito às lavouras temporárias. Em alguns casos, as usinas permitiram que os foreiros ficassem nos sítios, contanto que destruíssem os pomares, colhessem as lavouras e se tornassem plantadores de cana (Azevedo, 1982).

As formas tradicionais de trabalho começaram a ser modificadas. Assim, as terras que eram cedidas aos moradores e aos lavradores foram ocupadas pela cana-de-açúcar. Em alguns casos, permitia-se que os moradores plantassem, mas os sítios eram de tamanho reduzido e situados em terras cansadas. Além disso, exigiam-se deles de cinco a seis dias de serviço por semana, impedindo-os, desse modo, de trabalharem em suas lavouras. Noutros casos, negavam o direito ao sítio onde desenvolviam a cultura de subsistência. Por outro lado, a categoria dos lavradores foi extinta, tornando-se, então, assalariados da cana.

*É importante destacar que este processo se deu de modo muito lento. Tanto é que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, várias décadas após a instalação das primeiras usinas, o sistema de morada ainda vigorava com grande força na Zona da Mata (**paraibana**), preservando sua característica secular de exploração: o cambão. (Moreira; Targino, 1997, p. 63, grifo nosso).*

É nesse contexto de mudanças estruturais no setor canavieiro que eclodem as Ligas Camponesas. Azevedo (1982, p. 17) analisa as Ligas, vinculando-as aos marcos estruturais. Recorre à Revolução de 1930 para explicar a formação do bloco industrial-agrário no Brasil. Segundo o autor, as mudanças desencadeadas pela Revolução de 30 foram responsáveis pela transformação da formação social agro-exportadora brasileira numa formação industrial-dependente, passando a reprodução da economia brasileira a ser governada pela reprodução do capital industrial. Não se tratou de uma revolução burguesa, mas de uma conciliação conservadora, sem um compromisso social e político com a mobilização popular que desembocasse numa transformação da estrutura da propriedade agrária ou do bloco do poder. Houve, portanto, uma vinculação entre o capital industrial e os setores agro-exportadores.

Com relação à organização dos camponeses consta que, em 1945, surgiram as primeiras Ligas, caracterizadas como associações civis que mobilizavam e organizavam camponeses e trabalhadores rurais, tendo como base o Código Civil, procurando contornar as dificuldades burocráticas colocadas à criação dos sindicatos rurais. Porém, foram reprimidas, ressurgindo, em 1955, quando foi criada, no Engenho Galiléia (município de Vitória de Santo Antão - PE), a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), que ficou conhecida como Liga Camponesa de Galiléia (Azevedo, 1982).

O processo de luta pela permanência na terra e manutenção da SAPPP fez com que os camponeses buscassem respaldo jurídico e político. Nesse sentido, o advogado Francisco Julião (Deputado Estadual pelo Partido Socialista, mandato assumido em 1955) se colocou à disposição da entidade, passando, então, a prestar assessoria jurídica aos camponeses. Além disso, formou-se um comitê político interpartidário de apoio à luta dos camponeses, embrião do futuro Conselho Regional da SAPPP. Em setembro de 1955 foi organizado o I Congresso Camponês de Pernambuco, marco importante para a consolidação do movimento. Durante a sua realização, a SAPPP se transformou numa instituição estadual, sendo eleita a primeira diretoria das Ligas. Como assinala Azevedo (1982, p. 67), foi nesse Congresso que nasceu a estrutura orgânica das Ligas Camponesas, ampliando-se a sua ligação com as camadas populares e os setores mais progressistas, que passaram a constituir uma base de apoio fundamental

(...) seja através do deslocamento de quadro de militantes (especialmente estudiantis) para o campo, seja pelo suporte jurídico e político-parlamentar ou, ainda, pelas campanhas de denúncia e agitação da questão agrária e camponesa e a luta pela reforma fundiária.

Os estatutos da SAPPP foram redigidos e registrados em cartório, definindo-a como uma associação civil. Ao mesmo tempo, o comitê interpartidário levava para o campo político os conflitos entre proprietários e camponeses. Rompia-se, assim, a exclusão social e política do campesinato (Azevedo, 1982).

É nesse processo que as Ligas se consolidam – lutando, inclusive, pela desapropriação do Engenho Galiléia. Bastos (1984, p. 44) atenta para a importância da existência de um espaço político receptivo às mobilizações e reivindicações populares, e sublinha, nesse sentido, o apoio dado, em 1962, pelo Governo Miguel Arraes, em Pernambuco.

As Ligas Camponesas da Paraíba, por sua vez, surgiram no bojo dos acontecimentos que marcaram os anos 50, e também foram estimuladas por

sua consolidação em Pernambuco (Benevides, 1985). A primeira Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas da Paraíba, que passou a ser conhecida como Liga Camponesa de Sapé, foi criada em 1958. De acordo com Aued (1986, p. 32), a Liga de Sapé começou através da ação de João Pedro Teixeira, por volta de 1954, e foi criada, inicialmente, no quintal de sua casa. Entretanto, ela não resistiu por muito tempo, tendo em vista a pressão do proprietário da terra. Quando ressurge, em 1958, possui uma característica nova: objetiva institucionalizar o movimento e colocá-lo nos limites da legalidade burguesa, lutando pelos direitos dos camponeses explorados. Vale acrescentar que foi fundada com o nome de Associação dos Trabalhadores Rurais de Sapé, chegando a ser considerada uma das Ligas mais poderosas do Brasil, possuindo cerca de treze mil associados.

A Associação de Sapé objetivava prestar assistência social aos camponeses e defendia os interesses dos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas do município de Sapé (Zona da Mata) e adjacências. Contou com o apoio de políticos de diferentes facções, estabelecendo um elo com o mundo urbano. O objetivo de romper com a exclusão social e política, que caracterizava o campesinato, tornava-se evidente (Benevides, 1985). Com as Ligas, o Poder Judiciário tornou-se mediador entre proprietários e camponeses. Além disso, a articulação com as forças políticas urbanas garantiu, de certo modo, uma **proteção** contra as arbitrariedades dos latifundiários. Isso não quer dizer que a violência por parte destes tenha sido neutralizada, muito pelo contrário. A Paraíba foi palco de inúmeros atos de repressão e violência contra a organização dos camponeses através das Ligas que se espalhavam por vários municípios do Estado.

No que diz respeito ao litoral sul paraibano, existiram as Ligas Camponesas de Pedras de Fogo e de Alhandra. No final dos anos 50 e início dos anos 60, ainda vigorava nessa microrregião o sistema de morada. Com a eclosão das Ligas Camponesas, os pequenos produtores de Camucim foram filiados à Liga Camponesa de Alhandra.

Segundo entrevista concedida pelo ex-presidente da Liga de Alhandra, esta foi fundada por volta de 1960 e possuía cerca de oitocentos sócios, que se reuniam, semanalmente, aos domingos. O entrevistado não consegue precisar o número de pequenos produtores de Camucim que eram filiados, mas supõe que eram cerca de trinta famílias.

As lembranças dos pequenos produtores de Camucim

Através das histórias de vida nos deparamos com relatos que trouxeram à tona uma riqueza de dados a serem analisados. Considerando os limites deste texto, nos deteremos apenas naqueles que nos parecem cruciais à compreensão do processo.

As Ligas são lembradas pelos pequenos produtores como um movimento organizado pelos políticos. A repressão sofrida com o Golpe de 64 é marcante nos discursos e esse período é evocado como o início do movimento.

D. L: Aí em 64 (pausa) começou a ... a ... a organização da Liga, né? Da Liga e o sindicato, porque era mãe e filha, a Liga era fêmea, assim Mané (marido) dizia, né? porque ele era muito gracioso... que a Liga era fêmea. Agora, a Liga era a mãe do filho, que o filho era o sindicato e realmente tinha folhe... revi... folhete assim, revista pequenininha assim que tinha encostado mãe e filho. A mãe foi embora e o filho ficou, que é esse sindicato. Aí começou. A mãe veio braba. Mané dizia que ela veio braba demais.

A associação das Ligas com o Golpe, comum nos relatos, sugere que as lembranças sobre as mesmas estão atreladas à Revolução de 64 e a toda repressão sofrida. Esse atrelamento leva-nos a supor que a repercussão que teve o Golpe de 64 faz com que a memória situe o movimento naquele ano. Nessa seqüência discursiva, D. L. também associa o início da organização da Liga ao início da organização do sindicato⁵, isto é, os dois começaram em 1964, e enuncia, parafrazeando o marido (que foi delegado da Liga de Alhandra), que a Liga era *a mãe* e o sindicato *o filho*. A narradora, em nenhum momento, refere-se à morte das Ligas. Ela diz que “a mãe foi embora e deu lugar ao filho” – e não que a mãe morreu. Relembra, inclusive, que mãe e filho apareciam nas revistas, encostados um no outro, o que nos remete à questão da *união*, tão exaltada pelos narradores nas lembranças sobre a luta pela terra. Nesse sentido, para dotar de realidade os elementos da representação, recorre ao mecanismo da naturalização⁶, conferindo-lhes propriedades físicas e humanas: “... revista pequenininha assim que vinha encostado mãe e filho.” Enfatiza também que a mãe era brava, o que sugere a imagem da fêmea que protege seu filhote, isto é, a mãe – a Liga – protege seu filho, o sindicato. Além disso, legitima seu discurso, referindo-se ao marido – “assim Mané dizia” – o qual foi delegado da Liga e, por isso, possui um discurso fidedigno.

Sabemos que *a mãe* tem um valor simbólico em nossa sociedade – arquétipo da grande mãe que gera tudo. Para os camponeses “a terra é mãe”, é ela que dá a vida (Veloso, 1990). Nesse sentido, a Liga, mãe, gerou e pariu o filho – o sindicato. Essa idéia nos remete ao discurso cristão da mãe – a Virgem

⁵ Consta que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Alhandra foi criado em 1963, enquanto que o STR de Pitimbu, em 1965.

⁶ Sobre o processo de naturalização, consulte Jodelet (1992).

Maria, que deu à luz o filho, Jesus Cristo, que veio para nos salvar. E, de certo modo, o sindicato assume o papel de *salvador*, ao considerarmos alguns outros fatos que reforçam esse papel, como a importante atuação que teve o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitimbu durante o conflito com a Destilaria Tabu; o fato de seu presidente ter chegado à Camucim **pelas mãos** da Igreja, ou seja, **pelas mãos de Deus**. Por outro lado, como observa Aued (1986, p. 32), a Liga de Galiléia ficou conhecida como “a Liga-mãe”.

A seqüência discursiva em análise, também, sugere que a idéia de reforma agrária radical difundida através do slogan “na lei ou na marra”⁷ pode ser associado aqui à **brabeza** da Liga: “... a mãe veio braba ...”. Nesse sentido, observamos que há discursos que relembram estratégias utilizadas pelos camponeses para pressionar os proprietários, que se caracterizavam por serem violentas, como retomaremos mais adiante.

As divergências entre as diferentes facções que compunham o movimento das Ligas, inclusive aquelas relacionadas à própria fundação dos sindicatos, ressaltadas pelos pesquisadores⁸, não vêm à tona nas lembranças, o que corrobora as posições teóricas que defendem que na Paraíba as divergências não foram responsáveis por propostas concretas diferenciadas⁹. Os sindicatos são representados como responsáveis pela continuidade do movimento e, nesse sentido, as Ligas são também lembradas como um movimento vitorioso, o que nos conduz a uma reflexão em torno da idealização da memória no que diz respeito aos resultados do movimento.

Quanto aos objetivos das Ligas, o fim do cambão é que é relembrado enquanto bandeira de luta. Os pequenos produtores relembram que as Ligas foram uma luta pelo pagamento do foro, e, por conseguinte, pela **liberdade**. O que nos remete às colocações de Bastos (1984, p. 53) ao afirmar que o cambão foi representado, tanto para alguns autores, como para os líderes do movimento, como uma forma de servidão, uma exploração de natureza feudal. A luta contra o latifúndio, porém, expressaria também uma forma de transição entre a condição de trabalhador autônomo e a de trabalhador assalariado. Faz parte, então, do modo de produção capitalista e indicaria o processo de proletarização daqueles trabalhadores. Conceber o cambão apenas como uma forma de servidão significa perder de vista a sua dimensão principal.

Nessa perspectiva, a autora acredita que é possível analisá-lo numa nova dimensão: combater o cambão significa uma luta contra a **sujeição**, porém não contra a servidão, mas contra a **mudança** que ele representa, que desemboca

⁷ Para maiores detalhes consulte Azevedo (1982)

⁸ Para maiores detalhes consulte Azevedo (op. cit.); Bastos (1984).

⁹ Para maiores detalhes consulte Novaes (1997).

na gradual perda do controle do processo de trabalho e conduz à situação de venda da força de trabalho. O direcionamento dado à luta, como uma luta contra o latifúndio, perdeu de vista as reais condições de vida do campesinato, e o teor do movimento foi elaborado fora desse contexto, fora da concepção de mundo que norteava o projeto político dessa classe.

Por outro lado, como sublinha Novaes (1997, p. 42), a idéia de **luta contra o cambão** generalizou-se, traduzindo as precariedades das condições de trabalho e a própria quebra das regras tradicionais, porque os moradores foreiros foram os primeiros a se engajarem na luta e porque, no debate político, a luta contra os **restos feudais** se dirigiu contra o cambão (relacionado com a corvéia medieval). Desse modo, eliminar o cambão transformou-se numa bandeira de luta, simbolizando as diferentes formas de exploração e unificando o movimento.

Tais colocações nos ajudam a entender a ênfase dada, nas lembranças dos nossos narradores, ao fim do cambão, enquanto bandeira de luta. Nesse sentido, através das lembranças se evidencia que a luta por uma terra de trabalho é que legitimava o movimento, o que denota a questão da priorização da denominada *autonomia* camponesa, enquanto projeto político. A união foi um traço marcante nesse processo. A imagem de que eram unidos, solidários, vivazes, corajosos e espertos faz parte da identidade veiculada pelas lembranças. A imagem de que eram corajosos corrobora as argumentações dos estudiosos que sublinham que o movimento foi responsável pela **perda do medo dos ricos**¹⁰. Como nos adverte Novaes (1997, p. 53) o medo, em um determinado momento histórico, foi um componente fundamental para manutenção das relações de *morada*.

Além disso, as Ligas são representadas pelos pequenos produtores como Lei, um movimento que lutava pelos direitos dos camponeses, que questionou a ordem estabelecida e instaurou uma nova ordem. É, portanto, lembrado como um movimento vitorioso, responsável pela consolidação do movimento camponês e pela sua organização nos anos 70. Nesse sentido, há também quem afirme que um dos objetivos das Ligas era a Reforma Agrária.

A participação dos camponeses

Um aspecto que nos chama a atenção é que a maioria dos que se filiaram às Ligas avalia negativamente essa atitude. Os camponeses lembram que foram influenciados, ou até mesmo forçados, a se filiarem – o que remete à existência de uma pressão por parte do movimento – ou que não foram inteligentes ao fazê-lo, o que nos leva a supor que o trabalho da memória também tenha sido influenciado pelas marcas da repressão de 64. Há quem lembre

¹⁰ Para maiores detalhes consulte Paiva (1984); Novaes(op. cit.).

também que não se filiou porque “não queria invadir terras dos outros”, o que reitera a ética camponesa. São lembrados ainda os confrontos entre filiados das Ligas e os proprietários e seus prepostos, em que os primeiros faziam valer os seus interesses, ou seja, reagem a toda exploração a que estavam submetidos, o que é representado como a **violência** das Ligas. Desse modo, as Ligas faziam valer os seus interesses na **lei ou na marra**.

Em outra seqüência discursiva transcrita abaixo, esse comportamento dos associados das Ligas ganha um **colorido** que nos remete, imediatamente, ao cangaço, quando se diz, por exemplo, que o camponês que comandava o grupo que se confrontava com os administradores das propriedades usava um chapéu que lembrava Lampião.

*Lo: E aí... e aí eles pegaram... os companheiro pegou o administrador, porque o administrador mandou um... um... um... uns trabalhador plantar coco, não sabe? De cambão! Aí ele chegou fez o administrador arrancar os coqueiro de **unha!** (enfático). Foi! De unha! Ficou com as unha toda “escarrabujada”... (...) Fez atravessar um rio cheio com roupa comprida, (...) Era muito homem! Aonde tinha um chefão com um chapéu quebrado na frente e atrás que nem o Lampião! Era o maioral, era ele! Esse negão! (risos) (...) a turma de homem fez ele arrancar o coqueiro de unha! Mas no meio há de ter um compadecido, né? Disse: ‘Não, já está bom, faça mais isso, não!’ Ele, as unha já correndo sangue, tudo... as unha... largou-se de cavar o coqueiro todo (...) as unha “escarrabujando” todinha, ficou “marejando” sangue.*

Embora o narrador acima, Sr. Lo, não tenha sido filiado às Ligas, costuma utilizar a expressão **companheiro** quando se refere aos participantes das Ligas. Essa categorização pode ser determinada a partir da identificação com a luta pela terra, fruto da experiência durante o conflito com a Destilaria Tabu.

A referência a Lampião também é significativa: o grupo de homens filiados às Ligas que obrigou o administrador a arrancar os coqueiros **de unha** era liderado por um chefão negro que usava um chapéu como o de Lampião. Considerando que, no imaginário popular, são várias as histórias em que Lampião liderou castigos corporais para fazer valer a sua vontade, parece-nos que não é à toa que a memória recorra à figura do rei do cangaço para representar a postura dos filiados das Ligas nesses confrontos dentro das propriedades. Segundo Forman (1979, p. 286), através do banditismo social, os indivíduos buscam uma desforra frente aos padecimentos causados pela classe dominante. Nesse sentido, o cangaceiro não buscava uma nova ordem, mas punir aqueles que o ameaçavam. E o referido autor acrescenta que a atitude dos camponeses,

com relação a Lampião, é ambivalente: ele é visto como um misto de santo e pecador, que tanto pode ser protegido como denunciado.

Observamos que o Sr. Lo considera que os camponeses filiados às Ligas praticavam malvadezas, pois em outro trecho do seu relato diz que aquele **compadecido** que fez com que o administrador fosse solto, argumentou: “Não, não faça mais isso, não! Ele já..... Já está bom! A malvadeza que nós fizemos já está bom.” Através da hesitação no discurso – “Ele já...” – supomos que algo foi censurado pela memória do Sr. Lo. Percebemos que, se, de modo geral, tais lembranças com relação a esse comportamento dos filiados das Ligas são acompanhadas de uma certa censura – no sentido, inclusive, de crítica à atitude dos filiados – ,por outro lado são acompanhadas de um certo sentimento de justiça e de poder. Justiça e poder que, em geral, os camponeses não vivenciavam na relação de exploração estabelecida pelos proprietários. A associação à figura de Lampião refletiria então essa ambivalência: censura de um lado, justiça e poder do outro.

O “fim” do movimento

No que se refere ao final do movimento, a polícia foi responsável por toda a repressão exercida, enquanto que ao Exército coube o papel de pacificador. As lembranças, portanto, são influenciadas profundamente pela ideologia dominante veiculada.

O fim das Ligas constituiu-se numa **guerra**, e nesta é ressaltada a vivacidade dos camponeses de Camucim, como se pode constatar abaixo.

T (Pesquisadora): Morreu alguém?

D. L.: Morreu, morreu (enfático). Naquela luta morreu. Aqui foi muito quente mesmo, foi muito cacete! (enfático). Aqui ninguém levou cacete não, ninguém levou uma “lapada”, porque o povo era vivo demais, ganhou os mangue, correu mesmo. Agora as mulher não, só os homem. (...) Lá em casa mesmo chegou várias vezes as polícia fazendo as pesquisa. (...) abria até os baú procurando panfleto, aí procurando, revirava tudo, era por debaixo de cama, era por todo canto. (...) Aí porque eu não sei (...) a lei (enfático) virou, parece que a velha foi embora e com pouco mais foi uma guerra, (enfático) uma guerra infeliz. Aí foi guerra mesmo. Aqui dessa região, aqui só não pegaram Mané, porque Mané era um homem muito vivo, e é um homem que ele é desse meio de mundo, do sertão (...) conhecia esse meio de mundo por aí (...) Aí ele saiu daqui de madrugada, foi "simbora", passou três mês, por esse meio de mundo e a ... e a guerra aqui dentro. Olhe, muita gente amanheceu o dia... amanhecia o dia dentro d'água, porque nessa época era muito... o inverno era normal

(...) não dormia um homem de noite dentro de casa, só ficava as mulher. (...) Aí os homem tudinho se escondia. Daqui não pegou nenhum, nenhum homem aqui, os homem daqui, toda vida foi vivo! Está pensando que dormia em casa era? Dormia não.

A narradora acima, D. L., refere-se ao final das Ligas como uma guerra, mas seu discurso demonstra que desconhece os motivos e sugere que a **mãe** foi embora e deixou o **filho** sozinho. A narradora ressalta ainda a participação das mulheres enfrentando a polícia, já que os homens fugiram, sendo ou não filiados, o que nos remete ao terror que se espalhou, com a presença de muitos policiais na área (o que também ocorreu durante o conflito com a Destilaria). Cabia às mulheres levar comida para os homens, cuidando para não serem descobertas; permanecer em casa (enquanto os maridos estavam escondidos); cuidar dos filhos; receber a **visita** da polícia que revistava a casa em busca de provas da filiação às Ligas e as interrogavam; e correr o risco, inclusive, de sofrerem alguma arbitrariedade. Registram-se, aqui, as lembranças referentes à participação das mulheres.

Representar o final das Ligas como uma guerra é significativo, porque, embora saibamos que durante uma guerra há duas partes em combate, as lembranças nos conduzem à suposição de que havia uma parte acuada, que fugiu do confronto, no caso, os camponeses. No entanto, a imagem da guerra também nos conduz à perseguição, ao terror, aspectos que as lembranças denunciam.

Por outro lado, a seqüência discursiva acima refere-se à vivacidade dos homens de Camucim, os quais, durante o Golpe, apesar da grande repressão, não foram espancados e, sim, fugiram ou se esconderam no manguê. O fato de terem fugido e se escondido é representado como um traço de vivacidade, corroborando a imagem, que veiculam através das lembranças, de lutadores, corajosos, espertos e vivazes. Nesse sentido, a imagem positiva que constroem de si – como ativos e espertos – continua sendo garantida pela memória, que é um elemento essencial da identidade (Pollak, 1992).

Há quem afirme, ainda, que os proprietários foram os responsáveis pelo fim das Ligas, e que recorreram às Forças Armadas, com o propósito de acabar com o movimento.

P. F.: É... essa Liga Camponesa, ela fez muita coisa boa por aí. Aí em Alhandra mesmo mostrou muita coisa, também ali em Popoca, em Camucim, em diverso lugar. Só que os proprietário achava ruim, né? Porque que só se acabou-se devido os proprietário. Proprietário se junta eles todinho e pede o governo, às Forças Armadas "pro mode"... porque estava uma coisa... uma coisa

animada. Aí, quando houve a revolta, aí pronto. Terminou-se o ... o... as Ligas Camponesa, aí vai é quando começa o sindicato, o sindicato rural.

O narrador não atribui o papel de repressor às Forças Armadas, mas aos proprietários que acharam ruim o movimento e se uniram para acabá-lo, recorrendo ao Governo e a elas. No discurso acima, não se explicita o que os proprietários pediram a essas instâncias, mas supomos que tenha sido a repressão. Além disso, não se sabe o que o Sr. P. F. entende por Forças Armadas, nem se a imagem do Exército, como pacificador, também, faz parte das suas representações, pois o que o narrador explicita é que o fim das Ligas foi desencadeado por um processo resultante da iniciativa dos proprietários. Observemos que hesita, quando explica porque os proprietários recorreram às Forças Armadas e, por fim, diz que era “porque estava uma coisa animada”. **Animação** refere-se à vivacidade, a movimento, a entusiasmo¹¹ e sugere, tanto a simpatia do Sr. P. F. pelas Ligas, quanto o poder que elas assumem por trazer transformações para o campo, colocando em perigo o poder dos proprietários.

Por outro lado, a **revolta** marca o fim das Ligas e o começo dos sindicatos, que permanecem até hoje sugerindo a idéia de que a luta continuou. “Perderam uma batalha – fim das Ligas –, mas não perderam a guerra”. Sob essa ótica, além de conseguirem a demarcação da terra e, hoje estarem assentados, conseguiram a solidificação dos sindicatos. Cumpre lembrar que o papel do STR de Pitimbu no processo de luta contra a Destilaria Tabu foi extremamente relevante, assim como alguns relatos sugerem que falar no fim definitivo das Ligas Camponesas é discutível, pois o Movimento dos Sem-Terra(MST), atualmente, pode ser considerado um desdobramento dessa luta.

Observamos também, no processo de reconstrução da memória, o que denominamos de um **entrecruzamento** entre as duas experiências de luta: ligas e conflito com a Destilaria Tabu. Embora os camponeses ressaltem que durante as Ligas havia uma pressão maior para que participassem, é comum estarem lembrando uma das experiências e se referirem a acontecimentos que estão relacionados com a outra, o que caracteriza um trabalho da memória o de aproximar as duas experiências, por conta, supomos, das características similares existentes entre as duas, como pela característica da memória de ser um espaço-tempo, no qual tudo ocorre junto (Portelli, 2000b).

Por fim, através das lembranças, os pequenos produtores de Camucim associam as Ligas à repressão de 64, como também ao fim do cambão e ao surgimento dos sindicatos, que deram continuidade ao movimento – o que legitima

¹¹ Conforme o dicionário de Silveira Bueno (1989).

a luta como vitoriosa e corrobora uma imagem de si, construída e veiculada pelas lembranças, como vitoriosos.

Referências Bibliográficas:

AUED, B. W. **A vitória dos vencidos:** Partido Comunista Brasileiro e ligas camponesas 1955-64. Florianópolis: UFSC, 1986. 179p.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145p.

BASTOS, E. R. **As ligas camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984. 144p.

BENEVIDES, C. **Camponeses em marcha.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 140p.

CARMO, S. I. S. **Discurso, sociedade e história.** Araraquara: 1997. Mimeografado.

_____. **Discurso, dimensão da história:** a análise do discurso numa perspectiva interdisciplinar. Araraquara: 1999. Mimeografado.

FORMAN, S. **Camponeses:** sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 340p.

JODELET, D. Rappresentazioni sociali: un campo in espansione. In: _____.(a cura di) **La rappresentazioni sociali.** Napoli: Liguori Editore, 1992. p. 43-75.

MOREIRA, E. R. F. **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba:** delimitação e caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1988. 64p.

_____; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997. 332p.

NOVAES, R. R. **De corpo e alma:** catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. 238 p.

PAIVA, V. P. - Pedagogia e luta social no campo paraibano. **Educação e Sociedade.** São Paulo, p. 5-55, 1984.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10. p. 200-215, 1992.

PALMEIRA, M. LE RAPPORT AU TRAVAIL DANS LES SOCIÉTÉS AMÉRICAINES, 1976, Paris. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. Congresso dos Americanistas, Paris, 1976. Mimeografado.

PORTELLI, A. La doppia verità della storia orale. **I Giorni Cantati**. Roma, n. 13, anno 3. p. 18-20, 1990.

_____. Un lavoro di relazione: osservazione sulla storia orale. **Ricerche Storiche Salesiane**. Roma, n. 1. p. 11-24, 2000a.

_____. Le Fosse Ardeatine e la memoria: rapporto su un lavoro in corso. In: PAGGI, L. **Le memorie della Repubblica**. Milano: Il Saggiatore, 2000b. p. 89-154.

SILVEIRA BUENO, F. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Editora Lisa, 1989. 716p.

VELÔSO, T. M. G. **A representação social do trabalho alugado ou “com a enxada nas costas e o coração preso”**. 1990. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, 193f, João Pessoa, 1990.

_____. **Frutos da terra: memórias da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Camucim – Pitimbu/Pb**, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, 355f, Araraquara, 2002.